

Alfredo Kingo Oyama Homma

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

**sua contribuição ao desenvolvimento
agrícola**

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

2ª edição revista e ampliada



Embrapa

No dia 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, pelos ministros plenipotenciários dos dois países acreditados junto ao governo francês. Isto deu início à vinda do primeiro contingente de imigrantes japoneses para São Paulo em 1908, para o Estado do Pará em 1929 e para o Estado do Amazonas em 1931.

Daí o sentido emblemático das comemorações dos 120 anos da assinatura desse tratado, estabelecendo a união de dois povos antípodas, que promoveram grandes contribuições para a agricultura nacional e regional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que não seria possível para os dias atuais, envolvendo grandes concessões de terras, introdução de biodiversidade exótica, inexistência de pressões ambientais, escassez de mão de obra, atividade dependente exclusivamente de trabalho braçal, entre outros. No caso específico da região amazônica, a introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino promoveu a formação de um ciclo agrícola peculiar na economia pós-crise da borracha e de ausência de alternativas tecnológicas. A comemoração culminou com a visita do Príncipe Akishino e da Princesa Kiko a Belém, no período de 3 a 4 de novembro de 2015.

As culturas introduzidas pelos imigrantes japoneses não representaram um processo egoísta, pois foram rapidamente democratizadas pelo segmento de pequenos produtores. A lavoura da juta, a despeito do seu declínio, beneficiou essencialmente os pequenos produtores das várzeas dos estados do Amazonas e Pará, gerando renda e emprego no período que se seguiu à crise da borracha e promovendo a absorção da mão de obra na fase anterior à criação da Zona Franca de Manaus. A exportação de pimenta-do-reino em 2014 superou a casa dos 294 milhões de dólares, sendo 52% dessa produção proveniente de plantios inferiores a 2 ha. A Embrapa Amazônia Oriental, entendendo o sentido histórico dessa efeméride, promoveu a reedição deste livro como um testemunho da contribuição dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região amazônica, história, dilemas e desafios.

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Alfredo Kingo Oyama Homma

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA

sua contribuição ao desenvolvimento agrícola

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

2ª edição revista e ampliada

Embrapa
Brasília, DF
2016

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Oriental

Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n. CEP 66095-903 – Belém, PA.

Caixa Postal 48. CEP 66017-970 – Belém, PA.

Fone: (91) 3204-1000

Fax: (91) 3276-9845

www.embrapa.br

www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Unidade responsável pelo conteúdo e pela edição

Embrapa Amazônia Oriental

Comitê Local de Publicação

Presidente: *Silvio Brienza Júnior*

Secretário-executivo: *Moacyr Bernardino Dias-Filho*

Membros: *Orlando dos Santos Watrin*

Eniel David Cruz

Sheila de Souza Correa de Melo

Regina Alves Rodrigues

Luciane Chedid Melo Borges

Supervisão editorial

Luciane Chedid Melo Borges

Revisão de texto

Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Normalização bibliográfica

Andréa Liliane Pereira da Silva

Projeto gráfico, ilustrações, capa, tratamento de imagens e editoração eletrônica

Vitor Trindade Lôbo

Foto da capa

Vitor Trindade Lôbo

1ª edição

1ª impressão (2007): 1.000 exemplares

2ª edição

1ª impressão (2016): 500 exemplares

Publicação digitalizada (2016)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Amazônia Oriental

Homma, Alfredo Kingo Oyama.

A imigração japonesa na Amazônia : sua contribuição ao desenvolvimento agrícola / Alfredo Kingo Oyama Homma. – 2. ed. – Brasília, DF : Embrapa, 2016. 255 p. : il. color.; 15 cm x 21 cm.

Comemoração dos 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris, e dos 85 anos da imigração japonesa no Estado do Amazonas, em 20 de junho de 1931.

ISBN 978-85-7035-575-1

1. História 2. Imigração. 3. Japão. 4. Amazônia. 5. Desenvolvimento agrícola. I. Embrapa Amazônia Oriental. II. Título.

CDD (21. ed.) 325.25209811

© Embrapa 2016

Autor

Alfredo Kingo Oyama Homma

Engenheiro-agrônomo, doutor em Economia

Rural, pesquisador da Embrapa Amazônia

Oriental, Belém, PA

Apresentação

No dia 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, pelos ministros plenipotenciários dos dois países acreditados junto ao governo francês. Isto daria início à vinda do primeiro contingente de imigrantes japoneses para São Paulo em 1908, para o Estado do Pará em 1929 e para o Estado do Amazonas em 1931.

Daí o sentido emblemático das comemorações dos 120 anos da assinatura desse Tratado, estabelecendo a união de dois povos antípodas, que promoveram grandes contribuições para a agricultura nacional e regional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que não seria possível para os dias atuais, envolvendo grandes concessões de terras, introdução da biodiversidade exótica, inexistência de pressões ambientais, escassez de mão de obra, atividade dependente exclusivamente de trabalho braçal, entre outros. No caso específico da região amazônica, a introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino promoveu a formação de um ciclo agrícola peculiar na economia pós-crise da borracha e de ausência de alternativas tecnológicas.

A Embrapa Amazônia Oriental, entendendo o sentido histórico dessa efeméride, promoveu a reedição do livro *A Imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Esta edição revista e ampliada, do pesquisador Alfredo Homma, representa um testemunho da contribuição dos imigrantes japoneses e seus descendentes na região amazônica, história, dilemas e desafios.

As culturas introduzidas pelos imigrantes japoneses não representaram um processo egoísta, pois foram rapidamente democratizadas pelo segmento de pequenos produtores. A lavoura da juta, a despeito do seu declínio, beneficiou essencialmente os pequenos produtores das várzeas dos estados do Amazonas e Pará, gerando renda e emprego no período que se seguiu à crise da borracha e promovendo a absorção da mão de obra na fase anterior à criação da Zona

Franca de Manaus. A exportação de pimenta-do-reino em 2014 superou a casa dos 294 milhões de dólares, sendo 52% dessa produção proveniente de plantios inferiores a 2 ha.

Tanto a lavoura de juta quanto a de pimenta-do-reino deram uma resposta insofismável quanto à aversão dos pequenos produtores da Amazônia com relação a novas tecnologias. Provou-se com essas duas culturas que os pequenos produtores da região respondem rapidamente aos sinais de preço e mercado, apreendem rapidamente técnicas complexas, mesmo sendo culturas exóticas e numa época em que inexistia o serviço de extensão rural. Isto pode trazer um grande recado para resolver os problemas ambientais da Amazônia e na busca da sustentabilidade, mediante novas opções tecnológicas e de mercado.

O Japão está aqui, também, na Amazônia, sobretudo no Estado do Pará, que concentra o terceiro contingente de descendentes de japoneses no País, em perfeita integração com a sociedade brasileira. A difusão da culinária japonesa e suas adaptações com produtos locais mostram a riqueza desse caldo cultural. Somente na Embrapa Amazônia Oriental, que tenho a honra de presidir, cerca de dez descendentes de japoneses fazem parte do quadro funcional (cerca de 2% do total, o dobro da média nacional) e a colaboração com o governo japonês é a mais antiga da Amazônia, tendo iniciado em 1962.

Os convênios bilaterais com o Japão, facilitados pela presença de imigrantes japoneses na região, tiveram como relevantes resultados a colaboração no lançamento de variedades de cupuaçuzeiro e açaizeiro, desenvolvimento do guaraná em pó solúvel, oleosina de pimenta-do-reino, difusão indireta do protótipo de despoldadeira de fruta, melhor conhecimento sobre os tratamentos culturais com a lavoura de pimenta-do-reino, tutor vivo de pimenta-do-reino e treinamento de quatro dezenas de pesquisadores brasileiros no Japão, desde a década de 1960.

O sucesso da colonização japonesa na Amazônia decorreu do modelo baseado na introdução de recursos da biodiversidade exógena, numa época em que era um comportamento normal. Recursos genéticos da Amazônia eram levados para outras partes do País e do mundo e, por sua vez, os migrantes trouxeram também recursos de outros locais para a região. O novo enfoque de desenvolvimento deve focar no aproveitamento da biodiversidade local, mediante a domesticação

dos recursos extrativos potenciais. O Japão poderia ajudar muito a Amazônia, mediante colaboração técnico-científica que seja complementar, na recuperação das áreas degradadas e da fauna pesqueira, controle da poluição dos rios, tecnologia de madeira, aproveitamento dos recursos da biodiversidade na área de cosméticos, fármacos, corantes naturais, entre os principais.

É com esse sentimento que lançamos esta publicação, esperando que venha a ter utilidade a um público igualmente amplo, formado por estudantes, técnicos, pesquisadores, historiadores e produtores interessados no desenvolvimento da Amazônia.

Adriano Venturieri

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Prefácio

A reedição deste livro envolveu a atualização de informações, correções e a inclusão de novos tópicos relacionados à proto-história do cultivo da juta e da malva no País e das tentativas de descorticação mecânica da sua fibra.

O objetivo principal de trazer imigrantes japoneses para o País, a partir de 1908, foi suprir a escassez de mão de obra para atender à lavoura cafeeira. Fazia 20 anos que tinha ocorrido a libertação dos escravos e a transição para mão de obra paga provocou a perda da sustentabilidade na produção de alimentos nas propriedades agrícolas e a competitividade no mercado internacional. Em 1908, a população brasileira era de pouco mais de 22 milhões de habitantes, eminentemente rural.

A crise de 1929 levou à estagnação da economia cafeeira, provocando a redução nos preços das terras e o surgimento dos pequenos proprietários japoneses no Estado de São Paulo, que passaram a se dedicar a atividades hortícolas e de criação de aves. É nesse ambiente de crise mundial e nacional que se inicia a imigração japonesa nos estados do Pará (1929) e do Amazonas (1931).

O interesse dos governadores do Pará e Amazonas, Dionísio Ausier Bentes (1881–1949) e Ephigênio Ferreira de Salles (1877–1939), respectivamente, em atrair imigrantes japoneses era criar alternativas econômicas em face do declínio da borracha. Já se tinham passado 21 anos do início da imigração japonesa em São Paulo e os primeiros resultados se faziam sentir como povos entendidos em agricultura, trabalhadores e disciplinados.

O sucesso das introduções das lavouras de juta e pimenta-do-reino pelos imigrantes japoneses dependeu muito da sorte e da causalidade, de modo que estes poderiam ter se tornado mais um contingente adicional ao modelo da agricultura de derruba-queima. Os insucessos das diversas colônias japonesas no pós-guerra comprovam que a existência de uma atividade agrícola-eixo que seja

novidade, tenha preço e mercado, local apropriado e disponibilidade de tecnologia é condição básica para marcar diferença com relação aos agricultores locais.

A sustentabilidade da agricultura na região amazônica reforça a análise que tanto o sucesso como o insucesso das atividades induzidas pelos imigrantes japoneses e seus descendentes tiveram impactos ambientais. Isto não foi diferente com relação à expansão da agricultura desenvolvida pelos imigrantes japoneses nos estados de São Paulo e Paraná, como na expansão das lavouras de juta nas várzeas amazônicas e de pimenta-do-reino nas áreas de terra firme. Tanto a lavoura de juta e depois a malva quanto a pimenta-do-reino provocaram desmatamentos nas áreas de várzeas e terra firme, respectivamente, que sofreram evoluções ao longo do tempo, com substituição de atividades.

A visão nipocêntrica do sofrimento que sempre tem caracterizado as comemorações vem perdendo o sentido, a partir de tragédias nacionais como as secas do Nordeste, muito bem pintada por Cândido Portinari (1903–1962) e das políticas sociais do País, como não sendo privilégio exclusivo dos imigrantes japoneses. Iniciou-se a fase da interpretação ficcional da juta por autores como Benedicto Wilfred Monteiro (1924–2008), Ademar Ayres do Amaral (1948) e Antônio Cândido da Silva (1940), na qual o efeito comparativo entre os nativos e imigrantes passa a transparecer. As dificuldades dos imigrantes com relação ao novo local contradizem com o equilíbrio com a natureza pelos habitantes dessas regiões.

Ocorreu uma grande transformação nesses 120 anos. O Brasil tornou-se uma potência agrícola e o Japão uma potência industrial. De 1978 a 2009, a economia japonesa liderou a segunda posição mundial, sendo suplantada pela China (2010). Na década de 1980, o fenômeno dos decasségus provocou uma diáspora, chegando a alcançar mais de 330 mil descendentes de japoneses trabalhando naquele país. Trata-se do dobro de seus ancestrais que imigraram para o Brasil, estimado em 164 mil japoneses. Atualmente a população de descendentes de japoneses no País é estimada em 1,6 milhão de habitantes, sendo a maior fora do Japão. Entre os dez países com maior presença de japoneses e seus descendentes estão: Estados Unidos (1,2 milhão), China (127 mil), Filipinas (120 mil), Canadá

(110 mil), Peru (100 mil), Inglaterra (63 mil), Coreia do Sul (58 mil), Tailândia (47 mil) e Austrália (41 mil), mas a integração tem sido mais forte no Brasil.

Atualmente os interesses dos empresários e do governo japonês estão na área de mineração, Polo Industrial de Manaus, aquisição de alimentos, celulose, ação trilateral na África, entre os principais, em que o sucesso dos imigrantes tem sido utilizado nessas justificativas, nem sempre coerentes, de ambas as partes. Em 2095, quando será comemorado o bicentenário da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão, a participação dos descendentes japoneses, com o rápido processo de assimilação na sociedade brasileira, os sobrenomes japoneses e a participação relativa nas atividades econômicas será confundida com o contexto nacional decorrente da diluição. Ficará, contudo, a cultura representada pelas comidas japonesas com as adaptações, os esportes, as artes, a religião e o espírito de gestão empresarial.

Além das personalidades que contribuíram na primeira edição deste livro, o autor tem uma grande dívida com as colaborações adicionais: Yorio Nakano (jornalista e historiador), Akiyoshi Satoh (1939–2013, presidente da Associação Estrangeira das Famílias Imigrantes de Tóquio), Yoshio Uyetsuka (Tokyo Women's Medical University), Wilson Hatanaka, Shatiro Shono, Masayo Shono, Tosui Akiyama, Aldenor da Silva Ferreira (Ufam), Arlindo Oliveira Leão (secretário-executivo do Ifibram), Rui de Souza Chaves (Ufra), Hélcio Honorato de Souza (Ufam), Antônio Cândido da Silva (escritor), Etevaldo Alves de Siqueira Júnior (UFMA), Karine da Silva Araújo (Sepror), Márcia Awazu, Jurandir Melado, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Ufam), Marilene Corrêa da Silva Freitas (Ufam), Francimar de Araújo Mamed, José Shigeyoshi Ono (presidente da Associação Koutaku do Pará), Jeferson Luís Vasconcelos de Macêdo (Embrapa Amazônia Ocidental), Jurandir Melado e outros, de forma direta e indireta.

O autor é extremamente grato aos pesquisadores, analistas e assistentes da Embrapa Amazônia Oriental que ajudaram na conclusão deste livro: Luciene Chedid Melo Borges, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana, Andréa Liliane Pereira da Silva, Moacyr Bernardino Dias-Filho, Regina Alves Rodrigues, Vitor Trindade Lobo, Antônio José Elias Amorim de Menezes, José Edmar Urano de Carvalho, Delman de Almeida Gonçalves, Grimoaldo Bandeira Matos e Ronaldo

Rosa. Ao Adriano Venturieri, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, Walkymario de Paulo Lemos, chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento, Silvio Brienza Júnior, chefe-adjunto de Transferência de Tecnologia e João Baía Brito, chefe-adjunto de Administração, pelo apoio institucional para a concretização desta publicação.

Agradecimentos institucionais são extensivos, também, ao Banco da Amazônia, à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), à Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que ao longo do tempo garantiram o financiamento das nossas atividades de pesquisa, permitindo o desenvolvimento direto e indireto deste livro.

O autor

Prefácio à 1ª edição

Escrever um livro relatando a história da imigração japonesa na Amazônia e a introdução de duas importantes culturas exóticas – a juta e a pimenta-do-reino – trazidas de possessões britânicas, sempre atraiu a minha curiosidade desde a minha graduação na Universidade Federal de Viçosa. Uma por razões familiares, por ser protagonista desse fenômeno quando meus antecedentes imigraram para o Estado do Amazonas, no início da década de 1930. As facilidades atuais em celulares, aviões a jato, laptop, da medicina, da barreira do idioma, entre outros, em longas viagens que demoravam mais de 2 meses para chegar ao destino, para muitos tiveram o preço da tragédia, só vieram a melhorar com os seus descendentes. Por ocasião do centenário da imigração japonesa no País, muitos livros, filmes, reportagens e seminários serão realizados, comentando sobre os diversos ângulos dessa experiência singular em uma região tropical.

Até meados do século 20, era comum proceder à transferência de recursos genéticos em ambos os sentidos, característica inata de migrantes, na busca de sonhos e esperanças na sua nova terra. Em alguns casos, essa transferência representava interesses de estado na busca de novas plantas para gerar riqueza, evitar a dependência e o determinismo geográfico. Várias plantas que têm origem na Bacia Amazônica, como cinchona, cacau, seringueira e guaraná, para citar as mais importantes, transformaram-se em principais riquezas econômicas nos locais para onde foram levadas. Em sentido inverso, o cafeeiro, planta de origem africana, foi introduzido inocentemente no Estado do Pará, transformou-se na maior riqueza agrícola do País, forma par ao lado do ramo de fumo como símbolo no brasão da República Federativa do Brasil. No momento em que se discute a biopirataria e o conhecimento tradicional, diga-se de passagem que grande parte da agricultura brasileira e dos alimentos que consumimos são provenientes de outros continentes. O pão, café, leite, óleo de soja, carne bovina, aves, suco de laranja, chá preto, grande maioria das verduras, entre dezenas de outros, foram

trazidos pelos colonizadores portugueses e do fluxo migratório europeu, asiático e africano. Por sua vez, o Novo Mundo contribuiu com mandioca, milho, batata-inglesa, tomate, fumo, abacate, abacaxi, cajueiro, mamão, cacau, seringueira, entre outros, que se tornaram universais. Discutir a imigração japonesa seria analisar a compensação da transferência de recursos genéticos e as transformações dela decorrentes.

No primeiro capítulo, procuro relatar as razões que levaram os migrantes japoneses a se deslocarem para a Amazônia, a partir de 1929, duas décadas depois da chegada dos primeiros migrantes no navio Kasato Maru, no Porto de Santos. O segundo e o terceiro capítulos têm como enfoque a civilização da juta e a civilização da pimenta-do-reino, que no decorrer do tempo foram democratizadas, deixando de ser atividade exclusiva dos colonos japoneses. A inexistência do serviço de extensão rural na época demonstra que os pequenos agricultores não são avessos a inovações, desde que preços e mercado estejam à sua disposição. Esse fenômeno reforça a premissa de que novas tecnologias poderiam ser implementadas para produzir um desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia.

O quarto capítulo retrata a movimentação de recursos genéticos na Amazônia, na qual está inserida a contribuição dos imigrantes japoneses. Esses aspectos reavivam a discussão necessária quanto aos direitos de propriedade intelectual, o conhecimento tradicional por si só como solução, os recursos genéticos que são comuns para diversos locais da Amazônia, se não estariam criando uma exclusão beneficiando determinado grupo. Finalmente, o quinto capítulo procura retratar as transformações mais recentes na colônia agrícola de Tomé-Açu, com o desenvolvimento da fruticultura com plantas amazônicas e da sua permanência no mesmo local. Enquanto assentados de reforma agrária no Sudeste Paraense, por exemplo, ficam no lote enquanto dispuserem de mata para ser derrubada e quando pressentem o perigo mudam para novo local. Esse mimetismo já é visto por diversos pequenos produtores nas redondezas, que tentam imitar os sistemas agroflorestais dos imigrantes japoneses e seus descendentes.

A confecção deste livro envolveu o esforço de dezenas de pessoas, muita delas nos bastidores, fornecendo informações, dando formato à publicação e

viabilizando a sua edição. No contexto institucional, sou extremamente grato ao Dr. Jorge Alberto Gazel Yared, chefe-geral da Embrapa Amazônia Oriental, ao Dr. José Conrado Azevedo Santos, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, e ao Dr. Roberto Kataoka Oyama, presidente do Grupo Oyamota S.A., que entenderam a importância desta publicação, viabilizando a sua edição como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa no País. Ao Dr. Oriel Filgueira de Lemos, chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento, à Dra. Gladys Ferreira de Sousa, chefe-adjunta de Comunicação e Negócios, ao Dr. João Baia Brito, chefe-adjunto de Administração, e ao Dr. Eduardo Jorge Maklouf Carvalho, pelo apoio no contexto geral das atividades da Embrapa Amazônia Oriental, proporcionando tempo ao autor no contexto de suas atividades, permitindo o desenvolvimento deste livro.

Um elenco de pessoas contribuiu com dados, informações e fotos, alguma das quais, pelo longo tempo de gestação, já faleceram, e sem as quais não teria sido possível completar o livro. Essas pessoas são: Akiyoshi Satoh (presidente da Associação Estrangeira das Famílias Imigrantes de Tóquio), Antônio José Elias Amorim de Menezes (Embrapa Amazônia Oriental), Arlindo de Oliveira Leão (secretário-executivo do Ifibram), Érika Kataoka Homma, Estevam de Oliveira Castelo (Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Pará), Fernando Carneiro Albuquerque (Embrapa Amazônia Oriental), Francisco Wataru Sakaguchi (presidente da Camta), Gerson Lopes Krelling (Embrapa Transferência de Tecnologia), Gerson Suguiyama Nakagima (vice-reitor da Universidade Federal do Amazonas), Grimoaldo Bandeira de Matos (Embrapa Amazônia Oriental), Hiroshi Okajima (ex-presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Pimenta-do-reino), Ima Célia Guimarães Vieira (diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi), Ityu Yassui, Ivan Hitoshi Saiki (diretor Gerente da Camta), Ivo Katuji Morikawa (Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Pará), Jailson A. Takamatsu (Camta), João Camilo Ramos de Souza (UEA), Jorge Takahashi, José de Brito Lourenço Júnior (Embrapa Amazônia Oriental), José Edmar Urano de Carvalho (Embrapa Amazônia Oriental), José Rubens Cordeiro Gonçalves, Kohei Seko (Seko Comércio e Exportação de Produtos Naturais Ltda.), Kozo Harada, jornalista Lúcio Flávio Pinto, Maria da Cruz Chaves Lima Moura (Uema), Maria de Nazaré Magalhães Santos (1960–2004) (Embrapa Amazônia Oriental), Mário Sakiyama, Masaaki Yamada (Tokyo

University of Agriculture and Technology), Mitinori Konagano (Secretário Municipal de Agricultura de Tomé-Açu), Mitsuharu Onuki (diretor-presidente da Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu), Neyde Menezes Fonseca (secretária-executiva da Associação Comercial do Amazonas), Noriko Tanaka (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Colonização), Osvaldo Ryohei Kato (Embrapa Amazônia Oriental), Robert Toovey Walker (Michigan State University), Samuel Benchimol, Simon Suhwen Cheng (Embrapa Amazônia Oriental), Toshihiko Takamatsu, Tosui Akiyama, Valdir Hiçashi Sató (presidente da Associação Koutaku do Amazonas), Yorio Nakano (jornalista), Yoshio Uyetsuka (Tokyo Women's Medical University), Yukihisa Ishizuka (Amazon Agroforestry Association) e Zennoshi Shoji.

Aos membros do Comitê Local de Editoração da Embrapa Amazônia Oriental, nas pessoas da Dra. Gladys Ferreira de Sousa, Dr. Moacyr Bernardino Dias-Filho, Regina Alves Rodrigues e Luciene Chedid pela revisão gramatical, José Farias Pereira pela editoração eletrônica e Genildo Mota pela confecção da capa.

O autor

Sumário

Capítulo 1

A imigração japonesa na Amazônia, 19

A proto-história da imigração japonesa na Amazônia, **20**

O início da imigração japonesa, **24**

Fukuhara e Uyetsuka: a crença na Amazônia, **29**

Adaptação da juta às várzeas amazônicas, **42**

A Segunda Guerra Mundial e a democratização da experiência japonesa, **60**

Considerações finais, **71**

Capítulo 2

A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio, 75

Introdução, **76**

A pré-história do cultivo da juta no Brasil, **77**

As tentativas de plantar juta e malva em São Paulo, **81**

Expansão da juta nas várzeas amazônicas, **84**

Valorização da malva: extrativismo e domesticação, **89**

A questão da produção e distribuição de sementes de juta, **96**

A produção de sementes de malva no Estado do Pará, **103**

O declínio do sistema juta e malva na Amazônia, **107**

Evolução das propostas para solucionar a crise da produção de juta, **110**

A descorticação mecânica de juta e malva , **116**

Transformações institucionais no sistema juta e malva na Amazônia, **121**

Considerações finais, **126**

Capítulo 3

A civilização da pimenta-do-reino na Amazônia, 129

Introdução, **130**

Tomé-Açu: marco inicial da imigração japonesa na Amazônia, **131**

Makinossuke Ussui: a reintrodução da pimenta-do-reino no Brasil, **139**

Pimenta-do-reino marca nova fase da agricultura na Amazônia, **145**

Sucesso da juta e da pimenta-do-reino como justificativa da imigração japonesa no pós-guerra, **150**

Inserção da pimenta-do-reino na vida política, econômica e social da Amazônia, **156**

Considerações finais, **164**

Capítulo 4

A movimentação de recursos genéticos na Amazônia, 167

Introdução, **168**

A movimentação de recursos genéticos na Amazônia, **171**

A fragilidade da economia extrativa como convite para a biopirataria, **181**

Mudanças no ciclo de vida de recursos da biodiversidade, **185**

Capítulo 5

Tomé-Açu, uma experiência de desenvolvimento agrícola nos trópicos, 189

Introdução, **190**

Os ciclos econômicos da pimenta-do-reino, **192**

A dinâmica dos sistemas agroflorestais (SAFs), **201**

Considerações finais, **207**

Referências

Literatura Recomendada

Anexos

Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, firmado em Paris, a 5 de novembro de 1895, **242**

Fotografias, **247**

Capítulo 1

A imigração japonesa na Amazônia





A proto-história da imigração japonesa na Amazônia

Meio século antes da vinda dos primeiros imigrantes japoneses para a Amazônia, com a transferência de mão de obra para a extração da borracha, o governo do Estado do Pará induziu a vinda de imigrantes europeus para se dedicarem à lavoura. Para isso, foi instalada a Colônia de Benevides, em 13 de junho de 1875, que contava com 87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 11 alemães, 5 belgas, 3 ingleses, 2 suíços, 2 argentinos e 1 norte-americano (EMMI, 2008). Decorrente de um contrato assinado entre o governo do Estado do Pará e o cidadão italiano Mario Cataruzza, foi estabelecida a Colônia Anita Garibaldi, localizada na estrada que liga Castanhal a Curuçá. O objetivo seria a plantação de cereais, cana-de-açúcar, café e algodão. Das 200 famílias previstas, só conseguiu introduzir 19, totalizando 95 pessoas. Em 1899, foi implantado o Núcleo Modelo do Outeiro, próximo à Vila de Pinheiro (atual Icoaraci), com a instalação de 12 famílias de italianos. Em 1902, no governo Augusto Montenegro, declarou-se a extinção desse Núcleo. A Colônia Agrícola de Ianetama ficava localizada à margem da Estrada de Ferro de Bragança, a 19 km de Castanhal. Surgiu em decorrência de um contrato assinado entre o Estado do Pará e o italiano Salvador Nicosia, em 20 de janeiro de 1899, tendo introduzido 48 famílias, de uma previsão de 200 famílias (EMMI, 2008).

A imigração japonesa na Amazônia tem sua origem muito antes da data oficial de 18 de junho de 1908, com a chegada do navio Kasato-Maru, no porto de Santos, cujo centenário foi comemorado em 2008. Há a necessidade de se aprofundar as pesquisas em jornais antigos de Manaus e Belém para se comprovar a presença de japoneses na região já no final do século 19, provenientes do Peru e de navios de viajantes independentes que atracavam nos portos dessas cidades atraídos pela opulência da riqueza da borracha (HOMMA et al., 2011).

O primeiro Censo Demográfico do Brasil, realizado em 1872, já indicava a presença de um japonês morando em Manaus e, alguns anos depois, o Diário do Gram-Pará, de Belém, Estado do Pará, de 7 de novembro de 1886, anunciava a apresentação de artistas japoneses nas festividades do Círio de Nazaré em Belém



(TEIXEIRA, 1997). O Anuário Estatístico Brasileiro (1908–1912) registra a entrada de um japonês no porto de Belém, em 1910. O segundo censo, realizado no País em 1920, indicava a presença de três japoneses no Estado do Pará e 32 no Estado do Amazonas (ANNUARIO..., 1916). Em 1925, a movimentação do porto de Belém indicava a chegada de 21 japoneses e a saída de 17. Já em 1926, foi registrada a entrada de 47 japoneses e a saída de 45. A movimentação nesses dois anos, 1925 e 1926, estaria relacionada, provavelmente, com a vinda de técnicos japoneses que vieram estudar nos estados do Pará e Amazonas, tendo por base a imigração oficial que seria iniciada em 1929.

Na América Latina, o Peru foi o país com o qual o Japão celebrou o primeiro tratado de comércio e navegação, em 1873. Em seguida, foi firmado um tratado com o México, em 1888, e o terceiro, com o Brasil, em 1895. A despeito de não ter produzido impactos marcantes na economia local, um de seus descendentes, o agrônomo Alberto Ken'ya Fujimori (1938), chegou à Presidência daquele país (1990–2000), sendo considerado um fenômeno isolado. O processo de imigração no Peru foi iniciado em 1899 e teve encerrada sua primeira fase em 1923, com 82 viagens, quando ocorreu o cancelamento da imigração por contrato para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar de peruanos, italianos e ingleses (Tabela 1).

Tabela 1. Entrada de imigrantes japoneses no Peru, de 1899 a 1923.

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1899–1908	5.656	1917	1.635
1909	843	1918	1.662
1910–1911	802	1919	1.350
1912–1913	1.524	1920	681
1914–1915	2.066	1921	649
1916	1.144	1922–1923	241

Os primeiros 790 imigrantes japoneses destinados ao Peru, todos do sexo masculino, zarparam do porto de Iocoama, no navio Sakura Maru, em 28 de fevereiro de 1899, e chegaram ao porto de Callao em 3 de abril, após 36 dias de viagem, tempo bem menor que o dos imigrantes destinados ao Brasil. O Sakura Maru e a data 3 de abril têm um simbolismo similar ao do Kasato Maru (1900–1945), quando este atracou no porto de Santos, em 18 de junho de 1908. É interessante mencionar que o navio Kasato Maru, que se tornou ícone



da imigração japonesa no Brasil, tinha realizado a quarta viagem ao Peru no transporte de 452 imigrantes japoneses, em agosto de 1907.

O interesse dos imigrantes japoneses no Peru em se deslocarem para a Amazônia Brasileira decorreu de três motivos no contexto temporal: do imaginário dos lucros da extração da borracha, do início das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da crise da economia da borracha (TANAKA, 1957). Durante a fase intensiva da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907–1912), decorrente do Tratado de Petrópolis em 1903, tem-se o registro oficial de um japonês, falecido em 1911, entre as 1.593 vítimas de doenças tropicais (HARDMAN, 1988). O atual Estado do Acre, região rica em seringueiras, então pertencente à Bolívia, estava totalmente ocupado por brasileiros, sobretudo nordestinos, dentre os quais se destacou a figura de José Plácido de Castro (1873–1908), derrotando os ataques dos militares bolivianos entre 1900 e 1902. A assinatura do Tratado de Petrópolis anexou o atual Estado do Acre à soberania brasileira, pela ação de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845–1912), Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores (1902–1912). Essa é a mais conhecida obra diplomática do Barão do Rio Branco, cujo nome foi dado à capital do Estado do Acre.

Como parte do Tratado de Petrópolis, o governo brasileiro efetuou a construção da Madeira-Mamoré Railway Company, entre 1907 e 1912, pelo magnata americano Percival Farquhar (1864–1953), ao altíssimo custo de 40 mil contos de réis, posteriormente acrescido de mais 22 mil contos de réis. O seu objetivo principal era vencer o trecho encachoeirado do Rio Madeira para facilitar o escoamento da borracha boliviana e brasileira, além de outras mercadorias, para um trecho onde a mesma pudesse ser embarcada para exportação, no caso em Porto Velho, de onde as mercadorias seguiam por via fluvial até o Rio Amazonas.

Tsutsumi (2007a), um estudioso da proto-história da imigração japonesa na Amazônia, afirma que alguns japoneses que imigraram para o Peru atravessaram a Cordilheira dos Andes e chegaram no Acre, por volta de 1900, provavelmente atraídos pela opulência do Ciclo da Borracha, fixando-se em Xapuri, Rio Branco, Manaus e Belém (1916), que ficaram conhecidos como Peru *kudari* e são literalmente os primeiros imigrantes a se fixarem na Amazônia (TSUTSUMI, 2007a). Mas há



registros anteriores, como o de Manji Takezawa, que chegou em Manaus, em 1890, trazendo uma companhia circense denominada Circo Imperial Japonês, fazendo exibição na cidade atraído pela riqueza da borracha (TSUTSUMI, 2007a). Esse autor menciona, também, que os imigrantes japoneses provenientes do Peru se estabeleceram em Rondônia, vindos de Riberalta, que fica na confluência dos rios Madre de Dios e Beni, pertencentes à bacia do Rio Madeira, e outros atravessaram o Rio Mamoré e chegaram à cidade de Guajará-Mirim. Um desses japoneses teria sido Shoichi Genba, que viveu nessa cidade até 1922, quando se mudou para Belém, abrindo uma sorveteria (KUREMATSU, 1996). Vários imigrantes japoneses provenientes do Peru se estabeleceram em Belém, a partir de 1916, sendo Shosuke Takahashi o primeiro deles. Tsutsumi (2007a) ainda menciona a presença de Takeichi Yamane, procedente de Puerto Maldonado, que desceu o Rio Madre de Dios e o Rio Madeira, chegando a Porto Velho e seguindo para Maués, em 1912.

Dessa forma, muito dos imigrantes japoneses destinados ao Peru desde a primeira leva, iniciada em 1899, e outros que seguiram antes da imigração oficial no Estado do Amazonas, em 1929, deslocaram-se para a Amazônia Brasileira e para o Sul do País. Estima-se que, até 1910, cerca de 400 ou 500 pessoas teriam chegado ao Brasil nessas condições. Enquanto uns foram se dedicar ao cultivo de hortaliças, outros abriram lojas em diversas partes da Amazônia (A EXPLORAÇÃO..., 2008; TSUTSUMI, 2007a). Alguns cultivadores de juta no Médio Solimões (Manacapuru, às margens do Rio Madeira) foram japoneses descidos do Peru, os quais eram chamados “*Amazon kudari*” ou “*Peru kudari*”.

Outro foco da entrada dos japoneses nos estados do Amazonas e Pará está relacionado com a vinda de artistas circenses e de lutadores de judô, que tiveram grande influência na disseminação dessa modalidade de luta no País. Um desses artistas circenses foi Manji Takezawa (falecido em 1918), que teria vindo a Manaus em 1890, trazendo uma companhia circense denominada Circo Imperial Japonês. Ele tinha sido contratado pelo Imperador Dom Pedro II (1825–1891) como treinador de cavalos, mas, com a Proclamação da República em 1889, perdeu o cargo (HISTÓRIA..., 2008).



Trata-se de um tópico que precisa ser resgatado por meio da pesquisa na imprensa de Manaus e Belém quanto à presença desses pioneiros. Dentre estes que estiveram de passagem por Belém, mencionam-se Sentaro Okamoto, em 1912, e Sanshiro Satake, Laku e Mitsuyo Esai Maeda (1878–1941), conhecido por Conde Koma, que chegaram a Manaus em 18 de dezembro de 1915 (GRACIE, 2008; TSUTSUMI, 2007b). Conde Koma tinha aportado no Brasil em 1914, acompanhado de Inomata, excursionando por vários estados até chegar a Manaus, onde 8 anos antes já tinha recebido os lutadores japoneses Akishima e Suioto Ki (GRACIE, 2008). Enquanto Satake e Laku ficaram em Manaus, Maeda fixou residência em Belém, onde iria cruzar-se com Carlos Gracie (1902–1994), criando uma geração de judocas brasileiros. Morou no Castelo Bolonha, situado na Avenida Governador José Malcher, atualmente uma das edificações tombadas considerada patrimônio histórico de Belém.

Em 1897, o ministro plenipotenciário brasileiro no Japão, Henrique Carlos Ribeiro Barbosa (1847–1920), chegou a discutir a possibilidade de introduzir imigrantes japoneses na Amazônia para a extração de látex durante uma conferência em Tóquio. A Legação Japonesa no Brasil recém-criada, porém, opôs forte resistência ao projeto, alegando que somente os nativos poderiam suportar o trabalho em condições tão adversas como aquelas impostas pela região equatorial, tipicamente tórrida e úmida.

O início da imigração japonesa

No dia 24 de julho de 1929, partiu de Kobe o navio Montevideu-Maru (1926–1941), transportando 43 famílias imigrantes (compostas de 189 pessoas, incluindo oito jovens solteiros) para a Amazônia. No dia 7 de setembro, ocorre a chegada do navio Montevideu-Maru no porto do Rio de Janeiro. Imediatamente, no dia 8 de setembro, os imigrantes embarcaram no navio Manila-Maru (1925–1935), que pertencia à empresa mercantil Nihon Yusen, do Grupo Mitsubishi, e tinha partido do porto de Kobe em 20 de junho de 1929. Foi até Buenos Aires e atracou no Rio de Janeiro em 8 de setembro, pela manhã cedo.

Foi efetuada a rápida transferência das cargas dos imigrantes do Montevideu-Maru para o Manila-Maru. No porto do Rio de Janeiro estavam os representantes



da Nantaku, tais como, Mitsuyo Maeda (Conde Koma, diretor da empresa) e Takaji Arai (gerente do Departamento Agrícola da empresa), além do representante do Ministério de Agricultura. Supõe-se que este último tenha negociado com o encarregado da alfândega para não abrir as cargas. No mesmo dia, pela parte da tarde, partiu do Rio e foi para Belém. Foi uma das raras viagens de navios japoneses que se destinaram ao porto de Belém antes da Segunda Guerra Mundial. Somente os navios de Nihon Yusen faziam essa linha, a fim de transportar os produtos da Amazônia para o Japão, principalmente madeiras.

No dia 16 de setembro, o Manila-Marú aporta em Belém, onde os imigrantes passaram os dias na hospedaria da Nantaku. De Belém, no dia 21 de setembro, seguiram para a Colônia Acará, onde o barco Tefé chegou ao embarcadouro de Tomé-Açu, às 8h30 da manhã, do dia 22 de setembro. Os japoneses pernoitaram na hospedaria construída em Açaizal. A chegada dessa primeira leva dos desbravadores foi o início da imigração na Colônia Acará da Nantaku, ou seja, o primeiro marco da imigração organizada pelos japoneses na região amazônica, que tem um simbolismo semelhante à chegada do Kasato-Marú no porto de Santos, em 1908. Por essa razão, foi decidido pelo pessoal da primeira leva que essa data de 22 de setembro seria o Dia Comemorativo da Imigração Japonesa na Amazônia, embora as obras de construção da colônia tenham sido iniciadas em abril de 1929.

A concretização desse evento não foi um ato isolado, mas de intensas atividades que abriram caminho para essa imigração. A primeira tentativa para se buscar um acordo diplomático e comercial ocorreu em 16 de novembro de 1880, quando o vice-almirante Artur Silveira da Mota, mais tarde Barão de Jaceguai (1843–1914), iniciou em Tóquio as conversações para o estabelecimento de um Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre os dois países. Em 1882, prosseguiu com o ministro plenipotenciário Eduardo Calado, que seria concretizado 13 anos depois (HISTÓRIA..., 2007). A assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão, assinado em Paris, em 5 de novembro de 1895, foi importante para transformar o Brasil em ponto de imigração (HOMMA, 1998c, 2003c). Foram signatários os ministros plenipotenciários do Japão e do Brasil, na França, Arasuke Soya e Gabriel de Toledo Piza e Almeida (1851–1925) (ABREU, 2012). Era presidente da República do Brasil o paulista Prudente José de Moraes e Barros (1894–1898).



A ratificação dar-se-ia 2 anos depois, quando o governo brasileiro assinava o Decreto nº 2.495, de 14 de abril de 1897, criando uma Legação no Império do Japão e um Consulado Geral de 1ª classe com sede em Iocoama, e pelo Decreto nº 2.786, de 5 de janeiro de 1898, foi designada a sede dos consulados em Iocoama e Kobe (BRUM, 1996). Em 5 de novembro de 1995, por ocasião das comemorações do centenário do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre o Brasil e o Japão, foi erguido na cidade de Manaus um monumento na confluência da Avenida André Araújo e da Rua Paraíba, destacando a imigração japonesa no Estado do Amazonas. Deve ser mencionado que o preconceito com a imigração japonesa era forte, tanto que, em 1907, o encarregado dos negócios do Brasil no Japão, Dr. Luis Guimarães, afirmava que, com a introdução dos nipônicos, o Brasil se envolvia “voluntariamente numa aventura perigosa”. O Decreto 528, de 28 de junho de 1890 (TSUCHIDA, 1978), proibia a entrada de africanos e asiáticos no Brasil, a não ser mediante autorização do Congresso Nacional.

O político e médico Carlos José Botelho (1855–1947), secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas no governo Jorge Tibiriçá (1904–1908), era grande fazendeiro de café em Ibaté, próximo à cidade de São Carlos. Foi o idealizador do acordo assinado em 6 de novembro de 1907, com o governo do Estado de São Paulo, com Ryo Mizuno (1859–1951), considerado o pai da imigração japonesa no Brasil, para a vinda de imigrantes japoneses para suprir a mão de obra.

É interessante frisar que o Ministro do Exterior Barão do Rio Branco (1845–1912), que dirigiu a pasta no período de 1902–1912, era contrário à imigração japonesa no Brasil. Tanto que o argumento de Carlos Botelho era “não visa à colonização japonesa propriamente dita, mas sim ao ensaio de um braço para lavoura cafeeiro, em vista dos embarços que ofereciam as nações da Europa para a partida de imigrantes” (YAMANAKA, 2007). Quando ocorreu a vinda do navio Kasato Maru, o presidente Affonso Penna (1906–1909) governava o país.

A despeito das vitórias japonesas nas guerras com a China (1894–1895) e com a Rússia (1904–1905), o país não apresentava perspectivas animadoras com a agricultura, além do quadro social dominante. Dessa forma, a vinda do navio Kasato Maru, fabricado nos estaleiros ingleses e apreendido como presa de guerra dos russos, desembarcando 781 imigrantes japoneses no Porto de Santos, no dia



18 de junho de 1908, após longa viagem desde a sua saída do Porto de Kobe, em 28 de abril, aportado em Singapura, em 9 de maio, e na Cidade de Cabo, em 2 de junho, dava início à imigração japonesa no Brasil. Isto não indica que antes não existiam japoneses vivendo no Brasil. Há informações de que na Bolívia, no Acre e em Manaus, no início do século, atraídos pelo lucro da borracha, alguns japoneses se infiltraram na Costa do Pacífico, provavelmente no Peru, com o qual o Japão celebrou o primeiro tratado de comércio e navegação, em 1873, seguindo-se do México, em 1888, e o Brasil em terceiro.

O fenômeno do fluxo migratório não era restrito apenas aos japoneses, mas principalmente aos europeus. No período de 1820 a 1930, cerca de 62 milhões de pessoas emigraram da Europa para as áreas de além-mar, em processo de expansão. O período de 1861 a 1920 foi o de maior concentração da imigração (total de 46 milhões). Encarado do ponto de vista dos países receptores, em 1914, por exemplo, 33% do povo argentino e 15% dos habitantes dos Estados Unidos eram imigrantes (SUNKEL, 1977). O aparecimento de um fungo nos plantios de batata-inglesa, na Irlanda, no período de 1846 a 1854, provocou a morte, por inanição, de 1 milhão de irlandeses, bem como a imigração de 1,5 milhão de pessoas para os Estados Unidos. No caso dos japoneses, havia a hipótese de que o nível de vida nas regiões vazias poderia ser superior ao alcançado no Japão, pois a abundância de terra no Brasil significava que poderiam adquirir, a um preço relativamente baixo, extensas terras não cultivadas, abrindo oportunidade quanto ao sistema de herança em que apenas o filho mais velho era privilegiado pelo direito à propriedade da família e, também, na procura de serviços para ganhar dinheiro (NOGUEIRA, 1973; TSUKAMOTO, 1973). Um grande equívoco era a crença em supor que os imigrantes japoneses, pela semelhança com os indígenas, eram provenientes de um país bastante atrasado, constituído de ateus, como era o estereótipo do pensamento da população brasileira. Aliás, essa imagem na região Norte prevaleceu até a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, quando começaram a ser popularizados os aparelhos eletrônicos japoneses (HOMMA, 2001a, 2001b). É importante analisar que, desde que a flotilha do Comodoro Matthew Calbraith Perry (1794–1858), em 8 de julho de 1853, entrou na Baía de Tóquio e, em 1854, conseguiu convencer os japoneses a firmarem um tratado de amizade com os Estados Unidos e a abertura dos portos, os japoneses conseguiram em questões de décadas o que o Ocidente levava séculos para



desenvolver em termos industriais, militares e de instituições políticas e padrões sociais modernos (KUNIO, 1982). Para se ter ideia dessa rápida evolução, basta comparar o número de barcos a vapor e a motor entre a França e o Japão em 1886. Enquanto a França possuía 738 barcos, o Japão possuía apenas 78, porém, em 1920, o Japão possuía 2.996 e a França 2.936 e, em 1925, o Japão se tornava a maior força marítima, com 7.323 navios a vapor e a motor (KUNIO, 1982).

O primeiro brasileiro a visitar o Japão terá sido Francisco Antônio de Almeida, cientista enviado pelo governo imperial brasileiro junto à missão francesa de observação do planeta Vênus, que passaria pelo disco solar em 9 de dezembro de 1874. O melhor ponto de observação seria na China e no Japão, e países como os Estados Unidos, França e México enviaram missões científicas para acompanhar o evento, tendo permanecido 3 meses (NINOMIYA, 1996). O registro histórico da vinda de quatro primeiros japoneses no Brasil foi decorrente do naufrágio do barco *Wakamiya Maru*, na costa japonesa, em 1793, que, após ficarem 7 meses ao sabor dos mares, chegaram a uma ilha no território russo. Salvos pelos ilhéus, foram levados para Irkutsk, onde permaneceram por 8 anos. Em 1803, foram levados para São Petersburgo, onde embarcaram nos navios de guerra que compunham a frota que viajou para o Oriente. A viagem dessa frota ficou muito conhecida pelo diário de bordo escrito pelo comandante do navio *Nadershuda*. Para reparar os danos causados pelas tempestades oceânicas, a frota aportou, em 20 de dezembro de 1803, em Desterro (atual Florianópolis), permanecendo nesse local até 4 de fevereiro de 1804. A frota chegou a Nakasaki em outubro de 1805, decorridos 13 anos desde o naufrágio (HANDA, 1996; HISTÓRIA..., 2007; NINOMIYA, 1996; O SOL..., 1978).

O fulcro dessa mudança modernizadora foi desencadeado sob a liderança do Imperador Meiji (1852–1912), que governou o país no período de 1868 a 1912, com características pró-ocidentais (JAPÃO, 1968, 1972). O Japão emergiu vitorioso das guerras sino-japonesa e russo-japonesa, recuperando a parte meridional da Ilha Sakalina, que tinha cedido à Rússia em 1875, em troca das Kurilas, e adquiriu Formosa e Coreia e interesses especiais na Manchúria. A guerra com a Rússia teve a intermediação do presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858–1919), que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1906. Esse estadista realizou uma expedição na Amazônia (1913–1914), acompanhado



de Cândido Mariano da Silva Rondon (1865–1958), tendo um dos afluentes do Rio Madeira recebido a denominação de Rio Roosevelt (ROOSEVELT, 1976).

O Japão, em 1902, dava-se ao luxo de assinar a Aliança Anglo-Japonesa, em que participou da Primeira Guerra Mundial, para atender às normas estipuladas no acordo. Dessa maneira, o Japão foi reconhecido como uma das grandes potências mundiais. O problema dessa política foi o nascimento do imperialismo japonês. O imperador Meiji foi substituído pelo imperador Taisho (1879–1926), que reinou no período de 1912 a 1926 e, em 1926, pelo imperador Hiroito (1901–1989), quando então iniciou a imigração japonesa na Amazônia (JAPÃO, 1968, 1972). Ademais, deve ser ressaltado que, apesar do desenvolvimento da indústria militar no Japão, o país atravessava uma fase crítica, provocada pela passagem de sociedade feudal de base agrícola para sociedade industrial mercantilista. Isto criou sérios problemas aos pequenos proprietários rurais, ao mesmo tempo em que aumentava a pressão demográfica e a falta de recursos primários básicos (SAITO; MAEYAMA, 1973).

No período de 1934 a 1944, os produtores rurais foram ativamente encorajados pelo governo japonês a emigrar para a Manchúria e para as ilhas espalhadas no sul do Oceano Pacífico, forçados pelo exército japonês, a fim de aliviar a zona rural da superpopulação e conseguir importação de alimentos para as ilhas centrais. No caso da Península Coreia, a empresa de Investimento para a Colonização, Toyo Takushoku Kabushiki Kaisha (Totaku), desenvolveu plantios de arroz, frutas e hortaliças utilizando a mão de obra dos coreanos.

Fukuhara e Uyetsuka: a crença na Amazônia

A imigração japonesa na Amazônia foi construída decorrente da vontade mútua por parte dos governos de ambos os países para atingir dois objetivos: a expansão capitalista japonesa e a descoberta de novas alternativas para a região. Esses dois objetivos foram manifestados em um programa coerente de migração, a expansão do comércio internacional e garantir a ordem nacional. No Japão, este foi traduzido em uma campanha concertada por agências e funcionários



governamentais, empresas e bancos para exportar pessoas e capitais para o Brasil. Na Amazônia, foram feitos esforços para cooperar com a emigração japonesa, garantindo as atividades e as vidas dos imigrantes. O sucesso dessa diplomacia foi decorrente de uma campanha organizada que explorou a dinâmica da mão de obra dos imigrantes e o conhecimento dos países receptores de migrantes (QUAN, 2004).

Deve ser analisado, portanto, esse quadro dominante desde quando se efetuaram as primeiras tentativas de emigração japonesa na Amazônia. A economia do extrativismo da seringueira, que chegou a participar como segundo produto na pauta das exportações brasileiras, no período de 1887 a 1917, entrava em colapso com a produção maciça dos seringais plantados no Sudeste Asiático. Em 1912, o governo do presidente Hermes da Fonseca (1855–1923) lançou um desesperado Plano de Defesa da Borracha, sem a devida compreensão da dinâmica da economia extrativa e sem ter condições de implementá-lo, com o início da Primeira Guerra Mundial, no período de 1914 a 1918 (BENCHIMOL, 1977; FERREIRA FILHO, 1965; SOUZA, 1994). Foi neste cenário que, em 28 de janeiro de 1915, Kinroku Awazu (1893–1979) veio ao Brasil para procurar um bom emprego e, depois, para administrar o projeto de assentamento no Brasil. Ele tinha reduzido conhecimento sobre a Amazônia antes de chegar ao Brasil, restrito aos 4 anos da vida colegial na Kobe Koutou Shogyo Gakko (Escola Superior de Comércio de Kobe), juntamente com Tsukasa Uyetsuka (1890–1978), Kunito Miyasaka (1889–1977) e outros, que formaram um grupo de estudo sobre a América do Sul, organizado por Uyetsuka. Em 1915, logo depois de sua formatura, Awazu emigrou ao Brasil, tendo sido o primeiro caso daquela escola. Uyetsuka tinha um primo, Shuhei Uyetsuka (1875–1935), que chegou no navio Kasato Maru, em 18 de junho de 1908, e exercia a função de fiscal de traslado da Companhia Imperial de Emigração. Em 1918, Shuhei Uyetsuka fundou o Núcleo Uyetsuka 1, denominado Itacolomi, numa área de 1,4 mil alqueires, que começava a 4 km da Estação Heitor Legru (atual Promissão). Em 1932, fundou o Núcleo Uyetsuka 2, em Guaimbé, Estação de Lins. Tsukasa Uyetsuka estudou bastante a experiência de colonização do seu primo (MUSEU..., 2008).

O interesse pelo fluxo migratório para o Brasil foi decorrente: 1) da proibição aos japoneses de entrarem na Ilha do Hawaii (por ter sido anexada aos Estados Unidos em 1900 e 1908, pelo tratado denominado Gentlemen's Agreement), embora a



imigração nessa ilha tenha iniciado em 1868; 2) do estabelecimento, mais tarde, em 1924, da Quota Immigration Act, que proibiu a imigração japonesa para os Estados Unidos e, em 1901, para a Austrália; 3) do grande terremoto de Kanto, em Tóquio, em setembro de 1923, que matou 143 mil pessoas; 4) da crise financeira em 1927 e, em seguida, da crise econômica generalizada no mundo em 1930.

É interessante mencionar que o governador Lauro Nina Sodré e Silva (1858–1944), na sua mensagem de 1º de fevereiro de 1896, ao Congresso do Estado do Pará, já anunciava o contrato para vinda de 35 mil imigrantes europeus e 3 mil imigrantes japoneses e que estava preparando a hospedaria de imigrantes em Outeiro, bem como novos Núcleos Coloniais (Monte Alegre, Marapanim e Piriá) estavam sendo preparados. Os relatórios governamentais naquela época insistem que a demanda da província era por “braços para a lavoura” e o motivo da colonização era corrigir a “falta de braços”, uma vez que a riqueza estava nas margens dos “altos rios” e a necessidade de abastecer os seringais era determinante para a criação de uma zona produtora de alimentos (CONCEIÇÃO, 1990). Em 1923, o governador do Pará, Antônio Emiliano de Sousa Castro (1875–1951), envia ao primeiro embaixador japonês no Brasil, Hichita Tatsuke (1867–1931), que havia chegado no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1923, uma petição solicitando o recebimento de imigrantes japoneses. No dia 18 de agosto, o embaixador Hichita Tatsuke apresentou suas credenciais junto ao presidente Arthur da Silva Bernardes (1922–1926). Hichita Tatsuke, quando ministro plenipotenciário no Chile, assinou o Tratado de Comércio com o Paraguai no dia 17 de novembro de 1919, em Assunção.

Em 1924, a embaixada do Japão no Rio de Janeiro envia o secretário Ryoji Noda e o adido naval Morimoto à Amazônia e, após reunião com o governador do Pará, seguiram para manter contatos com o governo do Amazonas (SILVA NETO, 2008). O objetivo da imigração japonesa era a produção de alimentos, em face da dicotomia provocada pela extração da borracha, levando à falta de braços para a agricultura, e das tentativas fracassadas no final do século 19 na instalação de imigrantes espanhóis, italianos e franceses, nas colônias no Nordeste Paraense.

Em 1925, o governador do Pará, médico Dionísio Ausier Bentes (1925–1929), recebeu os enviados da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo),



indústria de tecidos no Japão fundada em 1887, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano (1894–1936), que tinham chegado ao Brasil em 1924, após pesquisa sobre a produção de algodão no Nordeste Brasileiro, com uma carta do embaixador japonês Hichita Tatsuke. Essa visita ao Pará decorreu do interesse da Embaixada do Japão no Brasil, dando cunho oficial à visita de caráter privado da Kanebo. O interesse da Kanebo pelo Brasil decorreu da expansão das atividades com a criação da South American Colonial Company em 1928 e estendida para os Estados Unidos em 1935.

O governador ofereceu as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju ou Acará como propícias à colonização japonesa. Em mensagem ao Congresso do Estado, datada de 7 de setembro de 1926, o governador deixou transparecer o entusiasmo com as perspectivas da imigração japonesa no Estado do Pará, citando o exemplo de São Paulo, ocorrido há 17 anos. Este foi o ponto de partida oficial para o início da imigração japonesa na Amazônia, no qual se destacava a figura do governador Dionísio Bentes (COMO..., 1977; MEIRA, 1979a; ROQUE, 1968). A Constituição de 1891 dava autonomia aos estados de legislar sobre a imigração e a colonização.

A população do Estado do Pará, pelos dados do Censo Demográfico de 1920 (ANUÁRIO..., 1996), era de 983.507 habitantes, e a cidade de Belém, de 236.402 habitantes. A população no Estado do Amazonas, em 1920, era de apenas 363.166 habitantes e de Manaus, 75.704 habitantes. A população total do País era de 30.635.605 habitantes.

No ano de 1926, o embaixador japonês Hichita Tatsuke, acompanhado de Kinroku Awazu e de Nobutane Egoshi (1885–1955), agrônomo, do Consulado Geral do Japão em São Paulo, quando visitou Manaus, recebeu também do governador do Estado do Amazonas, o mineiro Ephigênio Ferreira de Salles (1926–1930), oferta de terras para colonos japoneses. Em 28 de maio de 1926, chegou a Belém o vapor Denis, da Booth Line, trazendo a missão científica japonesa chefiada por Hachiro Fukuhara (1874–1943) e mais oito técnicos: Kikutaro Ishihara (médico, professor da Universidade Imperial Tokyo), Yasuzo Iimura (veterinário, encarregado da defesa sanitária do Ministério do Interior do Japão), Hachiro Taniguchi (engenheiro civil, do Ministério do Interior do



Japão), Yoshimasa Tamura (engenheiro civil, do Ministério do Interior do Japão), Matsue Mizumura (auxiliar de engenheiro civil, do Ministério do Interior do Japão), Seiitsu Ishihara (engenheiro florestal), Yasuhei Ashizawa (engenheiro-agrônomo), Shonosuke Ôta (secretário do chefe da Missão, bolsista da Kanebo), Kosaku Oishi (1889-1973) (intérprete, ex-engenheiro-chefe da Kanebo), além desses membros, participaram mais três pessoas, Nobutane Egoshi (engenheiro-agrônomo do Consulado Geral do Japão em São Paulo, membro do grupo do embaixador Tatsuke), Hideo Nakano (bolsista da Kanebo) e Mitsuyo Maeda (judoca em Belém), para escolherem a área em Acará e fundar a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A.), conhecida como Nantaku (CASTRO, 1979; NAKANO, 2008; TSUNODA, 1988).

Em 10 de outubro de 1927, Henry Ford (1863–1947), que nunca tinha visitado o Brasil, para fazer frente às pressões do Plano Stevenson (1922–1928) de controle do mercado de borracha pelos ingleses e holandeses, lançou-se a um grande plantio de 1,4 milhão de seringueiras no Município de Aveiro, primeiro plantio de seringueira em grande escala do País, que ficou conhecido como Fordlândia (COSTA, 1993; DEAN, 1989). Fordlândia foi estabelecida em uma concessão de 1 milhão de hectares, intermediada pelo engenheiro-agrônomo Jorge Dumont Villares, sobrinho de Alberto Santos Dumont (1873–1932), herdeiro de uma importante família cafeeira de São Paulo, em 21 de julho de 1927, pagando 125 mil dólares de propinas, de uma terra que poderia obter gratuitamente do governo paraense. Em 1934, com a identificação do mal das folhas pelo fitopatologista James Weir nos plantios de Fordlândia, a Campanha Ford Industrial do Brasil cedeu parte da concessão em favor de outra concessão de 281.500 ha no atual Município de Belterra, no dia 4 de maio de 1934.

No dia 11 de março de 1927, com o apoio do embaixador do Japão, Akira Ariyoshi (1876–1937), que sucedera a Hichita Tatsuke, Genzaburo Yamanishi e Kinroku Awazu assinaram o contrato de opção com o governador do Amazonas, Ephigênio Salles, para a escolha de áreas apropriadas dentro de 2 anos com recursos próprios (TSUCHIDA, 1978). Foi a primeira concessão de terras aos japoneses na Amazônia. Genzaburo Yamanishi, do ramo da construção civil, da Província de Niigata, que fizera fortuna com a reconstrução da cidade de Tóquio, destruída pelo Grande



Terremoto de Kanto, ocorrido em 1º de setembro de 1923, estava disposto a investir 1 milhão de ienes no exterior¹.

Ainda em 27 de dezembro de 1927, em São Paulo, no Município de Cotia, 83 imigrantes japoneses, produtores de batata-inglesa, oficializaram a fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia, que viria a ser marco do movimento cooperativista no Brasil, e, em 1990, era considerada a 26ª empresa do País e líder do sistema cooperativo das Américas, com movimento anual de 970 milhões de dólares (CRUZ et al., 2008; DIÉGUES JÚNIOR, 1979; GAMBIRASIO, 1978). Em 30 de setembro de 1994, com a crise econômica da agricultura que adveio após o Plano Collor, a Cooperativa Agrícola de Cotia foi dissolvida, após 67 anos de atividade. Sua deterioração financeira tinha iniciado desde a primeira metade da década de 1980 e entrou em liquidação extrajudicial por decisão de seus cooperados (TANAKA, 2006). A Coluna Prestes, que surgiu em 1924, refugiou-se na Bolívia no dia 3 de fevereiro de 1927, pondo fim na intranquilidade governamental, mas chamando a atenção para um Brasil rural completamente abandonado e esquecido pelos governantes. No cenário mundial, Charles Lindbergh (1902-1974) realizava o primeiro voo intercontinental sem escalas entre Nova Iorque e Paris, no monomotor Spirit of St. Louis, no dia 21 de maio de 1927.

Por intermédio da Lei 2.746, de 13 de novembro de 1928 (CRUZ, 1958), o governo do Pará concedeu para Hachiro Fukuhara 600 mil hectares de terra em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre, e 3 lotes de 10 mil hectares, em Marabá, na zona da Estrada de Ferro de Bragança e em Conceição do Araguaia, para a imigração japonesa. Se os japoneses estavam interessados no estabelecimento de colônias ao longo do Rio Tocantins, de difícil acesso para a época, justificando a escolha de Marabá e Conceição do Araguaia, constituiu tópico não bem-esclarecido (CRUZ, 1958). Em junho de 1931, antes de vencer o prazo contratual, Fukuhara ordenou ao funcionário Juichi Ikushima que

¹ Genzaburo Yamanishi constitui um enigma da história da imigração japonesa na Amazônia, pois pouco se conhece sobre sua biografia. Chegou em Manaus no dia 1º de março de 1927 acompanhando Kinroku Awazu e no dia 11 de março 1927 já tinha o contrato de concessão de um milhão de hectares assinado e publicado no Diário Oficial. Kinroku Awazu já tinha visitado Manaus e Belém no período de abril a junho de 1926 acompanhando o embaixador Hichita Tatsuke (1867–1931).



pesquisasse essas terras e demarcasse a área de 10 mil hectares em cada local. Ikushima demarcou as áreas dos três locais e apresentou o relatório de pesquisa. A Companhia Nipônica, porém, não teve condição de explorar essas terras e deixou-as abandonadas até o confisco pelo governo federal em 1942.

Em 11 de agosto de 1928, foi fundada a Nantaku, com o capital de 10 milhões de ienes. Em 7 de outubro, Hachiro Fukuhara chegou em Belém como seu primeiro presidente e, em 1º de junho de 1929, começava as suas atividades no Município de Tomé-Açu. Nessa época, a comunicação fluvial era a única via de acesso, levando cerca de 12 horas de barco na ida até Belém e 18 horas para voltar, tendo sido quebrada apenas em 1973, com a abertura da Estrada Tomé-Açu-Belém, gastando-se apenas 4 horas de viagem (CASTRO, 1979). Em 1928, Yoshio Yamada (1896–1973), cujos descendentes transformaram-se em um dos maiores grupos empresariais do Pará, obteve também do governador Dionísio Bentes a concessão de uma grande área em Viseu, que foi tornada sem efeito pela Revolução de 30, motivando seu regresso para o Japão (CASTRO, 1979).

O *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 29 de outubro de 1929, mostrou o cenário da intranquilidade da economia mundial, cujos reflexos atingiram o Brasil. Deve ser destacado, contudo, o grande fluxo migratório de imigrantes japoneses no Brasil, principalmente no sul do País, para servir como mão de obra nos cafezais, uma vez que o governo italiano acabou com a imigração subsidiada em 1902. A crise nos cafezais permitiu que os imigrantes japoneses adquirissem terra mais barata, iniciando a formação de pequenas propriedades, que passaram a dedicar ao cultivo de hortaliças, à criação de aves, à fruticultura, entre outras atividades, visando ao abastecimento dos principais núcleos urbanos de São Paulo.

Em 1929, Kotaro Tsuji (1903–1970) visitou a Amazônia pela primeira vez, como enviado de Tsukasa Uyetsuka (1890–1978), da província de Kumamoto, ex-deputado federal e secretário especial do Ministério da Fazenda do Japão, que congregava interesses de alguns dos maiores capitalistas japoneses e manifestava interesse na colonização japonesa no Estado do Amazonas. A entrevista de Kotaro Tsuji foi publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em 3 de agosto daquele ano, já demonstrando o interesse dos japoneses pela cultura da juta (LIMA, 1938).



Em 1º de junho de 1929, a Nantaku iniciou suas atividades em Tomé-Açu, cujos primeiros precursores já se encontravam desde 11 de abril de 1929 e receberam as primeiras 43 famílias de imigrantes que partiram do Porto de Kobe em 24 de julho. Em 19 de dezembro, chegaram a Belém pelo navio La Plata Maru (1926–1939), que ancorava no Guajará, mais 242 imigrantes, sendo 192 destinados ao Acará e 50, pertencentes a 9 famílias, foram para Maués para trabalhar na Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha (TSUNODA, 1988). As famílias que se destinavam a Maués embarcaram para Manaus e chegaram ao seu destino em 2 de janeiro de 1930 (KAWADA, 1995).

A concessão de terras no Município de Maués, à margem direita do Rio Maués-Açu, com 25 km de frente e 10 km de fundo, medindo 25 mil hectares, no dia 20 de outubro de 1928, ao japonês Kosaku Oishi, que fundou a Companhia de Fomento Industrial do Amazonas (Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha), com a finalidade de cultivar o guaraná, constitui um capítulo à parte da história da imigração japonesa (REIS, 1982; TSUCHIDA, 1978). Em 22 de julho de 1930, chegava a Maués a segunda leva de imigrantes, contando 56 pessoas de 13 famílias e, em 30 de outubro, chegou a terceira e última leva de imigrantes, com 3 famílias e um total de 9 pessoas, com a transmissão do direito de concessão da terra de Kosaku Oishi para Takeo Sawayanagu, diretor-superintendente da Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha (Amakô), por meio de Aluísio de Araújo, cônsul honorário do Japão em Manaus. A empresa ficou paralísada em 1932, por falta de recursos financeiros. Os 105 ha de terra cultivada, posse da empresa, foram transferidos à Kaigai Shokumin Gakko (Escola de Colonização Ultramarina), fundada em 1918, por Hisae Sakiyama (1874–1941), em Tóquio, para preparação de jovens que desejassem trabalhar em agricultura no exterior. Com esse objetivo, procurou se estabelecer em Maués, em 1932, para fundar uma filial de sua escola, dedicando-se até a sua morte, em 1941, à orientação de jovens. Para isso, enviou o formando da escola Matsunosuke Ito, em 1928, e chamou o colaborador Noboru Yamanouti (1907–2000), natural de Hokkaido, que tinha desembarcado em Santos no dia 29 de julho de 1926 e estava no interior de São Paulo, para adquirir a terra e cultivar o guaraná. Depois, enviou a Maués mais os formandos e, em 1932, fechou a escola e Sakiyama, a esposa Tazu (1884–1962) e os filhos emigraram para o Brasil (KAWADA, 1995; NAKANO, 2008).



É interessante mencionar que as atividades comerciais do guaraná foram iniciadas pelos imigrantes italianos que se estabeleceram no Município de Maués. Nessa atividade, o lucano Giuseppe Faraco e o toscano Pietro Cardelli Desideri destacaram-se como pioneiros. Faraco emigrou para o Brasil com 25 anos em 1899 e, depois de breve passagem por Santarém e Óbidos, em 1902 estabeleceu-se em Maués. Possuía uma fazenda onde cultivava o guaraná e uma fábrica de guaraná em bastão. A firma Pedro Cardelli, estabelecida em 1908, tinha plantação de guaraná e a fábrica de guaraná em bastão da marca Luzéa. Enrico Magnani, que chegou a Maués na primeira década do século 20, foi o inventor da máquina de pilar guaraná, além da construção da sede do Consórcio do Guaraná, criado na década de 1940 e extinto em 1950, em meio a uma crise do setor, que foi presidido por Francisco Antônio Magaldi (EMMI, 2008).

Em 1904, durante a realização da Exposição de Saint Louis, de 30 de abril a 1º de dezembro de 1904 (comemoração do centenário de integração do Estado de Louisiana aos EUA), o Estado do Amazonas se fez representar com amostras de todos os seus produtos naturais e industriais, entre diversos objetos dessa fruta (MONTEIRO, 1965). Em 1922, na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, a firma José Faraco & Cia foi premiada com a medalha de ouro e diploma de honra ao mérito por sua participação na introdução do guaraná na economia brasileira (EMMI, 2008). O início da fabricação do Guaraná Antarctica, em 1921, e do Guaraná Brahma, em 1927, ampliou o mercado do guaraná que tinha consumo estritamente regional para os estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. O Guaraná Andrade foi lançado em Manaus em 1907 e perdurou até 1970, quando foi fechado.

A despeito disso, a imigração japonesa no Município de Maués que visava aos plantios de cacau, guaraná e arroz não teve o sucesso planejado ao instalar as 50 famílias, por desentendimentos entre os colonos que somente foram apaziguados com a chegada de Hisae Sakiyama, em 22 de setembro de 1930. Com a plantação de guaraná, eles mantiveram a vida, mas não tiveram muita esperança para ganhar o dinheiro. Enquanto isso, em Parintins, a Companhia Industrial Amazonense (CIA) obtinha sucesso na plantação de juta. Em 1938, alguns japoneses de Maués começaram plantar a juta sob a orientação da Companhia Industrial Amazonense. No ano seguinte, muitos japoneses da Colônia Maués mostraram o interesse



pela juta. Assim, a Diretoria da Cooperativa Agrícola Mista de Maués entrou em contato com a Diretoria da Companhia Industrial Amazonense S.A. O negócio foi fechado em 30 de março de 1940, quando Tsukasa Uyetsuka, diretor-presidente da Companhia Industrial Amazonense, visitou Maués, ocorrendo a incorporação da Cooperativa Maués.

Em 24 de julho de 1940, foi aberta na cidade de Maués a Filial da Casa do Sol Nascente (Setor de Comércio da Companhia Industrial Amazonense) e Yamanouti foi nomeado chefe dessa filial. Em 27 de agosto de 1941, foi transferido para a Vila Amazônia para ocupar o cargo de chefe da Seção de Documentação e, em outubro do mesmo ano, foi nomeado chefe da Filial de Itacoatiara da Companhia Industrial Amazonense (LOUREIRO, 1978; NAKANO, 2008). Foi um dos fundadores da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, criada em 24 de janeiro de 1960, e da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, fundada em 1965, entidade responsável pelo Hospital Amazônia.

As intenções de Tsukasa Uyetsuka, para viabilizar o empreendimento de colonização no Estado do Amazonas, passaram a tomar corpo em fevereiro de 1930, quando ele convocou uma conferência em Tokyo, reunindo empresários e cientistas. Em março deste mesmo ano, fundou a Kokushikan Koto Takushoku Gakko (Escola Superior de Colonização), em Tokyo, no bairro de Setagaya, no campus da atual Kokushikan University, fundada em 1917, por Tokujiro Shibata, que cedeu as instalações. Em 1932, em decorrência de conflitos de opiniões com Tokujiro Shibata, Uyetsuka transferiu para Kanagawa-ken, na cidade de Kawasaki e passou a ser denominada de Nippon Koto Takushoku Gakko (TANAKA, 1957; TSUCHIDA, 1978; TSUNODA, 1988). Esse local fica perto de Ikuta-Mura, na estação Nishi-Ikuta, e faz parte das atuais dependências do Campus Ikuta da Meiji University, onde funcionam os cursos de Ciência e Tecnologia e Agricultura (KOKUSHIKAN UNIVERSITY, 2008; MEIJI UNIVERSITY, 2008). O objetivo era treinar estudantes mediante curso de um ano, com ensino de matérias básicas de Geografia da América Latina, Língua Portuguesa, Noções de Agricultura, Construção Civil, Aproveitamento de Produtos Primários, Veterinária e Educação Física, visando à adaptação ao novo local de trabalho e aos costumes no novo país (ARAÚJO, 1995; KAWADA, 1995).



Ao longo dos anos, até 1937, essa escola chegou a mandar sete turmas, cerca de 245 estudantes e 15 famílias (mais 5 rapazes solteiros), para o Estado do Amazonas, onde ficaram conhecidos como os *koutakusseis* (BOLETIM KOUTAKU-KAI, 2000; JAPONESSES..., 2007; NAKANO, 2008). Os *koutakusseis* eram jovens japoneses, imbuídos do espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira, que prevaleceu também nos anos futuros, na sua totalidade, preocupados com a educação dos filhos, constituíam o núcleo dos imigrantes de Parintins. Por se tratar de uma instituição na qual eram necessários pagamentos de pesadas mensalidades, a maioria dos estudantes era proveniente de famílias de classe média.

A primeira turma de 35 *koutakusseis* saiu do Porto de Iocoama, no navio Santos Maru (1926–1939), em 19 de abril de 1931, e chegou ao Rio de Janeiro no dia 5 de junho de 1931, onde ficaram na Ilha de Flores, que se tornou o ponto obrigatório de baldeação de imigrantes japoneses, e em 20 de junho chegaram à Vila Amazônia, no navio Afonso Pena, da extinta Loide Brasileiro. Nesse grupo vieram também três formandos da Faculdade de Agronomia de Tóquio, comandados pelo professor Sakae Oti (1906–1988), com 23 anos de idade, natural de Fukuoka, que havia concluído o curso na Kokushikan Jitsugyo (Escola Média de Comércio e Agricultura), em Tóquio, e traziam 10 kg de sementes de juta. Em 16 de abril de 1932, a segunda turma de 53 *koutakusseis* partiu do Porto de Iocoama, no navio Rio de Janeiro Maru (1930–1939), e chegou no dia 2 de julho na Vila Amazônia, pelo navio brasileiro Santos. Na primeira turma, viria a se destacar Toshizo Nakajima (1911–1975), que ficou conhecido como o “rei da juta”, chegando a produzir 350 t de fibra de juta, grande comprador de fibra e atividades comerciais.

Esses embarques prosseguiram no Porto de Iocoama. Em 12 de abril de 1933, 68 *koutakusseis*, sendo 3 da segunda turma, embarcaram no navio Montevideu Maru, aportaram em Colombo, Sri Lanka, no dia 3 de maio, chegaram no Rio de Janeiro em 31 de maio e embarcaram no navio Santos e chegaram à Vila Amazônia em 21 de junho de 1933, às 3 h da madrugada. Em 13 de setembro de 1933, veio no navio Montevideu Maru um pequeno grupo de três *koutakusseis*, sendo dois da segunda turma e um da terceira turma.



Em 18 de abril de 1934, 45 *koutakusseis* da quarta turma e 7 da terceira turma embarcaram no navio Buenos Aires Maru (1929–1941), chegando no Rio de Janeiro no dia 1º de junho e na Vila Amazônia no dia 29 de junho, pelo navio brasileiro Santos.

Em 16 de abril de 1935, 14 *koutakusseis* da quinta turma e 3 da segunda turma embarcaram no navio Rio de Janeiro Maru e chegaram na Vila Amazônia em 3 de julho. Em 16 de abril de 1936, no navio La Plata Maru, embarcaram 13 *koutakusseis* (1 da quarta turma, 12 da sexta turma). Em 30 de maio de 1937, no navio Montevideu-Marú, embarcavam três *koutakusseis* da sétima e última turma. É interessante destacar que o navio Montevideu Maru aportou em Belém, em 22 de julho, e depois de desembarcar os *koutakusseis* e algumas cargas deslocou-se para o Rio de Janeiro. Em 30 de julho, a sétima turma embarcou no navio Cuiabá, movido a vapor, da Amazon River e chegou à Vila Amazônia em 6 de agosto (AMAZON KOUTAKUKAI, 2007; NAKANO, 2008). Como último remanescente, no dia 30 de setembro de 1939, embarcava no navio La Plata Maru um solitário *koutakusse*i da sétima turma.

Em abril de 1930, o japonês Uyetsuka, designado em 28 de fevereiro como chefe de uma missão governamental japonesa, viajou para o Brasil acompanhado de duas pessoas. Saíram do Japão do porto de Kobe, no navio Rio de Janeiro-Marú em 7 de julho, chegaram no Rio de Janeiro no dia 1º de setembro e em Manaus em meados daquele mês. Imediatamente promoveram a inspeção da área de 700 mil hectares e efetuaram a aquisição de uma área de 1,5 mil hectares, no Município de Parintins, de uma localidade chamada Vila Batista, pertencente ao senhor Francisco Barreto Baptista, cujo nome Uyetsuka mudou para Vila Amazônia, para ser o núcleo do empreendimento no Brasil, obtendo a extensão do contrato de opção por mais 2 anos (LIMA, 1938; SAUNIER, 2003). Um dos membros da equipe foi o médico japonês Masakazu Sassada, que coletou amostras de sangue dos ribeirinhos, para verificar se havia presença da malária.

Uma missão anterior constituída por seis membros, em agosto de 1928, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores, já tinha selecionado uma área de 300 mil hectares próximo a Maués. Enquanto Uyetsuka, em 21 de outubro de 1930, fundava o Amazonia Sangyo Kenkyu-Sho (Instituto Amazônia), em Parintins, com o objetivo de desenvolver pesquisas para apoiar as atividades agrícolas, o País passava por grandes transformações políticas (OTI, 1947;



TSUCHIDA, 1978; UYETSUKA, 1967). Nessa época, Parintins era uma pacata cidade do interior amazonense, sem a agitação que cerca as festividades do Boi-bumbá durante o mês de junho. Introduzido em 1913, como uma ramificação do Bumbá-meu-boi do Nordeste, foi adaptado para as condições amazônicas e transformado em Festival Folclórico de Parintins, a partir de 1966, organizado por Raimundo Muniz Rodrigues, Xisto Pereira, Manuel José Lobato Rodrigues, Veriano Brandão e Lucinor Paixão, na quadra esportiva da Catedral de Nossa Senhora do Carmo (TEIXEIRA, 2007).

O presidente da República, Washington Luis (1869–1957), foi deposto no dia 24 de outubro de 1930, sendo substituído por uma Junta Militar Governativa Provisória até 3 de novembro, para então o cargo ser entregue a Getúlio Vargas (1883–1954), que governou até 29 de outubro de 1945. É interessante mencionar que, no período 1926 a 1930, foi ministro da Agricultura o paraense Geminiano Lyra Castro (1863–1936), natural de Igarapé-Miri. É importante ressaltar que o novo governo estadual amazonense instituído no dia 20 de novembro de 1930 manteve esse contrato, a despeito de ter anulado dezenas de outros, assegurando uma aparente tranquilidade para Uyetsuka, que regressou em dezembro de 1930 para o Japão. A seguir, Kinroku Awazu assumiu a direção do Instituto Amazônia até 7 de dezembro de 1932, quando deixou a Vila Amazônia, que foi reorganizada com a chegada de Kotaro Tsuji em 20 de abril de 1933, com a denominação de Instituto Industrial da Amazônia, recebendo neste mesmo ano uma remessa de sementes de juta procedentes de São Paulo e do Japão (LIMA, 1938; OTI, 1947).

Em 11 de março de 1931, o contrato de opção de terras assinado por Yamanishi e Awazu foi transferido para Uyetsuka, uma vez que Genzaburo Yamanishi não dispunha de recursos financeiros. Em 19 de abril de 1931, saiu de Iocoama, no navio Santos Maru, a primeira turma de 35 estudantes da Escola Superior de Colonização, que foi enviada para estagiar no Instituto Amazônia. O ano de formação e o nome do navio em que vieram para o Brasil passaram a ser o ponto de identificação posterior dos imigrantes. Partindo do Japão e cruzando a linha do Equador no Oceano Índico, depois de passar por Colombo (Sri Lanka), Cingapura, África do Sul e atravessando os oceanos Pacífico e Atlântico, os navios velhos como Manila Maru demoravam em torno de 60 dias para chegar ao Rio de Janeiro. Os navios de meia idade, como Santos Maru e La Plata Maru demoravam em torno de 50 a 55 dias e os navios novos, 43 a 45 dias, como



Rio de Janeiro Maru e Buenos Aires-Marú. Duas companhias de navegação, a Osaka Shosen Line e a Japan Mail Steamship Company, em dezembro de 1916 e em abril de 1917, respectivamente, tinham iniciado uma linha regular para o Brasil. Aportando no Rio de Janeiro, onde mudavam para um navio brasileiro, tinham ainda pela frente 6.572 km de navegação até Manaus, com paradas em quase todos os portos nacionais (TSUCHIDA, 1978). As passagens para a vinda ao Brasil eram custeadas pelo governo japonês desde 1925, com o objetivo de estimular a imigração. No caso do Estado de São Paulo, para atender aos interesses dos produtores de café por mão de obra, até 1922, o governo estadual subsidiava as passagens dos imigrantes.

Adaptação da juta às várzeas amazônicas

As experiências com o plantio de juta tiveram início no dia 12 de setembro de 1931, na Vila Amazônia, e em 22 de setembro, na Ilha de Formosa, em Paraná de Ramos, por Emon Araki, agrônomo graduado pelo Colégio Agrônomo de Kagoshima. Ele pertencia à primeira turma de *koutakusseis* e se tornou graduado funcionário do Banco América do Sul S.A. em 1954. No complexo do Monumento da Juta, há uma placa alusiva a esse evento. Em 16 de novembro de 1931, mais sementes de juta procedentes da Índia seriam enviadas pelo primeiro-secretário da Embaixada do Japão no Rio de Janeiro, Ryoji Noda (1875–1968), e plantadas na Ilha Formosa. Nova partida de 40 kg de sementes procedentes de Tóquio foi recebida no dia 26 de novembro de 1931. Em 5 de dezembro, as experiências foram repetidas por Emon Araki, na Ilha da Várzea, onde foram efetuados plantios em intervalos de 10 dias até 31 de março de 1932 (LIMA, 1938; THURY, 1938). Em 28 de outubro de 1931, o interventor federal do Amazonas, o tenente Antonio Rogério Coimbra (31/8/1931–15/5/1933), concedeu aos japoneses a prorrogação por mais 2 anos da cláusula que estipulava a organização da companhia. Em Acará, os imigrantes japoneses fundaram a Cooperativa de Hortaliças, e Yoshio Yamada (1898–1973), em outubro de 1931, retornou à Amazônia, estabelecendo-se em Ourém e dedicando-se à agricultura e ao comércio (CASTRO, 1979). No cenário internacional, as tropas japonesas invadiram a Manchúria, em 18 de setembro de 1931, criando o império do Mandchukuo.



No ano de 1932, a segunda turma de 59 estudantes da Escola Superior de Colonização veio para a Amazônia e se alojou no Centro de Treinamento do Instituto Amazônia. Na Ilha de Formosa, ficaram somente os que cuidavam da plantação experimental de juta (Emon Araki e Ken'ichi Kiuchi) e das hortaliças (Shiro Hashimoto). Apesar do insucesso das experiências com a juta, as amostras de fibra foram encaminhadas para duas companhias japonesas de cânhamo (Teikoku Seima e Taisho Seima) e uma de fibra de juta (Toyo Boseki), que atestaram a boa qualidade das fibras amazônicas (LIMA, 1938; THURY, 1938, 1946). Em Tomé-Açu, a Companhia Nipônica de Plantações, que acreditava no sucesso da cultura do cacauzeiro, não obteve êxito, dando origem a diversos atritos, inclusive na retirada, em 1935, de Hachiro Fukuhara da Companhia, que deprimido retornou ao Japão (CASTRO, 1979; TSUNODA, 1988). A história mostrou os resultados desse empreendimento somente duas décadas depois. Em 28 de janeiro de 1932, as tropas japonesas invadiram Xangai, em represália contra o assassinato de monges budistas japoneses. Esses acontecimentos tiveram reflexos na política imigracional japonesa no Brasil. A razão principal do fracasso da Companhia Nipônica de Plantações que levou à desativação das atividades está relacionada à promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 16 de julho de 1934, que substituiu a Constituição de 1891, pela Assembleia Nacional Constituinte, que estabeleceu no seu art. 121, § 6º, que a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

O art. 130 era determinante com relação à concessão de terras, estabelecendo que nenhuma concessão de terras de superfície superior a 10 mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal.

Em 3 de fevereiro de 1933, Kotaro Tsuji, partiu do Japão, a bordo do Santos Maru, acompanhado de sua primeira esposa Hisayo, Mitsuko Kimura (15 anos de idade, filha de Shinjiro Kimura, colaborador do Instituto Amazônia, em São Paulo, adotada para economizar a despesa de viagem) e do irmão mais novo, Kohei Tsuji, chegando ao Brasil no dia 20 de abril, trazendo 60 kg de sementes de juta arranjadas pelo Consulado do Japão em Calcutá, por meio da Agência



Calcutá, do Mitsui Corporation S.A., que foram entregues para Isaku Kino. Em abril, essas sementes foram plantadas e não tiveram o sucesso esperado.

O fracasso das experiências com a juta, pelo Instituto Amazônia, fez com que Uyetsuka tomasse a decisão de enviar para a Índia o agrônomo Isaku Kino, professor da Escola Superior de Colonização, para aprender sobre o plantio de juta, uma vez que ele tinha experiência apenas no cultivo de arroz. Em 10 de maio de 1933, ele partiu para Índia e regressou ao Japão no dia 1º de setembro, partindo em direção à Amazônia em 13 de setembro, no navio Montevideu Maru, como chefe de turma do Primeiro Grupo de Famílias para a Colônia Modelo Andirá, incluída a família de Ryota Oyama.

Os imigrantes chegaram ao Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1933 e à Vila Amazônia em 19 de novembro daquele mesmo ano, no navio Baependi. Com Isaku Kino, vieram cinco famílias de agricultores: Jisaburo Kinno (esposa e seis filhos), Daikiti Yoshii (esposa e quatro filhos), Yoshimasa Nakauti (esposa e dois filhos), Kametaro Odo (esposa e cinco filhos) e Ryota Oyama (1882–1972), atendendo ao convite de Tsukasa Uyetsuka. Ryota Oyama, cuja atenção com a juta iria modificar os destinos dos imigrantes e da região, nasceu na Província de Okayama, no dia 1º de dezembro de 1882, na Vila Agata, e faleceu em Parintins, Estado do Amazonas, no dia 15 de maio de 1972, aos 90 anos de idade (LIMA, 1938; MARÃO, 1967; O PAI... 1972; OTI, 1947; TSUNODA, 1988). Era filho de Uzaburu Oyama e Ykime Oyama. Quando resolveu emigrar para o Brasil, estava com 51 anos e veio acompanhado de sua esposa Kyo (1886–1977) e de quatro dos seus cinco filhos, Kazuma (1911–1987), Yoshime (1913–2008), Tamon (1919–2012) e Kano (Sonia) (1923–2005).

Kazuma não concluiu o curso com a segunda turma de *koutakusseis* por causa do serviço militar. Como a família decidiu emigrar à Amazônia, Tsukasa Uyetsuka emitiu o diploma da formatura. Para a emigração, Kazuma ocupou o lugar do chefe da família, pois não seria bom colocar o nome do pai, Ryota Oyama, que estava sendo cassado pela fraude eleitoral na candidatura para vereador (NAKANO, 2008). Como Hetsuhiko (1915–1937) estava concluindo o curso secundário, ficou no Japão e emigrou junto com a quinta turma de *koutakusseis*, em 16 de abril de 1935 e, sendo vítima da malária, faleceu em 1937, com 22 anos,



quando estava começando o sucesso da juta. No Japão, Ryota Oyama dedicou-se às atividades agrícolas, tendo trabalhado na Cooperativa Agrícola de Fabricação de Esteiras Japonesas, na Província de Okayama, obtendo conhecimentos úteis sobre a cultura de uma planta fibrosa chamada igusa (*Juncus effusus* L. var. *decipiens* Buchenau), semelhante às gramíneas que crescem, em geral, nos alagadiços, nativa do Japão, Coreia e China, utilizada na confecção de tatames (que constituem o piso tradicional japonês), cestos e assentos de cadeira. Ocupou mais tarde o cargo de diretor dessa Cooperativa.

Em 12 de abril de 1933, a terceira turma, composta de 72 estudantes, partiu do Porto de Iocoama, no navio Montevidéu Maru, chegando à Vila Amazônia em 21 de junho. Com o acréscimo da terceira turma de *koutakusseis*, totalizava mais de 150 estudantes, para os quais foram preparados 300 ha de terra firme e 45 ha de várzeas. Em meados de dezembro de 1933, Ryota Oyama iniciou o preparo do solo no lote da várzea na embocadura do Rio Andirá e, em 4 de janeiro de 1934, iniciou o plantio de sementes de juta, trazidas de Calcutá por Issaku Kino (LIMA, 1938; OTI, 1947).

Em 1933, Makinossuke Ussui (1896–1993), representante da Nantaku, viajou no navio Hawai Maru (1918–1935) e, ao desembarcar em Cingapura, para cremar uma passageira idosa falecida a bordo, conduziu 20 mudas de pimenta-do-reino da variedade Kuching que mudaram os rumos da agricultura na Amazônia (LOUREIRO, 1978; PINTO, 1978; YAMADA, 1999). Provavelmente devem ter sido mudas já enraizadas em cestos, pois os ramos não iriam aguentar o tempo de viagem até o porto do Rio de Janeiro, além da troca de navio até Belém e depois até Tomé-Açu. Com toda certeza ele transportou as mudas em cestos, pois não existiam sacos plásticos na época, e irrigou-as durante a viagem. Deve também ter contado com o apoio de agentes consulares japoneses.

Chama-se a atenção que os anos de 1933 e 1934 marcaram os recordes da imigração japonesa no Brasil (Tabela 2).

Tabela 2. Entrada de imigrantes japoneses no Brasil, de 1908 a 1978.

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1908	830	1945	--
1909	31	1946	6

continua...

**Tabela 2.** Continuação.

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1910	948	1947	1
1911	28	1948	1
1912	2.909	1949	4
1913	7.122	1950	33
1914	3.675	1951	106
1915	65	1952	261
1916	165	1953	1.928
1917	3.899	1954	3.119
1918	5.599	1955	4.051
1919	3.022	1956	4.912
1920	1.013	1957	6.147
1921	840	1958	6.586
1922	1.225	1959	7.123
1923	895	1960	7.746
1924	2.673	1961	6.824
1925	6.330	1962	3.257
1926	8.407	1963	2.124
1927	9.084	1964	1.138
1928	11.169	1965	903
1929	16.648	1966	937
1930	14.076	1967	1.070
1931	5.632	1968	597
1932	11.678	1969	496
1933	24.494	1970	435
1934	21.930	1971	452
1935	9.611	1972	352
1936	3.306	1973	492
1937	4.557	1974	239
1938	2.524	1975	254
1939	1.414	1976	262
1940	1.155	1977	291
1941	1.548	1978	291

Fonte: Setenta... (1978) e Tsuchida (1978).



Em 11 de março de 1934, foi realizada uma exposição dos produtos agrícolas dos imigrantes japoneses, mas a juta continuava com o tamanho reduzido. Nesse meio tempo, Ryota Oyama observou que, no jutal no Paraná de Ramos, duas plantas se distinguíam das demais em termos de crescimento. A enchente levou uma dessas plantas, mas, da planta sobrevivente, Oyama conseguiu obter dez cápsulas, em junho de 1934, que foram plantadas em 20 de outubro, em frente à sua casa, na Colônia Modelo de Andirá, obtendo, 7 meses depois, 200 g. Foi esse cuidado e essa persistência que permitiram o sucesso da lavoura de juta na Amazônia (MARÃO, 1967; NAKANO, 2008; O PAI... 1972; OTI, 1947; UYETSUKA, 1967).

O Professor Virgílio Ferreira Libonati, da antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), um dos pesquisadores que mais se dedicou à pesquisa da juta na Amazônia, atribuiu esse fenômeno a uma mutação. A outra hipótese é a de que as sementes recebidas pelos japoneses do Instituto Amazônia, obtidas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão por meio dos consulados em São Paulo (Brasil) e em Calcutá (Índia) e de outras remessas, tinham qualidade inferior, e não era de interesse da Índia, que, naquele tempo, tinha na economia da juta uma das principais atividades econômicas, criar um concorrente. Porém, por engano, vieram da Índia algumas sementes de juta de boa qualidade. Como colônia inglesa, os ingleses deviam ter na memória o saldo da experiência positiva que foi a transferência das 70 mil sementes de seringueira do povoado de Boim, na margem esquerda do Rio Tapajós, próximo de Santarém, por Henry Wickham (1846–1928), em 1876, para as possessões britânicas no Sudeste Asiático, bem como da cinchona por Richard Spruce (1817–1893), árvore produtora de quinino, nas possessões holandesas da Ásia (DEAN, 1989).

Posteriormente, mesmo na época contemporânea, a Índia sempre se mostrou refratária quanto a qualquer possibilidade de cooperação referente à troca de material genético. Nesse sentido, chegou a ser paradoxal, quando por ocasião da realização da 3ª Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares, em Belém, no período de 20 a 24 de abril de 1952, o ministro da Agricultura, João Cleofas de Oliveira (1899–1987), veio acompanhado do embaixador do Paquistão e do encarregado dos negócios da Índia, quando o objetivo da reunião era reduzir as importações de juta-indiana e paquistanesa.



O sucesso da aclimação da juta por Ryota Oyama marcou nova era na agricultura brasileira, cujas tentativas visando o cultivo em São Paulo vinham desde 1902, não descartando esforços como os de Edmundo Navarro de Andrade (1881–1941), pioneiro no cultivo do eucalipto no País, entre outros (GRANATO, 1923; MCDOWELL, 1978). Edmundo Navarro de Andrade publicou, em 1920, *Instruções para a Cultura da Juta em São Paulo*, produto de estudos e observações realizadas durante a viagem de 1918 aos países produtores de fibra.

Em 1934, a quarta turma de 45 *koutakusseis* embarcou no navio Buenos Aires Maru (1929–1941) e desembarcou em Parintins, no navio Santos. Na viagem para Parintins, em Belém, embarcou um contingente de soldados e quatro caminhões para serem desembarcados em Óbidos, em face da adesão da guarnição daquele município, em agosto de 1932, à Revolução Constitucionalista, na qual foram sufocados e vieram como prisioneiros para Belém, no dia 6 de setembro daquele ano. Na colônia, em Parintins, denotava-se um evidente clima de frustração entre os imigrantes anteriores, fazendo com que muitos comesçassem a se deslocar para São Paulo. As dificuldades de trabalho, o clima inóspito, a cultura, a língua, o desconforto e o “jeito” (ROSSEN, 1971) brasileiro de resolver os problemas levaram alguns ao desespero do suicídio (STANIFORD, 1973a, 1973b).

Até então, a atividade produtiva dos imigrantes em Parintins não passava da agricultura de ciclo curto (mandioca, arroz, feijão, milho, etc.) e do plantio de culturas permanentes sem muito conhecimento na época (seringueira, castanha-do-pará, cacau, café, guaraná, laranja e outras) nas áreas de terra firme, semelhante ao dos caboclos. A tentativa de se conseguir a produção planejada, aplicando a técnica e o capital, apresentava grandes dificuldades. Como plano para a agricultura, plantaram a seringueira, tanto que por ocasião do confisco da CIA, em 1942, existiam 115 mil pés plantados, iniciados em 1931, do guaraná e da castanha-do-pará, em terra firme, intentando-se assim superar a fase de extrativismo vegetal e conseguir a produção planejada de culturas permanentes, muitas delas em sistemas agroflorestais. É interessante frisar que, por ocasião do confisco da CIA, com exceção do plantio de seringueira da Companhia Ford Industrial do Brasil, existiam apenas esse plantio dos japoneses em Parintins e uma área menor em Manaus, iniciado em 1935 por Cosme Ferreira Filho (1893–1976) (DEAN, 1989). Essa planificação da produção, tal como sucedera também



com aquela do Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha, em Maués, não passava de mero estudo de gabinete, sem o necessário estabelecimento de uma diretriz segura e sem condições de ajudar os imigrantes. Dessa forma, ocorreu uma concentração de retirada principalmente para São Paulo, no período de 1934 a 1936, por motivo principal de “desinteresse ao desbravamento” da Amazônia.

O clima de desânimo e de revolta fez com que Uyetsuka se deslocasse imediatamente para Parintins, onde chegou no dia 17 de outubro de 1934 e ouviu de Ryota Oyama, um dos imigrantes abandonados pela Companhia, o relato que obtivera sobre a juta e da tentativa de multiplicar essas sementes. O novo gerente-geral do Instituto Amazônia, Kotaro Tsuji, desistiu da plantação de juta, em abril de 1934 (talvez em 11 de abril), por razão de fracasso do plantio experimental das sementes indianas. Foi uma decisão arbitrária de Tsuji, embora ele tenha sido a primeira pessoa que idealizou a juta na Amazônia e tenha combinado com Tsukasa Uyetsuka de continuar a plantação experimental de juta. Ao sabê-lo, Uyetsuka preocupado ordenou a Tsuji continuar o serviço do campo experimental de juta. Assim, Emon Araki, chefe do campo, continuou o trabalho.

Quando chegou o primeiro grupo das famílias de colonos à Colônia Modelo Andirá, foram preparados os lotes de 1 ha para a plantação experimental de juta. Participaram seis famílias de colonos recém-chegadas e mais uns 15 *koutakusseis*. Eles semearam na primeira quinzena de janeiro de 1934. No início de março, quando as jutas cresceram em torno de 1 m de altura, começou a floração e o crescimento parou. Ao sabê-lo, os *koutakusseis* desistiram da colheita, exceto Takeshiro Homma (1910–1988), que colheu e obteve as fibras curtas (talvez Fukuei Misono e Keiji Izumi também colhessem). As famílias de colonos colheram, mas o trabalho de colheita terminou com poucos dias. Somente Ryota Oyama demorou a colheita porque ele descobriu dois pés de aspecto estranho no fim de fevereiro e começou a observação. Para colher as jutas, ele examinou uma por uma comparando com os dois pés estranhos. Colheu somente os que não mostraram o sinal semelhante aos dois pés que estavam continuando a crescer sem floração. Por essa razão, a colheita demorou e, no fim de março, somente ele estava cuidando de juta. A maioria das roças estava abandonada sem colheita. Em 4 de abril, Tsuji olhou essas roças abandonadas e ouviu os *koutakusseis* explicarem que estavam “sem esperança de juta na Amazônia”. Ao ouvi-lo, Tsuji



decidiu prontamente desistir da juta. Mesmo assim, os encarregados de plantação experimental de juta, Yoshio Takashima (na terra firme da Vila Amazônia) e Issaku Kino (na várzea da Boca do Andirá), não desistiram. A plantação experimental não produziu nenhum resultado adequado, mas eles continuaram e trocavam as informações com Oyama. Por sua vez, Tsuji insatisfeito considerava Oyama como um desobediente e suspendeu o empréstimo, mas Oti, chefe do Departamento de Colonização do Instituto Amazônia e administrador da Colônia Modelo Andirá, ajudou-o dando o incentivo pecuniário, pois ele entendeu bem o ideal e o pensamento de Uyetsuka. Oti também acreditava no sucesso da juta. Em 17 de outubro de 1934, Uyetsuka chegou à Vila Amazônia e, no dia 19, visitou a Colônia Modelo Andirá. Na Boca de Andirá, visitou o plantio experimental de juta feito por Issaku Kino e, depois, as roças na terra firme, inclusive a juta de Oyama. Este relatou sobre a primeira experiência de plantação de juta, tanto da variedade comum como da nova. Uyetsuka, satisfeito, deu palavra de animação e Oyama entendeu que o Instituto Amazônia não tinha desistido da juta. Ryota Oyama escreveu a Sakae Oti: “Naquela época (quando Tsuji desistiu da juta), quem me ajudou foi somente o Sr. Oti. Por sua vez, o Sr. Takamura me proibiu de falar sobre a juta, pois poderia deixar perplexo outros colonos. O Sr. Tsuji e outros chefes estavam contra a juta, mas somente o senhor me ajudou e observava a juta dentro de água, ou me deu o incentivo pecuniário...”.

Em 1935, veio a quinta turma de 14 *koutakusseis*, num total de 70 pessoas, incluindo os familiares dos migrantes, que embarcaram no Porto de Iocoama, no navio Rio de Janeiro Maru, chegando ao Rio de Janeiro em 30 de maio, embarcando a seguir no navio Santarém, com destino a Parintins. Nesse período, Uyetsuka encontrou grandes dificuldades para conseguir recursos para seu projeto no Estado do Amazonas, tais como: a Grande Depressão de 1929, durante a qual os capitalistas relutavam em investir em atividades de risco; a Revolução de 1930, que colocava dúvidas quanto ao contrato de opção; e as dificuldades enfrentadas pela Nantaku, em Tomé-Açu, em empreendimento semelhante, que beirava a agonia. Com a ajuda governamental e a participação de seis entidades como acionistas (Instituto Amazônia, Mitsui Sociedade Coletiva, Mitsubishi Sociedade por Fundo Coletivo, Sumitomo Sociedade por Fundo Coletivo, Yasuda Sociedade por Fundo Coletivo e Cia. de Desenvolvimento Econômico de Toya S.A.), conseguiram levantar um capital de 1 milhão de ienes (equivalente a



US\$ 287.000,00). Com esse capital, em setembro de 1935, Uyetsuka fundou, em Tokyo, a Amazonia Sangyo Kabushiki Kaisha (Companhia Industrial Amazonense S.A.), como parte das normas contratuais entre os capitalistas japoneses e o desenvolvimento das atividades no Brasil (NAKANO, 2008).

Em 1935, Ryota Oyama, ante a descrença geral dos imigrantes, que já tinham desistido da cultura da juta, continuava efetuando a multiplicação das sementes de juta, lutando contra inúmeras dificuldades, principalmente a de combate a saúvas. O desânimo dos colonos, quanto ao fracasso da cultura da juta, decorria de que, em todas as propriedades onde foi plantada a juta, esta não crescia mais do que 2 m e com galhos imprestáveis para retirada comercial de fibra. Da produção de sementes de juta obtida em 1935, Ryota Oyama entregou um quarto de litro de sementes para Yoshio Takashima, o encarregado da Estação Experimental do Instituto Amazônia. Takashima era formado pela Escola Superior de Agricultura de Utsunomiya e concluíra a terceira turma de *koutakusseis*; iniciou suas atividades na Vila Amazônia em 23 de junho de 1933 e, por motivos de saúde, teve de regressar ao Japão em 1938. Em 21 de agosto de 1935, plantou as sementes fornecidas por Ryota Oyama em uma área de 0,04 ha e, em 22 de janeiro de 1936, efetuou a colheita de aproximadamente 1,5 mil gramas de sementes de juta, tendo ficado com um terço, devolvido um terço para Ryota Oyama e o restante para Yoshimasa Nakauti.

Existem 335 sementes de juta/grama e 75 sementes/grama de malva (BRASIL, 1992). Para produção de semente de juta, nas áreas de terra firme no Município de Alenquer, utiliza-se 1 kg de semente básica para o plantio de 1 ha para a produção de semente fiscalizada/certificada, com produtividade entre 300 e 500 kg/ha. Para produzir 1 ha de juta fibra, são utilizados entre 6 kg e 8 kg de semente fiscalizada (FAGUNDES, 2002).

O levantamento sobre o centro de produção de sementes de juta efetuado no Município de Alenquer, em 1973, identificou que os produtores obtiveram 265,5 kg/ha na safra 1971/72 (MONTEIRO et al., 1973). Considerando que os produtores plantam juta para produção de sementes quando solteiro no espaçamento 0,80 m x 0,40 m e consorciado com milho no espaçamento de 1,00 m x 0,50 m, tem-se, 31.250 pés de juta/hectare e 20 mil pés de juta/hectare, respectivamente. Considerando a produção mínima da safra de 1971/72, que foi baixa, dividindo pelo número de pés de juta,



pode ser verificado que a produção de semente de juta por pé variou de 8,496 g a 13,275 g, conforme o espaçamento adotado.

O sucesso de um pé de juta que foi salvo por Ryota Oyama, cujas raízes já estavam apodrecidas quando foi efetuada a colheita, somente ocorreu por que as sementes são muito pequenas, apresentam grande quantidade e têm ciclo curto. As dez cápsulas salvas, em abril de 1934, considerando o mínimo de 30 sementes e 10% de perdas, proporcionaram em torno de 200 pés de juta na primeira geração, que Oyama plantou na terra firme próximo à sua casa. Estas, por sua vez, considerando novamente o mínimo de dez cápsulas e 30 sementes, produziram 241 g, que é próximo dos 200 g mencionados nos relatórios, que foi a produção em 1935. O plantio dessas 241 g, considerando as perdas, poderia ter proporcionado até 65 kg de sementes na segunda geração (BRASIL, 1992).

Antes de Ryota Oyama aperfeiçoar a máquina “tico-tico”, as sementes de juta eram jogadas a lanço, ocasionando grande perda, mas foi por meio dessas mudinhas da segunda geração que nasciam em grande quantidade nos juteiros plantados que os colonos japoneses vinham pedir para levar aos seus terrenos para repetir a multiplicação das sementes. Em face do interesse, houve também muitos roubos de sementes e de mudas de juta no plantio de Ryota Oyama.

Para evitar a perda das sementes de juta, Ryota Oyama efetuou a adaptação de uma semeadeira de arroz usada em São Paulo. A máquina possui um depósito de sementes com a capacidade aproximada de 250 g e dispõe de regulador da quantidade de sementes, o qual deve ser utilizado convenientemente para aumentar o número delas até dez, quando se opera em tempo seco ou quando apresentar baixo poder germinativo, e diminuir para seis, quando o solo estiver úmido ou apresentar alto poder germinativo. Suspensa a máquina pelos punhos, o plantador deixa cair no solo em ligeiro golpe, de jeito a penetrar suficientemente o bico que tem a forma de cunha. Uma variante dessa plantadeira foi desenvolvida pelo carpinteiro Raul Góes e se encontra em uso pelos juteiros, concorrendo com a rival Oyama. Apresenta a vantagem de ser quase toda de madeira, com exceção do bico ou focinho, parafusos e braços do regulador de sementes, os quais são de metal. Ao passo que a outra, além dessas peças, tem o depósito de sementes confeccionado de folhas de flandres, material caro e importado (THURY, 1948).



A quantidade de sementes de juta obtida por Ryota Oyama, nos anos de 1935 e 1936, atingiu cerca de 32 kg, permitindo que, em novembro de 1936, Oyama já plantasse 5 ha de juta para a produção de fibra e para a multiplicação de sementes, na Ilha de Formosa, para onde tinha se mudado desde 1º de março de 1936, e Yoshimasa Nakauti, 0,5 ha, na Vila Batista, na várzea da Vila Amazônia. Esse novo alento na jiticultura fez com que, no dia 11 de fevereiro de 1936, fosse criada a Companhia Industrial Amazonense S.A., absorvendo o Instituto Industrial da Amazônia, tendo como presidente Uyetsuka e como diretores Kotaro Tsuji, Sakae Oti, Masatoshi Takamura (1902–2000), Kumio Nakazaki, Toshio Tsukumo, Pedro Telmo Borba e Vivaldo Palma Lima Filho (1902–1979), que mais tarde seria senador (1951–1967) e nome do estádio de futebol em Manaus, conhecido por Vivaldão. A presença de dois brasileiros na diretoria deve-se ao clima anti-imigração que começava a despontar no Brasil e do espírito de beligerância que se fazia sentir na Europa e no Japão (REIS, 1982; TSUCHIDA, 1978). O contrato formal da concessão foi concluído em 1935 e aprovado por unanimidade pela Assembleia Estadual, em dezembro de 1935, sendo prorrogado por Uyetsuka até março de 1936. A cláusula seis desse contrato estabelecia a colocação de 200 famílias, em um total de mil pessoas, durante os próximos 50 anos.

No Estado do Amazonas, a Lei Estadual 153, de 9 de dezembro de 1936, expressava que as terras concedidas pelo governo não poderiam ser destinadas à colonização de estrangeiros (TSUCHIDA, 1978). A assinatura desse contrato de concessão entre Uyetsuka e o governo amazonense desencadeou um conjunto de reações antinipônicas, que passou a tomar corpo depois da pregação de Miguel de Oliveira Couto (1864–1934). Logo, o governador Álvaro Botelho Maia (1893–1969) o encaminhou ao Senado Federal, em obediência à Constituição promulgada em 1934, que estabelecia no artigo 130 “que nenhuma concessão de terra com superfície acima de 10 mil hectares poderia ser feita sem a aprovação do Senado”. No dia 13 de junho de 1936, os senadores do Estado do Amazonas, o pernambucano Leopoldo Tavares da Cunha Mello (1893–1962) e o baiano Alfredo Augusto da Matta (1893–1969), pronunciaram discurso contra essa concessão para Uyetsuka. No dia 12 de agosto, o senador potiguar Joaquim Ignácio de Carvalho Filho (1888–1948) concluiu o relatório do processo que foi votado no dia 24 de agosto, desaprovando o contrato (REIS, 1982; TSUCHIDA, 1978). O que preservou as atividades dos japoneses foi exatamente o sucesso da aclimação da juta efetuada por Ryota Oyama, que, após 7 anos de resultados



insatisfatórios, em 1937, conseguiu vender a primeira safra dessa cultura para Belém, valorizando o trabalho potencial dos japoneses (UYETSUKA, 1967).

Assegurado o sucesso com a lavoura da juta como nova alternativa econômica, em 26 de fevereiro de 1937, foi colhida a primeira safra comercial dos plantios de Ryota Oyama e Yoshimasa Nakauti, e, no dia 24 de abril, foram embarcadas 2.770 kg de fibras no navio tenente Portela, sendo o primeiro carregamento de juta da Amazônia para Belém, destinado à Fábrica Perseverança, fundada em 1895, de propriedade de Martins Jorge & Cia e, no dia 7 de julho, uma segunda remessa, de 6.171 kg no navio Amazon River. A Fábrica Perseverança era dirigida por José Melaro Cerreo, fabricava cabos, aniagens, barbantes, linhas para pesca e algodão hidrófilo, com mais de mil operários, 300 teares que produziam 15 mil metros de tecidos e ocupando uma área de 12 mil metros quadrados (MOURÃO, 1989). Situava-se no bairro Reduto, no quadrilátero formado pelas ruas Municipalidade, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e Gaspar Viana, atual sede da Escola Superior da Amazônia (Esamaz). Em face do sucesso da juta, em 1937, foram efetuados plantios de juta por 24 famílias japonesas e, nessa época, a produção de arroz na colônia foi de aproximadamente 5 mil sacos.

No quadro político brasileiro, em 10 de novembro, Getúlio Vargas passou a governar o País com poderes discricionários, por meio do Estado Novo, fechando todos os partidos políticos em 2 de dezembro de 1937. Nesse ano veio, a última turma de *koutakusseis* com apenas quatro estudantes, que partiu do Porto de Iocoama em 30 de maio, no navio Montevideu Maru, aportando em Belém em 22 de julho e em 30 de julho embarcaram no navio Cuiabá, da Amazon River, que chegou à Vila Amazônia em 6 de agosto.

Os *koutakusseis* sempre apresentavam severas críticas à administração da CIA, chegando, às vezes, a constituir-se em arraigada resistência por suas lideranças consolidadas na Escola Superior de Colonização. Mas esse antagonismo ou resistência era sempre absorvido dentro da relação mestre-discípulo, ou ainda amortecido por slogans que enalteciam a necessidade de unidade entre a CIA e os imigrantes para vencerem as dificuldades que se antepunham ao programa de imigração. Mas esse aspecto não se isolava de atitudes antiéticas entre dirigentes e imigrantes (MIYAZAKI; ONO, 1958a, 1958b).



Aumentava o clima político desfavorável no Estado do Amazonas quanto à concessão de 1 milhão de hectares cedido aos japoneses. O espírito imperialista do governo japonês invadindo a Manchúria em 1931 e estabelecendo um governo fantoche, em 2 de janeiro de 1932, invadindo Xangai em 1932, Pequim e Nanquim em 1937 e a assinatura do pacto de não agressão com a União Soviética em 1937, reforçaram o sentido do “perigo amarelo” para a Amazônia. O próprio governo japonês perdeu o interesse pela colonização na Amazônia, pois a ocupação militar na Manchúria revelava-se mais estratégica para os objetivos militares, além de os colonos sentirem-se mais protegidos, mesmo chocando-se com as dificuldades encontradas nessa região, levando-os completamente à estagnação do fluxo migratório. Ressalta-se que a participação de apenas 2,8% dos imigrantes japoneses, em 1924, cresceu para 53,2%, em 1933, em comparação à participação de imigrantes de outras nacionalidades.

Em princípios da década de 1930, um acirrado nacionalismo tomou conta do Brasil. Em debates na Assembleia Nacional Constituinte, na legislatura de 1933–1934, vários políticos, em especial o deputado carioca Miguel de Oliveira Couto (1865–1934), fizeram uma acirrada campanha contra a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, estabelecendo o Artigo 128, com restrições à entrada de imigrantes no País. Esse sentimento antinipônico era percebido desde 22 de outubro de 1923, quando o congressista mineiro agrônomo Fidélis Reis (1880–1962), orgulhando-se de ser o autor do “primeiro projeto de lei antijaponês”, apresentou a Lei 291 à Câmara dos Deputados, restringindo a entrada de imigrantes japoneses a 5% da população japonesa residente no Brasil (MORAIS, 2000; TSUCHIDA, 1978). Numa medida que visava diretamente à imigração japonesa, a Assembleia votou uma restrição da cota anual de imigrantes para 2% do total de entrada dos 50 anos anteriores, levando a uma ameaça inócua por parte do embaixador japonês, em junho de 1934, da retirada da representação diplomática (VARGAS, 1995). Em 1935, quando começou a vigorar a Lei dos 2%, que significava um contingente de apenas 2.711 pessoas, começou a ser controlada a chegada de novos imigrantes, uma vez que o saldo de entrada de imigrantes japoneses nos anos anteriores já ultrapassava a cota. A integração dos japoneses e seus descendentes à sociedade brasileira veio a comprovar a inveracidade das ideias racistas e discriminatórias que eram defendidas por determinados segmentos políticos.



O deputado federal Álvaro Maia (1893–1969), interventor federal, no período de 20 de novembro de 1930 a 8 de agosto de 1931, foi eleito governador pela Assembleia Legislativa, para o período de 19 de fevereiro de 1935 a 23 de novembro de 1937 e, novamente, interventor federal no período de 24 de novembro de 1937 a 7 de novembro de 1945. Ele introduziu a terceira emenda ao Artigo 128, em 21 de dezembro de 1933, estabelecendo sistema de quota, de acordo com o tamanho de cada grupo étnico e de interesse nacional. No Estado do Pará, talvez em face da concessão efetuada para a Ford Motor Company, as restrições aos japoneses eram menores. Esse aspecto fez com que, em 11 de março de 1938, Uyetsuka expressasse uma carta de agradecimento para Vivaldo Lima, pelo apoio emprestado, em 1936, à causa da imigração japonesa (LIMA, 1938). As preocupações do governo federal relativas à imigração, colonização e concentração de estrangeiros no País levaram à criação do Conselho de Imigração e Colonização por meio do Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938 (TSUCHIDA, 1978).

A despeito desses problemas, a juta mostrava seu potencial, limitando-se pela disponibilidade de sementes. O sucesso da juta em Parintins foi motivo de manchetes na imprensa do Sul, decorrentes da entrevista com o superintendente Técnico da Comissão Federal do Comércio, Dr. Miguel Pena, em 24 de maio de 1938. A edição do *Jornal do Brasil* de 20 de maio de 1939 noticiava com destaque o sucesso da cultura da juta na Amazônia pelos imigrantes japoneses. Admar de Andrade Thury (1938) apresentava também um consubstanciado relatório sobre o trabalho dos japoneses em Parintins para o diretor da Escola Agrônômica de Manaus, em 18 de julho. Essa escola teve a sua origem com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus, em 1909, que sobreviveu ao fechamento em 1926, mas que encerrou suas atividades em 1943 (SILVA et al., 1994).

Cerca de 40 a 50 famílias de imigrantes remanescentes abandonaram a terra firme e se espalharam nas várzeas ao longo de suas margens, bem como dos afluentes paralelos, iniciando-se, assim, o aproveitamento dessas várzeas que até então eram abandonadas por completo, tanto que, no ano de 1938, foram produzidos 57.625 kg de fibra de juta. O governo do Estado do Pará percebeu imediatamente a importância dessa lavoura para ocupar o vácuo da economia gumífera. Nesse sentido, o governador eleito pela Assembleia Legislativa, José Carneiro da Gama Malcher (1872–1956), no período de 4 de maio de 1935 a 23 de novembro de 1937, foi nomeado interventor federal no



período de 24 de novembro de 1937 a 7 de novembro de 1945 e promulgou o Decreto-Lei 3.065, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de agosto de 1938, para a expansão dessa cultura no Estado do Pará (THURY, 1946). Para esse fim, foi assinado o contrato entre a Companhia Industrial Amazonense e o governo do Estado do Pará por Toshio Tsukumo, como representante da empresa, em Belém, e para preparar a abertura da filial da CIA concretizada em 1º de janeiro de 1939.

Para analisar as possibilidades do Estado do Pará, os imigrantes Sakae Oti, Ishirara e Kenji Ikegami deslocaram-se para o Município de Breves, onde estabeleceram, em dezembro de 1938, o primeiro plantio experimental de juta no Estado do Pará. A escolha do Município de Breves decorreu por ter-se transformado em grande centro produtor de arroz, a partir de 1917, após a crise do extrativismo da seringueira. O interventor do Estado do Amazonas em exercício, Rui Araújo (1940–1941), ante a crítica do deslocamento de japoneses para o estado vizinho, promulgou o Decreto-Lei 170, de 24 de novembro de 1938, concedendo grandes incentivos à CIA (COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE, 1941). Provavelmente, o sucesso da introdução da juta no Estado do Amazonas tenha impressionado o governador Gama Malcher, em comparação com o trabalho dos japoneses em Tomé-Açu, dedicados mais a hortaliças, sem muitas perspectivas para o estado (DEMOOR, 1964). Posteriormente, quando ocorreu o sucesso da pimenta-do-reino, a partir da década de 1950, houve uma reversão nessa história. Enquanto os japoneses dedicados à juta tiveram um pequeno sucesso inicial, não conseguindo angariar fortunas, o inverso ocorreu com os que se dedicaram à cultura da pimenta-do-reino (BARROS, 1990; CARDOSO, 1970; GENTIL, 1988).



1927.5.22

TAKESHIROU (武四郎)
the fourth son

OTOJIROU (於菟次郎)
the second son

ICHIJI (一司)
the first son

TOU (トウ)
the first daughter

YOSHI (ヨシ)
the fourth daughter

HARU (ハル)
the third daughter



HONMA HYOUTAROU (本間彪太郎) 1924
your grandfather



HONMA MOTO (本間モト) 1893
your grandmother & ICHIJI

Na parte superior esquerda, o pai do autor e tios e tias e, na parte inferior, os avós paternos.

Fonte: Arquivo autor



Na parte superior, Ryota e Kyo Oyama, avós maternos do autor e Kazuma Oyama, na parte central, Yoshime Oyama (mãe do autor), Hetsuhiko Oyama, que faleceu logo após a chegada, vitimado de malária e Tamon Oyama. Na parte inferior, Sonia Oyama. Com exceção de Kazuma Oyama, todas as fotos são do passaporte.

Fonte: Arquivo autor



A Segunda Guerra Mundial e a democratização da experiência japonesa

Em 1º de setembro de 1939, iniciou a Segunda Guerra Mundial, cujos desdobramentos posteriores muito contribuíram para os destinos da imigração japonesa. Nesse ano, a Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha, dos imigrantes japoneses que foram para Maués, reconhecendo a completa falência de seus empreendimentos e as baixas no pessoal causadas pela malária, foram obrigados a abandonar suas atividades. Dessa forma, os imigrantes foram incorporados à CIA para iniciar a produção de juta na várzea. Tsuji regressou de uma viagem à Índia, em 1939, trazendo sementes de juta, provocando a mistura da variedade já selecionada, dando origem ao aparecimento das “jutas anãs”, que, posteriormente, causaram muitos problemas com a desativação das atividades dos japoneses com a guerra (THURY, 1946).

Apesar das dificuldades com relação à disponibilidade de sementes de juta, essa cultura teve rápido crescimento. A Colônia Modelo, que estava localizada em terra firme, foi dissolvida em 1940, uma vez que seus membros tinham se deslocado para as áreas de várzeas. Masayoshi Serizawa (1911–1972), que mais tarde casou com Sônia Oyama (1923–2005), filha caçula de Ryota Oyama, e mais dois estudantes se deslocaram para as várzeas do Rio Madeira, para disseminar a juta naquela região, entre os agricultores brasileiros. Sakae Oti, em face do fracasso das experiências em Breves, causados por problemas de malária e das condições de solo, solicitou ao governo do Estado do Pará um campo para produção de sementes de juta nas vizinhanças de Santarém. Yohito Ishihara efetuou o primeiro plantio comercial de juta entre Juruti e Monte Alegre (OTI, 1947; SAKAE..., 1979).

Tsukasa Uyetsuka chegou à Vila Amazônia em 31 de dezembro de 1939 e permaneceu até 24 de outubro de 1940, uma longa permanência por quase 10 meses, que coincidiu com a visita do presidente Getúlio Vargas a Parintins, no dia 9 de outubro, decorrente de escala de voo do hidroavião Comodoro, da Cruzeiro do Sul Transportes Aéreos, para reabastecimento, após visitar os plantios da



Companhia Ford Industrial do Brasil, em Belterra, onde permaneceu por 2 dias (VARGAS, 1995). O presidente da República ficou bastante entusiasmado com a introdução da cultura da juta pelos japoneses e pela criação dessa nova atividade econômica. O “Discurso do Rio Amazonas”, proferido por Getúlio Vargas, em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, no Ideal Clube, mostrava preocupação governamental com a região amazônica, e, provavelmente, a juta estava inserida nesse contexto. As dificuldades para a importação de juta-indiana levaram a Comissão de Defesa da Economia Nacional, criada para atender ao contingenciamento de produtos que dependiam de importações, em 20 de agosto de 1940, a decidir pela inclusão de 10% do consumo da fibra de juta nacional. Essa extensa viagem do presidente Vargas pela primeira vez à Amazônia coincidia também com a inauguração da linha aérea entre Rio de Janeiro e Belém, a cargo da Panair do Brasil S.A., criada em 1933, como subsidiária da Pan American Airways Inc., responsável pelas rotas aéreas litorâneas (VARGAS, 1995).

A finalidade da vinda de Tsukasa Uyetsuka, apesar do encontro mantido com o presidente Vargas, era resolver o impasse criado pelo baixo preço pago pela fibra de juta pela Companhia Industrial Amazonense em comparação com os comerciantes locais. A habilidade política de Tsukasa Uyetsuka contornou o problema. Ele participou da Festa Comemorativa dos 10 Anos da Fundação da Vila Amazônia e do Instituto Amazônia (19 a 21 de outubro) e ordenou a construção de “Hakko Kaikan” (clubes dos produtores e funcionários da Companhia Industrial Amazonense) e “Yosei-Ryô” (hospedaria luxuosa para as famílias de produtores e funcionários espalhados na região do Baixo Amazonas), cujas imponentes construções foram perdidas com o tempo.

Por ocasião dos festejos dos 10 Anos da Fundação da Vila Amazônia e do Instituto Amazônia, em que se reuniram cerca de 300 convidados, Uyetsuka presenteou Ryota Oyama com um relógio de ouro, pelo seu esforço na aclimatação da cultura da juta (HOMMA, 1973; UYETSUKA, 1967). O sucesso da lavoura da juta levaria Ryota Oyama a receber no final da vida diversas condecorações nacionais e do governo japonês e o nome da Escola Estadual Ryota Oyama, durante a primeira gestão do prefeito de Parintins Gláucio Bentes Gonçalves (1969–1973), em 1972 (SAUNIER, 2003). Pelos seus esforços com a aclimatação da juta, Ryota Oyama ficou conhecido como sendo o “pai da juta”.



A Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka, na Vila Amazônia, erguida na década de 1990, foi concluída em 2001, formada por um complexo de edifícios construídos para uma escola agrícola, porém, nunca chegou a ser utilizada para tal finalidade (ALCÂNTARA, 2015).

Depois de cumprida a promessa de visita a Parintins, Getúlio Vargas publicou o Decreto 6.825, em 7 de fevereiro de 1941 (THURY, 1946), estabelecendo a legislação sobre a fibra de juta. O interventor federal Álvaro Maia publicou o Ato 3.869, no dia 24 de março de 1941, estabelecendo a CIA como classificadora oficial de juta no estado. Essa medida desencadeou uma antipatia contra os privilégios que os japoneses estariam recebendo e os brasileiros estariam perdendo oportunidades no processo de produção e comercialização da juta. Essa Companhia publicou, em 1941, um guia de instruções para o plantio de juta (COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE, 1941; THURY, 1964), semelhante aos sistemas de produção que a Embrapa passou a divulgar na década de 1970, com a finalidade de difundir essa cultura entre os agricultores brasileiros, para lucrar no processo de comercialização. O problema da produção de sementes de juta extrapolou a dimensão da CIA e passou a ser uma preocupação da Associação Comercial do Amazonas (fundada em 18 de junho de 1871) e do Fomento Agrícola do Estado do Amazonas. Em 1º de junho de 1941, Takeshiro Homma (1910–1988), vice-presidente da Cooperativa de Jucultores Japoneses de Parintins, casou-se com Yoshime Oyama (1913–2008), a filha mais velha de Ryota Oyama. Em 1º de junho de 1941, Takeshiro Homma assinou um contrato para a produção de sementes com a CIA, esta representada por Sakae Oti². Com o ataque surpresa dos militares japoneses à base americana de Pearl Harbour, em 7 de dezembro de 1941, a guerra se generalizou no Extremo Oriente, englobou o conflito sino-japonês iniciado em 1937 e mudou os rumos dos empreendimentos capitalistas dos japoneses com relação à juta.

Os esforços de guerra se concentraram desde 1941, com a necessidade do aumento da produção da borracha vegetal para atender às finalidades bélicas das forças aliadas. Com a entrada dos japoneses no conflito e com a ocupação dos seringais do Sudeste Asiático, a oferta de borracha vegetal na Amazônia assumiu

² Contrato de agenciamento que entre si fazem a Companhia Industrial Amazonense S.A. e o Sr. Takeshiro Homma. Manaus, 1º de outubro de 1941.



uma importância estratégica. Decorrente de intensas negociações do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa (1893–1957), em 3 de março de 1942, o governo brasileiro assinou o Acordo de Washington, com o objetivo de exportar a borracha vegetal exclusivamente para os Estados Unidos. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco de Crédito da Borracha. Outra consequência da invasão das tropas japonesas no Sudeste Asiático foi o controle da produção de quinino da Ilha de Java, em 1942, que constituía monopólio dos holandeses. Antes, em 1940, quando as tropas alemãs ocuparam Amsterdã, confiscaram todo o estoque de quinino disponível na Europa. Dessa forma, além da borracha vegetal, a produção de quinino tornou-se estratégica para as tropas americanas que combatiam no Pacífico, fazendo com que os botânicos do New York Botanical Garden e da Smithsonian Institution procedessem a uma ampla coleta de quinino na Colômbia, tendo conseguido 6 mil toneladas, que foi a salvação dos Aliados. Nesse meio tempo, procurou também envidar esforços no desenvolvimento do quinino sintético, tendo dois cientistas, William von Eggers Doering (1917–2010) e Robert Burns Woodward (1917–1979), conseguido em 1944, já demasiado tarde para atender a terrível escassez de quinino, a cura da malária pelos meios sintéticos (CAUFIELD, 1984). Foram também efetuadas grandes plantações de cinchona na África, no Peru e no México. Robert Burns Woodward, por suas pesquisas com quinino (1944), colesterol, cortisona (1951) e vitamina B12 (1971), recebeu o Prêmio Nobel de Química, em 1965.

Como resultado da 3ª Reunião de Consultas dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, ocorreu o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com Alemanha, Itália e Japão, no dia 28 de janeiro de 1942. Com o metralhamento do navio Taubaté, do Lloyd, no mar Mediterrâneo, em 22 de março de 1941, e o rompimento, posteriormente, das relações diplomáticas e comerciais, houve uma sequência de torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães. Assim, durante o mês de fevereiro de 1942, houve o torpedeamento dos navios Buarque (16 de fevereiro), Olinda (18 de fevereiro) e Cabedelo (25 de fevereiro), e, no mês de março de 1942, dos navios Arubatã (7 de março) e Cairu (8 de março), todos em águas americanas, com carregamentos de café, cacau, algodão, castanha, borracha, côco-babaçu, óleo de mamona, areia monazítica, berílio, manganês e peles e com cargas de retorno de carvão e material estratégico. Esses fatos levaram o governo brasileiro



a estabelecer o Decreto-Lei 4.166, em 10 de março de 1942 (SANDER, 2007; TSUCHIDA, 1978; VARGAS, 1995), para o confisco de bens de súditos alemães, italianos e japoneses em garantia aos danos causados pelos seus países. Esse fato teve como consequência o confisco da CIA, em setembro de 1942, tendo o gerente do Banco do Brasil em Manaus, Clovis Castelo Branco, sido nomeado liquidante. Seus bens espalhados nos municípios de Parintins, Maués e Barreirinha foram postos em leilão, em abril de 1946, sendo adquiridos pela firma J.G. Araújo, iniciais do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (1860–1940), por 50 contos de reis. J.G. Araújo, um português de Estela, região pobre do norte de Portugal, chegou a Manaus, em 1871, com 11 anos de idade, depois de viajar 47 dias em navio à vela. Iniciando com o comércio de piaçaba no Rio Negro, explorou uma das maiores casas de aviação para seringais no Amazonas. A firma J.G. Araújo era a mais importante casa comercial no Estado do Amazonas até o primeiro terço do século 20, que se dedicava às atividades de importação de produtos utilizados no serviço de extração da borracha, como facões, lamparinas, querosene, pólvora, botas e alimentos básicos para sobrevivência, além de produtos finos como tecidos, azeite de oliva, bacalhau, vinhos, etc., para abastecer a camada de comerciantes estrangeiros ricos que se estabeleciam em Manaus, assumindo a liderança da economia regional. Uma faceta interessante da personalidade de J.G. Araújo foi a de financiar filmes sobre a Amazônia, em que se destacou Silvino Santos (1886–1970). Silvino Simões Santos Silva nasceu em Sernache de Bomjardim, pequena cidade portuguesa, e com o apoio de J.G. Araújo tornou-se o pioneiro do cine-documentário no Amazonas (COSTA; LOBO, 2005). No período de 1948–1957, ele filma Santa Maria da Vila Amazônia, no qual documenta a Vila Amazônia, após a aquisição por J.G. Araújo, que entrou em falência na década de 1950, levando à posterior destruição dos seus bens patrimoniais.

No dia 13 de agosto de 1941, chegou a Santos o navio Buenos Aires Maru, com 417 novos imigrantes japoneses. O Censo de 1940 indicava a presença de 458 japoneses no Estado do Pará e 297 no Estado do Amazonas. Com essa vinda, encerrou o ciclo de levas de imigrantes pré-guerra, que tivera início há 33 anos, com a chegada do Kasato Maru. O torpedeamento de cinco navios mercantes brasileiros por submarinos alemães na costa de Sergipe e Bahia, entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, provocou indignação nacional. Muitos desses navios eram utilizados para o transporte de imigrantes japoneses para



a Amazônia, como Araraquara (131 mortos), Baependi (270 mortos), Aníbal Benévolo (150 mortos), Itagiba (36 mortos) e Arara (20 mortos), causando 607 vítimas, provocou comoção nacional e hostilidades aos japoneses, alemães e italianos residentes no País. Em 22 de agosto de 1942, o Brasil foi compelido a declarar estado de beligerância e, no dia 31 de agosto, após muitas hesitações do governo de Getúlio Vargas, declara estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Desde fevereiro de 1942, já tinham sido torpedeados e metidos a pique por submarinos alemães 20 navios brasileiros (PAÇO, 1992; SANDER, 2007). Até o final da guerra, a marinha mercante nacional foi bastante afetada pela perda de 34 navios pertencentes a várias companhias de navegação brasileira e com 1.081 tripulantes e passageiros mortos, o que atingiu profundamente o nosso comércio de exportação e importação e, até mesmo, as comunicações entre o norte e o sul do País (FRANCO, 1988; NAVIOS..., 2007).

Os oito dirigentes da Companhia Industrial Amazonense (Sakae Oti, Toshio Tsukumo, Yoshiro Miyake, Masatoshi Takamura, Miyojiro Ando, Yoshiaki Kishida, Minoru Hatanaka e Tomoki Oda) foram presos e enviados a Tomé-Açu e passaram a ser denominados de “quinta coluna” pela imprensa local (MESQUITA, 1942). No caso da “quinta coluna”, foram presos os ex-militares japoneses que estavam concentrados na cidade de São Paulo. Em Manaus, não existia nenhum japonês ex-militar. Sakae Oti, por exemplo, não fez o serviço militar, mas foi confundido pelo tratamento honorífico de “tenente Oti”, resquício do coronelismo, quando ele iniciou a construção da Colônia Modelo Andirá, em junho de 1933. O receio das autoridades brasileiras estava relacionado com os japoneses que possuíam patente militar ou suspeita disto, mas ninguém foi preso pela razão simples razão de “ser o líder da comunidade japonesa”. Entre os *koutakusseis*, Gihei Iida, Takato Ôishi, Kazuma Oyama, Tetsuji Miyakawa, Mikio Saito, Nadao Ekuchi e Teisuke Tanaka prestaram serviço militar no Japão, mas como não comentaram com ninguém, não houve suspeição. No Estado do Pará, a colônia de Tomé-Açu foi transformada em campo para concentração de japoneses, por medida de segurança e de proteção, até a libertação, em 1946, pelo interventor federal Octávio Augusto de Bastos Meira (MEIRA, 1979a, 1979b). Entre os presos que foram levados para Tomé-Açu estava o alemão Harald Sioli (1910–2004) que mais tarde iria trabalhar no Instituto Agrônomo do Norte e no Inpa e tornar-se um dos maiores conhecedores da limnologia amazônica (SIOLI,



2006). Aparelhos de rádio, embarcações, armas, entre outros, dos imigrantes foram confiscados por autoridades brasileiras, em alguns casos se utilizando desse procedimento em benefício próprio. É interessante resaltar que a concentração dos japoneses em Tomé-Açu durante a Segunda Guerra Mundial foi que permitiu reavivar a colônia. Pois, dos 2.155 imigrantes vindos do Japão para Tomé-Açu antes da Segunda Guerra Mundial, apenas 220 (10%) pessoas permaneciam na colônia em 1941, pois estava quase extinta (YAMADA, 2009).

Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, a situação dos imigrantes japoneses passou a ser apenas a de garantir a sobrevivência. A guerra, entretanto, trouxe benefícios para a consolidação da juteicultura ao obrigar a utilização da fibra nacional (JUNQUEIRA, 1972). A Portaria 57, de 14 de maio de 1943 (THURY, 1946), do Coordenador de Mobilização Econômica, obrigava o uso mínimo de 40% de fibra de juta nacional, apesar de as indústrias naquele ano já estarem consumindo 54,29%. No ano de 1944, a Coordenação de Mobilização Econômica ampliava esse percentual para 60%.

Com o prenúncio do fim da guerra, ocorreu a rendição da Alemanha, em 7 de maio de 1945. O lançamento das bombas atômicas em Hiroxima, no dia 6 de agosto de 1945, e em Nagasaki, no dia 9 de agosto, levou à declaração oficial da capitulação pelo imperador Hirohito, em 15 de agosto de 1945, e à assinatura da capitulação do Japão, em 2 de setembro, no navio couraçado Missouri, na baía de Tóquio, por dois representantes do Japão, Mamoru Shigemitsu (1881–1957) (ministro das Relações Exteriores) e Yoshijiro Umezumi (1882–1949) (chefe do Estado-Maior).

No âmbito nacional, o fim da Segunda Guerra Mundial causou a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República, em 29 de outubro de 1945, assumindo o cargo José Linhares (1886–1957), que, pelo Decreto-Lei 3.440, de 24 de dezembro de 1945 (COSTA, 1993), estabeleceu as condições para a transferência do patrimônio da Companhia Ford Industrial do Brasil para o governo brasileiro, marcando o fim de um empreendimento que iria servir de referência ideológica e agrícola para os anos futuros. O fracasso do empreendimento da Companhia Ford Industrial do Brasil, além do aparecimento do mal das folhas, estava relacionado com o aperfeiçoamento da borracha sintética.



No que concerne à lavoura da juta, Admar de Andrade Thury (1946), então diretor técnico do Serviço de Fomento Agrícola do Amazonas, preparou um relatório para o interventor federal, tenente-coronel Syzeno Sarmiento (1907–1983), descrevendo os problemas da juteicultura. Havia, nessa época, 30 fábricas de juta no País, sendo uma no Estado do Pará. Rokusono Uwamori (1913–2003) e Mazakazu Tani observaram que em alguns locais apareceu um novo tipo de juta com haste roxa ou juta-vermelha e, após 4 anos de seleção, em 1946, eles conseguiram separar uma variedade de juta roxa, no local denominado de Cacau Grande, no Município de Monte Alegre, PA, e fizeram distribuição para os vizinhos e para o Estado do Amazonas.

Com o confisco da CIA, em 1942, a comercialização da juta passou a ser efetuada pela Companhia Brasileira de Fibras, uma subsidiária da Companhia Fabril de Juta de Taubaté, dominando o mercado no período de 1943–1947. Com a guerra, acabaram-se os sonhos da CIA em transformar-se em um enclave na Amazônia. Em 9 de dezembro de 1947, foi realizada, em São Paulo, a Convenção de Juta e Fibras Congêneres. A lavoura de juta passou a ser de exclusivo domínio dos agricultores e comerciantes brasileiros. O sucesso da introdução da juta e da pimenta-do-reino foi utilizado no pós-guerra, pelo governo japonês, como uma das justificativas para o ciclo da imigração que reiniciou a partir de 1952 (OLIVEIRA, 1983; UYETSUKA; TUJI, 1951). O saldo financeiro do empreendimento da colonização japonesa, tanto no Estado do Pará como no do Amazonas, foi um desastre, bem como o da Companhia Ford Industrial do Brasil, mas ambas trouxeram grandes benefícios econômicos, sociais e tecnológicos para o Brasil. Mais tarde, na década de 1960, Daniel Ludwig (1897–1992) veio a sentir essa mesma frustração, terminando com a nacionalização do empreendimento em 1982. O saldo dessas experiências era que, para as atividades agrícolas, existia um custo amazônico causado pela falta de tecnologia, distância em relação aos mercados, pragas e doenças, entre outros, sendo o preço do pioneirismo bastante elevado e os resultados obtidos em longo prazo (BENCHIMOL, 1977).

Em 2 de agosto de 1951, Uyetsuka embarcou do Japão com destino à Amazônia e, após estar ausente por 10 anos, encontrou-se com o governador Álvaro Maia, do Amazonas, e com o general Alexandre Zacarias de Assunção (1951–1956), do Pará, em 6 de agosto. Esses contatos foram iniciados em agosto de 1950,



por ocasião da visita de Getúlio Vargas a Santarém, em campanha presidencial, quando declarou que promoveria a industrialização da juta no seu centro produtor. Durante a visita de Getúlio Vargas, o secretário do prefeito de Santarém, Aderbal Caetano Tapajós Correa, o jovem Elias Ribeiro Pinto (1925–1985), natural de Acará, conhecido por sua verve eloquente, efetuou a saudação e conseguiu impressionar o ex e futuro presidente da República. Em março de 1967, assumiu a Prefeitura Municipal de Santarém, tendo sido afastado durante 8 meses quando o município foi considerado como área de segurança militar (PINTO, 2008a, 2008b).

Após a vitória de Getúlio Vargas, em 5 de março de 1951, Elias Ribeiro Pinto e Kotaro Tsuji foram recebidos pelo presidente da República, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde apresentaram a petição para a construção da fábrica de juta em Santarém. Com isso, a Tecejuta foi fundada em 10 de novembro de 1951, com capital japonês, de produtores japoneses de fibra e financiamento do Banco de Crédito da Amazônia. Em 29 de dezembro de 1952, foi embarcada no porto de Kobe, no navio Santos Maru II (1952–1965), uma parte das máquinas que ficaram retidas na Alfândega do Rio de Janeiro, tendo Kotaro Tsuji solicitado a intervenção de Elias Ribeiro Pinto, conforme carta datada de 22 de agosto de 1953. O maquinário foi liberado e embarcado no navio Oiapoque e as obras só foram concluídas em 1956, começando a funcionar em 1963 (PINTO, 2010; TSUNODA, 1988; UYETSUKA; TUJI, 1951). Elias Ribeiro Pinto mais tarde se tornaria diretor-secretário da Tecejuta e progenitor de três ilustres jornalistas da imprensa paraense: Lúcio Flávio de Faria Pinto, Raimundo José Pinto (1953–2009) e Elias Ribeiro Pinto. Quando Tsukasa Uyetsuka chegou ao Brasil, já havia um clima favorável para o reinício da imigração japonesa na Amazônia, em razão do sucesso da lavoura da juta. Na companhia de Kotaro Tsuji, foi recebido em audiência, no Palácio do Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, no dia 27 de setembro de 1951, sexta-feira, quando foi efetuada uma proposta de entrada de 5 mil famílias japonesas para plantar juta. O presidente Getúlio Vargas aceitou a petição e encaminhou-a para Fernando Nilo de Alvarenga, presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização, que a aceitou, em 17 de outubro de 1951. O Censo de 1950, antes de iniciar o novo ciclo migratório, indicava a presença de 413 japoneses no Estado do Pará e 195 no Estado do Amazonas.



O interesse pela vinda de migrantes levou o governo a criar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, absorvendo as atribuições do Conselho de Imigração e Colonização/ Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Divisão de Terras e Colonização/Ministério da Agricultura. Mais tarde, por intermédio da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, foi extinto com a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), absorvendo as atribuições do Inic e do Serviço Social Rural.

Deu-se início então à imigração japonesa do pós-guerra, quando, em 28 de dezembro de 1952, partiram do porto de Kobe, no navio Santos-Marú, as primeiras 17 famílias, num total de 54 pessoas, para a lavoura da juta, chegando em Parintins em 15 de março de 1953. Como em 1953 ocorreu até então a maior enchente do Rio Amazonas, todos debandaram assustados, causando grande alvoroço. Em agosto de 1953, chegou a primeira leva de imigrantes para Tomé-Açu com 25 famílias e 129 pessoas, e, em setembro, 25 famílias com 139 pessoas para a colônia Bela Vista, Estado do Amazonas. Kotaro Tsuji, idealizador da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, criada em 13 de julho de 1958, deu grande contribuição à imigração japonesa na Amazônia, principalmente no pós-guerra. Faleceu em 25 de novembro de 1970. Deve-se mencionar que o intuito de trazer imigrantes a qualquer custo criou grandes equívocos. Em 1954, ocorreu a desastrada ideia de colocar seis famílias de colonos japoneses, totalizando 27 pessoas, em Fordlândia para a extração de borracha, pelo Instituto Agrônômico do Norte. Em 1955, ocorreu a repetição do erro do ano anterior, introduzindo 100 famílias de imigrantes japoneses em Belterra que, somados com os de Fordlândia, totalizavam 785 pessoas que foram transferidas para Monte Alegre, Belém, Guamá, Rio Branco, Santarém, Alenquer, Acará e Manaus. A imigração no pós-guerra, ao contrário da inicial, caracterizou-se pela completa falta de planejamento.

Com o reinício da imigração após a Segunda Guerra Mundial, o governo japonês fundou, em 1954, a Federação das Associações Ultramarinas do Japão, entidade de caráter oficial encarregada dos serviços de recrutamento, seleção e embarque e de recepção no exterior. Em seguida, organizou a Kaigai Ijyushinko Kabushiki Kaisha (Companhia de Fomento da Emigração), cuja tarefa consistia em adquirir e lotear terras nos países de imigração, para a formação de colônias.



Em 1963, a Nihon Kaigai Ijyu-Shinko Kabushiki Kaisha incorporou a Federação das Associações Ultramarinas do Japão, cuja sede ficava no Rio de Janeiro. Para a execução dessa política no Brasil, foram criadas a Jamic – Imigração e Colonização Ltda., em 15 de junho de 1956, a fim de executar os planos de imigração e colonização, e a Ijyushinko Crédito e Financiamento Ltda., em 28 de novembro de 1956, a fim de executar os planos de investimento e financiamento para os imigrantes. No entanto, a Ijyushinko criou um problema com a legislação brasileira pois se considerava como uma instituição bancária e, em 1º de outubro de 1969, foi reformulada com nova denominação de Jemis – Assistência Financeira S.A. (NAKANO, 2008; OHARA, 2008).

No entanto, essas duas empresas brasileiras eram administradas pelo governo japonês e a sua existência feria a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro como também a legislação bancária, levando o governo brasileiro a pedir o fechamento dessas duas empresas. Decorrente das pressões do governo brasileiro, as empresas Jamic e Jemis foram dissolvidas em 31 de agosto de 1981 e suas atividades foram absorvidas pela Japan International Cooperation Agency (Jica), que tinha sido fundada em 1º de agosto de 1974, com interesse voltado para cooperação internacional para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Em 1963, o governo japonês iniciava a colaboração técnica com o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (Ipean), visando apoiar os colonos japoneses estabelecidos na Amazônia. Em 5 de janeiro de 1965, o Ipean recebia os primeiros técnicos japoneses para colaborar nos trabalhos de pesquisa, que se estenderam até o final de 2003.

As décadas posteriores vieram mostrar o gradativo declínio da participação dos produtos introduzidos pelos imigrantes japoneses na agricultura regional. Em 1975, as exportações de pimenta-do-reino representavam mais de 35% do valor das exportações do Estado do Pará, e, em 1996, decresceram para pouco mais de 2%, enquanto as exportações de minérios totalizavam mais de 75%, concomitantemente com o desaparecimento da lavoura de juta (BENCHIMOL, 1977; HOMMA, 1997; JUTA..., 1966).



A visita do imperador Akihito (1933–) e da imperatriz Michiko (1934–) a Belém, no período de 31 de maio a 2 de junho de 1997, para reverenciar os imigrantes japoneses na Amazônia, evidencia um conflito das mudanças ocorridas. Apesar de enfatizar a contribuição japonesa na agricultura regional, a interrupção da vinda de imigrantes japoneses e o próprio desenvolvimento da agricultura brasileira neutralizaram os efeitos das novidades tecnológicas dos agricultores nipônicos e seus descendentes. Nessa nova fase, os investimentos japoneses na província mineral de Carajás, na indústria eletrônica em Manaus e na produção de soja nos cerrados passam a constituir no fulcro de interesses do capital japonês na região (BRUM, 1996; HOMMA, 1997, 1999a, 1999b, 1999c; PARÁ, 1995; TEIXEIRA, 1997).

Considerações finais

No que concerne à imigração japonesa para a lavoura de juta no pós-guerra, a proposta foi completamente fora da realidade. Os juteiros, especialmente na colheita, trabalhavam em condições insalubres, ficavam por longo tempo com água até à cintura, obrigando-se a ingestão de cachaça, para possibilitar o desenvolvimento dessas atividades pela manhã, expondo-se às arraias, piranhas e outros animais perigosos e um legado de artrite nos joelhos. As possibilidades de mecanização, praticamente inexistentes e altamente dependentes de mão de obra, assim como a gradativa perda do valor da fibra, afastaram os japoneses dessa atividade. Por ser uma cultura anual, não tinha condições de fixar os agricultores à terra. A cultura foi totalmente democratizada pelos pequenos produtores e o processo de comercialização ganhava vínculos próprios de apropriação do excedente econômico. A cultura da pimenta-do-reino passava a despontar como nova alternativa econômica para os agricultores japoneses.

A experiência da imigração japonesa na Amazônia constitui um recado importante para os programas de colonização desenvolvidos pelo governo brasileiro na região. Estes, na sua grande maioria, promovem apenas o desmanche dos lotes recebidos, com a venda da madeira, a derrubada cíclica para o plantio



de culturas anuais, a sua transformação em pastagens e a sua degradação, repetindo o processo até o esgotamento das reservas de mata da propriedade e a mudança para um novo local. A influência que os imigrantes japoneses e seus descendentes promoveram na agricultura amazônica, com reduzido contingente, tem sua diferença na qualidade dos recursos humanos. A experiência dos imigrantes japoneses que se estabeleceram em Tomé-Açu, com 86 anos (2015) de permanência no mesmo local, evidencia que a questão amazônica não repousa nas culturas ou criações desenvolvidas, mas no nível tecnológico com que essas atividades estão sendo desenvolvidas. Basta afirmar que, mesmo na pecuária, o Brasil, com mais do que o dobro de rebanho bovino dos Estados Unidos, produz quase o dobro de carne.

Nas regiões de fronteira ou de pioneiros, a ideia de vangloriar-se dos feitos não realizados constitui uma característica constante. No caso do sucesso da aclimação da juta não foi diferente, no intuito de distorcer a história. Nesse aspecto, a inveja do sucesso, intrigas de bastidores, prestígio e aproveitamento de vantagens constituíram a ética dominante, encontrando explicação em alguma mesquinha inerente à própria raça. Vários funcionários do Instituto Amazônia, da Escola Superior de Colonização, da CIA e também outros imigrantes passaram a afirmar que foram os aclimatadores da juta. Institucionalmente, muitas dessas pessoas tiveram um papel decisivo no processo da imigração japonesa na Amazônia e no apoio emprestado, mas sequer fizeram plantios de juta, dedicando-se mais às atividades de natureza burocrática e política.

O fim da guerra e a derrota do Japão colocaram os imigrantes em uma nova realidade. Enquanto a guerra sino-japonesa tinha custado apenas 17 mil soldados e a guerra russo-japonesa, 100 mil soldados mortos, estes eram números pequenos se comparados com os 2,3 milhões de soldados e 660 mil civis mortos como custo do imperialismo japonês. No período de setembro de 1945 a abril de 1951, o general Douglas MacArthur (1880–1964) dirigiu as reformas da ocupação no Japão.

Até a época da guerra, os imigrantes japoneses sempre procuraram se identificar como autênticos japoneses, convencidos de que um dia voltariam ao seu país. Ao absorverem, finalmente, a derrota, convenceram-se em abdicar definitivamente



dessas intenções, afinal, a vida na fronteira “vazia” era, sem dúvida, melhor do que a miséria do seu país destroçado pela guerra. Com a derrota do Japão, em 1945, todos os japoneses das possessões do além-mar foram forçados ao repatriamento. Mais de 6 milhões de repatriados retornaram ao Japão, incluindo funcionários do governo, soldados, homens de negócios e lavradores. Assim, à luz dos subsequentes acontecimentos políticos, a emigração para as áreas conquistadas dentro do Império japonês sob a proteção das baionetas do imperialismo provou ser temporária, apesar das intenções originais tanto do governo como dos próprios imigrantes. No Brasil, os resultados foram o contrário, pois, nessa encruzilhada de raças, os imigrantes japoneses, além de se integrarem à sociedade brasileira, contribuíram para seu fortalecimento.

Em 26 de junho de 1968, quando a imigração japonesa no Brasil completava 60 anos, a Varig inaugurava o voo São Paulo-Tóquio, com duas frequências semanais, com os Boeings 707 alcançando, em 31 horas, o que antes os imigrantes do Kasato Maru levavam 52 dias de viagem para conseguir. A Varig operou no voo para o Japão por 38 anos, encerrando-se em 14 de janeiro de 2006. A Japan Airlines iniciou seus voos regulares de São Paulo a Tóquio somente em 1978.

O estereótipo que a população tinha era de um povo atrasado, cujas pessoas comiam peixe cru, praticavam haraquiri, não acreditavam em Deus, tomavam banho juntos. A população acreditava também que se cavassem um poço atingiriam o Japão e faziam testes de patriotismo como “em caso de uma guerra entre o Brasil e o Japão para que lado iria lutar?” O português dos japoneses era precário, não conseguiam pronunciar as palavras que tinham “v”, “r” e til, bastantes difíceis na fonética japonesa, o que tornava incompreensível a sua fala. A mudança ocorreu quando o Japão começou a exportar sandálias japonesas que ficaram conhecidas como “as japonesas” e passaram a ser sonho de consumo de homens e mulheres no uso cotidiano como calçado chique e, mais tarde, o radinho de pilha, que combinou com o gosto dos brasileiros pelo futebol, e o relógio Seiko, sonho de consumo de todo adolescente na década de 1960³. Os relógios

³ Em 1962, a Alfândega de Belém anunciava a apreensão no posto fiscal de Maracangalha de duas malas contendo 69 pares de sandálias japonesas. Outra apreensão foi em Abaetetuba, de 10 mil pares de sandálias japonesas (PINTO, 1962).



constituíam presente de formatura, contrapondo-se à realidade dos filhos da classe média, que exigem um carro quando são aprovados no vestibular. Esses objetos de consumo primitivo criaram na mente dos brasileiros a ideia de que o Japão tinha alguma coisa diferente. A realização das Olimpíadas de Tóquio em 1964 mostrou a nova realidade japonesa, que ia muito além do plantio de hortaliças.

Essa imigração foi efetuada numa época em que não existia preocupação com a ecologia e os pioneiros não eram vistos como agentes da destruição, mas procuravam pela intensificação do uso da terra e da sua permanência na atividade. A Amazônia, naquele tempo, era vista como algo misterioso e perigoso, contrastava com as facilidades atuais dos meios de comunicação, como: telefone, fax, internet, laptop, celulares e aviões a jato, que induziram uma experiência de desenvolvimento em uma área tropical, marcando uma fase na vida econômica, social e política da região. Os sonhos de Uyetsuka e Fukuhara de aplicar pesados investimentos de capitalistas japoneses só produziram resultados palpáveis na segunda geração de imigrantes, com a certeza de que nada do que vale a pena se consegue sem esforço, e que trouxeram grandes benefícios econômicos e sociais para a região. A migração japonesa na Amazônia constituiu-se em uma experiência de desenvolvimento agrícola singular, mas que não apresentou condições de ser imitada de forma integral, em face das circunstâncias e do choque entre culturas muito diferentes.

Em 2108, quando será comemorado o bicentenário da imigração japonesa no Brasil, a participação dos descendentes japoneses, com o rápido processo de assimilação na sociedade brasileira, os sobrenomes japoneses, os olhos puxados e a participação relativa nas atividades econômicas será confundida com o contexto nacional em decorrência da diluição. Ficará, contudo, a cultura representada pelas comidas japonesas com adaptações, esportes, artes, mangá, cosplays, religião e o espírito de gestão empresarial. Para manter acesa a chama da integração, a migração do conhecimento torna-se necessária, com brasileiros estudando no Japão e vice-versa, contribuindo para a solução de problemas que afligem os dois povos.

Capítulo 2

A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio





Introdução

A introdução da juta provocou grandes transformações nos cenários econômico, social e político da região e foi também por ela influenciada, de maneira endógena e exógena, fora do controle do produtor. A expansão da lavoura da juta nas várzeas amazônicas induziu o desmatamento da faixa filiforme estendendo das proximidades de Monte Alegre, no Estado do Pará, a Manacapuru, no Estado do Amazonas. A juta era cultivada por 2 a 3 anos, quando então era deixada para descansar por um período equivalente. Com a eliminação da vegetação, menos sedimento era retido e a erosão localizada era, provavelmente, maior. Durante o Brasil Colônia, as ações antrópicas nas várzeas estavam associadas ao cultivo semiextrativo de cacau no eixo de Santarém a Cametá (WINKLERPRINS, 1999, 2006). O conhecimento dessa experiência é importante para se entender o processo de desenvolvimento agrícola da região e o resgate da história de um ciclo econômico, social e político (BENCHIMOL, 1977; BUNKER, 1982; COSTA, 1984; GENTIL, 1988). A regra geral é que, quando as atividades econômicas começam a entrar em estagnação ou em declínio, decresce também o interesse pela pesquisa para analisar essas causas.

A introdução da juta moldou a agricultura da várzea na Amazônia, passando a constituir parte integrante dos recursos naturais da região (MIYAZAKI; ONO, 1958a, 1958b). O ponto básico da escolha dessa cultura foi a semelhança com que o cultivo era conduzido na Índia, às margens dos rios Ganges e Brahmaputra, e a possibilidade de ser introduzida nas várzeas do Rio Amazonas (LIMA, 1938). Compondo novo tipo característico, o juteiro ou malveiro tornou-se uma atividade exclusiva de pequenos produtores, ao contrário de propriedades de seringais/castanhais que se concentram em poucas mãos, tendo nos varais de secagem de fibras a característica identificadora de sua presença. O curto período entre a introdução, o apogeu e o declínio não deixou de influenciar alguns escritores, como Benedicto Wilfred Monteiro (1924–2008), natural de Alenquer, no romance *Verde Vagomundo*, lançado em 1972; Ademar Ayres do Amaral (1948), natural de Óbidos, no romance *Sementes do Sol*, lançado em 2012; e Antônio Cândido da Silva com o romance ficcional *Vila Amazônia: os koutakusseis*, ambientado em Parintins (AMARAL, 2012; MONTEIRO, 1991; SILVA, 2012).



Segundo Fraxe (2000), o caboclo ribeirinho que vive às margens do Rio Amazonas convive com uma terra que fica submersa por 4 ou 5 meses todo ano. A reprodução de sua unidade familiar depende de um rio, de uma “terra molhada” (várzea) e de uma “terra firme”, espaços que se misturam, criando uma linha quase imaginária entre as superfícies terrestre e aquática. Nesse espaço, a juta e mais tarde a malva conseguiram encontrar seu nicho, adaptando-se às estratégias de sobrevivência do caboclo. Esses “homens anfíbios” conseguem não só retirar os meios de sobrevivência, mesmo que escassos, da terra e da água, como também constroem uma rede de relações sociais de troca e de complementariedade no “mundo do trabalho”.

A imigração japonesa na Amazônia está associada com a introdução da juta e da pimenta-do-reino, entre outras culturas (PARÁ, 1995). Esse esforço da imigração japonesa na Amazônia mostrou a primeira tentativa do capital japonês em tirar proveito dos recursos naturais antes da Segunda Guerra Mundial, que se consubstanciou na década de 1970, com os investimentos na área mineral.

O objetivo deste capítulo é analisar a dinâmica da economia jutícola na Amazônia, sua expansão e declínio, como tem sido para outros produtos da região.

A pré-história do cultivo da juta no Brasil

A expansão da cafeicultura nacional criou uma grande demanda de sacaria de juta destinada para embalagem do café. Toda essa sacaria dependia de importações provenientes da Índia, ainda como possessão britânica até 1947. Por ser um produto muito caro, essa sacaria chegava a ser utilizada até sete vezes quando se destinava ao transporte da fazenda até os centros de comercialização (MATOS, 1996). As exportações de café representavam valores superiores a 40% do valor do comércio externo do País, de 1831 a 1890 (Tabela 1) (CARONE, 2001). Nos anos de 1907 e 1908, as importações de fibra de juta constituíam o oitavo produto, em termos de valor, e as quantidades eram de 9.096.011 kg e 7.826.896 kg, respectivamente.

**Tabela 1.** Participação das exportações brasileiras de 1831 a 1890.

Período	Café	Algodão em pluma	Açúcar	Borracha	Cacau	Couro e peles	Fumo	Erva mate
1831-1840	43,8	10,8	24,0	0,3	0,6	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	7,5	26,7	0,4	1,0	8,5	1,8	0,6
1851-1860	48,8	6,2	21,2	2,3	1,0	7,2	2,6	1,9
1861-1870	45,5	18,3	12,3	3,1	0,9	6,0	3,0	1,2
1871-1880	56,6	9,5	11,8	5,5	1,72	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	4,2	9,9	8,0	1,6	3,2	2,7	1,2

Fonte: Carone (2001).

Para suprir essa demanda de sacaria, existia um parque de aniagem dependente de grandes importações de juta-indiana. Para contornar essa dependência da sacaria de juta-indiana controlada pelos ingleses, os industriais paulistas e grandes produtores ligados à cafeicultura tomaram a decisão de montar indústrias para o beneficiamento da fibra de juta ou de congêneres e o seu plantio no País. Essas tentativas antes do sucesso comercial da juta em Parintins (1937) se concentraram no Estado de São Paulo.

Surgiu então, por iniciativa do conde Antônio Alvares Leite Penteado (1852–1912), grande fazendeiro ligado ao setor cafeeiro, a Fábrica Santana, primeira fábrica de tecelagem de juta no País, instalada em 1885, em São Paulo. A razão da fundação da Fábrica Santana foi decorrente das medidas governamentais que estabeleceram reduções no direito de importações sobre os fios de juta e aumento das tarifas sobre sacarias importadas. Chegou a obter concessão de privilégio para fabricação de artefatos de juta no Brasil por um período de 15 anos, medida anulada pelo governo republicano (MATOS, 1996).

A Fábrica Santana, fundada em 1899, dos 50 teares quando foi inaugurada passou para 600, empregando 1,3 mil operários, com capacidade para fabricar 60 mil metros diários, 14 milhões de metros anuais de tecidos de juta, cobrindo 90% das necessidades de sacaria para café no Estado de São Paulo (MATOS, 1996).



Posteriormente outras fábricas de tecelagem de juta foram fundadas, fechadas ou incorporadas, tanto que, em 1912, existia no País a Companhia Santista de Tecelagem (fundada em 1904), a Santa Chantal (1909), mais tarde incorporada à Companhia Nacional de Tecidos de Juta, e a Companhia Paulista de Aniagens (1911). Dez anos depois, em 1922, existiam as Fábricas Santana, a Companhia Paulista de Aniação (1911), a Companhia Santista de Tecelagem e a Companhia Anglo-Brasileira de Juta (1921). Em 1924, foi fundada a Companhia Industrial de Juta S.A. (MATOS, 1996).

Uma experiência importante foi o uso da malva, conhecida como aramina em São Paulo, que teve como grande entusiasta o Dr. Augusto Carlos da Silva Teles (1851–1923), professor da Escola Politécnica de São Paulo, que estimulou a fundação da Companhia Aramina, Silva Teles & Cia. Instalada no Bairro do Mooca, foi inaugurada em junho de 1903, com 200 operários. Foi saudada como a primeira fábrica de sacaria “essencialmente brasileira [...] visto trabalhar com matéria-prima nativa [...] nos libertará da pesada dependência em que até aqui temos vivido, da juta e do cânhamo” (MATOS, 1996, p.201).

A empresa tinha a capacidade de produzir 2 milhões de sacos anuais, tendo conseguido no primeiro ano material para a confecção de 800 mil sacos, sua maior produção, que foi gradativamente diminuindo até fechar em 1910 e seu maquinário foi então negociado com a Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Para se ter uma ideia da dimensão de área necessária para produzir 800 mil sacos¹, esta ficava entre 200 ha a 400 ha, muito reduzida. Silva Teles incentivou o cultivo ao longo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, chegando a atingir Franca e Aramina. O Município de Aramina, próximo de Uberaba, que teve início como povoado em 1905, decorreu da presença dessa planta.

¹ A Associação Comercial de Santos determinou, em 1890, a obrigatoriedade de que os sacos de aniação de exportação de café fossem novos. Em 24 de maio de 1907, estabeleceu as dimensões da sacaria como tendo 1,50 m x 0,95 m com peso mínimo de 460 g, que foram modificadas em 1915 para 1,50 m x 1,00 m com peso mínimo de 500 g, em razão da perda do café (MATOS, 1996).



Em 11 de janeiro de 1908, a Fábrica Santana foi transformada em sociedade anônima, com a designação de Companhia Nacional de Tecidos de Juta, adquirida posteriormente por Jorge Luís Gustavo Street (1863–1939), tornando-se a maior empresa do ramo no País. Em 1933, essa empresa foi à falência em decorrência da crise da bolsa de Nova York em 1929, que afetou a lavoura cafeeira. Jorge Street nasceu no Rio de Janeiro, em 1863, e faleceu em São Paulo, em 1939. Formou-se em Medicina e ingressou no ramo têxtil como acionista da Companhia Fábrica São João, no Rio de Janeiro, de ações do seu pai Ernesto Diniz Street, engenheiro austríaco que viera para o Brasil contratado pela firma Gaffré-Guinle, para construção de estradas de ferro.

Em 1917, após longa perlanga jurídica, da qual participou o jurista Rui Barbosa de Oliveira (1849–1923), no Supremo Tribunal Federal, em 1913, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta deu ganho de causa para Jorge Street (BARBOSA, 1948). O conde Antônio Álvares Leite Penteadado entendia a freguesia da antiga Fábrica Santana como sendo propriedade particular, cuja sentença saiu somente após a sua morte. Sob a gestão de Jorge Street, a fábrica sofreu grande ampliação na cidade de São Paulo, na região que atualmente pertence ao Distrito de Belém, mais precisamente entre o Rio Tietê e a Avenida Celso Garcia (que na época se chamava Avenida da Intendência). A fábrica chegava a consumir 1,2 mil a 1,4 mil toneladas de juta bruta mensalmente, produzindo diariamente 50 t de fios de juta, 150 mil metros de aniagem, tapetes, lonas e 2 mil cobertores de juta (CARONE, 2001). Junto à fábrica, fundou a Vila Operária Maria Zélia, tida como a primeira vila operária do Brasil e, portanto, a pioneira das centenas de vilas operárias que se formariam em São Paulo nas próximas décadas. O nome foi uma homenagem à filha primogênita de Jorge Street que falecera de tuberculose em 1916. Inaugurou na fábrica a primeira creche para filhos de operários, com grande predominância de italianos. Em 1919, defendeu o direito de greve e, mais tarde, com a criação do Ministério do Trabalho (1930), dirigiu o Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Publicou muitos artigos na imprensa diária e em revistas, encarecendo a necessidade da formação de uma consciência capitalística brasileira e de medidas de proteção aos operários.



As tentativas de plantar juta e malva em São Paulo

Desde o início do século 20, foram realizadas várias tentativas de introdução da juta no Brasil. As dificuldades em torno da sacaria para a embalagem do café se agudizaram durante a Primeira Grande Guerra Mundial, fazendo com que a busca de sucedâneos nacionais para a fibra de juta fosse enfatizada.

As primeiras tentativas conhecidas de plantio de juta no País foram de Lourenço Granato, diretor do Instituto Agrônomo de Campinas (1908–1909), em 1902, com sementes importadas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, testadas no Aprendizado Agrícola Bernardino de Campos, em Iguape. Essas mesmas sementes foram testadas também pelo sueco Johan Albert Constantin Löfgren (1854–1918), também conhecido como Alberto Loefgren, que efetuou testes visando ao plantio de juta em São Vicente (THURY, 1948). Outra experiência seria a do Dr. Gustavo Rodrigues Pereira Dutra, também diretor do Instituto Agrônomo de Campinas (1898–1906). Outra tentativa foi a de Antônio da Silva Neves, que até viajou para a Índia em 1920, tendo obtido as sementes e plantado-as nas margens do Rio Paraná, no Estado de São Paulo. O agrônomo Edmundo Navarro de Andrade (1881–1941), que se notabilizou pela introdução do eucalipto no País, também excursionou pela Índia, fez experiência com o plantio de juta no Horto Florestal, em Rio Claro, e na Fazenda Campo Alto, em Araras, pertencente ao Sr. Martinho Prado, isto em novembro de 1921. O Instituto Agrônomo de Campinas, que teve papel pioneiro nas tentativas de cultivo de juta e malva em São Paulo, foi fundado em 1887 pelo Imperador D. Pedro II, tendo recebido a denominação de Estação Agrônoma de Campinas.

O uso da piteira (*Foureroya gigantea*) similar ao agave, de cujas folhas são extraídas as fibras, foi uma das alternativas sugeridas para a fabricação de sacaria, sem sucesso. A piteira foi plantada em Pernambuco, durante o domínio holandês, em 1648. Foi cultivada no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, visando à fabricação de cordas no início do século 20. No Rio Grande do Sul, nos municípios de São Sebastião do Cahy e em Taquara, a produção chegou a atingir 100 t, em 1913, e no Rio de Janeiro, em Vassoura, o maior plantio tinha 83 ha, em 1911 (PESTANA, 1916).



Em 1922, no Município de Presidente Prudente, foram realizadas tentativas para o cultivo de juta, sob a supervisão do agrônomo indiano Nilmoney Behera, tendo a Companhia Nacional de Tecidos de Juta adquirido as sementes de Bengala, Índia (CAMARGO, 1924). O Diário Oficial da União de 14 de maio de 1943 registra a convocação de recrutamento para o serviço militar de Antônio Milton Behera como sendo filho de Nilmoney Behera e Thereza Behera, indicando que terminou se radicando no País.

No dia 2 de junho de 1922, era exibido no Cinema-Teatro República o filme com o título sugestivo de “Bandeirantes de Hoje”, que mostrava o cultivo da juta desenvolvido pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, de Jorge Street, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio (coronel Marcondes Soares) e Gabriel Lessa (grande proprietário e oficial de justiça), em Presidente Prudente, com orientação de especialistas hindus (VILLAÇA, 2015). Apesar do sucesso da iniciativa, foi abandonado em 1924, em virtude do preço da terra e das dificuldades de obtenção de trabalhadores, sendo muito mais barato importar a juta-indiana. A partir de 1924, iniciou-se um período de expansão do café que perdurou até 1929 (MATOS, 1996).

Jorge Street, presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, relata as difíceis negociações com relação à aquisição de 200 sacos de sementes de juta que tiveram baixa germinação. As sementes que tiveram melhor germinação foram aquelas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro, permitindo o cultivo em uma área total de 18 alqueires paulistas (2,42 ha). O cultivo que melhor desenvolveu pertencia a Gabriel Lessa, em uma área de 3 alqueires, cuja semeadura foi efetuada a lanço, tendo gasto 30 kg por alqueire. O que impressiona é a produtividade mencionada pelo autor de 15 t de fibra por alqueire, o que daria 6.198 kg por hectare. Trata-se de uma produtividade nunca alcançada no cultivo de juta e malva na região amazônica, no máximo em 2 t/ha, devendo se tratar de erro.

Outra experiência relatada foi efetuada em Presidente Marques, na alta Sorocabana, em 1924, por Jorge Street, com a vinda de um agrônomo indiano, que deve ser a mesma relatada por Camargo (1924). Em todos os relatos,



mencionam que foi um sucesso, mas que os altos preços do café e a falta de mão de obra desestimularam qualquer tentativa mais seria sobre esse cultivo em São Paulo, a despeito da demanda em sacaria.

A despeito do sucesso da juta em Parintins, em 1934, o cultivo da malva foi novamente estimulado no Município de Araçatuba, com preparo da área com mecanização animal, com plantadeira manual Planet Júnior, utilização de 22,5 kg de sementes/ha e transporte das hastes com carroça de tração animal. Outra menção é do plantio de malva no Município de Sabino Pessoa, Estado do Espírito Santo, na Fazenda Boa Sorte, do Sr. Otaviano Gomes de Paiva. A produtividade de malva em Araçatuba, em 1942, foi de 3 mil quilos por alqueire (2,42 ha), perfazendo 1.239,66 kg/ha (BARRETTO, 1944).

Com o sucesso da aclimação da juta nos estados do Amazonas e do Pará, vários estados tentaram introduzir essa cultura, destacando-se entre os principais: Espírito Santo (1942), Minas Gerais, Maranhão (1953), Amapá, Goiás, Rondônia, Mato Grosso, Rio de Janeiro (1944), Pernambuco (1949) e Alagoas (LIBONATI, 1962). A experiência em Pernambuco foi efetuada por Takeshiro Homma, em 1948, no Município de Jatinã, atual Belém de São Francisco, às margens do Rio São Francisco, tendo Ryota Oyama visitado essa plantação. Era secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco o Dr. Luiz Antônio Cavalcante de Albuquerque de Barros Barreto, o Dr. Eudes de Souza Leão Pinto (1920) era diretor-geral da Diretoria de Produção Vegetal e o governador de Pernambuco era o famoso jurista Barbosa Lima Sobrinho (1897–2000)² (PINTO, 1963). O Dr. Eudes de Souza Leão Pinto mais tarde foi o primeiro presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda).

No Estado do Maranhão, a experiência do plantio de juta, em 1954, foi efetuada também por Takeshiro Homma, no atual Município de Lima Campos, sob os auspícios do Fomento Agrícola do Maranhão, na gestão do Dr. Demóstenes Silvestre Fernandes. Na ocasião, Kotaro Tsuji visitou Lima Campos, pois estava

² Termo de contrato de locação de serviço celebrado entre o governo do Estado de Pernambuco e o técnico japonês Takeshiro Homma, para promover a introdução da cultura de juta no Município de Jatinã, desse estado. Recife, 18 set. 1948.



negociando a vinda de famílias japonesas para a Amazônia. Em 8 de setembro de 1951, Kotaro Tsuji foi um dos signatários da criação da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará (Farep), embrião da futura Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), como presidente da Associação dos Plantadores de Juta do Pará (FEDERAÇÃO..., 2004; LIBONATI, 1958, 1962). A presença de cursos de água e de mão de obra barata foram as condicionantes para essas introduções. Desses estados, somente Espírito Santo (1945/1955) e Amapá (1952/1955) produziram uma pequena quantidade de juta, cuja lavoura logo foi abandonada em decorrência do desvio de mão de obra para outras atividades e das dificuldades para maceração (BRAGA, 1952; PINTO, 1966).

Com o agravamento da crise da economia jaticola, durante a década de 1980, industriais paulistas aventaram a possibilidade dos cultivos da malva e da juta no Vale do Paraíba, para atender à demanda de fibra e pela proximidade das fábricas de beneficiamento. A Universidade de Taubaté, em São Paulo, estimulada pela Companhia de Juta de Taubaté, fundada em 1927, que foi uma das pioneiras na comercialização da juta na Amazônia, dominando no período de 1943–1947, desenvolveu diversos experimentos com a cultura da malva com o objetivo de utilizar áreas impróprias para essa cultura e para a produção agrícola sujeita a problemas de furtos, como, por exemplo, as fruteiras (RICCI, 2002; UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, 1985). A Fiação e Tecelagem de Juta (Fitejuta) incorporou, em 1966, a Companhia de Juta Taubaté e, em 1970, a Companhia Anglo-Brasileira de Juta, e, em 1976, por estar localizada na área da Sudam, passou a receber incentivos fiscais.

Expansão da juta nas várzeas amazônicas

Apesar de a juta ser uma planta exótica, com processos de produção totalmente desconhecidos, teve rápida expansão pelos ribeirinhos, absorvendo a tecnologia desenvolvida pelos japoneses. Os preços favoráveis e a existência de mercado foram as condicionantes dessa rápida expansão para uma época em que não existia, por exemplo, o serviço de extensão rural, que foi criado somente no final da década de 1960 (MONTEIRO, 1981).



O sucesso com essa cultura demonstrou que, desde que haja mercado, preços favoráveis e tecnologia disponível, os pequenos produtores não são avessos a inovações. A expansão dessa lavoura permitiu a primeira articulação econômica entre o Norte e o Sul do Brasil e o início do processo de agroindustrialização na Amazônia, com a implantação de jatifícios.

Na primeira fase, a difusão dos plantios esteve a cargo da Companhia Industrial Amazonense S.A. (CIA), responsável pela imigração de capital japonês, fundada com a viabilização da cultura da juta, que manteve domínio na comercialização de fibra no período de 1937–1942 (COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE, 1941). A expansão dos plantios dessa cultura nesse período era basicamente dos colonos japoneses, com o assalariamento de trabalhadores brasileiros. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os bens da CIA foram confiscados pelo governo brasileiro e leiloados, sendo adquirido pela empresa J.G. Araújo Jorge.

A Segunda Guerra Mundial (1939–1945), apesar de ter provocado a desorganização do processo de produção dos colonos japoneses, ao impossibilitar a importação de juta-indiana, favoreceu a dinamização dos plantios de juta na Amazônia, bem como a busca de outros substitutos. No pós-guerra, a divisão da Índia, em 1947, criou certo receio entre os empresários quanto à necessidade de ampliação da produção nacional. Esse esforço levou o Brasil a atingir a autossuficiência, em 1952, com a produção de juta e malva, que foi prejudicada, em 1970, com a volta das importações (Tabela 2).

Com a desarticulação da safra de juta após a saída dos imigrantes japoneses da organização do processo produtivo, a produção de fibra caiu, nos estados do Amazonas e Pará, de 9 mil toneladas para 6 mil toneladas, induzindo a grandes importações para atender a produção de 40 milhões de sacos de aniagem (FERREIRA; QUADROS, 2006).

Em 1948, ocorreu uma importação de 25 mil toneladas de fibra de juta da Índia em troca da exportação de 1,5 milhão de sacas de arroz, excedente da safra de 1947, pressionada pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), compelido por meio do Banco do Brasil. Isto foi motivo de discussões na Câmara Federal por meio dos deputados Antônio Feliciano, Batista Pereira, Plínio Cavalcante e José Armando, contra a isenção de todos os impostos aduaneiros e de licença prévia de



importação de qualquer quantidade de sacaria nova ou usada (GRAVE..., 1948). O Irga foi criado em 12 de junho de 1926, a partir do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, e representava os interesses do setor arrozeiro.

Tabela 2. Importação e exportação de fibras de juta, em toneladas.

Ano	Importação	Exportação
Anterior	5.000 a 9.000	-
1916	14.000,000	-
1917	17.000,000	-
1918	10.300,000	-
1919	26.018,000	-
1920	22.027,00	-
1921	13.080,913	-
1922	13.085,857	-
1928	21.050,882	148,184
1929	27.355,167	13,846
1930	20.359,722	120,973
1931	23.285,380	40,027
1932	19.224,267	7,800
1933	24.444,138	35,877
1934	21.643,659	311,563
1935	24.365,818	93,968
1936	27.740,382	55,385
1937	37.514,874	223,563
1938	30.519,061	24,732
1939	26.746,183	127,700
1940	22.382,518	-
1941	8.704,000	-
1942	16.634,000	-
1943	8.275,000	-
1944	16.279,000	-
1945	13.900,000	-
1946	12.958,000	-
1947	12.958,000	-
1948	27.760,000	-
1949	9.641,000	-

continua...



Tabela 2. Continuação.

Ano	Importação	Exportação
1950	5.347,000	-
1951	10.956,000	-
1952	16.530,000	-
1953	500,000	-
1954	100,000	-
1955	-	100,000
1956	-	-
1957	1.300,000	-
1958	-	300,000
1959	-	12,000
1960	-	229,000
1961	-	276,000
1962	-	112,000
1963	-	3.181,000
1964	-	4.872,000
1965	-	10.088,000
1966	-	3.421,000
1967	-	3.505,800
1968	-	3.876,000
1969	-	5.715,800
1970	9.014,700	3.265,200
1971	498,736	11.366,563
1972	5.299,181	10.678,859
1973	15.350,823	9.989,433
1974	29.257,635	5.395,668
1975	32.230,269	7.363,100
1976	13.008,000	8.879,100
1977	-	4.665,400
1978	7.500,000	4.127,000
1979	15.000,000	18.489,000
1980	25.000,000	6.764,000
1981	-	2.792,000
1982	3.621,000	10.154,000
1983	-	6.611,000

continua...

**Tabela 2.** Continuação.

Ano	Importação	Exportação
1984	7.500,000	8.315,000
1985	-	-
1986	27.883,000	-
1987	45.000,000	-
1988	16.880,000	-
1989	167,000	-
1990	7.154,000	1.842,000
1991	13.692,000	253,000
1992	15.408,000	43,000
1993	9.359,000	60,000
1993	9.359	60
1994	15.291	130
1995	17.900	20
1996	8.038	10
1997	13.377	11
1998	8.036	2
1999	8.521	2
2000	15.245	13
2001	11.012.516	109
2002	3.948,969	60
2003	13.786,266	34
2004	1.943,442	14
2005	0	6
2006	1.952,999	11
2007	0	20
2008	15.698,638	21
2009	1.650,978	33
2010	10.568,320	2
2011	8.263,663	33
2012	3.491,841	
2013	1.504,005	
2014	5.821,543	

Fontes: Brasil (2007a, 2007c), Camargo (1924), Granato (1923), Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (1977, 1994), Poetzcher (1940), Santos (1997).



Essa expansão foi favorecida pelo vácuo da economia do extrativismo da seringueira, que criou um excedente de mão de obra liberada dos seringais, aproveitando-se do sistema de aviamento já estruturado, que foi rompido somente na década de 1960, com a democratização do crédito rural, introduzido pelo serviço de extensão rural (JUNQUEIRA, 1972). O ciclo da juta, que se iniciou no final da década de 1930 e se estendeu até meados da década de 1980, é ainda lembrado pelos moradores mais antigos pela disponibilidade de crédito e pela possibilidade de melhorar as casas e adquirir bens como rádios e canoas (WINKLERPRINS, 1999).

Valorização da malva: extrativismo e domesticação

Um dos efeitos da introdução da cultura da juta foi a valorização da malva para produção de fibra, que existia como praga nas roças da zona bragantina, guajarina e salgado, no Estado do Pará, por ser uma planta adaptada a solos de baixa fertilidade (PENTEADO, 1967; VALVERDE; DIAS, 1967). Esses malvais surgiram como consequência da frente de expansão ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, construída no período de 1883–1908, e, na década de 1960, com a construção da Rodovia Belém-Brasília. Com isto, expandiu-se o extrativismo da malva, aproveitando-se os estoques de malvais nascidos espontaneamente, cuja extração, até 1956, atingiu uma produção superior a 18 mil toneladas.

Com o crescimento do mercado, houve a indução ao plantio da malva, levando ao decréscimo da sua produção extrativa no Estado do Pará, a partir de 1967 (Tabela 3). A valorização da malva no Nordeste Paraense conduziu às culturas do algodão e do fumo, por serem mais lucrativas, e de outros produtos alimentares, como a mandioca, que influiu no abastecimento de farinha na cidade de Belém, na década de 1950 (PENTEADO, 1967). A Companhia Têxtil de Castanhal, fundada em 1966, por Brenno Pacheco Borges (1910-1984), começou a funcionar em setembro de 1968, e instalou-se em Castanhal para absorver a produção de malva do Nordeste Paraense. Esse grupo já atuava no ramo de juta desde 1950, com a Fábrica São Luiz Durão S.A. (Rio de Janeiro) e o Jutificio São Francisco S.A. (São Paulo).

**Tabela 3.** Produção brasileira de juta e malva, em toneladas.

Ano	Amazonas		Pará			Espírito Santo	Maranhão
	Juta	Malva domesticada	Juta	Malta extrativa	Malta domesticada	Juta	Malva
1935	-	-	-	270	-	-	-
1936	-	-	-	350	-	-	-
1937	8,941	-	-	720	-	-	-
1938	57,625	-	5	1.080	-	-	-
1939	168,355	-	18	1.500	-	-	-
1940	324,848	-	52	2.120	-	-	-
1941	937,955	-	280	2.740	-	-	-
1942	2.769,981	-	915,074	3.325	-	-	-
1943	3.224,304	-	2.198,906	7.098	-	-	-
1944	4.566,107	-	3.009,040	5.917	-	-	-
1945	4.023,214	-	2.858,596	2.381	-	134	-
1946	5.348,485	-	3.491,404	2.002	-	36	-
1947	3.815,000	-	2.548	2.871	-	30	-
1948	5.462,548	-	4.135	2.470	-	48	-
1949	9.707,183	-	4.924	3.877	-	75	-
1950	9.327,530	-	5.254	5.489	-	126	-
1951	14.533,779	-	8.664	11.281	-	111	-
1952	18.088,526	-	4.920	11.428	-	112	-
1953	13.461,000	-	7.264	16.304	-	96	-
1954	16.135,000	-	7.139	13.904	-	48	-
1955	14.506,000	-	9.930	17.526	-	30	-
1956	20.006,000	-	11.659	18.583	-	-	-
1957	22.111,000	-	10.818	17.173	-	-	-
1958	22.222,000	-	9.018	15.811	-	-	-
1859	23.484,000	-	8.800	12.980	-	-	-
1960	28.773,000	-	10.119	9.767	-	-	-
1961	37.202,000	-	11.017	11.674	-	-	-
1962	33.902,000	-	13.757	11.432	-	-	-
1963	33.245,000	-	10.877	11.883	-	-	-
1964	37.565,000	-	13.670	11.939	-	-	-
1965	47.687,000	-	13.898	14.249	-	-	-
1966	31.501,000	-	12.956	13.034	-	-	-

continua...



Tabela 3. Continuação.

Ano	Amazonas		Pará			Espírito Santo	Maranhão
	Juta	Malva domesticada	Juta	Malta extrativa	Malta domesticada	Juta	Malva
1967	27.290,000	-	8.102	14.238	15.714	-	-
1968	32.000,000	-	8.000	12.117	10.714	-	-
1969	26.000,000	-	8.500	12.768	6.083	-	-
1970	34.800,000	-	8.200	9.506	13.533	-	-
1971	26.000,000	1.750	8.000	8.883	14.494	-	-
1972	22.000,000	5.050	6.000	6.094	34.117	-	-
1973	42.302,000	6.750	15.210	5.945	21.530	-	-
1974	25.000,000	10.800	6.554	7.492	16.313	-	-
1975	22.688,000	12.000	6.738	-	7.398	-	3.938
1976	20.510,000	17.000	10.764	-	30.161	-	4.765
1977	22.700,000	19.800	9.822	-	28.856	-	4.200
1978	11.000,000	25.000	6.954	-	28.413	-	4.490
1979	20.022,000	22.021	10.120	-	22.195	-	4.736
1980	16.830,000	19.410	8.827	-	24.729	-	5.024
1981	22.250,000	25.309	14.395	-	29.410	-	2.622
1982	10.327,000	19.502	4.813	-	20.045	-	2.270
1983	13.422,000	18.734	8.275	-	19.563	-	2.854
1984	10.560,000	19.484	11.683	-	27.951	-	2.449
1985	14.617,000	19.610	10.704	-	14.423	-	2.195
1986	15.255,000	11.709	11.169	-	21.548	-	2.804
1987	9.287,000	17.204	6.111	-	28.772	-	2.427
1988	10.455,000	30.346	3.228	-	26.923	-	2.300
1989	2.464,000	8.540	2.500	-	10.000	-	-
1990	2820,000	5.184	830	-	9.226	-	4.100
1991	1.618,000	2.763	1.685	-	5.940	-	2.932
1992	1.559,000	11.791	1.685	-	5.647	-	2.013
1993	1.971,000	14.583	1.699	-	1.930	-	576
1994	2.111,000	14.137	193	-	1.831	-	240
1995	1.901,000	8.717	234	-	1.263	-	71
1996	1901,000	2.775	100	-	1.211	-	19
1997	1906,000	2.732	56	-	842	-	11

continua...

**Tabela 3.** Continuação.

Ano	Amazonas		Pará			Espírito Santo	Maranhão
	Juta	Malva domesticada	Juta	Malva extrativa	Malva domesticada	Juta	Malva
1998	526,000	6.050	347	-	1.528	-	-
1999	833,000	5.017	584	-	1.505	-	7
2000	833,000	5.017	500	-	921	-	9
2001	1.088	4.613	220	-	1.248	-	8
2002	991	7.329	468	-	1.276	-	3
2003	1.075	7.336	410	-	1.643	-	-
2004	1.231	8.481	1.095	-	1.838	-	-
2005	5.402	18.436	534	-	1.728	-	-
2006	5.617	18.142	435	-	1.757	-	-
2007	5.637	17.514	725	-	1.782	-	-
2008	488	11.110	316	-	1.515	-	-
2009	559	12.343	243	-	1.711	-	-
2010	907	11.595	27	-	1.621	-	-
2011	990	13.819	64	-	1.792	-	-
2012	965	6.859	28	-	1.608	-	-
2013	448	8.343	42	-	1.159	-	-
2014	1.169	7.075	3	-	1.055	-	-

Fonte: Anuário... (1996), IBGE (2015), Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (1977, 1994), Lima (1938), Pinto (1966).

Por ser uma cultura cuja produção ocorria depois da safra da juta, a malva tinha seus preços condicionados de acordo com o volume de fibra da juta (GUSHIKEN, 1988; HOMMA; REIS, 1978). A outra vantagem da expansão da malva era que, por ser uma cultura cultivada em área de terra firme, estava livre das inunções das enchentes anuais do Rio Amazonas, ao contrário da produção da fibra da juta, e funcionava como reguladora da oferta e do preço de fibra. As enchentes anormais do Rio Amazonas eram motivo de preocupação constante dos produtores e industriais de fibra de juta, além de afetarem a qualidade das mesmas.

Em 1971, a malva passou a ser cultivada nas várzeas altas do Estado do Amazonas, por iniciativa da Brasiljuta, assinalando novo rumo para o desenvolvimento dessa atividade (GENTIL, 1988; RELATÓRIO..., 1979). Competindo com a juta, em 1978



e 1982, por causa da facilidade de aquisição de sementes e de produtividade, atingiu o dobro da produção dessa fibra e, em 1983, o triplo (Tabela 3). Na realidade, a introdução da malva, sósia perfeita da juta, constituiu-se na maior inovação tecnológica na produção de fibras. No Nordeste Paraense, o plantio da malva deixou de ser uma atividade dependente de estoques extrativos, passando a acompanhar as áreas de fronteira agrícola, integrado ao conjunto de atividades desenvolvidas pelo pequeno produtor até o gradativo desaparecimento na década de 1980 (HOMMA, 1989; SAWYER, 1979). Dessa forma, após o corte da malva, efetuava-se o plantio da mandioca, do algodão ou do capim, como redutor do custo de implantação de pastagens (KITAMURA et al., 1983). Nas várzeas, o fato de a malva ter o ciclo vegetativo mais longo induzia a perda da safra com enchentes maiores. Uma solução seria o plantio da juta na várzea baixa e o da malva na várzea mais alta.

A produção da malva também foi afetada pela crise da juta e do próprio mecanismo de transformações econômicas, sociais e políticas no Nordeste Paraense. O paradoxo é que, na fase final, dado o desinteresse e a competição com outras atividades, maior parte da pequena produção de malva ainda existente no Nordeste Paraense foi decorrente do aproveitamento de malvais espontâneos, até o seu desaparecimento.



Na esquerda, aspectos botânicos da juta. Na direita, primórdios do plantio de juta em área de terra firme para produção de sementes, que constituía no aspecto crítico para expansão do cultivo.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Na esquerda, pioneiros no plantio de juta para a produção de sementes consorciado com timbó trazido do Japão. Na direita, ataque de saúva que quase inviabilizou a aclimatação de juta por Ryota Oyama.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Na esquerda, trabalhadores pioneiros no corte da juta em terrenos alagado e, na direita, transporte para maceração.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Na esquerda, transporte de hastes de juta com participação de menores, bastante comum na época, e, na direita, transporte por barco para o local de maceração.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Na esquerda, antigas fotos mostrando o afogamento das hastes com troncos para submergir e, na direita, o desfibramento depois de alguns dias.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Detalhes da lavagem de fibra após a maceração.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



Na esquerda, trabalhadores adultos e menores com as fibras lavadas prontas para a secagem. Na direita, hastes de juta com 4,70 m recém-cortadas e com 4,0 m após a descorticação.

Fonte: Admar de Andrade Thury (1948).



A questão da produção e distribuição de sementes de juta

A lavoura de juta apresenta grande fragilidade pelo fato de a produção de fibra nas várzeas ser dependente da produção de sementes; estas foram produzidas a partir da década de 1940, nos municípios paraenses de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, e depois concentradas exclusivamente em Alenquer (MONTEIRO et al., 1973). A razão de os japoneses terem deslocado a produção de sementes de juta para as terras firmes de Alenquer deve-se ao fato de que a produção de fibra nas áreas de várzeas não permite completar o ciclo vegetativo, uma vez que o corte das hastes coincide com as enchentes e com os solos férteis daquele município (INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1973).

A produção de sementes de juta, em Alenquer, atingiu o máximo de 714.210 kg em 1973, sendo efetuada com grandes perdas. A título de comparação, na safra 2002/2003, Bangladesh teve uma demanda de 4 mil toneladas de sementes de juta, dos quais mil toneladas foram importadas da Índia pelo setor privado. A área plantada de juta em Bangladesh é de 193,5 mil hectares de *Corchorus capsularis* e 229,5 mil hectares de *Corchorus olitorius*. A importância da lavoura de juta naquele país é expressa pela existência de um Ministério de Têxteis e de Juta (Ministry of Textiles and Jute). Na Índia, que sempre foi o maior produtor mundial, com 4 milhões de produtores envolvidos na produção de fibra, a demanda de sementes estimada foi de 5 mil a 5,5 mil toneladas na safra 2002/2003 e cultivada em 800 mil hectares (REPORT..., 2007).

A crise da juta sempre esteve relacionada com o descompasso no setor de produção de sementes de juta em Alenquer. As restrições ao desmatamento de floresta densa e a expansão das pastagens, nas décadas de 1970 e 1980, para atender à pecuária, fizeram com que a produção de sementes fosse colocada em plano secundário, bem como a própria lucratividade na produção de semente. Outro aspecto foi a própria crise na produção de fibras, reduzindo a demanda por sementes.



Dessa forma, a produção de sementes de juta constituiu-se no principal obstáculo desde a aclimação por Ryota Oyama (1882–1972), em 1934. A princípio, os próprios japoneses faziam a produção de sementes de juta em áreas de terra firme, mesmo com grandes dificuldades. Deve ser destacado o esforço que a Associação Comercial do Amazonas levou a cabo a partir de 1940, além do Fomento Agrícola Federal do Amazonas e da Diretoria de Agricultura do Estado do Amazonas, passando depois para o então Instituto Agrônômico do Norte (IAN), em 1948 (Tabela 4). Com a entrada do IAN, foi conseguida uma oferta de sementes, permitindo a expansão rápida dessa cultura. Antes da entrada do IAN, existia um mercado negro de sementes de juta, no qual dominavam os interesses políticos e a venda inescrupulosa de sementes de “jutinhas”, representadas por espécies de baixa altura e de plantas sem valor comercial. A ação enérgica de Felisberto Cardoso de Camargo (1896–1977), diretor do IAN, que sofreu fortes pressões da imprensa local por contrariar interesses de comerciantes inescrupulosos, foi que garantiu a safra de sementes nos anos posteriores. Por iniciativa de Felisberto Cardoso de Camargo, Sakae Oti chegou a trabalhar no Instituto Agrônômico do Norte, como encarregado da cultura da juta nas plantações Ford de Belterra (CAMARGO, 1948). Para viabilizar a produção de sementes de juta, Camargo solicitou recursos do Plano Salte (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) lançado pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), em 1947, e que vigorou até 1951 (FERREIRA; QUADROS, 2006).

Tabela 4. Produção e distribuição de sementes de juta (kg).

Ano	Produção	Distribuição		Estoque
		Pará	Amazonas	
1940	?	--	144	--
1941	?	--	1.219	--
1942	?	--	2.132	--
1943	?	--	6.717	--
1944	?	--	2.517	--
1945	?	--	3.800	--
1946	?	--	6.000	--
1947	?	--	4.356	--
1948	12.365	--	5.150	--
1949	63.979	--	--	--

continua...

**Tabela 4.** Continuação.

Ano	Produção	Distribuição		Estoque
		Pará	Amazonas	
1950	82.006	--	--	--
1951	69.150	--	44.000	--
1952	150.000	--	--	--
1953	?	--	--	--
1954	120.000	-	-	-
1955	?	-	-	-
1956	?	-	-	-
1957	178.000	-	-	-
1958	170.000	-	-	-
1959	190.000	-	-	-
1960	35.000	-	-	-
1961	65.000	-	-	-
1962	190.000	-	-	-
1963	142.000	-	-	-
1964	?	-	133.000	-
1965	173.394	-	128.000	
1966	?	-	100.000	
1967	658.018	24.542	25.000	
1968	Não houve	6.790	39.000	
1969	103.304	30.445	144.780	451.614
1970	177.024	25.258	200.390	36.312
1971	277.496	40.370	213.516	82.435
1972	448.062	47.780	388.180	98.422
1973	714.210	33.140	300.000	479.492
1974	65.000	34.964	143.604	365.924
1975	180.574	34.500	286.396	225.028
1976	353.018	53.090	285.100	58.044
1977	626.279	33.991	177.000	528.626
1978	235.443	34.000	150.000	580.069
1979	86.706	40.000	273.750	353.025
1980	78.783	71.161	240.015	69.445
1981	168.976	20.084	110.020	80.000
1982	500.297	22.195	157.000	401.070
1983	261.381	43.685	116.270	502.496

continua...



Tabela 4. Continuação.

Ano	Produção	Distribuição		Estoque
		Pará	Amazonas	
1984	189.991	21.486	151.850	519.151
1985	23.823	66.840	297.433	178.701
1986	84.199	49.700	147.000	66.200
1987	-	33.805	121.050	19.015
1988	168.800	11.898	24.688	168.800
1989	50.000	50.000	42.000	122.461
1990	26.218	-	26.000	121.000
1991	--	-	20.000	101.000
1992	--	-	29.000	72.000
1993	--		53.000	
1994				
1995				514
1996	7.861		7.500	361
1997	38.573		12.350	26.312
1998	58.137		77.250	7.004
1999	32.353		10.400	28.855
2000	28.786		0	57.539
2001	30.000		20.000	37.539
2002	15.000			

Nota: 1948 a 1965, IAN e Ipean; 1967 em diante, Dema/PA, DFA/PA, CFP, Ifibram (1977, 1994). A distribuição de sementes de juta nos anos 1996 a 2001 refere-se aos estados do Amazonas e Pará, com predominância do primeiro.

Fontes: Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (1970), Convenção... (1947), Fagundes (2002), Ferreira e Quadros (2006), Gushiken (1988), Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (1977, 1994), Juta... (1952), Krelling (2001), Monteiro et al. (1973), Relatório... (1979).

A dependência das sementes de juta gerou diversos conflitos de natureza política ao longo do tempo, principalmente no Estado do Amazonas. O descompasso entre a vazante do Rio Amazonas naquele estado e a colheita de sementes de juta, em Alenquer, criavam sérios riscos para a produção de juta-de-lama, que para aproveitar as várzeas descobertas se constituíam em constante foco de atrito entre produtores, comerciantes, industriais e o governo (MONTEIRO et al., 1973). Outros aspectos relacionados com a baixa capacidade germinativa das sementes eram motivo de discórdia pelos



prejuízos que provocavam. O Estado do Amazonas, pelo fato de ser o maior consumidor, sempre entendeu que deveria ser autossuficiente, colocando como solução a criação de campos de produção de sementes de juta. Durante o governo de João Valter de Andrade (1919–2008), que governou no período de 1971 a 1975, nomeado pelo presidente Garrastazu Médici (1905–1985), essa questão chegou ao nível máximo de pressão, desconhecendo-se o determinismo agrônômico, como se pudesse anexar o Município de Alenquer ao Estado do Amazonas. As experiências do Instituto de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Ocidental nas várzeas de Manacapuru mostraram que, na época da colheita, teriam que colher com água cobrindo os juteais (INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1973).

O cenário político da produção de sementes teve, portanto, ao longo da história, diversos desdobramentos. No Estado do Amazonas, a distribuição de sementes de juta sempre esteve a cargo da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, até o início da década de 1970, quando foi rompido no governo de João Valter, que foi entregue à Secretaria de Produção Rural, na gestão de José Sílvio de Souza, na qual foi promovida a distribuição gratuita de sementes de juta no período de 1971–1974, com grandes desperdícios.

O processo de produção de sementes de juta, após a fase da Associação Comercial do Amazonas, ficou a cargo do IAN e, posteriormente, do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean), até 1965, para, em seguida, ser de responsabilidade da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Pará (DFA). Na safra de 1975/1976, a Comissão de Financiamento da Produção instituiu os preços mínimos para produção, aquisição e repasse de sementes de juta (RELATÓRIO..., 1979). Essa autarquia mantinha a hegemonia da política agrícola brasileira naquela época. Durante o desmonte de várias instituições, verificado no governo de José Sarney (1930–), a produção e a política de preços mínimos, tanto para a fibra como para a semente de juta, foram entregues à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com o Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram).



Na fase áurea, foram produzidas mais de 700 t de sementes de juta ao ano, mediante contrato com produtores credenciados em Alenquer. Porém, ao longo do tempo, essa produção foi diminuindo, chegando ao colapso em 1990, quando ocorreu a última safra em grande escala (Tabela 4). A produção de sementes de juta no Município de Alenquer constituiu-se, portanto, no ponto nevrálgico de toda a economia da juta na região amazônica ao longo de sua história (FRAZÃO et al., 1980). O paradoxo é que, ao lado da visão altamente ecológica da produção de fibras nas várzeas, o juteiro depende da produção de sementes de juta nos férteis solos de terra firme do Município de Alenquer, com necessidade de derrubada e queimada de floresta densa de áreas de ocorrência de castanheiras. Assim, com o desaparecimento da produção de sementes de juta, a produção de fibras está condicionada à produção de sementes de malva (Tabela 5).

Tabela 5. Produção de sementes de malva, em quilogramas.

Ano	Produção
1982	329.738
1983	273.116
1984	154.782
1985	138.399
1986	526.514
1987	637.930
1988	92.963
1989	42.300
1990	-
1991	42.300
1992	113.743
1993	15.105
2002	150.000

Fonte: Fagundes (2002) e Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (1977, 1994).

Com o colapso na produção de sementes de juta, corre-se o risco de perder todo o material genético desenvolvido desde a introdução dessa cultura pelos imigrantes japoneses. Deve ser destacada a iniciativa da Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará em estimular a produção de sementes de juta em Alenquer, a partir de 1996, com um estoque disponível de apenas



300 kg de sementes de juta. A partir dessas sementes, foram plantados 116 ha e obtidas 7 t em 1996 e 38 t em 1997, mediante a contratação de 198 produtores pertencentes a 11 associações e uma previsão de 54 t de sementes de juta em 1998, com o envolvimento de 300 produtores vinculados a 13 associações (IMBIRIBA, 1996, 1997; PROJETO..., 1996). Atualmente, poucos produtores se dedicam à produção de sementes de juta, no Município de Alenquer, sem a fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para vendê-las para o Estado do Amazonas. Conforme informado por Estevam Castelo³ e informações coletadas em Brasil (2007b), esses plantios consorciados com milho proporcionam um razoável lucro, que consta na pauta dos preços mínimos ao preço de R\$ 4,5052/kg para a safra 2006/2007. Esses produtores continuam desmatando a floresta densa, em roçados, variando de uma a três tarefas. Além da impureza dessas sementes, o risco de perda desse material genético a qualquer momento é eminente, com o abandono dessa atividade pelos pequenos produtores de Alenquer. A manutenção da lavoura de juta nas várzeas exige que a produção de sementes seja efetuada em área mecanizada e com adubação no Município de Alenquer, para evitar a continua derrubada de floresta densa, ou com o estabelecimento de campos de produção em locais distantes como o Nordeste Paraense, aproveitando as áreas produtoras de caupi.

Durante os governos de Amazonino Armando Mendes (1995–2003), Carlos Eduardo de Sousa Braga (2007–2010), Omar José Abdel Aziz (2010–2014) e José Melo de Oliveira (2014), a questão da produção de juta e malva sempre tem sido enfatizada no Estado do Amazonas, a despeito da sua produção declinante (Tabela 6). O secretário estadual de Produção Rural Eronildo Braga Bezerra (2007–2010; 2011–2013) estimulou a produção dessas duas culturas, com maior ênfase para a malva. A dificuldade na aquisição de sementes de juta em Alenquer, que ficou totalmente desarticulada, levou a concentrar na aquisição de sementes de malva, com muito mais vigor germinativo. Um levantamento realizado em 2008 por Pimentel e Martinez (2009), em Alenquer, evidenciava a existência de 100 produtores

³ Comunicação verbal de Estevam Castelo, para o pesquisador Alfredo Kingo Oyama Homma, da Embrapa Amazônia Oriental, em 16 de março de 2007.



de sementes de juta nas comunidades de Pariri, Vila do Palha, Macupixi, Boa Água, Farol, Santo Antônio e Igarapé Preto, com tendência ao desaparecimento.

Tabela 6. Quantidade de sementes de juta e malva distribuídas pelo governo do Estado do Amazonas, no período de 2004 a 2010.

Sementes	Ano						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Juta (kg)	7.500	21.500	25.000	4.000	10.500	2.900	7.950
Malva (kg)	120.417	106.600	165.650	83.800	56.123	36.500	7.500
Total (kg)	127.917	128.100	190.650	87.800	66.623	39.400	15.450

Fonte: Araujo (2012).

A produção de sementes de malva no Estado do Pará

As sementes de malva são produzidas por pequenos produtores localizados nos municípios de Capitão Poço, Ourém, Irituia, Viseu e Garrafão do Norte, no Nordeste Paraense, que colhem das plantas que nascem de forma espontânea nos roçados abandonados e na beira das estradas.

Apenas a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) e o Jutificio São Francisco, que fazem parte do mesmo grupo empresarial, estão atuando com o Ifibram na aquisição de sementes de malva. Até 2003, o Ifibram era registrado no Ministério da Agricultura como produtor de semente de malva por meio de produtores cooperantes. A partir de 2003, ocorreu a entrada de intermediários que adquirem as sementes nas comunidades, as quais muitas vezes recebem assistência técnica e financeira do Ifibram. O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) tem comprado sementes, mediante licitação, de intermediários que não possuem nenhum compromisso com a qualidade das sementes e não dispõem de pessoal técnico e máquinas para fazer todo o processo de limpeza e classificação das



sementes. Na maioria das vezes, essas sementes enviadas para o Amazonas são de péssima qualidade, refletindo nas safras e na qualidade das fibras⁴ (FERREIRA, 2012).

Até 2011, a CTC era a única que custeava as despesas da produção de sementes no Ifibram. Das 27 empresas que eram associadas, apenas quatro estão atuando diretamente no setor de anagem no Brasil, todas instaladas na Amazônia: Amazonjuta Textil Fibras Ltda. (2002), Brasjuta da Amazônia S.A., Jutal – Empresa Industrial de Juta S.A. e CTC. No passado, todas as associadas se reuniam e financiavam a produção de sementes, recebendo depois suas cotas, cada uma de acordo com a sua participação no projeto. A Brasjuta, por exemplo, está como associada do instituto, mas não tem participado.

Para suprimir as importações, seria necessário produzir 20 mil toneladas de fibras, que iria requerer 300 t de sementes de malva. Seria bastante difícil obter essa produção de sementes no Estado do Amazonas, pois dependeria do envolvimento de no mínimo 200 produtores, mão de obra, conhecimento sobre a técnica de plantio e a rentabilidade. Seria racional que o Idam financiasse um projeto de produção de sementes com o Ifibram, no Estado do Pará, garantindo a aquisição de sementes prevista em contrato. Seria possível envolver até médios e grandes produtores de caupi do Nordeste Paraense se a lucratividade fosse apropriada.

O sistema utilizado pelos agricultores para beneficiar as sementes de malva em muitas comunidades rurais dos municípios do Nordeste Paraense ainda é extremamente arcaico. No beneficiamento manual feito no pilão, há um elevado nível de quebra de sementes e conseqüentemente de perdas, por isso o rendimento não ultrapassa 50%. A produção diária atual pelo processo do pilão, envolvendo todas as etapas, desde a colheita, bateção e limpeza, gira em torno de 10 kg/dia por produtor, trabalhando uma média de 8 horas por dia. Para esse resultado, ele precisa beneficiar 20 kg de carrapicho limpo (FERREIRA; LEÃO, 2014).

⁴ Informação pessoal sobre produção de sementes de malva no Nordeste Paraense fornecida por Aldenor da Silva Ferreira, em 2012.



Com o uso das máquinas, consegue-se beneficiar 800 kg de carrapicho em um único dia de trabalho (8 horas), obtendo-se ao fim 400 kg de sementes. Considerando que um único trabalhador consiga em uma estação produtiva (3 meses) coletar 800 kg de carrapicho, pelo método manual do pilão, ele precisaria de 40 dias (trabalhando 8 h/dia) para pilar todo o carrapicho e obter 400 kg de sementes. Como dito, esse volume coletado de 800 kg de carrapicho pode ser processado pelas máquinas em apenas um dia. Os agricultores dos municípios atendidos pelo projeto em média colhem essa quantidade de carrapicho de agosto a novembro (FERREIRA; LEÃO, 2014).



Processo tradicional manual de separação do carrapicho.

Fonte: Ferreira e Leão (2014).

A primeira máquina adaptada é uma desintegradora modelo B-609 da empresa Vencedora Maqtron, encontrada no comércio, acoplada a um motor Honda GX160 à gasolina. Essa máquina consegue fazer a limpeza do carrapicho de malva com rendimento de 400 kg/dia. Para que a operação seja completa, faz-se necessário ventilar o material que sai da primeira máquina para separar as impurezas (areia, folhas, pedrinhas, etc.) do carrapicho triturado da semente.



Primeira máquina do processo mecanizado de separação do carrapicho.

Fonte: Ferreira e Leão (2014).

O segundo modelo foi adaptado da máquina artesanal de ventilar pimenta-do-reino, bastante utilizada na região. Ela funciona totalmente em modo manual, sendo as ventoinhas acionadas por meio de pedais e correntes de bicicleta adaptados. Esse trabalho foi vencedor do Prêmio Samuel Benchimol 2014, elaborado pelos técnicos Aldenor da Silva Ferreira (Ufam) e Arlindo de Oliveira Leão (Ifibram).



Máquina (ventiladora artesanal) do processo mecanizado de separação do carrapicho.

Fonte: Ferreira e Leão (2014).



O declínio do sistema juta e malva na Amazônia

O declínio da produção de fibras de juta e malva na Amazônia como sistema agrícola está condicionado a diversos fatores de natureza endógena e exógena a essa atividade. Essa variável exógena está relacionada com o próprio comportamento do setor industrial e do beneficiamento de fibras, na tentativa de apropriar o máximo de excedente do produtor, tanto de juta quanto de malva. Desde quando foi suprimido o caráter de monopólio e monopólio do mercado de fibras de juta, da CIA, pertencente aos japoneses, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os capitalistas brasileiros tiveram a preocupação de pagar apenas o menor preço possível, tanto para a fibra de juta quanto para a de malva, tornando-os, por extensão, operários das fábricas de aniagem no campo (PINTO, 1982; RIBEIRO, 1970a, 1970b). Enquanto, nas décadas de 1930 e 1940, 2 kg de fibras de juta eram equivalentes ao valor de 1 diária, na década de 1970 eram necessários 6 kg (Tabela 7). Desse modo, o que passou a prevalecer na comercialização de fibras de juta e malva foi a formação de um oligopólio, sem a necessidade de investimentos na estrutura produtiva. Com a crise da oferta de fibras de juta e malva, a partir da década de 1970, os esforços perante as alternativas surgidas não tiveram mais efeito.

Os trabalhadores locais se tornavam independentes, donos de suas próprias plantações, escasseando a mão de obra disponível, fazendo com que os japoneses abandonassem o cultivo da juta. Outro aspecto refere-se à qualidade, com fibra molhada no interior do fardo para aumentar o peso ou até misturas de pedaços de madeira e barro dentro dos fardos. Em face da impossibilidade de abrir todos os fardos, além da necessidade de todos efetuarem fiscalização, os industriais passaram a desprezar a juta amazônica em favor das importações (TSUJI, 2007). No passado, diante da grande disponibilidade de troncos decorrentes de derrubada da vegetação original, estes eram utilizados para dar peso para afogar as hastes de juta na maceração, produzindo fibra de boa qualidade. Com a escassez de troncos, os produtores passaram a colocar a terra para cobrir a parte superior das hastes, promovendo o escurecimento da fibra, denegrindo a sua qualidade. Mesmo a juta importada não escapa nas questões de qualidade. O navio indiano



Banglar Gourad, que aportou no porto de Belém no dia 8 de janeiro de 2004, com carregamento de 10.063 m³ de fibra de juta, foi retido em razão de infestação de ratos nos seus porões.

Tabela 7. Evolução da relação de troca entre o custo da diária e o preço recebido pela fibra de juta e mão de obra utilizada no processo produtivo.

Autor	Safra	Dias-homens/ha	Relação custo diária/Preço recebido fibra
Lima (1938)	1938	264,0	2,0 kg
Poetzcher (1940)	1940	344,0	2,0 kg
Companhia... (1941)	1941	265,0	2,0 kg
Libonati (1958)	1958	200,0	6,0 kg*
Bonfim (1968)	1968 (mata virgem)	156,0	8,5 kg*
Ribeiro (1970a)	1970 (mata virgem)	164,5	--
Ribeiro (1970a)	1970 (capoeira)	157,5	--
Ribeiro (1970a)	1970 (canarana)	150,5	--
Junqueira (1972)	1971	133,0	5,9 kg*
Santos (1997)	1997		10,0 kg

(*). Refere-se ao custo de produção.

No Nordeste Paraense, a crise da malva está embutida numa sequência lógica das transformações que a economia regional sofreu a partir da década de 1970 (COSTA, 1984). Nessa década, ocorreu na região a volta do algodão, a expansão dos pimentais, da pecuária, do atual ciclo da laranja, de maracujá e de culturas alimentares (HOMMA, 1970c, 1980; SAWYER, 1979; VALVERDE; DIAS, 1967). Era comum, sobretudo até a década de 1980, a presença de malva sendo macerada e lavada nos igarapés que cortavam as estradas do Nordeste Paraense.

Internacionalmente, as transformações tecnológicas verificadas, sobretudo na década de 1960, com a vulgarização das sacarias de plástico, tiveram um grande concorrente. A indústria de sintéticos apresentava uma garantia de estabilidade de oferta, sacos mais leves e resistentes e mais baratos, com possibilidades de economia de escala. A Companhia Amazônia Têxtil de Aniam (Cata), fundada em 1962, em Belém, para produção de sacos e telas de juta e de malva, implantou,



em 1972, outra unidade trabalhando com fibras sintéticas (NASCIMENTO, 1994). A Fiação e Tecelagem de Juta Amazônia (Fitejuta), fundada em 28 de abril de 1963, como resultado da fusão de três fábricas de manufaturados de juta localizadas em São Paulo, foi desativada em 30 de abril de 1996. A Brasiljuta, fundada pelo empresário Mário Expedito Guerreiro, em 1951, operou até 1990. Outras congêneres como a Pedro Carneiro, em Belém, e a Iolanda, de Recife, paralizaram suas atividades em 1995. O progresso no setor de transporte a granel e armazenamento retirou também a importância da necessidade de sacarias de juta e malva, bem como de outras fibras vegetais. Esses problemas estavam diretamente ligados à utilização da juta como matéria--prima básica no processo produtivo. Os países que tinham como política subsidiar a produção e a exportação de manufaturados de juta, dentre os quais se destacavam a Índia e Bangladesh, conseguiram ofertar preços muito abaixo daqueles praticados pelos demais países que não adotavam essa política, praticamente eliminando a concorrência mundial (LAUDO..., 2004).

Outros eventos exógenos específicos, como o final da Guerra do Vietnã (1964–1975), tiraram também um substancial mercado de compra de sacos de juta pelas forças armadas americanas, para proteção de trincheiras.

As políticas regionais, como a criação dos incentivos fiscais durante o governo Castelo Branco (1897–1967), no período de 1964 a 1967, levaram à transformação da Spvea em Sudam, do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S.A. e à criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Essas mudanças tiveram consequências diretas e indiretas que afetaram a economia da juta e da malva na Amazônia. Não resta dúvida quanto à importância da lavoura da juta, sobretudo para o Estado do Amazonas, na economia pós-crise da borracha e pré-Zona Franca de Manaus (DANTON, 2008).

A criação da Zona Franca de Manaus, ao atrair contingentes rurais em direção à cidade de Manaus, provocou grande sangria de mão de obra, antes dedicada à lavoura de juta. O próprio processo de transformação da sociedade brasileira, caminhando no sentido da urbanização, provocou consequências na subtração



de mão de obra, antes dedicada à produção de juta e malva. As políticas desenvolvimentistas que passaram a se concretizar na Amazônia, a partir da década de 1970, como por exemplo a abertura de grandes eixos rodoviários (Transamazônica, Cuiabá/Santarém, Manaus/Porto Velho, Manaus/Boa Vista, entre os principais), criaram possibilidades de expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, a drenagem de ribeirinhos em direção às áreas de terra firme. Essa mudança de opção, de uma civilização da várzea para uma civilização de terra firme, trouxe conseqüências para as populações ribeirinhas, levando a população à estagnação e à queda na produção de fibras (MCGRATH et al., 1993).

Outras obras de infraestrutura, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (1976–1984), a implantação do Programa Grande Carajás (1980), a descoberta de garimpos de ouro, de projetos de extração da bauxita no Rio Trombetas e de beneficiamento do alumínio e alumina em Barcarena, entre outras, criaram novas alternativas de emprego, provocando o deslocamento de mão de obra, antes dedicada à produção de fibras de juta e malva.

As transformações do mercado de mão de obra regional e a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (CARVALHO, 1992; FERRO; KASSOUF, 2005), a partir de 1963, em que as vantagens trabalhistas passaram a ser uma exigência legal, tiveram como conseqüência tornar antieconômica a produção de fibra de juta e malva, mediante o pagamento de trabalho assalariado.

Evolução das propostas para solucionar a crise da produção de juta

As propostas com vistas a solucionar os problemas da jiticultura apresentaram também uma dinâmica própria. Essas propostas dependiam do grau de desconhecimento do problema e da busca de uma solução unilateral, favorecendo os empresários ligados à indústria de aniação e de lideranças empresariais e políticas da época (BENCHIMOL, 1977; BORBA, 1975; GENTIL, 1988).



Essas recomendações e reivindicações podem ser vistas, por exemplo, nos anais da 2ª Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares (CONVENÇÃO..., 1947), realizada em 1947, em São Paulo, presidida pelo então governador Adhemar de Barros (1901–1969), e da 3ª Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares (CONFERÊNCIA..., 1952), realizada em 1952, em Belém, contando com a presença do ministro da Agricultura, João Cleofas de Oliveira (1899–1987), durante o governo Vargas. No 2º Encontro da Juta na Amazônia (PINTO, 1966), realizado em agosto de 1964, em Manaus, por exemplo, foram estabelecidas 76 recomendações. O interesse pelo desenvolvimento da cultura da juta levou o Congresso Nacional, por intermédio do vice-presidente do Senado Federal, o mineiro Fernando de Mello Vianna (1878–1954), a promulgar a Lei 1.054, de 16 de janeiro de 1950, a criar uma Estação Experimental para cultura da juta, no Município de Parintins, subordinada ao Instituto Agrônômico do Norte, destinada a cuidar do melhoramento genético.

O problema inicial estava relacionado à oferta de sementes para possibilitar a expansão dos plantios (LIMA, 1938; POETZCHER, 1940; PROTZMAN, 1945; THURY, 1938). Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, esse problema tornou-se mais complexo, em face da negligência com a qualidade das sementes, com a desativação da CIA e das atividades dos japoneses. Com isto, proliferaram as jutinhas, de introduções irresponsáveis de sementes de juta-indiana promovendo a mistura (THURY, 1946). Esse problema foi solucionado em 1948, com o início das atividades do IAN no processo de produção de sementes (LIBONATI, 1958, 1975).

Apesar da existência da grande demanda de fibras de juta no País, existia uma luta surda nos bastidores, defendida pelos setores industriais e de lideranças políticas do sul do País, quanto à facilidade de continuar importando a juta-indiana. A eclosão da Segunda Guerra Mundial favoreceu a produção nacional de juta, que atingiu a autossuficiência, em 1952, dando início à industrialização da fibra na região, em 1954. Mesmo assim, a pressão do setor industrial continuava a favor das importações, sob a argumentação quanto à falta de braços para conseguir



acréscimos de produção de fibras e quanto à competição para a produção de alimentos.

Na década de 1960, esteve muito em voga a preocupação com a juta amazônica, diante da competição com os sintéticos, que dominaram o mercado, em que se admitia a extinção da lavoura da juta, em médio prazo (FERREIRA FILHO, 1961; HOMMA, 1969a, 1971; SOARES; LIBONATI, 1966). A tônica das reivindicações da classe empresarial estava ligada à obrigatoriedade do uso de sacaria de juta para embalagem de café, cacau e açúcar. Esse tema sempre tem retornado à tona, como uma das reivindicações das classes empresariais locais como medida de salvaguardar os interesses da produção de juta e malva. A Sudam, em 1968, enviou o economista Ronaldo Franco de Sá Bomfim à Índia e ao Japão, para analisar a competição dos sintéticos frente às sacarias de juta, tendo concluído que os sintéticos não apresentavam perigo mencionado (BOMFIM, 1968). A crise do petróleo, em 1973, mudou essa perspectiva e deu origem a considerações sobre o estímulo para a expansão da produção de fibras de juta (HOMMA, 1970b, 1971; INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, 1973). É interessante mencionar que, apesar da crise que se iniciava, em 20 de dezembro de 1968, o prefeito de Parintins, Raimundo Djard Vieira (1964–1968), assinava o Decreto 8, instituindo a bandeira e o brasão do município (SAUNIER, 2003). No brasão, um ramo de juta, planta exótica, representava a maior riqueza do município.

Na década de 1970, os técnicos da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (Codeama), Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar-Amazonas) e Sudam passaram a entender que o maior problema da jiticultura era a falta de mecanização. A baixa produtividade da mão de obra, perante o aumento no custo, e o trabalho, essencialmente desumano, com limitações de prazos cruciais na época da enchente, fizeram crer que a solução seria a descorticação mecânica (Tabela 7). Nesse sentido, propugnava-se pela mudança imediata da função de produção, via desenvolvimento de novas tecnologias, visando aumentar a produtividade e viabilizar o processo de descorticação mecânica (VALOIS; HOMMA, 1972).



Em maio de 1971, foi efetuado o acompanhamento do teste de descorticação mecânica na propriedade do Sr. Saburo Ono (1913–1984), no Município de Barreirinha, Estado do Amazonas, de um protótipo de descorticateira fabricada pela Iseki Mitsui Máquinas Agrícolas S.A., projetada pelo engenheiro-agrônomo Vinicius Dias da Rocha, da Delegacia Estadual do Ministério da Agricultura do Amazonas e pelo engenheiro-agrônomo Tsuneo Kohashi (1919–), da Companhia Agrícola e Industrial do Amazonas (VALOIS; HOMMA, 1972). Utilizava um motor de 4,5 HP, no qual as hastes de juta são introduzidas na base da entrada e percorre as diversas engrenagens. Tinha o defeito de engasgar com a grossura das hastes e necessitava de muito aperfeiçoamento (VALOIS; HOMMA, 1972). Além desse protótipo, durante o final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, foram desenvolvidas outras descorticateiras, como a Baproma tipo 6002, Seiga e Plantec. Infelizmente, problemas de natureza mecânica e a inviabilidade da própria mecanização, decorrente da dificuldade de transporte da descorticateira, da localização pulverizada dos plantios de juta e a própria crise no setor de fibras, levaram ao abandono dessas iniciativas. No final da década de 1970, o Sr. Saburo Ono iria estabelecer em Benfica, subúrbio de Belém, um plantio experimental de patchouli (*Pogostemon patchouli*), uma planta arbustiva cultivada na Indonésia, Malásia, Filipinas e no sul da China, de cujas folhas se extrai um óleo utilizado na indústria de perfumaria (MOURA, 2008).

Felisberto Cardoso de Camargo, ao abrir os canais de colmatagem de Maicuru, no período de 1950 a 1952, além do desenvolvimento da produção de alimentos, tinha, também, como objetivo efetuar plantios mecanizados de juta, para liberação de mão de obra para atender à produção de alimentos (FERREIRA; QUADROS, 2006).

A criação do Ifibram, em 24 de outubro de 1974, reunindo os interesses de 27 indústrias de aniagem, tinha por objetivo o aumento da produção de juta e malva, em razão da mudança de perspectiva dos sintéticos com a crise do petróleo. Baseado em esparsas experiências realizadas com alguns protótipos de descorticateiras, o Ifibram chegou à conclusão de que o problema principal da jiticultura era a baixa produtividade de mão de obra. Com isso, no seu programa de trabalho inicial, foi lançada uma utópica ideia de financiar mais de 4,8 mil



descorticateiras para os produtores de juta e malva, obtendo sucesso no programa de produção de sementes de malva, em Capitão Poço, PA, e em Manacapuru, AM, que foi amplamente distribuído nas várzeas do Estado do Amazonas (INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS DA AMAZÔNIA, 1975). A produção de malva nas áreas de várzeas teve grande incremento, sendo necessário, posteriormente, promover a adaptação dos teares que utilizavam uma mistura igualitária de juta e malva para uma concentração de malva, pelos técnicos irlandeses, que dominam essa tecnologia.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) preocupada com o grande contingente de produtores na Índia e em Bangladesh, sempre teve uma atitude positiva quanto ao futuro da juteicultura. Seus técnicos, apoiando-se nas diversas instituições de pesquisa, principalmente da Índia, como a Jute Agricultural Research Institute, entendem que a fibra de juta pode ser de grande utilidade, ampliando, dessa forma, seu mercado no futuro e por ter a vantagem de ser um material biodegradável. A utilização não deve ficar restrita apenas à fibra para a produção de aniagem, mas, também, para tecidos, óleo a partir de sementes, talos de juta para fabricação de celulose, entre inúmeras outras finalidades.

A crise na oferta de fibras de juta e malva, a despeito dos esforços do Ifibram, levou os industriais a conseguirem do governo autorização para as importações de fibras de juta, a partir de 1970, na modalidade de *draw back*. O governo Fernando Collor (1990–1992), em 1991, promoveu a abertura da economia brasileira ao mercado externo, o que facilitou as importações e o ingresso do capital estrangeiro no País. As importações de sacarias, telas e fios de juta passaram a constituir o caminho mais racional para as indústrias de aniagem. A conspiração do desinteresse dos produtores pelos baixos preços auferidos e pelas facilidades em se obter esse produto, via importação, a preços mais reduzidos e fibras de melhor qualidade, conduziram as culturas de juta e malva ao completo abandono.



No período de 8 a 9 de março de 2012, em Manaus, foi realizado o *1º Seminário das Culturas de Juta e Malva no Estado do Amazonas: estado da arte, inovações sociotecnológicas e perspectivas* organizado pela professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, da Ufam, vindo à tona uma nova vertente da crise, provocada pela importação de sacaria de juta da Índia pelos exportadores de café e outros usuários, com prejuízos diretos para o setor industrial.

A partir de 1971, quando se iniciou novamente a importação de fibra de juta, as indústrias de beneficiamento justificavam como sendo adequado, obtendo a matéria-prima a um custo inferior à produção da região amazônica de juta e malva. Com a importação de sacarias prontas, as fábricas de beneficiamento de juta sentiram-se prejudicadas, levando à criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais no dia 30 de agosto de 2011, através da Portaria nº 668, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A partir de 2015, os tradicionais sacos de juta de 60 kg, utilizados no transporte e armazenagem do café, estão sendo substituídos por novas alternativas. Cooperativas e exportadores estão abandonando a sacaria tradicional por *big bags* de polipropileno, com capacidade de 1 t ou contêineres revestidos internamente por polietileno, cuja capacidade total é de 21,6 t. A previsão é que mais da metade das exportações de 2016 sejam feitas nessas duas modalidades (PRODUÇÃO, 2016).

No porto de Santos, 30% das exportações da Dínamo, maior armazenadora de café do porto, já são feitas com os chamados “super sacos”. A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda (Cooxupé), Município de Guaxupé, Minas Gerais, fundada em 1932, maior cooperativa de café do mundo, praticamente eliminou as sacas de juta. Com os *big bags* e o embarque a granel em contêineres, há uma redução no custo da logística de exportação. Ambas as opções permitem maior rapidez no carregamento e descarregamento dos grãos e demandam menor mão de obra. Além disso, preservam melhor a qualidade do café (PRODUÇÃO, 2016).



A descorticação mecânica de juta e malva

A descorticação mecânica da lavoura da juta sempre foi considerada a solução para tornar a atividade menos penosa, prevalecente no processo de maceração e descorticação da fibra de juta nas várzeas amazônicas desde a década de 1930 (FERREIRA, 2014; WITKOSKI et al., 2010). O único avanço prático foi o desenvolvimento de uma plantadeira por Ryota Oyama adaptado de uma semeadeira de arroz utilizada em São Paulo. Constituída de um depósito de sementes com capacidade de 250 g, com regulador de quantidade, com bico na forma de cunha para penetrar no solo e abrir como tesoura para deixar cair as sementes. Uma outra semeadeira foi desenvolvida pelo carpinteiro Raul Goes, feita de madeira, com exceção do bico com custo muito mais baixo (THURY, 1948).

A descorticação mecânica reduziria o transporte das hastes até o local da maceração, que apresenta uma relação fibra/peso verde de 5/100 e eliminaria o sacrifício da extração das fibras dentro da água. A viabilização da descorticação permitiria o plantio de juta ou malva em locais mais afastados das margens dos rios e lagos e solucionaria a exigência de mão de obra em um período crítico da subida das águas. Em 1957, em razão dessa necessidade, surgiu a Baproma tipo 6002, lançada pela firma norte-americana Baproma Inc., acionada a motor diesel tipo SD-25/D-21, que segundo o fabricante poderia beneficiar 180 kg de fibra seca/hora. Foi realizado um teste nas dependências do Ministério da Agricultura no km 47, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma máquina pesada que se deslocava em um suporte com quatro rodas, impraticável de ser utilizada nas várzeas amazônicas (LIBONATI, 1958).

Em 1966, o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean) procedeu a aquisição da ceifadeira Seiga Highcrop Harvester, da descorticateira Plantec Standard e da lavadora de fibras Plantec. O engenheiro-agrônomo Manuel Milton Ferreira da Silva, do Ipean, efetuou um teste com a descorticateira Plantec Standard no Município de Parintins, sob o patrocínio da Fabriljuta. Essa descorticateira exige a sua operação em uma barcaça, o que limita a sua capacidade de atender milhares de pequenos produtores operando em plantios dispersos e em áreas reduzidas. O rendimento obtido no teste foi de 85 kg de fibra



seca/hora, chegando a 225 kg de fibra seca com hastes com diâmetro homogêneo e finas (LIBONATI, 1975). Em geral, esses protótipos testados eram provenientes de máquinas utilizadas para outras culturas ou desenvolvidas pelo esforço voluntário de pessoas isoladas sem apoio adequado, que culminaram no abandono ou esquecimento. Outros protótipos testados foram as ceifadeiras Steel e Beaver e as descorticateiras utilizadas na cultura do rami, destacando a Bandeirantes, a Itimura, a Kajiwara e a desenvolvida pelo Ifibram/IPT (NASCIMENTO; HOMMA, 1984).

Durante a gestão do Dr. Cristo Nazaré Barbosa do Nascimento (1978–1985), em 1983, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (Cpatu), efetuou um acordo de colaboração técnica com a Jute Agricultural Research Institute (Índia), com a vinda de um técnico indiano que elaborou um protótipo de descorticateira, com um rendimento de até 2 mil quilos de fibra por hora em comparação com o procedimento manual de 800 kg de fibra/dia. Foi patenteado por meio do registro PI 8403164-2 A2, em 28 de junho de 1986, em nome de Raimundo Evandro Barbosa Mascarenhas/Rosa Maria Tallo/José Edmar Urano de Carvalho/José Aderaldo de Araújo/José Furlan Junior e cuja patente caducou em 28 de junho de 1999. Esse protótipo foi cedido ao secretário de estado de Produção Rural do governo do Estado do Amazonas e ao Estado do Paraná, para testes com o rami, cujo paradeiro ficou perdido (NASCIMENTO; HOMMA, 1984).

A equipe do professor Rui de Souza Chaves, da Universidade Federal Rural da Amazônia, realizou experimentos nos municípios de Santarém (São José do Itiqui, Santa Maria do Tapará), Monte Alegre (Cacoal Grande), Alenquer (Vila Salvação) e Oriximiná (Comunidade Nossa Senhora de Conceição) desde a década de 1980 até 2005, envolvendo o plantio de juta sem irrigação e com irrigação, permitindo obter duas safras anuais, milho, feijão, repolho e tomate. Um dado importante refere-se aos índices técnicos obtidos entre o peso de juta em rama (100,00%), a fibra descortificada (58,00%) e a fibra seca (4,50%), com isso evitando o transporte da metade do peso da haste de juta cortada até o local de maceração (41,33 t/ha) (TEIXEIRA et al., 2012).

Em colaboração com Mineração Rio do Norte, iniciou-se um experimento em agosto de 2003, com um plantio de 2 ha de juta nas várzeas do Município de Oriximiná, na Comunidade Nossa Senhora de Conceição. Esse experimento envolvia o plantio de juta com e sem irrigação, o uso de irrigação para o plantio



de hortaliças, milho e feijão e o teste de um protótipo de descorticeira de juta adaptada do rami, que foi denominada de “arraia”. Esse batismo decorre da alusão ao peixe do mesmo nome, considerado um risco durante o processo de desfibramento da juta e/ou malva na água. Utilizava um motor Honda de 5,5 HP à gasolina, que conectava com a correia para um cilindro com nove facas fixas, que promoviam a separação da casca do lenho da planta de forma mecânica. Apresentava a desvantagem de quebrar o lenho mas não conseguir removê-lo totalmente, exigindo a sua maceração na água para a retirada posterior (FRAXE et al., 2010). Essa experiência foi documentada em vídeo com três minutos de duração, com texto de Joseana Mesquita e editoração de Renato Printes, com apoio da Mineração Rio do Norte em 11 de novembro de 2004 (CHAVES, 2012; TEIXEIRA et al., 2010).

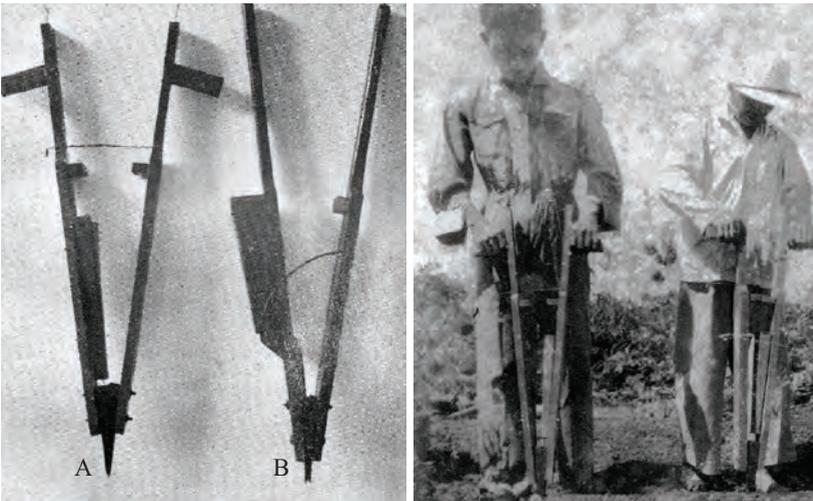
O protótipo “arraia” foi aperfeiçoado no Estado do Amazonas, pelo engenheiro-agrônomo João Figueira Batista, da Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Pará (Sagri), e pelos professores da Universidade Federal do Amazonas, Francisco Adilson dos Santos Hara e Carlos Moisés Medeiros, durante o período 2006–2007 (FRAXE et al., 2010).

A partir de 2006, a equipe do Núcleo de Socioeconomia (Nusec) da Universidade Federal do Amazonas, coordenada pela Profa. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, pela primeira vez conduziu um projeto contínuo visando avançar no processo da descorticação mecânica de juta e malva. Para essa tarefa, encarregou o profissional formado em mecânica industrial José Souza Araújo (Jasa), na época com mais de 38 anos na fabricação de máquinas e equipamentos para indústria madeireira e de cerâmica e de equipamentos para uso agrícola. Ocorreu o desenvolvimento de uma série de protótipos que receberam a denominação de Jasa MD, que foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Tal qual no protótipo “arraia”, utilizava também um motor de 5,5 HP a gasolina, com dois rolos de limpeza com 12 facas cada, ajustáveis automaticamente (esta é a grande novidade) para adaptarem-se à grossura das hastes e com peso de 35 kg. Dos protótipos que tive conhecimento, Iseki Mitsui, Arraia e Jasa, este último, cuja demonstração ocorreu no dia 8 de março de 2012, foi o que mais avançou (FRAXE et al., 2010). Esse protótipo chegou a ser distribuído para os agricultores de Manacapuru pela Sepror, durante a gestão do Dr. Eronildo Braga Bezerra,



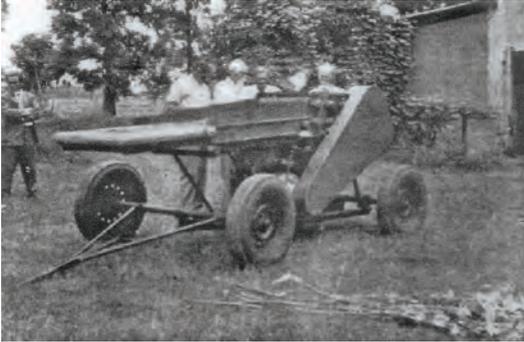
e apresentava a vantagem de a “máquina ir até a juta” e não o contrário, como alguns protótipos anteriores.

A despeito de todos esses esforços, a descorticação não avançou, uma vez que o funcionamento ainda exige desafios que precisam ser vencidos para ganhar a eficiência, por exemplo, de uma motosserra, encontrada em qualquer comunidade da região amazônica. Esse equipamento apresenta facilidade de manejo, disponibilidade de peças de reposição e de conserto, mesmo nos municípios mais distantes da capital. O declínio da lavoura de juta e malva nos estados do Pará e Amazonas constitui um desestímulo para novos avanços para a busca da descorticação mecânica dessas duas culturas. O interesse de pequenos produtores no plantio de juta e malva, a despeito das dificuldades, em alguns municípios nas várzeas do Estado do Amazonas, decorre da existência de mercado e da possibilidade de proporcionar renda na época das cheias dos rios, quando escasseia o peixe e ficam impedidas outras atividades agrícolas. Já a pequena produção de fibra de malva no Estado do Pará constitui no aproveitamento dessa espécie nascida espontaneamente em roçados abandonados nas áreas de terra firme.



Na foto à esquerda, modelo de plantadeira de juta desenvolvida por Ryota Oyama (A) e desenvolvida por Raul Goes (B). Na foto à direita, Ryota Oyama e seu filho Kazuma fazem demonstração do plantio de juta com uso da plantadeira.

Fonte: Foto esquerda Admar de Andrade Thury (1948) e foto direita arquivo autor.



Protótipo de descorticateira Baproma 6002, em teste no km 47, no Rio de Janeiro, no Ministério da Agricultura, na década de 1950.

Fonte: Libonati (1958).



Protótipo de descorticateira Iseki Mitsui em teste no Município de Barreirinha, Amazonas, na propriedade do Sr. Saburo Ono, em 1971.

Fonte: Valois e Homma (1972).



Protótipo de descorticateira desenvolvida pelo Cpatu com ajuda de técnico indiano, na década de 1980.

Fonte: Nascimento e Homma (1984).



Protótipo Arraia aperfeiçoado a partir do modelo utilizado para o rami por técnicos da Sagri e da Ufra. Na direita, modelo desenvolvido pela Ufam que até o momento teve o melhor desempenho no campo.

Fonte: Teixeira et al. (2012).

Transformações institucionais no sistema juta e malva na Amazônia

A trajetória das culturas de juta e malva na Amazônia foi marcada também pelas transformações das diversas instituições da sociedade civil (pública e privada). A atenção e o interesse do setor público foram diretamente proporcionais quanto à importância econômica. Como resultado dessas transformações, essas instituições caracterizaram-se pelo seu caráter cíclico com relação a essas duas atividades, tendo um apogeu e finalmente o declínio. A competição com alternativas econômicas, reduzindo a sua importância absoluta e relativa, o desenvolvimento de propostas utópicas ou alheias à realidade que se procurava solucionar, ou mesmo a falta de resolução do problema, provocaram o esvaziamento institucional a que foram destinados.

Nos primórdios da introdução, a CIA foi importante para a expansão da jiticultura. Tendo conseguido o privilégio de realizar a classificação oficial e a prensagem da juta, mediante o Ato 3.869, de 24 de março de 1941 (HOMMA, 1998a; HOMMA et al., 1973), assinado pelo interventor federal Álvaro Maia, que despertou ciúme entre os empresários brasileiros, pela perda de



oportunidade de ganho do excedente econômico, a exemplo do lucrativo sistema de aviamento no auge da extração da borracha. Em 1942, a CIA mantinha postos de classificação de juta em Manaus, Itacoatiara e Vila Amazônia (Parintins). Era a maior financiadora e compradora de juta, mantinha um campo de produção de sementes em colaboração com o Ministério da Agricultura e com inúmeras benfeitorias, como o Hospital Amazônia. Com o rompimento das relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, em 28 de janeiro de 1942, a execução dos serviços de classificação da juta passou a ser de competência privativa do Estado do Amazonas, por meio do Decreto-Lei 778, de 10 de março de 1942 (HOMMA et al., 1973), que levou, posteriormente, ao confisco dos bens e dos direitos da CIA.

A Associação Comercial do Amazonas teve papel de destaque no processo de expansão da juta, sobretudo na disseminação das sementes entre os agricultores brasileiros e nas pressões políticas efetuadas, por exemplo, durante a visita do presidente Vargas a Manaus, sendo interventor Álvaro Maia, quando proferiu o famoso *Discurso do Rio Amazonas*, em 1940. As reivindicações, naquela época, colocavam a juta como nova cultura emergente na Amazônia, daí a necessidade do apoio do governo federal na produção de sementes como um dos itens básicos, bem como transportes, classificação, entre outros. Posteriormente, a postura das Associações Comerciais do Amazonas e do Pará foi mais no intuito de resguardar os interesses econômicos e sociais das culturas de juta e malva.

O conjunto de pressões relacionadas com a produção de sementes, que se constituía na principal limitação para a expansão da jiticultura, bem como a qualidade das sementes com a proliferação de jutinhas, diante do abandono dos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e da baixa germinação, levaram o IAN, em 1948, a assumir a produção de sementes em Alenquer e Monte Alegre. Essas propostas foram amplamente discutidas por ocasião da 2ª Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares (CONVENÇÃO..., 1947), realizada em 1947, em São Paulo, que contou com a presença do ministro da Agricultura Daniel Serapião de Carvalho (1897–1966), durante o governo Gaspar Dutra (1946–1951). A participação do IAN e de seu sucessor, o Ipean, foi até 1965, quando a figura polêmica e atuante do então diretor Felisberto Cardoso de Camargo teve



destacado papel nos destinos da jucicultura na Amazônia. As pesquisas com a juta estiveram no auge durante o período do Ipean, tendo retomado na década de 1970, com o Cpatu, no programa de melhoramento de malva, armazenamento de sementes e com as tentativas de descorticação mecânica (NASCIMENTO; HOMMA, 1984). Outro esforço verificado foi a elaboração de sistemas de produção, durante a década de 1970, acompanhando o modismo que caracterizou a fase inicial da implantação da Embrapa no País. A perda da importância econômica e social da juta e da malva trouxe como consequência a não importância das pesquisas com essas duas culturas e o novo enfoque internacional sobre a Amazônia, mais preocupada com a proteção das florestas.

A Spvea e a Sudam, na fase inicial, enfatizaram a importância da agricultura para a Amazônia e do extrativismo vegetal como entrave para o desenvolvimento (VALORIZAÇÃO..., 1954). Nessa ótica é que a jucicultura passou a ser considerada, mostrando a necessidade da mudança da função de produção, procurando aumentar a produtividade da terra, da mão de obra e da industrialização local (FARIAS, 1968a, 1968b; SPVEA, 1955). Devem ser destacados os inúmeros estudos técnicos realizados, especialmente os relacionados com os perigos da competição dos sintéticos, principalmente o Relatório do Grupo de Trabalho, instituído pelo ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima (1909–1981), pelo Decreto 62.140, de 17 de janeiro de 1968 (SUDAM, 1968), composto por um representante da Sudam, Basa, Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, Ministério dos Transportes, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Banco do Brasil, com a presidência do primeiro. As recomendações constituíam o ideal impossível de ser efetivado na prática, por falta de recursos financeiros, de técnicos e da importância relativa dessa atividade.

A Codeama, criada pela Lei 102, de 17 de dezembro de 1964, tendo como primeiro presidente o historiador Arthur César de Ferreira Reis (1906–1993), caracterizou-se pela realização de diversos estudos de natureza econômica sobre a juta durante a década de 1960 (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO



DO ESTADO DO AMAZONAS, 1966a, 1966b; FARIAS; MIWA, 1965). Em 1970, essa Comissão reuniu um grupo de dez instituições e elaborou um extenso relatório intitulado *Medidas Propostas para a Solução dos Problemas da Juta no Amazonas* (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1970). A preocupação desse relatório está relacionada, em parte, com a incapacidade da resolução dos problemas identificados pelo grupo de trabalho do Decreto 62.140 (SUDAM, 1968), que, como o anterior, não teve também reflexos práticos maiores.

A criação da Acar-Amazonas, em 1966, no seu auge de atuação, no governo João Valter, no período 1971/1974, com a vinda maciça de técnicos formados pela Universidade Federal de Viçosa, deu novo enfoque à agricultura. No caso da juta, foi enfatizada a extensão rural, o apoio a cooperativas, o domínio na distribuição de sementes via Secretaria de Produção Rural, a ênfase ao crédito rural e a realização de levantamentos de campo. Com o tempo, a incapacidade de promover inovações tecnológicas na cultura da juta, bem como a ausência quase absoluta de tecnologia passível de ser transferida, a gradativa mudança dos técnicos para fora do estado, a crise da extensão rural e as transformações econômicas e sociais, principalmente com a criação da Zona Franca de Manaus, reduziram a sua importância.

A fundação do Ifibram, em 1974, que representava uma das antigas reivindicações, visando à criação de um Instituto da Juta, semelhante ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ou do Instituto Brasileiro do Café (IBC), sempre motivou os políticos dos estados do Amazonas e do Pará, tendo como primeiro presidente (1975/76) o empresário Oziel Rodrigues Carneiro (1932–2013), que foi diretor-presidente da Companhia Fabril de Juta Parintins (Fabriljuta) e diretor-superintendente da Pedro Carneiro S.A. Indústria e Comércio, ligado à indústria de fibra de juta e malva, a dar novo alento à produção de fibras de juta e malva (Ifibram). A ênfase com que o Ifibram procurou aperfeiçoar o processo de descorticação mecânica, efetuando convênios com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Cpatu, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e Universidade de Taubaté, foi louvável, mesmo sem ter alcançado esse objetivo. Duas décadas após a fundação, pode ser afirmado que esse instituto foi importante



no esforço de tentar definir uma política global para a produção de fibras de juta e malva para a Amazônia, sem, contudo, ter alcançado o objetivo pelo qual foi criado. Provavelmente, sem o Ifibram, o colapso da produção de fibras na Amazônia teria ocorrido mais precocemente (NASCIMENTO; HOMMA, 1984).

A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1943, que teve grande influência na política agrícola nacional durante as décadas de 1970 e 1980, estimulou fortemente a produção de fibras e de sementes de juta e malva. Apesar de a produção dessas fibras já estar apresentando os primeiros sinais de estagnação, a participação da CFP, em conjunto com o Ifibram, conseguiu manter a vinculação com as instituições do setor público agrícola, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Pará e do Amazonas, o Cpatu, as Secretarias de Agricultura, entre as principais.

Na década de 1990, as únicas tentativas oficiais prendem-se apenas ao esforço realizado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (Sectam), quando, em fevereiro de 1993, elaborou um documento intitulado *Tecnologias de Produção e Beneficiamento de Fibras Naturais* (PARÁ, 1993). As propostas do documento, pela ausência de avaliação mais profunda e desconhecimento das transformações que ocorreram no setor de fibras na Amazônia, caíram no saudosismo e na elaboração de propostas semelhantes às que a FAO sempre defendeu. Entre os extremos, situam-se: a utilização de fibras para tecelagem voltada a vestuário; a descorticação mecânica; o uso da irrigação controlada; dentre os principais. No bojo dessas ideias, houve o protótipo de carro⁵ construído com fibras de juta, em 1994, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que passou a ser colocado como nova possibilidade de emprego da fibra.

Em época mais recente, está aumentando o interesse da utilização da fibra de juta para substituição de sacos plásticos, utilizados principalmente em supermercados, evitando com isso o seu derrame indiscriminado na natureza (JUTA..., 2008). Isto tem estimulado o plantio de malva, pela facilidade quanto à disponibilidade de sementes e uma reduzida quantidade de juta, sobretudo no Município de Manacapuru.

⁵ Desenvolvido por Hazim Ali Al-Qureshi e batizado de carro Poubel em homenagem a Marcos Poubel.



Apesar do gradativo desaparecimento da produção da fibra de juta e malva, em 2006, por ocasião das festividades do 41º Festival Folclórico de Parintins, realizado no período de 30 de junho a 2 de julho, o Boi Garantido, de cor vermelha, considerado o “boi do povão”, com o enredo “Terra: a Grande Maloca”, sagrou-se campeão (Tabela 8). Uma das músicas tinha por tema “Povo de Fibra”, de autoria de Geandro Pantoja, Demétrios Haidos e Jacinto Rebelo, representava uma homenagem a Ryota Oyama, aos imigrantes japoneses, à lavoura da juta, aos caboclos e à Amazônia. A Coca-Cola do Brasil patrocina o Festival Folclórico de Parintins desde 1995, como estratégia de marketing e de inserção ecológica. Como sinal das transformações, o curral do Boi Garantido ocupa o espaço do parque industrial da Fabriljuta, que no seu auge chegou a empregar 800 operários, com maquinaria importada da Irlanda. Foi desativado em 1967, com o leilão das máquinas e instalações para pagamento de empregados e fornecedores (SAUNIER, 2003; TEIXEIRA, 2007). A longo prazo, o Festival Folclórico de Parintins pode, também, sucumbir, com a perda de novidade, sobretudo para os turistas, bastante diferentes dos carnavais do Rio de Janeiro.

A grande novidade sobre a juta refere-se ao filme *A Salvação*, dirigido por Shane Acker, que mostra um mundo pós-apocalíptico no qual nove bonecos feitos de saco de juta, com alinhavos toscos e com elaboradas mãos metálicas, lutam pela sobrevivência da civilização (BOSCOV, 2009).

Tabela 8. Campeões do Festival Folclórico de Parintins, 1966–2015.

Boi Garantido	Boi Caprichoso
1966, 1967, 1968, 1970, 1971, 1973, 1975, 1978, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1988, 1989, 1991, 1993, 1997, 1999, 2000 (empate), 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2009, 2011, 2013, 2014	1969, 1972, 1974, 1976, 1977, 1979, 1985, 1987, 1990, 1992, 1994, 1995, 1996, 1998, 2000 (empate), 2003, 2007, 2008, 2010, 2012, 2015

Considerações finais

A crise da juta e da malva está relacionada com a gradativa perda de rentabilidade para os produtores, numa complexa conjunção de fatores. Uma cultura altamente intensiva em mão de obra, quando começa a ter seus custos mais elevados, perde a viabilidade se não for possível intensificar a produção. Esse mesmo fenômeno



está acontecendo com o extrativismo da seringueira e do coco-babaçu, e deve ocorrer no futuro com outros produtos extrativos.

O declínio de uma atividade econômica não está restrito somente a um produto extrativo, mas isto pode acontecer com qualquer produto agrícola, desde que as condições de mercado, as pragas e doenças, a incapacidade de evoluir tecnologicamente, dentre outros, conspiram para elevar o custo de produção.

O desaparecimento da lavoura da juta constituiu-se, portanto, numa convergência de diversas crises paralelas. A dificuldade quanto ao acesso de produção de sementes de juta, em época apropriada, promoveu a entrada da malva nas várzeas do Rio Amazonas, causando a competição de área onde a malva substituiu completamente a juta. Ressalta-se que a economia da produção de malva não está imune aos problemas econômicos e sociais da produção de fibras de juta. Houve uma transferência do conjunto dessas limitações de uma cultura para outra, apresentando os mesmos riscos de destinos semelhantes.

A introdução da juta pelos japoneses contrapõe com a transferência de sementes de seringueira da Amazônia. Os ingleses levaram as sementes de seringueira da Amazônia para suas possessões no Sudeste Asiático, e os japoneses trouxeram das possessões inglesas a juta e a pimenta-do-reino. No balanço econômico, a perda foi muito maior para a Amazônia. Numa época em que a discussão sobre biodiversidade da Amazônia constituiu-se no foco de atenção, a experiência da introdução de juta e pimenta-do-reino trouxe duas importantes lições. A primeira é que os caçadores de recursos genéticos associados aos melhoristas de plantas sempre estiveram presentes na Amazônia. O progresso tecnológico tende a mudar para os caçadores de genes que, associados aos biotecnólogos, viabilizados por pesados investimentos em pesquisa, fizeram com que os benefícios desses recursos genéticos fossem para aqueles que conseguissem deter a tecnologia e marcar o pioneirismo (SILVA, 1989).

O desaparecimento da produção da juta e da malva afetou mais os setores que conseguiram apropriar o excedente econômico do processo de comercialização e de beneficiamento do que o próprio produtor. Porém, o produtor conseguiu adaptar-se às crises, mudando para outras localidades, atividades ou adaptando-se a novas situações. Esse fenômeno parece ser equivalente ao dos seringueiros,



em que a preocupação com a manutenção do extrativismo da seringueira teve maior conotação ambiental nos países desenvolvidos do que a preocupação com a melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Por se tratar de uma cultura anual, os ativos fixos não constituíram restrições para a difusão do plantio domesticado de malva. O aspecto crucial do sucesso da domesticação deve-se, essencialmente, à lucratividade derivada do aumento na produtividade e da redução dos riscos e limitações inerentes à lavoura da juta.

A expansão das culturas de juta e malva mostra a grande capacidade de resposta à produção, quando incentivos de preços e de mercados tornam-se visíveis aos produtores. Nesse sentido, desde que sejam sinalizados os preços estimulantes para fibra e sementes de malva, tornando-se competitivas com as atividades alternativas dos pequenos produtores, é possível reativar novamente essa cultura, induzindo a um novo ciclo, dessa vez exclusivamente com a malva. Uma consequência imediata seria, por exemplo, a de transformar novamente o Município de Capitão Poço em um polo produtor de sementes de malva para serem distribuídas nas várzeas do Rio Amazonas. As possibilidades são, contudo, bastante remotas.

O perigo em colocar a indústria nacional de aniagem sob completa dependência de importações foi percebido tardiamente pelo setor empresarial. As transformações econômicas e sociais e a maximização da apropriação do excedente econômico dos produtores de fibra pelo setor empresarial levaram a produção ao colapso. Percebe-se agora que, mesmo numa perspectiva da globalização da economia, a garantia de um fluxo de fibra de juta importada apresenta riscos inerentes à conjuntura dos países produtores e à característica de produtos agrícolas.

Capítulo 3

A civilização da pimenta-do-reino na Amazônia





Introdução

A expansão comercial e marítima de Portugal teve início no começo do século 15, momento em que as relações comerciais entre a Europa e a Ásia cresciam e se tornavam fundamentais para a riqueza europeia. O Oriente era produtor de muitos artigos consumidos pelos europeus, principalmente especiarias (cravo, pimenta-do-reino, canela, gengibre, etc.), que eram enviados da Ásia para Constantinopla e Alexandria e, em seguida, transportados pelo Mar Mediterrâneo, pelos comerciantes italianos, principalmente os de Veneza e de Gênova. O domínio exclusivo de Gênova e de Veneza sobre o comércio de especiarias prejudicava os interesses comerciais dos portugueses, ingleses, franceses, espanhóis e holandeses, que para conseguirem a liberdade de comerciar pelo Mar Mediterrâneo teriam de entrar em guerra contra os italianos. Com a queda de Constantinopla, em 1453, pelos turcos, a necessidade da descoberta do caminho marítimo tornou-se mais urgente (SILVA, 1990).

Para os portugueses, descobrir outro caminho marítimo para as Índias significava livrarem-se do monopólio comercial que os comerciantes de Gênova e Veneza exerciam sobre o comércio no Mar Mediterrâneo. Finalmente, em 1498, o navegador português Vasco da Gama (1468–1524), contornando o litoral africano, chegou a Calicute, na Índia. Estava descoberto o caminho marítimo para as Índias, e os portugueses chegavam a uma das principais fontes produtoras de especiarias. Seis anos antes de Vasco da Gama chegar em Calicute, o navegador italiano Cristovão Colombo (1451–1506), a serviço da Espanha, durante o reinado de Fernando e Isabela (1474–1516) partiu do porto de Palos, no dia 3 de agosto de 1492, com três navios para descobrir as Índias, navegando sempre para o ocidente, descobriu a América no dia 12 de outubro, ao contrário dos portugueses, que procuravam chegar às Índias contornando o continente africano. O comércio das especiarias era, naquele momento, o mais rendoso do mundo (PRUTHI, 1979; PULSEGROVE et al., 1981; RONSENGARTEN JUNIOR, 1973). O país que o controlasse seria rico e poderoso. Portanto, para Portugal era importante impor controle sobre esse comércio, pois isso traria prosperidade para o país. Para garantir o domínio das especiarias e dos mercados asiáticos, o rei português D. Manuel (1469–1521), o Venturoso, preparou uma poderosa esquadra e entregou



o comando a Pedro Álvares Cabral (1467–1520), que descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500. As especiarias, entre as quais está incluída a pimenta-do-reino, estiveram fortemente associadas com a descoberta da América e do Brasil (HOMMA, 1969b, 1970a, 1998b).

Tomé-Açu: marco inicial da imigração japonesa na Amazônia

A imigração japonesa na Amazônia, que teve início em 1929, em Tomé-Açu, está associada ao desenvolvimento da cultura da pimenta-do-reino no Brasil. Ao contrário da introdução da cultura da juta pelos imigrantes japoneses no Estado do Amazonas, que fazia parte das intenções originais, a introdução e o desenvolvimento da cultura da pimenta-do-reino decorreram de circunstâncias específicas e de condições de mercado do pós-guerra (PINTO, 1978). O interesse do governador do Pará Dionísio Bentes (1925–1929), em 1925, pela imigração japonesa, quando recebeu Hideo Nakano (1894–1936), enviado da Kanebo, indústria de tecidos no Japão, e Yasuhei Ashizawa, do Ministério das Relações Exteriores do Japão, decorria do estado de letargia a que a economia amazônica foi mergulhada com a perda do mercado da borracha extrativa. Entretanto, o governador Dionísio Bentes, ao oferecer as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju e Acará como propícias à colonização japonesa, evidenciava um conflito entre o que se esperava dos imigrantes japoneses e o que estes esperavam como alternativa para seus investimentos (CASTRO, 1979). Apesar da existência de terras ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, aberta ao tráfego em 1908, a preferência pelo transporte fluvial pelos japoneses pode ser explicada pela menor dependência à limitação dos trens e do interesse governamental em ocupar novos espaços.

Em 28 de maio de 1926, chegou em Belém o vapor Denis, da Booth Line, trazendo a missão científica japonesa, chefiada por Hachiro Fukuhara (1874–1943), e mais oito técnicos procedentes de New York, onde tinham efetuado ampla consulta com especialistas e em publicações sobre a Amazônia, e à qual foram incorporados mais três japoneses residentes no País (TSUCHIDA, 1978; TSUNODA, 1988). Essa coleta de informações tinha por objetivo a escolha da



área e as atividades a serem desenvolvidas para servir de base para a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A.), que ficou conhecida como Nantaku. Quando chegaram a Belém, já estavam esperando o embaixador do Japão, Hichita Tatsuke, e o coronel Gumpei Sukine, Nobutane Egoshi e Kinroku Awazu (1893–1979), que estavam retornando de uma visita oficial a Manaus (CRUZ, 1958; TSUNODA, 1988). Depois de visitarem os rios Capim, Moju e Acará, retornaram a Belém, no dia 4 de julho, e terminaram optando por Acará, por causa da maior profundidade do rio, por permitir a navegação, e por seu terreno menos ondulado nas margens¹.

O governador Dionísio Bentes utilizou-se da prerrogativa de autonomia que a Constituição de 1891 dava aos estados de legislar com respeito à imigração e colonização, concedendo por meio da Lei 2.746, de 13 de novembro de 1928, a Hachiro Fukuhara, para a imigração japonesa, 600 mil hectares de terra em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre, e três lotes de 10 mil hectares em Marabá, na zona da Estrada de Ferro de Bragança e em Conceição do Araguaia (CRUZ, 1958). Os japoneses estavam interessados no estabelecimento de colônias ao longo do Rio Tocantins, especialmente em Marabá e Conceição do Araguaia, porém, em decorrência do não cumprimento das cláusulas contratuais, terminaram revertendo para o Estado do Pará. O contrato de concessão permitia aos japoneses a construção de estradas de ferro e de rodagem, implantação de estações experimentais, campos de pouso, navegação nos rios Acará, Tocantins e Amazonas, instalação de fábricas de adubo, criação de estabelecimentos bancários e direito de pesquisa de minerais nas terras, além de outras vantagens (CRUZ, 1958).

Em 11 de agosto de 1928, empresários japoneses, em Tóquio, liderados pela Kanebo, criaram a Nantaku, com um capital de 10 milhões de ienes (equivalente a US\$ 4.576.000,00). O presidente da Kanebo, Sanji Muto (1867–1934), assassinado na própria residência, em 1934, em Kamakura, colocou esse empreendimento na Amazônia como sendo de grande perspectiva dentro de 20 anos. Fukuhara partiu de Iocoama no dia 23 de agosto de 1928, com destino a New York, para outra coleta de informações sobre a Amazônia, e chegou em

¹ Comunicação pessoal dos Senhores Sawada, Diretor Associação Cultural de Tomé-Açu, e Osamu Oshimo, para I. M. Silveira, nos dias 11, 12 e 16 de novembro de 1978. Fitas-cassetes cedidas por Osvaldo Ryohei Kato.



Belém no dia 7 de outubro, efetuando gestões para a instalação da Nantaku, em janeiro de 1929, sendo o seu primeiro presidente, com um capital registrado de 4 mil contos de réis, começando suas atividades em 1º de junho, em Tomé-Açu, PA. Além de Fukuhara como presidente, a diretoria era composta por Miguel de Almeida Pernambuco Filho, Takeji Arai, Hiashi Uyeri e o Conselho Fiscal, com a participação do médico Fuyuki Matsuoka, Manoel Lobato e Mitsuyo Maeda (conde Koma) (CASTRO, 1979; TSUNODA, 1988). A presença de brasileiros na diretoria tinha por finalidade facilitar os trâmites burocráticos e atender à legislação. O conde Koma (1878–1941), natural da província de Aomori, nasceu em 1878, foi quarto dan em judô, chegou a Belém pela primeira vez em 1915 e, em 1916, mudou-se para Manaus, retornando neste mesmo ano para Belém, onde permaneceu até 1921. Voltou para New York, mas retornou definitivamente para Belém, em 1922, até a sua morte, em 1941. Ganhava a vida como instrutor de judô, tendo sido o introdutor desse esporte na Amazônia (TSUTSUMI, 2007b). Foi uma figura bastante conhecida no meio social. A razão do apelido de conde Koma (nome antigo na Coreia), entre as várias versões, deve-se à anexação da Coreia pelo Japão, em 1910. O seu amplo relacionamento em Belém foi de grande ajuda para Fukuhara e, dessa forma, trabalhou como funcionário da Nantaku. Faleceu em Belém, em 30 de novembro de 1941. Fukuhara determinou também o embarque de um grupo de japoneses que partiu de Itoama, no dia 25 de agosto de 1928, chegando a Belém no navio Itapura, no dia 15 de novembro (DEMOOR, 1964; TSUNODA, 1988). Esse grupo, do qual fazia parte Osamu Hoshimo (1906–1996), ficou encarregado de proceder ao reconhecimento topográfico da área, à abertura de estradas para a localização dos lotes, à hospedaria para os imigrantes, entre outras providências, uma vez que os imigrantes estariam chegando no ano seguinte.

Em 1º de junho de 1929, a Nantaku iniciou suas atividades no Município de Tomé-Açu, onde já se encontravam os primeiros precursores desde 11 de abril. Foram construídos 79 km de estradas de rodagem, 85 casas em lotes de 25 ha, abertura de 1 poço para 4 casas, além de escritório, estação de telégrafo, hospital, oficina mecânica, usina de beneficiamento de arroz, entre outros, para receber os imigrantes. Para essa tarefa, foram contratados trabalhadores brasileiros



precedentes da região de Bragança, sob a direção de um empreiteiro que havia trabalhado na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré².

O jornal *A Folha do Norte*, na edição de 1º de janeiro de 1930, noticiava sobre os trabalhos dos japoneses, afirmando que já existiam 2 hospitais e 3 postos de socorro, sendo 1 hospital no porto de desembarque, em Tomé-Açu, cujo corpo clínico era composto por 4 médicos, 1 médica e 2 enfermeiras, com medicamentos gratuitos tanto para os japoneses quanto para as famílias pobres da redondeza. Reportava também sobre a existência de 2 estações de rádio, sendo uma em Belém e outra em Tomé-Açu, luz elétrica e 1 rede telefônica de 15 km, além de 3 lanchas, 5 caminhões, 1 automóvel e 1 trator. As primeiras 43 famílias de imigrantes partiram do Porto de Kobe em 24 de julho de 1929, no navio *Montevideu Maru*, e ao chegar ao Rio de Janeiro foram recebidos pelo conde Koma. Chegando a Belém no dia 16 de setembro, foram conduzidos, no dia 18, à Hospedaria dos Imigrantes, recentemente construída, localizada nas proximidades de Curro Velho (TSUNODA, 1988). Após breve estadia em Belém, embarcaram para Tomé-Açu, chegando no dia 22 de setembro, sem as áreas estarem preparadas. Para apoiar os imigrantes, foram contratados, em Santos, o médico Yoshio Toda e Seito Saibara (1861–1939), agricultor especializado na cultura do arroz que emigrara para o Brasil em 1917 procedente dos Estados Unidos, acompanhados dos auxiliares Tedusu Vabrano e Masao Tuda. Outro imigrante contratado para trabalhar com Fukuhara foi Haruyoshi Kataoka (1880–1962), que veio ao Brasil no navio *Kasato Maru*, em 1908. O médico Yoshio Toda pouco tempo depois se mudou para Parintins, onde se naturalizou brasileiro antes da guerra e prestou inestimáveis serviços aos imigrantes japoneses e aos brasileiros. Além dos imigrantes, a Companhia trouxe do Japão Junji Kato, major reformado e médico do exército; Koki Maru, superintendente dos imigrantes; Totani Yeshie e Uyemura Mitsuye, enfermeiras; Zushi Yusabura, ajudante do superintendente; Arai Tahaji, diretor dos serviços de Tomé-Açu; e Mayeda Mitsuye, professor. Provavelmente, a Companhia planejava efetuar grande imigração japonesa no Estado do Pará (MEIO..., 1989; O SOL..., 1978; TSUCHIDA, 1978).

² Comunicação pessoal dos Senhores Sawada, diretor da Associação Cultural de Tomé-Açu, e Osamu Oshimo, para I. M. SILVEIRA, nos dias 11, 12 e 16 de novembro de 1978. Fitas-cassetes cedidas por Osvaldo Ryohei Kato.



Em 27 de outubro de 1929, partiu do Porto de Kobe o navio Santos Maru, com a segunda leva de imigrantes japoneses até o Rio de Janeiro, chegando a Belém em 19 de dezembro, pelo navio La Plata Maru, o segundo navio fretado pela Osaka Shosen Kabushiki Kaisha, que ancorava em Guajará, desembarcando mais 242 imigrantes, sendo 192 destinados ao Acará e 50 pessoas, pertencentes a 9 famílias, foram para Maués, para trabalharem na Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha (LOUREIRO, 1978; TSUNODA, 1988). A terceira leva de imigrantes japoneses para Tomé-Açu ocorreu em 1930, pelo navio Buenos Aires Maru, perfazendo 362 famílias em 21 viagens até o encerramento, em 1937. Essas chegadas contínuas em épocas não apropriadas, nas quais as dificuldades não tinham sido superadas, vieram agravar a situação que se tornou crítica em termos de situação econômica e de doenças.

Em Acará, os imigrantes japoneses Konosuke Takada (1890–1975), Toshio Sugae (1912–1945) e Tatsunosuke Murakami fundaram a Cooperativa de Hortaliças, em 1931, abrindo um entreposto em Belém. A vantagem da imigração japonesa se traduzia em uma oferta de verduras, como: couve, cenoura, beterraba, alface e repolho, até então uma cultura impraticável na Amazônia, que passou a fazer parte da dieta alimentar na região. O grande problema eram as perdas dessas hortaliças decorrentes da dificuldade de transporte fluvial, mesmo a despeito da existência do barco Antonina, construído em Glasgow, Escócia, em 1907, que foi confiscado por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Essas dificuldades aumentaram durante o período da guerra e só foram resolvidas em 18 de novembro de 1946, quando, por orientação de Keishi Nagano, do desenhista naval Kusumasa Takahashi e de mais 15 pessoas (os irmãos Sawada, Seichi Fukushima, Hideo Shibata, Shiro Toda, Katsuro Seki, Tadao Sato, Minokishi Seki, Torao Hideka, Tooru Ikeda, Carlos Murakami e Osamu Murakami), foi construído o barco Universal I, reiniciando-se o transporte de Tomé-Açu a Belém após o término da guerra (LOUREIRO, 1978; MEIO..., 1989; O SOL..., 1978).

A cultura do cacau, que deveria ser a base econômica, não estava compensando o esforço, uma vez que a preocupação básica era a subsistência imediata, por esse motivo a cultura foi abandonada. É bem provável que a produção de cacau em bases semiextrativas nas áreas de várzeas de Cameté tenha inspirado os japoneses quanto à potencialidade dessa cultura.



A Nantaku tinha investido na cultura do cacau, cujo consumo era grande e a produção mundial ainda pequena. A falta de adaptação do cacauzeiro de várzea para cultivo em terra firme, bem como a falta de tecnologia apropriada, que somente apareceu a partir da década de 1960, com a tecnologia desenvolvida pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (OLIVEIRA, 1981), foram motivo de diversos atritos por falta de êxito. Isto fez com que, em 3 de abril de 1935, a Nantaku se retirasse de Tomé-Açu, levando ao fechamento das fazendas de administração direta (área de mil hectares e 300 mil cacauzeiros ainda improdutivos), à abolição dos colonos em regime assalariado, ao fechamento da estação experimental de Açaizal, à redução do quadro de funcionários e ao fechamento da colônia de Monte Alegre e da Fazenda Castanhal. Em Monte Alegre, foram instaladas as colônias de Mulata e Limoeiro, distantes 30 km a 35 km da sede do município, com o objetivo de produzir algodão para exportação para a Kanebo e fumo para a produção de cigarros, porém sem êxito³ (ISHIZU, 2008). A instalação da estação de Açaizal, em Tomé-Açu, e da estação experimental de Castanhal e de Monte Alegre decorria da falta de informações tecnológicas sobre a Amazônia, uma vez que o IAN foi criado no dia 4 de maio de 1939, pelo Decreto-Lei 1.245, pelo presidente Vargas (1883–1954), e inaugurado por ocasião da sua visita no dia 7 de outubro de 1940 (NASCIMENTO; HOMMA, 1984).

Em decorrência desse insucesso, Hachiro Fukuhara ficou bastante deprimido, retornou ao Japão após ter indenizado os colonos com suas posses, e terminou seus dias em Tóquio, em meio à guerra. A história mostrou os resultados desse empreendimento somente duas décadas depois, quando foram esculpidos, em bronze, os bustos de Fukuhara, em frente à sede da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), em 15 de novembro de 1954, e de Sanji Muto, o financista que acreditou na Amazônia, em frente à Associação Cultural de Tomé-Açu, em 15 de novembro de 1964, como gratidão pela dedicação à imigração japonesa no Estado do Pará. Yoshio Yamada (1898–1973), em outubro de 1931, retornou à Amazônia, estabelecendo-se em Ourém e dedicando-se à agricultura e ao

³ Informação fornecida por T. Ishizu, em palestra intitulada “A experiência da imigração japonesa na Amazônia: Parintins e Monte Alegre”, na mesa-redonda “Experiências da Imigração Japonesa na Amazônia: passado e presente”, na 12ª Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, PA, no dia 24 de setembro de 2008.



comércio. Em 1945, mudou-se para Mosqueiro, onde se dedicou à horticultura. Em 16 de agosto de 1950, deu início às atividades comerciais, cuja empresa, a Y. Yamada, transformou-se em um dos maiores grupos econômicos da Amazônia. Outros grupos empresariais, como a Oyamota do Brasil S.A., que abrange o ramo de metalurgia e construção civil, pertencem a descendentes de *koutakusseis*.

Em artigo publicado na revista *O Campo*, Leitão (1933) afirmava que, em Acará, se localizavam 187 famílias japonesas, com 1.037 pessoas; cerca de 430 construções diversas; além de duas estações de rádio telegráficas que funcionavam em horários diferentes. O telegrafista Ney Carneiro Brasil (1916–), mais tarde condecorado pelo governo japonês pelos inestimáveis serviços prestados à causa da imigração japonesa, tornou-se o primeiro prefeito de Tomé-Açu, em 1º de setembro de 1959, onde permaneceu no cargo até janeiro de 1963. Encontravam-se plantados 300 mil pés de cacauzeiros, 11 mil amoreiras, 6 mil sapucaieiras, 4 mil mangueiras, além de cedros, paineiras, pau-rosa, andiroba, cafeeiro, pimenta-do-reino, coco-da-bahia, chá, eucalipto, fruta-pão, castanha-do-pará, sisal, freijó e puxuri. Apesar do atual interesse pelos sistemas agroflorestais, tanto em Tomé-Açu como em Parintins, o consorciamento de espécies perenes já fazia parte de muitos plantios que foram efetuados. Muitas dessas castanheiras plantadas na década de 1930 podem ser vistas em diversas propriedades e são semelhantes às árvores nativas em termos de porte. No que concerne à fruticultura, relatava a existência de 20 mil abacaxizeiros, 8 mil bananeiras, 6 mil mamoeiros, 750 laranjeiras, 300 limoeiros, 1,2 mil cajueiros e 300 mangueiras. Durante os primeiros 4 anos da colônia, tinham falecido 51 pessoas, na maioria crianças, e nasceram em igual período 113. Nas duas escolas, sob a direção de quatro professores brasileiros, existiam 251 alunos japoneses e brasileiros matriculados. Para o beneficiamento e industrialização dos produtos da colônia, contava com uma usina para arroz, uma instalação para fermentação e secagem do cacau, pequena moenda manual para fabricação do açúcar e outra para beneficiamento do bicho-da-seda. É interessante observar que, até chegar ao sucesso da pimenta-do-reino, os japoneses em Tomé-Açu passaram por um processo de adaptação ao ambiente amazônico, testando diversas alternativas, algumas sem justificativa técnica, como é o caso do bicho-da-seda.



A concessão em Monte Alegre foi fracassada pela criação da Lei de 2% para entrada de imigrantes japoneses no Brasil e pelas mudanças na orientação da política emigracional japonesa voltada para Manchúria. A colônia de Monte Alegre foi transformada para receber imigrantes nordestinos. A despeito disso, Tanio Oshikiri (1911–1987), que tinha vindo no navio Manila Maru, em 1929, como funcionário da Nantaku, foi designado para trabalhar em Monte Alegre, onde permaneceu até 1930. Henkichi Hiraga (1902–1985), agrônomo formado pela Universidade de Tóquio, chegou em 1931 e foi direto para Monte Alegre, onde após permanecer por 8 anos aceitou o convite de conde Koma para trabalhar em Tomé-Açu, tendo, em 30 de setembro de 1949, ajudado a fundar a Camta e sido eleito seu primeiro presidente. Com justa razão, passou a ser chamado de o “Pai de Tomé-Açu”, pelo atribulado período de dificuldades com que dirigiu a Colônia, no auge da evasão de imigrantes e dos obstáculos econômicos (TSUNODA, 1988).

Em 1933, a colônia japonesa em Monte Alegre tinha desmatado 130 ha, construído 64 km de estrada para carro e 27 km para carroça, instalado 36 km de fios telefônicos, 1 usina para beneficiamento de arroz, 7 estufas para secagem de tabaco e 1 usina para beneficiamento de algodão. A colônia japonesa em Monte Alegre, em 1933, resumia-se a apenas duas famílias, no total de 16 pessoas. Entre as plantações definitivas, existiam 10 mil cajueiros, 6 mil cacauzeiros, 1,5 mil mongubeiras, 800 andirobeiras e 700 coqueiros, além de experiências com sisal. Outra atividade desenvolvida pela companhia foi a de estabelecer uma estação experimental no km 72, na Parada Sá Pereira da Estrada de Ferro de Bragança (lado esquerdo sentido Apéu-Castanhal), aproximadamente nos fundos do atual Parque de Exposição Feira Agropecuária de Castanhal, onde efetuou plantações de pimenta-do-reino nativa, andiroba, cedro, fibras, mandioca, cana-de-açúcar, entre outras, o que não deixa de ser interessante, considerando a época em que foi realizada. Nas proximidades desse campo experimental, Conde Koma tinha uma pequena propriedade.



Acima, Hospital de Tomé-Açu construído para atender os imigrantes japoneses, cujo prédio está abandonado. Abaixo, corpo clínico do Hospital de Tomé-Açu, em ambos aparece a Masayo Shono (1912), então enfermeira.

Fonte: Gentileza de Masayo Shono enfermeira do Hospital, residente em São Paulo.

Makinossuke Ussui: a reintrodução da pimenta-do-reino no Brasil

O plantio da pimenta-do-reino, introduzido pelos portugueses no século 17, existia desde o início das atividades da Nantaku. Na Estação Experimental de Castanhal, essas pimenteiras vingavam com exuberante folhagem, mas apresentavam baixíssima produtividade. Haruyoshi Kataoka (1879–1962),



funcionário da Nantaku, chegou a ter um plantio de 4 mil pés de pimenta, na Colônia de Iracema, antes da II Guerra Mundial. Posteriormente, conseguiu obter duas estacas de pimenta asiática em Tomé-Açu, que fora multiplicando, efetuando um novo plantio em Fonte Boa, quando então começou a distribuir para outros colonos japoneses. A comercialização da pimenta, no início, era bastante difícil e se restringia à venda em pequena quantidade para comerciantes locais. No final da guerra, em 1945, a pimenta-do-reino passou a despontar como cultura realmente promissora, quando o quilo desse produto subiu de 5 mil réis para 100 mil réis em 1946, isto foi o sinal de largada para a produção de pimenta-do-reino no Estado do Pará. Dessa forma, se em 1947 ocupava o terceiro lugar no volume das vendas, com 10% na participação global, em 1950 já ocupava o primeiro lugar (ÁLBUM..., 1955). Essa posição seria mantida até 1981, quando, a partir de 1974, com o processo de diversificação, veio apresentando uma tendência decrescente e, em 1982, representava menos da metade na participação do volume de vendas.

Em abril de 1933, Makinossuke Ussui (1896–1993), com 37 anos de idade, representante da Nantaku, partiu do Porto de Kobe, no navio *Hawai Maru*, com a décima terceira leva de imigrantes, e, ao desembarcar em Cingapura para cremar uma imigrante idosa falecida a bordo, trouxe 20 mudas de pimenta-do-reino, que daria outros rumos à agricultura na Amazônia.

Naturalmente Makinossuke Ussui já tinha preconcebido a importância da pimenta-do-reino, pois essa cultura era considerada como segunda alternativa, depois do cacau. Provavelmente houve a participação de autoridades consulares japonesas em Cingapura para preparar e entregar as mudas de pimenta-do-reino para Makinossuke Ussui, numa época em que a movimentação de recursos genéticos era bastante intensa, além do interesse estratégico que o Japão tinha no Sudeste Asiático antes da Segunda Guerra Mundial.

Segundo depoimento de Osamu Hoshimo a Isolda Maciel da Silveira, a cultura da pimenta-do-reino fazia parte dos planos de Fukuhara. Nessa versão, o substituto de Fukuhara na Nantaku, em Belém, Hitoshi Ueki, tinha solicitado a Goro Yoshida, funcionário do Consulado Japonês em Belém, o envio de mudas de



pimenta-do-reino das regiões produtoras no Sudeste Asiático. As autoridades consulares japonesas em Cingapura providenciaram estas mudas e entregaram-nas a Makinossuke Ussui. Por causa da longa viagem de navio, não poderiam ser simplesmente estacas de pimenta-do-reino, mas mudas enraizadas em vasilhames. A importância dada à cultura da pimenta-do-reino pode ser ressaltada pelo fato de que a pimenta-do-reino comum era cultivada entre os colonos, mas apresentava baixa produtividade. O fato é que Makinossuke Ussui, como recrutador de imigrantes, sem ter conhecimento aprofundado da agricultura, teve a sorte de conduzir para Belém 20 mudas de pimenta-do-reino da variedade Kuching e cuidar delas durante a viagem. Essas mudas foram entregues a Kozo Yoshida, também funcionário da Nantaku, encarregado da Estação Experimental em Tomé-Açu, numa época em que a pimenta ainda não tinha nenhuma importância, com baixos preços, e a Nantaku, já em processo de dificuldades, mudou o destino dos imigrantes e da agricultura amazônica.

O genro de Makinossuke Ussui, Nagisa Oshima (1932–2013), nascido em Quioto, casado com Akiko Koyama, natural de Chiba, em 1935, tornou-se um dos grandes diretores do cinema japonês, dirigindo o clássico *O Império dos Sentidos*. O sucesso da pimenta fez com que, em 1953, Makinossuke Ussui voltasse com a primeira leva de imigrantes de pós-guerra para Tomé-Açu com 28 famílias e, novamente, em 1959, por ocasião dos festejos do 30º aniversário da imigração japonesa na Amazônia (TSUNODA, 1988).

Das 20 mudas conduzidas por Makinossuke Ussui, cultivadas na Estação Experimental de Açaizal, sob os cuidados de Kozo Yoshida, apenas duas conseguiram sobreviver. Em 1935, quando a fazenda foi fechada pela Nantaku, com o encerramento de suas atividades em Tomé-Açu, Tomoji Kato (1898–1956), vindo na primeira turma de imigrantes, e Enji Saito (1891–1958), que veio na segunda turma, transportaram as mudas para seus respectivos lotes e foram os primeiros plantadores da pimenta asiática (TSUNODA, 1988). Para esses agricultores japoneses, Tomoji Kato, falecido em 31 de dezembro de 1956, e Enji Saito, que se suicidou em 4 de agosto de 1958, em São Paulo, foram os precursores da nova redescoberta da pimenta-do-reino no Brasil.



Foram dessas duas mudas de pimenta-do-reino que se originaram as estacas que se multiplicaram ao longo dos anos, atingindo mais de 20 milhões no auge de sua expansão, na década de 1980. Posteriormente, cada família foi obtendo determinada quantidade de estacas para proceder à multiplicação. Contudo, a multiplicação das mudas de pimenta-do-reino foi bastante lenta, efetuada nas propriedades de Tomoji Kato, Enji Saito e de alguns curiosos, apenas para uso doméstico e venda local (Tabela 1). Por ocasião das comemorações do 70º ano da imigração japonesa no Estado do Pará, em 13 de novembro de 1999, o governador Almir Gabriel (1932–2013) concedeu a Tomoji Kato e Enji Saito a Ordem do Mérito Grão-Pará. Uma praça em Tomé-Açu, inaugurada em 1º de setembro de 2005, tem o nome de Lauro Kunizo Kato (1926–1999), um dos filhos de Tomoji Kato, pelos relevantes serviços prestados à população de Tomé-Açu.

Tabela 1. Número de pimenteiros existentes nos lotes de colonos japoneses, em Tomé-Açu, 1935-1945.

Ano	Número de pés
1935	30
1936	150
1937	400
1938	750
1939	1.000
1940	1.420
1941	2.200
1945	30.000

Fonte: Handa (1996) e Tanaka (1957).

No Estado do Amazonas, os imigrantes japoneses conseguiram a produção de juta na várzea, comprovando que era uma cultura adequada e de futuro. O governo do Estado do Pará percebeu imediatamente a importância dessa lavoura para ocupar o vácuo da economia gumífera. Nesse sentido, o interventor federal José Carneiro da Gama Malcher (1872–1956), que governou o Estado do Pará nos períodos de 1935–1937 e 1937–1943, promulgou o Decreto-Lei 3.065 (THURY, 1946), publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de agosto de 1938, concedendo a Kotaro Tsuji (1903–1970) e Toshio Tsukumo vantagens para a produção de juta no estado. Para analisar as possibilidades de introdução dessa cultura no Estado do Pará, Sakae Oti, Ishirara e Kenji Ikegami deslocaram-se para o Município de Breves, onde instalaram, em dezembro de 1938, o primeiro plantio experimental



de juta no Estado do Pará. A escolha do Município de Breves foi em decorrência da sua transformação em grande produtor de arroz, a partir de 1917, após a crise do extrativismo da seringueira.

Provavelmente, o sucesso da introdução da juta no Estado do Amazonas tenha impressionado o governador Gama Malcher em comparação ao trabalho dos japoneses em Tomé-Açu com hortaliças, sem muitas perspectivas para o estado. A atividade de plantio de hortaliças, além de sua baixa remuneração, tinha o problema de perecibilidade. Era uma atividade diária sem dias de descanso, confinava os japoneses a um ambiente sem muito respeito, restrito a feiras e mercados e sem perspectivas futuras. Enquanto os japoneses, no Estado do Amazonas, apresentavam dificuldades de adaptação, em Tomé-Açu verificava-se uma situação que beirava os limites de uma tragédia humana. Embora a malária grassasse no Amazonas, onde muitas vidas foram ceifadas, em Tomé-Açu os casos eram dramáticos por causa da baixa resistência dos japoneses a essa doença. O controle preventivo da malária só se tornaria efetivo com a descoberta das propriedades inseticidas do DDT, em 1939, pelo suíço Paul Hermann Müller (1899–1965), que, em 1948, foi laureado com o Prêmio Nobel de Medicina. Em 1933, foram registrados 3.065 casos de malária em uma população de 2.045 japoneses, cuja incidência permaneceu em 3.035 casos, em 1935. O aparecimento da “febre negra”, fatal em 80% dos casos, decorrente de complicações causadas pelo uso excessivo do quinino, ceifou dezenas de vítimas, em 1936. No período de 1929 a 1939, faleceram 182 pessoas, contrastando com 328 nascimentos; no período de 1940 a 1949, foram 66 falecimentos para 212 nascimentos; e 77 falecimentos para 420 nascimentos no período de 1950-1959 (TSUNODA, 1988).

As precárias condições de saúde e a falta de alternativas econômicas causaram a frustração e o desespero, provocando a saída maciça dos colonos com suas respectivas famílias: 17 famílias (83 pessoas) saíram em 1935; 20 (78 pessoas) em 1936; 25 (119 pessoas) em 1937; 19 (119 pessoas) em 1938; 70 (465 pessoas) em 1939; 69 (415 pessoas) em 1940; 18 (97 pessoas) em 1941; 38 (227 pessoas) em 1942. Esse insucesso levou à interrupção da imigração em 1937, resultando em um balanço de um total de 2.104 imigrantes, dos quais 1.621 abandonaram a colônia (TSUNODA, 1988). O sentido dessa dupla imigração, bastante comum entre os nordestinos em crises de secas e da falta de alternativas, não sensibilizou



as autoridades brasileiras, que viam a situação como atestado de inadaptação e como algo natural. Para os japoneses, vindos do outro lado do mundo, o sentido do engodo, da tragédia e da vergonha eram o sentimento geral. O sucesso da cultura da pimenta-do-reino, a partir da década de 1950, causou uma reversão nessa história. Enquanto os japoneses que se dedicaram à juta não conseguiram angariar fortunas, o inverso ocorreu com a pimenta-do-reino.

Em 1940, Sakae Oti, em face do fracasso das experiências em Breves, em virtude de problemas de malária e de condições de solo, solicitou ao governo do Estado do Pará um campo para produção de sementes de juta nas vizinhanças de Santarém. Yohito Ishihara efetuou o primeiro plantio comercial dessa cultura entre Juruti e Monte Alegre.

Com a declaração de guerra entre o Brasil e o Japão em 28 de janeiro de 1942, em 17 de abril, os bens dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu, como aparelhos de rádio, embarcações, armas, livros, entre outros, foram confiscados pelas autoridades brasileiras e a colônia foi transformada em Colônia Estadual de Tomé-Açu (Ceta), trazendo grandes prejuízos financeiros para os colonos japoneses. O insucesso das atividades da colônia de Tomé-Açu fez com que grande parte se mudasse para o sul do País ou regressasse para o Japão. Com isso, apenas 49 famílias permaneceram na colônia em 1942 e tiveram sensíveis prejuízos nas suas atividades. Essa colônia, segundo o ponto de vista de alguns colonos, foi mais um campo de isolamento do que propriamente de concentração, por medida de segurança e de proteção, até a libertação, em 1946, pelo interventor federal Octávio Bastos Meira, durante o seu curto governo (9 de fevereiro a 9 de dezembro de 1946), que com a derrota do Japão não vislumbrava nenhum perigo (MEIRA, 1979a, 1979b). É interessante observar que as famílias de japoneses que tinham filhos nascidos no Brasil, como Haruyoshi Kataoka, foram dispensadas da ida para Tomé-Açu, ademais os filhos foram convocados para o serviço militar e obrigados a comparecer mensalmente na Delegacia de Polícia e a comunicar qualquer deslocamento. Por ocasião do torpedeamento do navio Baependi, do Loide Brasileiro, no dia 15 de agosto de 1942, por um submarino alemão, houve um furor popular no qual as casas dos imigrantes japoneses, alemães e italianos foram incendiadas e seus ocupantes foram presos, tanto em Belém quanto em Manaus (TSUNODA, 1988).



Pimenta-do-reino marca nova fase da agricultura na Amazônia

O *boom* da pimenta-do-reino em Tomé-Açu começou a se manifestar no segundo semestre de 1952 e entre 1953 e 1954, quando a colônia conheceu o verdadeiro período de ouro do chamado “diamante negro” da Amazônia (ÁLBUM..., 1955; COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU, 1957). A Segunda Guerra Mundial, que trouxe tantos transtornos aos imigrantes japoneses na Amazônia, foi também a razão desse sucesso ocasionado pela destruição das plantações de pimenta-do-reino e da prioridade para a produção de alimentos básicos, principalmente na Malásia e Indonésia, pelas tropas de ocupação japonesa.

Enquanto no ano agrícola 1938/1939 a produção mundial de pimenta-do-reino foi de 93 mil toneladas, depois da Segunda Guerra Mundial, no ano agrícola 1951/1952, caiu para 43 mil toneladas, como consequência da redução para um sexto da produção da Indonésia. A produção brasileira de pimenta-do-reino em 1938 alcançava apenas 70 t. Em 1953, a pimenta-do-reino preta era cotada a Cr\$ 135,00/kg, subindo para Cr\$ 180,00/kg em 1954, de modo que, mesmo a despeito da inflação, proporcionava um lucro altíssimo. A retomada do processo de produção pelos países produtores asiáticos, atingindo 70 mil toneladas no ano agrícola 1955/1956, provocou a queda no preço internacional da pimenta para Cr\$ 56,00/kg em 1956 e para Cr\$ 34,00/kg no ano seguinte (Tabela 2). O fechamento do mercado interno, em 1955, e a característica inelástica do produto impossibilitaram a ampliação do consumo, em decorrência da queda de preços, o que só foi melhorado com o início das exportações, em 1956, para a Argentina e os Estados Unidos, em bases regulares (COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU, 2006; RELATOS..., 1967). Em 1948, a produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu foi de 40 t e foi crescendo, permitindo que, em 1953, ocorresse a primeira exportação de 35 t de pimenta-do-reino produzidas em Tomé-Açu, para a Argentina (30 t) e para a Alemanha (5 t). Na comercialização da safra de 1959, foi verificada uma nova alta de preços no mercado internacional de pimenta-do-reino, decorrente do aparecimento de uma praga nos pimentais do Sudeste Asiático e da exportação da pimenta-indiana para a antiga URSS e seus



países satélites. No auge das exportações de pimenta-do-reino, durante a década de 1980, o Estado do Pará exportou para mais de 30 países (HOMMA, 1981a, 1981b, 1981c).

Tabela 2. Preço de pimenta-do-reino-preta no mercado de New York (1940/1970).

Ano	US\$ FOB/t
1940	90,20
1941	134,20
1942	145,20
1943	149,60
1944	165,00
1945	220,00
1946	849,20
1947	970,20
1948	1.368,40
1949	2.334,20
1950	3.572,80
1951	3.724,60
1952	3.381,40
1953	2.811,60
1954	1.610,40
1955	985,60
1956	693,00
1957	696,20
1958	572,00
1959	666,60
1960	1.280,40
1961	1.003,20
1962	805,20
1963	739,20
1964	853,60
1965	1.053,80
1966	952,60
1967	831,60
1968	642,40
1969	723,80
1970	935,00

Fonte: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (2006).



O comportamento do mercado externo de pimenta-do-reino e a situação dos pimentais asiáticos passaram a dominar o cotidiano dos produtores de pimenta (HOMMA, 1981c; HOMMA et al., 1994, 1995). Enquanto a cultura da juta teve a sua expansão assegurada pela substituição de importações, a da pimenta teve dois movimentos: inicialmente, o da substituição de importações e, posteriormente, o da exportação.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a colônia obteve a sua independência da Ceta, em 1949, e passou a ser denominada de Colônia de Tomé-Açu. Nesse mesmo ano, com a criação da Camta, em 30 de setembro, foi dado outro importante passo, que contou com a ajuda do poeta e folclorista Bento Bruno de Menezes Costa (1893–1963), entusiasta do cooperativismo no Pará, para efetivar o processo de legalização (GAYO, 2015). O período que vai de 1947 até 1968 se caracterizou por uma grande prosperidade entre os imigrantes japoneses em Tomé-Açu e entre aqueles que se dedicaram ao plantio da pimenta-do-reino, principalmente em Santa Izabel do Pará e Castanhal. Esse apogeu ficou conhecido como a “febre da pimenta” ou a febre do “diamante negro”. Como sinal dessa opulência, em 15 de novembro de 1954, por ocasião das festividades do 25º aniversário da Colônia de Tomé-Açu, que contou com a presença do governador Alexandre Zacarias de Assunção (1951–1956), foi inaugurado o aeroporto Dionísio Bentes, em Tomé-Açu, no qual os principais clientes foram os japoneses plantadores de pimenta-do-reino até a abertura da rodovia, em 1973 (ÁLBUM..., 1955).

As casas dos japoneses plantadores dessa cultura, de acordo com o grau de dependência e da capacidade de plantio, assumiram evoluções partindo de casas cobertas de cavaco, casas de madeira com cobertura de telha e casas de alvenaria (STANIFORD, 1973a, 1973b; SUBLER; UHL, 1990; TSUNODA, 1988). A residência de Kuwashi Sawada, construída em 1967, ficou conhecida como a “mansão da pimenta-do-reino”. Como símbolo maior de ostentação, possuíam veículos, automóveis de luxo estacionados nas residências e percorrendo as estradas rurais entre os plantios de pimenta.

A compra de maquinaria agrícola e de fertilizantes químicos deu origem a um comércio paralelo sem precedentes no interior paraense, inaugurando a “agricultura de cultivo em vasos”, superando a pobreza química dos solos. Cavava-se uma cova e então enchia-se com a terra superficial e misturava-se com adubos orgânicos e químicos.



Em Tomé-Açu, em 1957, foi criada a Cooperativa Central dos Plantadores de Pimenta-do-reino no Estado do Pará, que teve duração efêmera, fechando em 1960, em face da dualidade de propósito com a Camta, cujo número de associados cresceu de 62 em 1951, para 219 em 1960, alcançando 271 em 1965, 314 em 1970 e 389 em 1971. Com isso, o total de pimenteiras evoluiu de maneira geométrica, atingindo cerca de 1 milhão de pés em 1960, 2 milhões em 1965 e 3 milhões em 1974, somente entre os colonos de Tomé-Açu. A produção de pimenta-do-reino passou de 21 t em 1947, para 80 t em 1950, ultrapassando 2,3 mil toneladas em 1960 (Tabela 3).

Tabela 3. Número de cooperados e de pés de pimenta-do-reino e produção na Colônia de Tomé-Açu, PA, no período de 1947-1960.

Ano	Cooperados	Número de pimentas			Produção (kg)
		Total	Mais de 3 anos	Menos de 3 anos	
1947	58	30.550	12.905	17.645	21.065
1948	53	48.450	13.905	34.545	38.361
1949	59	65.490	30.560	34.930	69.338
1950	61	104.700	48.450	56.250	80.000
1951	62	176.375	65.490	110.885	294.016
1952	65	253.555	104.700	148.855	465.332
1953	78	332.655	105.370	227.285	650.000
1954	78	443.893	176.575	267.318	800.000
1955	103	564.453	252.905	311.548	890.000
1956	103	670.443	295.057	375.386	1.200.000
1957	103	767.230	403.613	363.617	1.800.000
1958	176	820.665	459.363	361.302	2.300.000
1959	186	916.500	584.000	332.500	2.300.000
1960	219	1.193.800	834.900	358.900	2.368.000

Fonte: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (2006).

O sucesso da pimenta-do-reino desencadeou grande procura de mudas, fazendo com que produtores inescrupulosos passassem a vender estacas de pimenta-comum e de ramos “ladrões” da pimenta-asiática. Como um pé de pimenta-do-reino adulta proporciona apenas 30 mudas adequadas e estas chegaram a custar 5 mil réis cada, é de se imaginar a tentação de colocar estacas inapropriadas para os incautos, em face dos lucros cessantes com o corte da pimenteira. Muitos agricultores e imigrantes japoneses de outras partes da Amazônia foram vítimas dessas vendas inescrupulosas de estacas de pimenta.



O processo inicial de beneficiamento da pimenta-do-reino-preta era bastante trabalhoso, exigia a utilização de água fervente nas pimentas, por 3 minutos, e depois eram postas ao sol para secar. A pimenta-branca era produzida, inicialmente, em pequena quantidade. Após a infusão em água fervente, era mergulhada em água fria para retirada da casca e depois secada. Em 1960, começaram a ser fabricados e utilizados no processo de beneficiamento e secagem de pimenta-do-reino os primeiros secadores, como o da Matheus Torres & Cia, que tinha tradição na fabricação desses equipamentos para grãos. Em 1959, foi realizada a primeira exportação de pimenta-branca para os Estados Unidos e, por volta de 1965, ocorreu aumento na produção da pimenta-branca, levando alguns locais a conflitos, com relação à poluição de cursos de água. Apesar do preço superior, no Estado do Pará, não houve uma tendência para a produção de pimenta-branca, como ocorreu na Indonésia.

Com o sucesso da lavoura de pimenta-do-reino que começou a despontar no final da década de 1940, houve uma corrida de trabalhadores braçais procedentes da bacia do Rio Tocantins, como Cameté, Baião e Mocajuba, para trabalhar em Tomé-Açu e Acará (NAGAI, 2002). Estes vinham remando em canoas em viagens que demoravam uma semana, atingindo Igarapé-Miri e depois atravessando o canal que foi aberto em 1823, alcançando o Rio Moju e o Rio Acará (BATES, 1979).

Esse canal foi muito comentado pelos exploradores do século 19 que vinham para a Amazônia, como Alfred Russel Wallace (1823–1913), Henry Walter Bates (1825–1892) e príncipe Adalberto da Prússia (1811–1873). Foi construído pelo português Sebastião Freire da Fonseca, proprietário de fazenda nas imediações da cidade de Igarapé-Miri, iniciando a abertura de um canal concluído 2 anos depois entre os rios Sant'Ana de Igarapé-Miri e Moju, com o apoio do governador da Província do Pará, Antônio José de Sousa Manoel de Menezes Severim de Noronha (1792–1860), conde de Vila Flor. Esse canal tinha uma extensão de 600 m, que originalmente tinha 8 m de largura, permitindo a redução do tempo de navegação e maior segurança, evitando a perigosa navegação na foz do Rio Tocantins.

Dessa forma, muitos trabalhadores que vinham para as lavouras de pimenta terminaram mudando para Tomé-Açu e Acará, onde passaram a mimetizar os plantios dos colonos japoneses, dominando as práticas de cultivo e beneficiamento, que, na atualidade, se repete com os sistemas agroflorestais.



Sucesso da juta e da pimenta- -do-reino como justificativa da imigração japonesa no pós-guerra

Em 2 de agosto de 1951, Tsukasa Uyetsuka (1890–1978) embarcou do Japão com destino à Amazônia. Após uma ausência de 10 anos, encontrou-se com o governador Álvaro Maia, do Amazonas, e com o general Alexandre Zacarias de Assunção, do Pará. Uyetsuka e Kotaro Tsuji foram recebidos em audiência no Palácio do Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, no dia 27 de setembro de 1951, quando foi efetuada proposta da entrada de 5 mil famílias japonesas para trabalharem na plantação da juta. O presidente Getúlio Vargas aceitou a petição e encaminhou-a para o Dr. Nilo de Alvarenga, presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização, sendo aceita em 17 de outubro de 1951. Deu-se início, então, à imigração japonesa do pós-guerra, quando, em 1952, foram enviadas para o Brasil as primeiras 17 famílias, num total de 54 pessoas e, em 1953, chegaram 252 famílias, das quais 140 foram enviadas para os estados do Amazonas e Pará.

No Estado do Amazonas, a imigração do pós-guerra iniciou-se com as primeiras 23 famílias, com 139 pessoas, que foram instaladas no Município de Manacapuru, na Colônia Bela Vista, em 12 de setembro de 1953. Em 1954, ocorreram mais quatro vindas de migrantes, no dia 10 de junho (38 famílias e 218 pessoas), 6 de julho (7 famílias e 36 pessoas), 4 de setembro (30 famílias e 183 pessoas) e a última em 12 de novembro (27 famílias e 166 pessoas), totalizando 125 famílias e 742 pessoas (KAWADA, 1995). As más condições de infraestrutura, uma vez que a abertura da estrada de Cacao Pirêra a Manacapuru, que foi iniciada no governo Gilberto Mestrinho, só foi concluída em 1965, durante a gestão do governador Arthur César Ferreira Reis, e a baixa rentabilidade das atividades agrícolas levaram ao insucesso da Colônia Bela Vista. Apesar dos ingentes esforços do senhor Massatoshi Takamura, um *ex-koutakussei*, responsável pelos imigrantes, o número de desistência chegou a 111 famílias que preferiram mudar para Manaus, Belém, Tomé-Açu e outros locais. Posteriormente, a implantação da Zona Franca de Manaus e o crescimento do mercado de Manaus abriram perspectivas para os



colonos remanescentes para as atividades hortifrutigranjeiras, plantio de pimenta-do-reino e avicultura.

A Colônia Ephigênio Salles localizada nas margens da recém-aberta Estrada Manaus-Itacoatiara, a partir do km 37 até o km 54, que foi asfaltada em 1965, em uma área de 3.009 ha, recebeu 17 famílias (107 pessoas) em 10 de novembro de 1958, que chegaram a bordo do navio Argentina Maru (1939–1940), em Manaus. O segundo grupo chegou no dia 30 de setembro de 1959, com 6 famílias e 29 pessoas, o terceiro grupo em 11 de agosto de 1960, com 15 famílias e 91 pessoas e o quarto grupo em 10 de agosto de 1961, com 16 famílias e 91 pessoas (COLÔNIA..., 2012). Ao todo, no período de 1958 a 1961, foram instaladas 54 famílias e 318 pessoas que, imitando os japoneses de Tomé-Açu, fundaram a Cooperativa Agrícola Mista Ephigênio Salles, em 26 de abril de 1959, oficializada com a Portaria 7.753, publicada no Diário Oficial da União, no dia 7 de abril de 1964 (KAWADA, 1995). A denominação de Colônia Ephigênio Salles foi dada pelo governador Plínio Ramos Coelho (1955–1959), em 15 de janeiro de 1959, em homenagem ao precursor da imigração japonesa no Estado do Amazonas (COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA EFIGÊNIO DE SALLES, 2008; KAWADA, 1995). O sucesso dessa Colônia decorreu da proximidade do mercado de Manaus e da integração de hortaliças e pimenta-do-reino com a avicultura para o fornecimento de adubo orgânico. A produção de pimenta-do-reino foi iniciada em 1962 e se estendeu até 1977, quando foram dizimadas pelo *Fusarium*. Com a dizimação da pimenta-do-reino pelo *Fusarium*, o aparecimento de novas oportunidades com a Zona Franca de Manaus, sobretudo para os filhos que passaram a seguir profissões liberais, levou ao contínuo esvaziamento da Colônia, com a especulação imobiliária após a chegada da energia elétrica, em setembro de 1974, e da telefonia rural, em junho de 1983, a despeito das oportunidades em termos de hortaliças, frutas e ovos para atender à crescente urbanização de Manaus, do fluxo de turistas e invasões.

Em 25 de junho de 1953, partia do Porto de Kobe, no navio América Maru (1953–1964), a primeira leva do pós-guerra de 25 famílias com 129 pessoas, destinadas à colônia de Tomé-Açu. No Estado do Pará, posteriormente, foram instaladas outras colônias, sem passar por Tomé-Açu, como a do Guamá, no



Município de Santa Izabel do Pará, de brasileiros e japoneses, instalada em 1955, que teve sucesso posterior com a lavoura da pimenta-do-reino. Em Rondônia, a Colônia Treze de Setembro, em Porto Velho, recebeu, em julho de 1954, 29 famílias e 180 pessoas, que só tiveram luz elétrica em 1978 e telefones em 1981. No Estado do Acre, em abril de 1959, foi estabelecido o assentamento de seis famílias (44 japoneses) na Colônia Quinari e, em junho, chegou a segunda leva com sete famílias (47 pessoas), considerado o núcleo mais interiorano da região amazônica (SAKURAI, 2008).

A primeira leva de imigrantes para o Estado do Maranhão partiu no dia 18 de junho de 1960, do porto de Icoama, no navio América Maru, chegando a São Luís, no dia 10 de julho de 1960, 20 famílias, totalizando 111 pessoas, que foram estabelecidas em Rosário e, em 4 de janeiro de 1961, desembarcava a segunda leva de 10 famílias e 52 pessoas, no navio Argentina Maru II (1958–1971), procedente de Osaka, para a colônia de Pedrinhas. Todas se caracterizaram pelo fracasso, visando à sobrevivência e à educação dos filhos (BESSA FILHO, 2000; SIQUEIRA JÚNIOR, 2014, 2015). O acordo para a vinda de imigrantes japoneses para o Maranhão ocorreu durante o governo de José de Matos Carvalho (1957–1961), quando os jornais maranhenses estampavam em manchetes que o povo iria consumir verdura em abundância e barato. Chamou a atenção do público o desembarque dos primitivos microtratores com tração humana, que serviram até mesmo como demonstração política em desfile nas principais ruas da cidade de São Luís. Ocorreu ainda uma terceira entrada de 18 imigrantes japoneses, pertencentes a quatro famílias, no Maranhão, em 28 de janeiro de 1961, no porto de Mocajituba, na cidade de Paço do Lumiar, provenientes de Recife, onde desembarcaram a bordo de Santos Maru, em 13 de maio de 1960, tratando-se de uma migração interna (SIQUEIRA JÚNIOR, 2014).

Em 22 de novembro de 1963, o presidente João Goulart (1918–1976) assina o Decreto 52.920, que promulga o Acordo de Migração e Colonização Brasil-Japão, aprovado pelo Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 8, de 1963, o acordo de Migração e Colonização celebrado entre o Brasil e o Japão, em 14 de novembro de 1960. Dessa forma, apesar do interesse do governo brasileiro, os sinais de vitalidade da economia japonesa começavam a despontar, levando a cessar a vinda de migrantes. Grande parte das colônias do pós-guerra era mista,



para facilitar a assimilação, que foi uma das preocupações referentes a imigrantes alemães e japoneses, e para proporcionar a difusão de novas tecnologias agrícolas. Apesar de muitos costumes japoneses estarem, atualmente, integrados à cultura nacional – como pratos típicos, sistemas de administração, cultos religiosos, esportes, máquinas e equipamentos, entre outros –, no passado, a existência de jornais e revistas em língua japonesa, o uso e o ensino desse idioma nas colônias constituíam preocupação às autoridades brasileiras quanto à formação de quistos sociais (A CULTURA..., 1989; O JAPÃO..., 1988; PARÁ, 1995).

A imigração acontecia também mediante convite para trabalhar em propriedades de outros imigrantes mais bem-sucedidos ou de brasileiros, como ocorreu na propriedade do senador Gabriel Hermes (1909–1999), em Santa Izabel do Pará. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um grupo de dez famílias que veio no América Maru, aportando em Belém no dia 4 de novembro de 1954, para dedicar-se às atividades hortícolas. O sucesso da cultura da pimenta-do-reino levou ao abandono das atividades hortícolas que constituíam a proposta original da vinda dos imigrantes. Assim, no Estado do Amazonas, em face da dificuldade de adubo orgânico para a plantação da pimenta-do-reino, os agricultores foram compelidos a se dedicarem à avicultura e à horticultura, em um processo simbiótico, com evidente aumento no custo de produção. No Maranhão, por causa da dificuldade de estacas para suporte de pimenta-do-reino e do clima seco, esta não teve o mesmo sucesso ocorrido no Estado do Pará. Esse mesmo aspecto foi verificado em Rondônia e no Amapá, para onde se dirigiram algumas famílias japonesas. O fracasso de muitas colônias japonesas, como a do Maranhão, na década de 1960, decorreu exatamente da dedicação às atividades hortícolas, pela falta de um produto principal, sem maiores problemas de competição com produtores brasileiros e sujeito a tabelamentos oficiais. A isto deve ser associada, no caso do Maranhão, a escolha inadequada da área para ser o núcleo da colônia, decorrente de interesses políticos da época. A debandada dos japoneses dos diversos núcleos da Amazônia fez com que muitos desses imigrantes passassem a se concentrar ao longo da estrada Castanhal-Curuçá e Castanhal-São Francisco do Pará, durante a década de 1960, para cultivar pimenta-do-reino.

As razões de fracasso dos imigrantes japoneses, em alguns locais da Amazônia, estão associadas, também, às dificuldades de transporte, escassez de mão de obra,



liderança, isolamento, discussões internas e falta de possibilidade de educação para os filhos. O aspecto crucial é, contudo, a rentabilidade das atividades produtivas e o mercado (DEMOOR, 1964; MARGOLIS, 1992). As atividades voltadas ao mercado local proporcionam apenas uma renda suplementar como sobrevivência para eventos imprevisíveis e de curto prazo. A melhoria da situação econômica depende de atividades que tenham viabilidade econômica nos mercados nacional e internacional (CARDOSO, 1970).

Os novos imigrantes do pós-guerra que vieram para a Amazônia tinham um perfil completamente diferente daqueles da pré-guerra. Faziam parte os ex-combatentes, o pessoal do setor de serviços e, também, os agricultores, que não visualizavam perspectivas no seu país. O tempo de viagem de navio pelo canal do Panamá era mais curto, em comparação com as antigas rotas que dobravam o sul da África. O Japão, depois da guerra, passou por uma inflação galopante, em que se tomando 1945 como índice, em 1946 foi de 515%; em 1947, de 1.655%; em 1948, de 4.857%; e em 1949, de 7.889%, chegando a quase 8.000% no período considerado (KUNIO, 1982).

Em junho de 1950, com o início da guerra da Coreia, o Japão começou a experimentar o primeiro surto de crescimento no pós-guerra, em que passou a ser usado como base de suprimentos, bem como local de “descanso e relaxamento” de soldados americanos (GOLDEN, 1998). O início da guerra civil na China Continental, em 1948, em favor dos comunistas, deve ter influenciado na política americana com relação ao apoio ao Japão. Com a chegada do navio *Nippon Maru*, em Santos, no dia 27 de março de 1973, transportando 205 japoneses para São Paulo e Minas Gerais, foi encerrado o ciclo da migração marítima de imigrantes japoneses ao Brasil. O contingente de imigrantes japoneses no pós-guerra (1953–1973) foi de aproximadamente 53 mil no País (SASAKI, 2006).

O crescimento econômico do Japão, a partir da década de 1960, passou a absorver, em maior escala, a própria mão de obra. Como símbolo desse progresso, em 1964, Tóquio sediou os 18º Jogos Olímpicos. Na década de 1980, o fenômeno foi o inverso, a emigração dos *dekasseguis*, constituída de 302.080 (2005) japoneses e seus descendentes, produziu uma diáspora, cuja imagem passou ao



domínio da comoção nacional, com o terremoto ocorrido em Kobe, no dia 17 de janeiro de 1995. A busca de trabalho no Japão pelos *dekasseguis* colocou em extremos opostos o japonês imigrante no Brasil no início do século 20 e o japonês receptor de brasileiros no Japão, transitando esses dois espaços geográficos, sociais, culturais e simbólicos (HARADA, 2008; SASAKI, 2006) (Tabela 4). No Estado do Pará, a brutal queda nos preços da pimenta-do-reino constitui em umas principais razões da busca de trabalho no Japão. Apesar do evidente lucro proporcionado pelo trabalho no Japão, permitindo efetuar investimentos na propriedade, principalmente na pecuária, os resultados pós-retorno foram prejudiciais à agricultura, uma vez que cresceu o interesse por atividades de comércio e de especulação.

Tabela 4. Número de descendentes nipo-brasileiros trabalhando no Japão, no período de 1985–2005.

Ano	Nipo-brasileiros	Taxa de crescimento (%)
1985	1.955	
1986	2.135	9,20
1987	2.250	5,38
1988	4.159	84,8
1989	14.528	249,31
1990	56.429	288,41
1991	119.333	111,47
1992	147.803	23,85
1993	154.650	4,63
1994	159.619	3,21
1995	176.440	10,53
1996	201.795	14,37
1997	233.254	15,58
1998	222.217	- 4,73
1999	224.299	0,93
2000	254.394	13,41
2001	265.962	4,54
2002	268.332	0,89
2003	274.700	2,37
2004	286.577	4,32
2005	302.080	5,41

Fonte: Sasaki (2007).



No período de 5 a 7 de setembro de 2007, Belém sediou o 3º Congresso Brasileiro sobre o Movimento Dekassegui, abordando o tema “Amazônia: terra de oportunidades”, patrocinado pelo Sebrae e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando otimizar a aplicação de recursos enviados pelos *dekasseguis*, estimado em mais de 2 bilhões de dólares. O primeiro encontro foi realizado no período de 27 e 28 de outubro de 2005, na cidade de Maringá, Paraná, e o segundo, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2006. A crise financeira mundial que começou a desencadear em setembro de 2008 refletiu de maneira violenta no desemprego dos *dekasseguis* no Japão e na fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus, apoiada no Polo Industrial de Manaus, com pequena diversificação da economia.

Inserção da pimenta-do-reino na vida política, econômica e social da Amazônia

O progresso advindo da expansão dos pimentais, em Tomé-Açu, fez com que essa colônia, em 1959, fosse desmembrada de Acará e elevada à categoria de município. A luta pela emancipação iniciou-se em 1955, ainda durante o governo Zacarias de Assunção, tendo sido revogada pelo governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1889–1959) e criada pelo governador Luis Geolás de Moura Carvalho (1959–1961), pela Lei 1.725, de 17 de março de 1959, transformando-se no 60º município paraense, no dia 1º de setembro daquele ano (MEIO..., 1989; O SOL..., 1978).

Nas eleições de 15 de novembro de 1959, os irmãos Satoshi e Gilberto Fukushi Sawada foram eleitos os primeiros vereadores nisseis da Amazônia, seguidos de exemplos semelhantes nos anos posteriores. Em 15 de novembro de 1963, Gilberto Sawada (1922–1991) foi eleito prefeito de Tomé-Açu, sendo o primeiro nissei na Amazônia a assumir um cargo dessa natureza (LOUREIRO, 1978; PINTO JÚNIOR, 1989). Em 15 de novembro de 1960, o prefeito de Tomé-Açu, Ney Carneiro Brasil (1959–1963), efetua a cessão de 30 mil hectares para a Japan



Migration and Colonization Limited (Jamic) para a criação da segunda colônia, que recebe o primeiro grupo de imigrantes em 1962, com 114 pessoas e 25 famílias (CASTRO, 1979; SAKURAI, 2008).

Em 1963, a Fundação Elizabeth Sanders, sob a responsabilidade de Miki Sawada (1901–1980), adquire a Fazenda São Estevão, que fica nos fundos da atual Fazenda Nippaki, e encaminha sete jovens, em 1965, para a fracassada experiência de internamento de filhos ilegítimos de soldados americanos com japonesas.

Posteriormente, como prova desse processo de evolução política, o agrônomo Kiyoshi Okawa, formado na Esalq em 1961, natural de Itacoatiara, Amazonas, foi secretário de Agricultura do Estado do Acre em 1963. Fernando Yamada tornou-se secretário da Indústria Comércio e Mineração do Estado do Pará (1990–1991) (HARADA, 2008). Outros nisseis, como Teodoro Nagano (1993) e José Renato Ogawa Rodrigues (2014–2018), assumiram cargo de deputado estadual do Estado do Pará. Maçao Tadano (1940), paranaense de Cornélio Procópio, foi secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso em 1969 e deputado federal (1983/1986). No âmbito municipal, destaca-se o vereador Massami Miki (1962), em Manaus, já no quinto mandato, e diversos vereadores e prefeitos espalhados na região amazônica.

Entre os prefeitos que estão no cargo ou que já desempenharam o cargo, destacam-se Carlos Mário de Brito Kato (Santa Izabel do Pará), Sandra Miki Uesugi Nogueira (Igarapé-Açu), Sei Ohaze (Santarém Novo), Alberto Yoiti Nakata (São Domingos do Capim), Josehildo Taketa Bezerra (Tomé-Açu), Sérgio Hideki Hiura (Santo Antônio do Tauá) e Júnior de Sousa Otsuka (Grajaú).

Em 6 de maio de 2010, Jorge Yoshiaki Yanai (1948), médico paranaense, filho do *koutakusse* da quinta turma Masashi Yanai, estabelecido em Sinop, torna-se o primeiro nissei senador ao exercer o mandato no período de 6 de maio a 4 de setembro de 2010, eleito como segundo suplente. Os descendentes de japoneses tornaram-se médicos, agrônomos, dentistas, engenheiros, burocratas e professores universitários, sem falar nos diversos escalões da administração estadual e federal. Destacam-se os reitores Suelo Numazawa, da Universidade Federal Rural da Amazônia, e Minoru Martins Kinpara, da Universidade Federal do Acre, como exemplos de filhos de imigrantes locais e vindos de outros locais do País.



Do lado japonês, Saburo Chiba (1894–1979), que chegou a ser um dos diretores da Nantaku, tornou-se deputado pelo Partido Liberal e um dos fundadores da Associação Parlamentar Brasil-Japão. Sempre esteve ligado a Tomé-Açu e à questão amazônica. Morreu na cidade do México, em 1979, a caminho de Belém, onde ia participar dos festejos do cinquentenário da imigração japonesa na Amazônia, tendo suas cinzas sido enterradas em Tomé-Açu. Foi erguido um busto em sua homenagem na Praça Japão, na cidade de Tomé-Açu, no dia 11 de novembro de 1979, por ocasião dos festejos do cinquentenário.

Em 1955, a produção de pimenta-do-reino dos japoneses conseguiu atingir a autossuficiência nacional. Ao longo do tempo, observou-se a elaboração das normas com as especificações para a padronização, classificação e comercialização do produto, como o Decreto 1.209, de 20 de junho de 1962, posteriormente reformulado pela Lei 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que entrou em vigor pela Portaria 26, de 17 de janeiro de 1980 (NASCIMENTO; HOMMA, 1984). Em 29 de outubro de 1979, o presidente João Figueiredo (1918–1999), atendendo à exposição de motivos do ministro Saraiva Guerreiro (1979–1985), encaminhou mensagem ao Congresso Nacional para se tornar membro da Comunidade Internacional da Pimenta-do-reino, aberta a assinatura em Bangkok, Tailândia, no período de 16 de abril a 31 de agosto de 1971. Essa mensagem foi aprovada pelo Senado Federal, em setembro de 1980, passando o Brasil a compartilhar com Índia, Indonésia, Malásia e Madagascar e a vigorar com a criação do Decreto-Lei 86.230, de 28 de julho de 1981 (NASCIMENTO; HOMMA, 1984). Os objetivos principais do acordo eram coordenar e estimular as pesquisas sob os aspectos agrônômicos e os referentes à comercialização da produção entre os principais países produtores de pimenta-do-reino. Esse compromisso com os países produtores é o reflexo da importância que a pimenta-do-reino assumiu na pauta das exportações brasileiras, situando-se entre os dez principais produtos de origem vegetal. A busca de especiarias, que há cinco séculos culminou com o descobrimento da América e do Brasil, teve um sentido inverso quando, no final de 1981, Belém sediou a 7ª Reunião da International Pepper Community e, no período de 19 a 22 de outubro de 1982, a 10ª Reunião da International Pepper Community, que se repetiu em 1990 e em 1995.



Os animais, as plantas e as doenças trazidas do Velho Mundo exerceram papel preponderante na dominação das terras descobertas pelos navegantes a partir do século 15 (CROSBY, 1993). A partir do século 17, o melhoramento de plantas passou a despertar interesse como forma de atividade capitalista, procurando-se, dessa forma, melhorar as culturas existentes e introduzir outras novas. Isto aconteceu no caso da borracha, do café, do cacau, do chá, da banana, da cinchona e de outras espécies tropicais (MUNIZ, 1989; SMITH et al., 1992). Nessa troca de material genético, vale a lei do mais esperto, em que aqueles que conseguiram deter a primazia da aclimação, domesticação ou o melhoramento genético ganharam as vantagens e oportunidades de mercado. No momento em que se discute a grande riqueza da biodiversidade da Amazônia, esta se constitui apenas em recurso hipotético ou potencial, caso não sejam investidos recursos em pesquisa, visando identificar, domesticar, beneficiar, industrializar, entre outros, para se transformar, por exemplo, em produto medicinal. Dessa forma, não constituiu surpresa quando textos científicos começaram a relatar experimentos com ipecacuanha, importante planta medicinal em razão de seu componente ativo, a emetina, cultivada em Darjeeling, Índia (FRANZ, 1993). O sentido ético das introduções de recursos genéticos depende, portanto, do ponto de vista do país prejudicado ou beneficiado.

Os países asiáticos sempre fizeram grande restrição à saída de material genético de pimenta-do-reino, mas isso não impediu que o Dr. José Rubens Cordeiro Gonçalves, técnico do Ministério da Agricultura, do Estado do Pará, em viagem à Índia, conseguisse conduzir estacas para a Amazônia da variedade Panniyur, adquirida de um viveirista em Trichur, desenvolvida pela Pepper Research Station, localizada em Panniyur, Taliparamba, Estado de Kerala, em dezembro de 1976. Essa variedade se caracterizou por ter espiga mais longa comparada com a variedade Cingapura, introduzida por Makinossuke Ussui. No início da década de 1980, o Cpatu procedeu a novas introduções mediante consultoria do técnico indiano P.K. Venugopalan Nambiar (1924–1996) e visita de pesquisadores brasileiros àquele país, permitindo alargar a base genética, antes restrita a apenas uma variedade. Essas variedades foram aclimatadas no Cpatu, permitindo a sua distribuição entre os produtores a partir de 1981, com grande aceitação. Devem ser destacados os trabalhos de pesquisas com a cultura da pimenta-do-reino



iniciadas pelo Dr. Fernando Carneiro Albuquerque e que contou, mais tarde, com a participação da Dra. Maria de Lourdes Reis Duarte e, posteriormente, por outros pesquisadores ligados ao Convênio da Jica, ampliando a fronteira de conhecimentos científico e tecnológico sobre essa cultura (ISHIZUKA et al., 2003; SEMINÁRIO..., 2003).

O desenvolvimento de nova atividade produtiva é acompanhado também pela formação de estruturas de comercialização, como aconteceu com a juta nas várzeas amazônicas e com a malva na região do Nordeste Paraense. No caso da pimenta-do-reino também não foi diferente, pois uma rede de intermediação foi formada partindo dos produtores até os exportadores. Em 28 de janeiro de 1977, foi fundada a Associação Brasileira de Exportadores e Produtores de Pimenta-do-reino (Abep), com o objetivo de congregar produtores e exportadores a zelar pela qualidade do produto e a determinar políticas para o setor. O primeiro presidente foi Mário Tocantins Lobato, que administrou até dezembro de 1995, quando encerrou o mandato da 14ª diretoria, substituído por Hiroshi Okajima, que chegou ao Brasil ainda criança, no navio América Maru, em 1954, e mostrou a sua capacidade empresarial e de trabalho tornando-se proprietário do maior plantio de pimenta-do-reino no mundo, com mais de 300 ha contínuo em consorciamento com o mogno (*Swietenia macrophylla*, King), combinando com atividades de exportação e comércio. É interessante mencionar que, por ocasião da criação da Federação das Associações Rurais do Pará (Farep), em 8 de setembro de 1951, que seria o embrião da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), já constava a existência da Associação dos Plantadores de Pimenta-do-Reino, que era presidida por Anthodio de Araújo Barbosa (FEDERAÇÃO..., 2004). A Abep congrega interesses de pelo menos duas dezenas de exportadores, suas ações caracterizavam um oligopsônio disfarçado, procurando apropriar o máximo do excedente do produtor. Os interesses dos exportadores sempre são maiores que os interesses dos produtores, até que a crise dos preços, na década de 1990, levou à reivindicação quanto à isenção do ICMS. O governador Jader Fontenelle Barbalho (1983–1987; 1991–1994) concedeu a isenção de 13% do ICMS, no dia 28 de janeiro de 1994, pelo Decreto 2.278 (PARÁ, 1995), que foi prorrogado no dia 21 de dezembro de 1994, no final do governo de Carlos José Oliveira Santos (1994–1995), pelo Decreto 3.147, tornando-se assunto de solicitação para o governo de Almir José de Oliveira Gabriel (1995–1999; 1999–2003). Apesar de



a pimenta-do-reino ter seus preços formados no exterior, havia um acordo prévio quanto ao comportamento dos preços na próxima safra, obedecendo determinadas especificidades, tais como a presença de navio no porto de Belém, emissão de boatos a respeito da produção dos países produtores, das condições climáticas dos países produtores e do mercado, da área de abrangência de cada comprador, etc.

Em 1957, durante a euforia da expansão dos pimentais, estes começaram a ser atacados pelo *Fusarium*, até então uma doença inexistente nos pimentais, cujo efeito imediato foi a redução da vida útil (HOMMA, 1970d; NASCIMENTO; HOMMA, 1984). Denominada vulgarmente de “aids” da pimenta-do-reino, o aparecimento do *Fusarium* provocou grandes transformações na estrutura econômica e social dos plantadores de pimenta-do-reino. A partir do final da década de 1960, o produtor passou a ter pimentais com diversas faixas de idade para compensar as perdas com *Fusarium*. Verificou-se que, em razão do risco da doença e da redução da vida útil, os produtores de pimenta-do-reino, no Estado do Pará, durante a década de 1970, passaram a ter 50% de pimentais novos, como pimentais de risco (para compensar perdas futuras) e 50% de pimentais em produção (BARROS, 1990; HOMMA; MIRANDA FILHO, 1979; UNE, 1988). Foi uma fase em que o produtor passou a conviver com a doença e que mais tarde viria a perceber que o inimigo mortal da pimenta-do-reino era o preço, dada a dependência quase total com o mercado internacional.

A violenta expansão do *Fusarium* nos pimentais, a partir de 1970, provocou a transformação dessa cultura em uma cultura de subsistência (KITAMURA et al., 1983). A pimenta-do-reino passou a caminhar ao longo das rodovias abertas do Estado do Pará, produzindo ciclos de prosperidade nos municípios onde entrava, para depois de 8 a 10 anos declinar, apresentando uma curva de produção semelhante a um sino (expansão, estagnação e declínio). A lavoura de pimenta-do-reino, por ser altamente intensiva em mão de obra, significava uma pessoa empregada durante o ano para cada tonelada de pimenta seca colhida. A época da colheita significava o emprego de milhares de homens, mulheres e crianças, mobilizando o comércio local em uma intensa atividade (NASCIMENTO; HOMMA, 1984). Essa expansão coincidiu com a política rodoviária implementada na Amazônia, com a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, em 1960.



Em 1965, foi desativada a Estrada de Ferro de Bragança, mas a capilarização de vias rodoviárias no Nordeste Paraense permitiu que essa cultura ocupasse as antigas áreas de culturas alimentares. Isto ocorreu também ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e em Rondônia. Em novembro de 1972, foi aberta a Rodovia Tomé-Açu, conectando-se com a Belém-Brasília e, em 11 de dezembro de 1973, o governador Fernando Guilhon (1920–1976) inaugurou a Rodovia Tomé-Açu/Belém, quebrando a dependência do transporte fluvial e abrindo novas possibilidades de mercado, durante o seu governo no período 1971–1975 (CASTRO, 1979). A modernidade na Amazônia se transferia da dependência dos portos e das estações ferroviárias para as estações rodoviárias. A abertura da estrada trouxe também, como consequência, a perda da tranquilidade, com a entrada de migrantes, madeireiros e da pecuária. Em 1974, foi concluído o asfaltamento da Rodovia Belém-Brasília, permitindo o escoamento de produtos oriundos da diversificação das antigas e novas áreas de pimentais, principalmente de mamão-hawai e melão, exportados para os estados do Centro-Sul e do Nordeste. Alguns imigrantes japoneses se mudaram para os estados da Bahia e do Espírito Santo, para escapar da fusariose, que também acabou dizimando esses pimentais, como aconteceu com outros núcleos na Amazônia. Para complicar, em 1966, outra doença de menor gravidade, denominada de “vírus do mosaico-do-pepino”, passou também a afetar os pimentais. O Município de São Mateus, no Espírito Santo, tornou-se um grande produtor de pimenta-do-reino, cujo cultivo nasceu do sucesso de uma Unidade de Observação implantada em 1967 pela Associação de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (FASSIO; CASTRO, 2006).

A saída dos japoneses dessa “crise ecológica” foi a diversificação das atividades. Novas culturas, como o mamão-hawai e o melão, também introduzidas pelos japoneses, passaram a dominar o cenário agrícola, em uma atividade altamente intensiva no uso de insumos modernos (BARROS, 1990; FLOHRSCHUTZ, 1983; FLOHRSCHUTZ et al., 1983; HOMMA et al. 1994). A introdução do mamão-hawai, de consumo individual, substituindo os mamões de grande tamanho, de consumo familiar e com necessidade de guardar a parte não consumida, mudou o padrão de consumo nacional (KUGA, 1977). O desenvolvimento do cultivo do mamão-hawai, no Estado do Pará, deve-se a Akihiro Shirokihara (1923–), membro do movimento religioso Tenrikyo, nascido



no Japão, em 1838, preocupado com a situação dos japoneses às voltas com grandes prejuízos com a expansão do *Fusarium* nos pimentais e da instabilidade do mercado. Shirokihara esteve pela primeira vez no Estado do Pará em agosto de 1966 e, em junho de 1970, obteve sementes de mamão da variedade Sunrise Solo, desenvolvidas na University of Hawaii por Richard Airth Hamilton (1915–2006), permitindo que Azuma Maruoka (1911–), filho de Yoshitomo Mizoguchi (1878–), membro da igreja Tenrikyo, em 1971, obtivesse a primeira safra de mamão-hawai, no Município de Santo Antônio do Tauá. Em 1973, Narao Tamasu (1942–), Noburu Oya (1929–2000) e Hidehiko Fujiwara introduziram sementes de mamão diretamente do Hawaii, efetuando um grande plantio em São Francisco do Pará, cuja produção obtida em abril de 1974 teve grande aceitação no mercado de Belém e, a partir de 1975, no mercado de São Paulo (HISTÓRIA..., 2015). Por seus trabalhos na difusão do mamão-hawai, em 1984, Noburu Oya e Hidehiko Fujiwara receberam o Prêmio Kiyoshi Yamamoto (1892–1963), bem como Teruo Shimomaebara, de Castanhal, em 1993, pelos seus trabalhos com acerola. A ampla aceitação desse produto fez com que em pouco tempo surgissem áreas concorrentes na região Nordeste e em São Paulo, perdendo a competitividade do mamão paraense. Do ponto de vista da biodiversidade, a substituição do mamão-comum pelo mamão-hawai mostrou que o risco da perda de recursos genéticos é muito mais intenso nas espécies comuns do que nas espécies selecionadas. Enquanto as plantas nativas se caracterizam por serem poucas espécies, a variação das plantas domesticadas é muito maior e está sujeita a mudanças de mercado e de atividades.

Os imigrantes japoneses também se destacaram na introdução da acerola no Estado do Pará, que pode ser considerada a planta da década de 1990, introduzida no Brasil pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, por intermédio da docente Maria Celene Cardoso de Almeida (1926–2012), quando de seu regresso de um curso de especialização em Porto Rico, em 1958 (ARAÚJO; MINAMI, 1994). Os baixos preços da pimenta-do-reino, aliados à grande necessidade de mão de obra, provocaram também movimentos visando à sua substituição por outras culturas, como: a laranja, o dendê, a pecuária, o cupuaçu, o maracujá e outras fruteiras exóticas (SUBLER; UHL, 1990; TAKETA, 1982).



A preocupação do governo japonês com os produtores japoneses, abalados com a crise da doença nos pimentais, traduziu-se com a instalação do Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (Inatam), fundado em 1974 e reinaugurado com a presença do ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, em 5 de novembro de 1977. Além de tentar resolver o problema do *Fusarium* e da instabilidade do mercado, procurou alternativas agrícolas para os colonos japoneses em Tomé-Açu. Provavelmente, os governantes japoneses, por estarem preocupados com o alto custo dessa iniciativa e com a própria legislação brasileira, que não permite o funcionamento de instituições de pesquisas estrangeiras sem a participação de pesquisadores nacionais, foram compelidos a encerrar suas atividades e a entregar o patrimônio ao Cpatu, em 1985. Em 27 de junho de 1979, houve uma iniciativa por parte do deputado federal Osvaldo Brabo de Carvalho (1925), quando apresentou o Projeto de Lei no 1.439, visando à criação do Instituto da Pimenta-do-reino (IPR), com sede em Belém, PA, e jurisdição sobre as regiões Norte e Nordeste. O objetivo desse instituto seria promover o desenvolvimento tecnológico, a criação de cooperativas, a realização de estudos de mercado, e a garantia da qualidade e de preços justos para o produtor. Por se tratar de uma iniciativa paralela da Associação Brasileira dos Exportadores e Produtores de pimenta-do-reino, criada em 1977, esse projeto não foi aprovado. No início da década de 1980, houve também uma proposta de fundação do Instituto do Guaraná, pela senadora amazonense Eunice Mafalda Michilles (1929), a primeira mulher a ocupar esse cargo, durante sua gestão no período 1979 a 1987.

Considerações finais

Abandonada a euforia inicial da Nantaku de executar um grande projeto agrícola não bem definido, os japoneses se dedicaram ao plantio de hortaliças para o abastecimento de Belém. No caso do Estado do Amazonas, o fato de o núcleo colonial estar situado em Parintins, distante 435 km de Manaus, inviabilizou a produção de hortaliças, que só se efetivou com a imigração de pós-guerra, com o declínio da lavoura da juta e com a implantação das colônias de Bela Vista, em 1953, na Estrada Cacau Pirera-Manacapuru, e da Colônia Ephigênio Salles, com a chegada dos primeiros imigrantes em 1958, na Estrada Manaus-Itacoatiara.



No Estado do Pará, a expansão da cultura da pimenta-do-reino produziu um movimento oposto, levando ao abandono das atividades de hortaliças em favor da nova cultura muito mais rendosa. O abandono da produção de hortaliças coincidiu também com a abertura da Rodovia Belém-Brasília, abrindo o mercado de Belém para a entrada de produtos hortícolas, frangos, ovos, laranja, laticínios, entre outros, muitos deles produzidos por agricultores japoneses do sul do País, vinculados à Cooperativa Agrícola de Cotia, aumentando o risco dessas atividades.

A grande contribuição dos agricultores japoneses em Tomé-Açu foi a de introduzir, na Amazônia, os fertilizantes químicos e a mecanização agrícola, inaugurando a era do NPK. Num ambiente em que o recurso terra era abundante, o sistema tradicional da agricultura era o de derrubada e queimada, em um itinerantismo constante. Antes do sucesso da cultura da pimenta-do-reino, a cultura do arroz era a base principal da agricultura dos colonos japoneses. Nessa atividade, o procedimento adotado era semelhante ao dos agricultores nativos, consistindo na derrubada de matas, preparo do solo, semeadura, colheita e abandono das terras. Inclusive a terra para o cultivo do arroz era cedida pelo estado, daí o seu aproveitamento apenas durante o período propício. Os colonos japoneses de Tomé-Açu chegaram a ter 8 moinhos d'água para beneficiamento de arroz, com capacidade total de 24 mil sacas por ano. A experiência da imigração japonesa na Amazônia, bem como a dos colonizadores procedentes do centro-sul do País, mostraram que podem sofrer um processo de regressão técnica, em comparação com a região de procedência, adaptando-se a um novo conjunto de circunstâncias (BOSERUP, 1987). O impacto da expansão da lavoura de pimenta-do-reino no Estado do Pará foi o conflito entre o “novo”, que apareceu sob a forma de plantios racionais, utilização da mecanização, de insumos modernos e de crédito bancário, em contraste com o “velho”, representado pela agricultura tradicional. O “velho” foi agredido pelo “novo”, mas não foi substituído, criando um dualismo tecnológico (CONCEIÇÃO, 1990). Ocorreu um repasse das informações das formas de se trabalhar passando do pai para o seu filho, beneficiando as famílias e influenciando os vizinhos.



Apesar de no início ser uma cultura exclusiva de agricultores japoneses, rapidamente foi democratizada pelos produtores brasileiros, que passaram a absorver as técnicas de cultivo e beneficiamento. Essa expansão fez com que, em 1982, o Brasil alcançasse a posição de primeiro produtor e exportador mundial de pimenta-do-reino, desbancando tradicionais países produtores milenares dessa cultura. Isto comprovava mais uma vez a grande resposta dos produtores brasileiros a incentivos de preços e de mercados, causando, como consequência, um prejuízo coletivo. Numa época em que se discute na Amazônia a importância das reservas extrativistas e dos sistemas agroflorestais adotados pelos agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu, essa experiência não pode ser simplesmente copiada e imitada. As circunstâncias em que foram desenvolvidas, da cultura diferenciada, da sorte e do aproveitamento das vantagens emergentes mostram a singularidade da experiência e do aspecto temporário das atividades. Enquanto as propostas das reservas extrativistas, por exemplo, tendem a perpetuar essa atividade, a experiência dos japoneses na Amazônia mostra que as culturas têm um ciclo de vida determinado pelo mercado, em que não adianta insistir na sua permanência. Para culminar essa história, a tradicional Escola de Samba de Belém, o *Rancho Não Posso me Amofiná*, consagrou-se campeã do carnaval de 1995 com uma apologia sobre a pimenta-do-reino introduzida pelos imigrantes japoneses.

Capítulo 4

A movimentação de recursos genéticos na Amazônia





Introdução

Na Amazônia, a extração de recursos naturais tem sido o fulcro do seu comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. Assim, foi com o cacau (*Theobroma cacao* L.), que, na economia colonial, respondeu por até 97% do valor das exportações (1736). Foi assim também com a seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.), terceiro produto da pauta das exportações nacionais por 30 anos (1887–1917) e que atingiu o pico de participação em 1910, quando foi responsável por 39% das exportações, e novamente em 1945, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, ano em que representou 70% das exportações da região Norte. O pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) teve sua participação máxima nas exportações da região Norte em 1955, com 16%, e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* HBK), em 1956, com 71% (HOMMA, 2002b). Esses produtos seguiram as fases de expansão, estagnação e declínio, decorrente do esgotamento, domesticação, perda do poder de monopólio, destruição de estoques e aparecimento de substitutos. No contexto histórico, mudou-se das exportações de produtos extrativos vegetais para minerais.

A despeito da exaltação da magnitude da biodiversidade, os grandes mercados e a sobrevivência da população regional ainda vão depender dos produtos tradicionais, representados pela biodiversidade exótica, como o rebanho bovino e bubalino, cultivos como cafeeiro, dendezeiro, soja, milho, algodão, pimenta-do-reino, bananeira, juta, coqueiro, laranjeira, entre os principais. A biodiversidade nativa, como cacaueteiro, seringueira, pau-rosa, castanheira-do-pará, óleo de tartaruga, entre os principais, foram importantes no Brasil Colonial e nos primeiros anos da República, mas não conseguiram consolidar um modelo de desenvolvimento permanente. O capital extrativo desestimulou os plantios, pela falta de tecnologia, visão míope dos governantes, empresários e acadêmicos, levando à sua transferência para novos locais.

A crença na biodiversidade por descobrir está fazendo com que a biodiversidade do presente e do passado não esteja recebendo a devida atenção como alternativa para o desenvolvimento. Podem ser mencionadas as culturas do cacaueteiro,



cafeeiro (*Coffea* spp.), cupuaçuzeiro [*Theobroma grandiflorum* (Spreng.) Schum], maracujazeiro (*Passiflora edulis* Sims), dendezeiro (*Elaeis guineensis*), guaranazeiro (*Paullinia cupana* HBK), bananeira (*Musa* spp.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), pastagens, arroz (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), seringueira, entre as principais, todas com algum problema tecnológico, com amplas possibilidades de gerar renda e emprego e de reduzir os desmatamentos e queimadas.

Não se pode cair na ilusão da busca infrutífera da Fonte da Juventude que Juan Ponce de Leon (1460–1521) empreendeu ou do Eldorado no aproveitamento da biodiversidade da Amazônia. A transformação da biodiversidade para geração de renda e emprego exige metas concretas de identificação e domesticação de atuais plantas extrativas e outras por descobrir, efetuando plantios racionais e a verticalização da produção (BUCHALLA, 2002; RICUPERO, 2000). Os produtos extrativos que apresentam alta elasticidade de demanda, ou cujo excedente do produtor é totalmente captado pelos agentes produtivos, apresentam maiores chances de sua domesticação imediata. Nem todos os produtos extrativos vão ser domesticados: aqueles que apresentam grandes estoques na natureza, baixa importância econômica, existência de substitutos, dificuldades técnicas para o plantio e longo tempo para a obtenção do produto econômico terão maiores dificuldades para que se transformem em plantas cultivadas. Entretanto, não se pode esquecer as plantas já conhecidas como instrumentos concretos do desenvolvimento da Amazônia. A domesticação e a intensificação da agricultura nas áreas já desmatadas constituem a maior segurança para evitar a destruição dos recursos da biodiversidade amazônica.

Há uma ênfase com relação ao extrativismo vegetal como sendo a grande opção para a Amazônia, muito defendida pelos países desenvolvidos e pelos movimentos sociais. Quanto aos produtos extrativos que já atingiram o limite da capacidade da oferta ou estão em decréscimo, a insistência no extrativismo tende a prejudicar os produtores na busca de alternativas e os consumidores na obtenção de produtos a custo reduzido e de melhor qualidade. Alguns exemplos pontuais podem ser mencionados:



- A extração do pau-rosa, que já chegou a exportar 444 t (1951), em 2014 foi de 1.978 kg, mostrando o potencial que o desenvolvimento dessa cultura representa para a Amazônia, cujo valor poderia ser estimado em 100 milhões de dólares, sem incluir mais 6 milhões de dólares do similar sintético importado (HOMMA, 2014).
- Em 2011, o Brasil bateu o recorde de importação de borracha natural, atingindo a marca de US\$ 1.101,3 milhões (234,8 mil toneladas) contra US\$ 645,1 milhões (235,6 mil toneladas) em 2013 (ROSSMANN, 2014). Para suprimir as importações, já deveria estar em idade de corte um adicional de 200 mil hectares de seringueiras, que poderia gerar emprego e renda para 100 mil famílias de pequenos produtores. Não se descarta o pesadelo da entrada do mal das folhas no Sudeste Asiático (DAVIS, 1997).
- Na Amazônia Legal, destacam-se os plantios da Jari (1967) no Estado do Pará, da Amcel (1976) no Estado do Amapá, de reflorestamento com paricá no Pará, Maranhão e Tocantins, atingindo 87.901 ha (2012), de teca no Pará, Mato Grosso e Roraima (67.329 ha), de *Acacia mangium* em Roraima e de mogno-brasileiro e mogno-africano em diversos municípios da região (HOMMA, 2013, 2015).
- O Brasil é o maior exportador e terceiro produtor de carne de aves, segundo produtor e maior exportador de carne bovina e quarto produtor e exportador de carne suína. A liderança mundial nas exportações de carne de frango, bovino e suíno é obtida destinando-se 31% (2012), 19,6% (2013) e 15,1% (2013), respectivamente, da produção nacional. Em 2011, 56,1% da produção nacional de pescado foi de origem extrativa e 43,9% foi proveniente de criatórios, apresentando similaridade em nível mundial: 59,9% para extrativa e 40,1% para aquicultura. Ressalte-se que, no País, a produção de pescado não atinge 10% do que é produzido de carne bovina ou de frango. Há necessidade de promover uma revolução na piscicultura na Amazônia.
- Continua formação de nichos de mercados como as que se apresentam para cosméticos, fármacos e fruticultura, como açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), taperebazeiro (*Spondias mombin* L.), murucizeiro [*Byrsonima crassifolia* (L) HBK], tucumanzeiro (*Astrocarium vulgare* Mart), pupunheira (*Bactris gasipaes* HBK), uxizeiro [*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrecasas], jambu (*Spilanthes oleracea*), etc.



A movimentação de recursos genéticos na Amazônia

Após a descoberta do Novo Mundo por Cristovão Colombo (1451–1506), em 1492, iniciou-se a mesclagem dos ecossistemas mundiais à medida que os colonizadores europeus passaram a transportar milhares de espécies de plantas e animais de um lado para outro dos oceanos (MANN, 2007). Tanto que a grande maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros, como feijão, arroz, laranja, banana, hortaliças, ovos, frango, macarrão, café, pão, biscoitos e carne bovina e suína, é de origem exótica, trazida pelos europeus, africanos e asiáticos. A grande maioria dos produtos do agronegócio repousa também nas plantas e animais exóticos, como café, açúcar, álcool, laranja, algodão, soja, carne bovina e suína, pimentão-do-reino, entre dezenas de outros (MIRANDA, 2007).

Um conjunto de interesses prevalece na transferência de recursos genéticos, destacando-se em primeiro lugar o caráter de **economia potencial**. Destaca-se, portanto, a biopirataria ativa, como a que ocorreu com a seringueira no século 19, e a passiva, cujos prejuízos só serão percebidos em médio e longo prazo, uma vez que não apresentam importância econômica no momento.

Por causa das restrições ecológicas e do alto custo de mão de obra nos países desenvolvidos, é bem provável que esses países não se dedicarão ao plantio de espécies tropicais. Ante a desconfiança com relação à quantidade e à qualidade do material proveniente dos países subdesenvolvidos (qual a segurança de que as folhas, cascas de árvores, raízes, etc., sejam de determinada espécie vegetal?), há o perigo de que os países desenvolvidos passem a estimular esses plantios em outros países subdesenvolvidos, em bases controladas (CROSBY, 1993; SILVA, 1989). Aí esconde-se o real perigo dos países desenvolvidos transferirem recursos genéticos da Amazônia para países mais “obedientes”, tais como os da América Central, África ou Sudeste da Ásia, com clima tropical e com custo de mão de obra inferior.



Outro tópico refere-se à necessidade de qualificar os recursos da biodiversidade amazônica, sempre colocados em sentido amplo. Do ponto de vista econômico, os recursos da biodiversidade amazônica de maior interesse seriam as plantas medicinais, aromáticas, inseticidas e corantes naturais. No caso de plantas medicinais, aqueles relacionados às “doenças de pessoas ricas”, tais como câncer, colesterol, hipertensão, geriátricos, impotência, etc., teriam as maiores chances de retornos econômicos, ao contrário das “doenças da pobreza”, tais como diarreias, desnutrição, malária, esquistossomose, leishmaniose, cólera, mal de Chagas, etc., apesar do seu alto sentido social (FARNSWORTH, 1997; PILLING, 1999; WILSON, 1997). Se a exploração dos recursos da biodiversidade amazônica ficar restrita, por exemplo, à comercialização folclórica das vendedoras da Feira do Ver-o-Peso, em Belém, ou do mercado da angústia, decorrentes de pessoas desenganadas pela medicina convencional, dificilmente a Amazônia terá condições de transformar a sua biodiversidade em riqueza econômica, mas apenas em nichos de mercado (HOMMA, 2002b, 2005).

A região amazônica sempre se caracterizou por um intenso movimento de material genético, desde os primórdios de sua ocupação. Seria interessante efetuar um breve balanço dessa entrada e saída de recursos genéticos na região amazônica, para permitir ilações quanto ao futuro.

Entrada de material genético

Entre as principais **entradas** de material genético de potencial econômico na Amazônia merecem destaque:

- O padre D' Abbeville, que fez parte da expedição de La Ravardiere, em 1612, e passou 4 meses no Maranhão, cujo relatório foi publicado em 1614 e já mencionava a presença da bananeira na Ilha de São Luís (D' ABBEVILLE, 1975).
- Em 1622, verifica-se a entrada de bovinos “crioulos” (*Bos taurus*) procedentes da Ilha de Cabo Verde para Belém, iniciando a atividade pecuária na Amazônia.
- A cultura do café, do qual o Brasil é o primeiro produtor mundial e um ramo dessa planta com outra de fumo (*Nicotiana tabacum*) fazem parte do brasão da



República Federativa do Brasil, decorrentes das sementes de cafeeiro trazidas pelo sargento-mór Francisco de Melo Palheta (1670–1750), em 1727, de Caiena para Belém.

- A mangueira (*Mangifera indica* L.) cuja introdução é atribuída, em Belém, ao arquiteto genovês Antônio José Landi (1713–1791), em 1780, trazida da Bahia, local da sua primeira introdução, em 1700. É interessante frisar que o padre João Daniel (1722–1776), que viveu na Amazônia entre 1741 e 1757, já mencionava a presença de mangueiras na Amazônia (DANIEL, 2004).
- Em 1790, introdução no Estado do Pará da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) denominada “caiena”, que substituiu a cana “crioula”, sujeita a doenças e com um rendimento menor.
- O rebanho bubalino (*Bubalus bubalis*) nacional de mais de 1,6 milhão de cabeças, dos quais mais de 1 milhão encontram-se na região Norte, teve o mérito de sua introdução ao engenheiro Vicente Chermont de Miranda (1849–1907), que foi pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, efetivada em 1882, de matrizes provenientes da Guiana Francesa (CRISPINO et al., 2006).
- Os imigrantes japoneses foram responsáveis, na década de 1930, pela introdução de duas importantes atividades agrícolas: a juta (*Corchorus capsularis* L.) trazida da Índia, que teve o mérito de aclimação a Ryota Oyama (1882–1972), e a pimenta-do-reino de Cingapura, cujo mérito é atribuído a Makinossuke Ussui (1896–1993), ambas, então, possessões britânicas.
- O mangostão (*Garcinia mangostana*), considerado a “rainha das frutas”, foi introduzido, em 1942, por Felisberto Cardoso de Camargo (1896–1977), diretor do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), de mudas provenientes do Panamá, tornando-se produto econômico somente no início da década de 1980.
- Em 1942, Francisco Coutinho de Oliveira (1903–1961), técnico da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Pará, do Ministério da Agricultura, introduziu sementes de dendê (*Elaeis guineensis*) subespontâneos da Bahia e os plantou no Campo Agrícola Lira Castro, em Belém.
- O dendê-africano foi introduzido, em 1951, pelo IAN, procedente do Congo Belga, permitindo que, em 1965, a Sudam/IRHO desenvolvesse o projeto pioneiro da Denpasa na estrada de Mosqueiro, Município de Belém. O desenvolvimento da cultura do dendê, no Estado do Pará, colocou na posição de primeiro produtor nacional e com grandes perspectivas futuras.



- Em outubro de 1965, foi introduzida no Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean) a gramínea *Brachiaria humidicola*, procedente do Ibec Research Institute (IRI), de Matão, SP. Essa gramínea foi trazida da África Tropical por S. C. Schank para o IRI, procedente da Florida University. A partir de 1966, com o desenvolvimento da pecuária na Amazônia, diversas espécies de pastagens procedentes do continente africano, que apresentavam maior resistência ao pisoteio de grandes manadas e de clima seco, foram introduzidas pelas instituições de pesquisas regionais, nacionais e internacionais.
- O Projeto Jari, implantado pelo milionário americano Daniel Keith Ludwig (1897–1992) no final da década de 1960, introduziu diversas espécies madeireiras para a produção de celulose, destacando-se a gmelina (*Gmelina arborea* Roxb.), o eucalipto e o pinus (*Pinus* sp).
- A despeito da disseminação do *Fusarium solani* f. *piperi* nos pimentais do Estado do Pará, a existência de mercado e de preços internacionais, até então favoráveis, fizeram com que o Brasil alcançasse a posição de primeiro produtor e exportador mundial de pimenta-do-reino, em 1982. Isto conduziu à introdução clandestina de variedades mais produtivas da Índia durante a década de 1980, apesar das severas leis proibindo a saída desse material genético naquele país.
- A disseminação do *Fusarium* nos pimentais paraenses, além da instabilidade do mercado, fez com que os imigrantes japoneses e seus descendentes procurassem novas alternativas econômicas. Esse esforço levou à introdução de duas novas culturas: a de mamão-hawai (*Carica papaya* L.), variedade desenvolvida na University of Hawaii, em junho de 1970, por Akihiro Shirakihara (1923–?), pastor da Igreja Tenrikyo, introduzindo o hábito de consumo de mamão individual no País, e a do melão (*Cucumis melo*). Essas culturas perderam competitividade no Estado do Pará pelo deslocamento de sua produção para o Centro-Sul, mais próximo dos centros de consumo do País.
- A cultura de acerola (*Malpighia glabra* L.), amplamente disseminada na região amazônica e no Nordeste, deve-se a Maria Celene Cardoso de Almeida (1926–2012), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que trouxe as primeiras sementes, em 1958, de Porto Rico.
- O rambutã (*Nephelium lappaceum* L.), originário da Malásia, foi introduzido no Estado do Pará, pelo imigrante japonês Kohei Seko (1940), da Província de Shiga, sendo pioneiro na cultura dessa fruta, em Marituba, PA.
- A Noboru Sagakuchi (1933–2007) são creditadas as introduções de durian (*Durio zibethinus*) e lichia (*Litchi chinensis* Sonn.) (Malásia) em 1974, cedro-da-índia



(Tailândia) e canela (*Cinnamomum zeylanicum* Breyn) (Índia) em 1983, rambutã, durian, tsuku e langsat (*Lansium Jack*) (Malásia) em 1979 e marang (*Artocarpus odoratissimus* Blanco) (Filipinas) em 1999.

- A introdução da planta ornamental *Mussaenda alicia*, trazida da Malásia, na década de 1980, é creditada a Vicente Haroldo Figueiredo Moraes (1937–2008).
- Em 1994, o produtor Aniraldo P. Santos introduziu o nim (*Azadirachta indica* A. Juss), planta de origem indiana, no Município de Castanhal, PA. Outra planta de introdução recente é o noni (*Morinda citrifolia* L.), originária do sudoeste da Ásia e muito utilizada como planta medicinal, foi plantada pela primeira vez no Estado do Pará, no Município de Tomé-Açu, por Noboru Sagakuchi, em 2002.
- Entre outras culturas introduzidas pelos imigrantes japoneses e pelos institutos de pesquisa destacam-se a durian; a palmeira-da-índia (*Areca cathecu*); a *Acacia mangium*, como árvore para produção de carvão vegetal introduzida pelo Programa de Pesquisas Florestais (Prodepef), na década de 1970; e a teca (*Tectona grandis*), árvore asiática de alto valor comercial introduzida por empresas madeireiras, entre dezenas de outras espécies vegetais. Um fato curioso a destacar é o jambo [*Syzygium malaccensis* (L.) Merr. & Perry], que se tornou uma árvore incorporada à paisagem amazônica, apesar da origem indiana, e cuja história se perde no tempo (CAVALCANTE, 1991). A contribuição dos imigrantes japoneses na entrada de frutas e hortaliças asiáticas no País é bastante grande e faz parte do cotidiano da agricultura nacional. Além das plantas, nas últimas décadas ocorreram também diversas entradas de recursos da fauna exótica, como peixes, animais de criação, aves, etc.
- Apesar da ênfase que se está colocando quanto à saída de recursos genéticos que produzem bens úteis, existe também a possibilidade da transferência (intencional ou acidental) de recursos genéticos negativos, como aconteceu com a vassoura-de-bruxa [*Crinipellis pernicioso* (Stahel) Singer], fungo existente no cupuaçuzeiro, que passou a destruir os cacauais da Bahia, a partir de 1989, introduzido de forma criminoso (POLICARPO JÚNIOR, 2006a, 2006b). A entrada, em 1969, da ferrugem-do-cafeeiro (*Hemileia vastatrix* Berk. et Br.), fungo existente no continente africano que passou a atacar os cafezais no Brasil, e do bicudo-do-algodão (*Anthonomus grandis*), em 1983, um inseto que passou a causar graves prejuízos à economia algodoeira, ensejam até mesmo especulações de sabotagem quanto ao controle de mercado mundial desses produtos e para a venda de agroquímicos. Com a entrada da ferrugem-da-soja (*Phakapsora pachyrhizi*), em 2002, no Brasil, somente na safra 2003/2004, estimaram-se prejuízos da ordem de US\$ 2,1 bilhões, consequentes das perdas de produção



e dos gastos com o controle dessa doença. A introdução, a alguns anos, do caramujo-africano (*Achatina fulica* Bowdich) para fins comerciais, por criadores de *escargot*, e sua alta capacidade reprodutiva e a ausência de predadores naturais, bem como o fato de alguns criadores inconsequentemente soltarem seus exemplares na natureza ao desistirem da criação, estão entre as principais causas dessa rápida dispersão por vários estados brasileiros.

Saída de material genético

Deve ser mencionado que muitas plantas amazônicas foram e são exportadas na forma passível de reprodução, como a castanha-do-pará em casca, orquídeas, frutas regionais, peixes ornamentais, etc. Quanto à saída de material genético de potencial econômico da Amazônia continental, que se constitui em grande preocupação no momento, merecem destaque:

- A existência de vestígios de magníficas construções das civilizações maias, incas e astecas constitui indicadores de uma agricultura capaz de produzir grande excedente alimentar e de manter uma ativa organização social (VIETMEYER, 1988). Foram essas civilizações que legaram dezenas de plantas que se tornaram universais, como o tomate (*Lycopersicon* spp.), a batata-inglesa (*Solanum tuberosum*), o milho (*Zea mays*, L), o cacau, o fumo, o algodão (*Gossypium herbaceum*), bem como a domesticação de animais como a lhama (*Lama glama*) e a alpaca (*Lama pacos*).
- O fumo pode ser considerado como a primeira transferência de recurso genético do Novo Mundo, efetuada em 1492, por Cristovão Colombo.
- Em 1537, o explorador espanhol Gonzalo Jiménez de Quesada (1509–1579) descobriu a importância da “batata-inglesa”, plantada pelos indígenas do Peru desde 8000 a.C. e que foi levada para a Europa no final do século 18. Tornou-se uma importante base alimentar de diversos países europeus, fazendo com que, em 1846–1854, com o aparecimento de uma doença nos batatais da Irlanda, provocasse a morte por inanição de mais de 1 milhão de irlandeses e a migração de 1,5 milhão para os Estados Unidos.
- O cacau foi um importante recurso genético transferido, em 1746, por Louis Frederico Warneaux, para a fazenda de Antônio Dias Ribeiro, em Canavieiras, Bahia, e desse estado para o continente africano, e, mais tarde, para o Sudeste Asiático, tornando-se importante centro produtor nos seus novos locais de origem.



- Da mesma forma que na atualidade a Aids representa o maior desafio da medicina, a malária constituía um dos maiores flagelos da humanidade até a descoberta do quinino. Essa importância fez com que Richard Spruce (1817–1893), botânico inglês, com grande conhecimento sobre a Amazônia, fosse encarregado da coleta de mudas de cinchona (*Cinchona calisaya* Wedd. e *C. ledgeriana* R. et P.), de cujas cascas se extrai o quinino, em 1860, que foi levado para o Sudeste Asiático (SPRUCE, 1908). A Indonésia tornou-se um dos maiores produtores de quinino, que, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com a invasão do Sudeste Asiático pelas tropas japonesas, fez com que os americanos enviassem esforços no desenvolvimento do quinino sintético para atender às tropas americanas que combatiam no Pacífico, reduzindo a importância dessa planta (CAUFIELD, 1984).

No dia 29 de maio de 1876, o navio Amazonas saiu do porto de Belém levando 70 mil sementes de seringueiras coletadas no vilarejo de Boim, localizado na margem esquerda do Rio Tapajós, próximo de Santarém, por Henry Alexander Wickham (1846–1928), que contava 30 anos de idade e mudou o eixo da História da Amazônia. Isso fez com que *o boom* extrativista durasse enquanto cresciam as sementes levadas pelos ingleses para o Sudeste Asiático (HOMMA, 2003b). Em Belém, o cônsul inglês Thomas Shipton Green interferiu na Alfândega para liberação do navio. É comum a criação de histórias mirabolantes e até fantásticas na biopirataria, sempre enaltecendo o aspecto de aventura e de risco. Considerando que, em média, 250 sementes de seringueira pesam 1 kg, as 70 mil sementes de seringueira coletadas por Henry Alexander Wickham representariam menos de 300 kg, passíveis de serem escondidas com toda facilidade no interior do navio Amazonas, escapando da mais rigorosa fiscalização.

Em 14 de junho de 1876, as sementes de seringueira chegaram no Kew Garden, sendo entregues ao jardineiro-chefe R. Irwin Lynch. Foram plantadas e começaram a germinar no dia 26 de junho de 1876, chegando a produzir 2.397 mudas. Em agosto, as mudas foram enviadas para Ceilão e distribuídas nos Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para aclimação. No ano seguinte, procedeu-se ao plantio no Jardim Botânico de Cingapura e dali para Perak, na zona norte da península da Malásia.



Mais tarde, ao rememorar seu feito, Henry Alexander Wickham escrevia: “Mais uma vez a sorte nos favoreceu. Eu tinha ‘um amigo influente’ na pessoa do cônsul Green. Ele entendeu o espírito da coisa e me acompanhou numa visita ao barão do S..., chefe da ‘Alfândega’, e me apoiou enquanto eu explicava à Sua Excelência minhas dificuldades e ansiedade por ser o responsável pelos delicados espécimes botânicos destinados aos jardins reais de Kew, que se encontravam a bordo do navio ancorado no rio”. É interessante verificar que os brasileiros não conseguiram aprender o sentido histórico dessa transferência, comportando-se como as carpideiras nordestinas, lamentando essa perda. É provável que a escolha de Santarém para a seleção das sementes de seringueira tenha decorrido da presença de imigrantes americanos que tinham se estabelecido naquela região, em 17 de setembro de 1867, insatisfeitos com a derrota na Guerra da Secessão (SMITH, 1990).

Em 1881, as sementes de castanha-do-pará foram levadas da Amazônia para o Botanic Garden, de Cingapura (BURKILL, 1935). Em 1914, já se relatava a primeira frutificação da castanha-do-pará na Estação Experimental de Batu Tinga, na Península de Málaca (Malásia), e a existência em Sri Lanka e Trinidad e Tobago.

- Em época recente, as transferências de materiais genéticos podem ser testemunhadas por inúmeros textos científicos, técnicos e populares. Mencionam-se a presença da ipecacuanha [*Cephaelis ipecacuanha* (Brot.) A. Rich.], planta nativa em Rondônia, de cujas raízes se extrai o princípio ativo ementina, sendo cultivada em Darjeeling, na base dos montes Himalaia, na Índia (FRANZ, 1993).
- Destaca-se a saída de 35 mil sementes de seringueira, em 1981, coletadas nos estados do Acre, Mato Grosso e Rondônia, por meio do Acordo entre a Embrapa e a International Rubber Research Development Board (IRRDB), que foi repetido em 1994, com baixo êxito pelo pequeno percentual de sementes que conseguiram germinar (RUBBER RESEARCH INSTITUTE OF MALAYSIA, 1998). Em termos práticos, pode ser afirmado que essas trocas foram proveitosas para o País, uma vez que a heveicultura nacional depende de vários clones provenientes da Malásia. Em 1981, foi verificada também uma coleta de germoplasmas de dendezeiro nativo da Amazônia (*Elaeis oleifera*) para programas de melhoramento genético na Malásia, cujas trocas foram também benéficas para o País.



- O urucu (*Bixa orellana* L.) é outra planta que tem origem na América do Sul, na qual o Brasil é o primeiro produtor e o terceiro exportador mundial; o Quênia e o Peru disputam a posição de primeiro exportador. Em âmbito nacional, o Estado de São Paulo é o primeiro produtor nacional, seguido de Rondônia, Bahia, Pará e a Paraíba.
- A pupunha foi introduzida no Havai para fornecer palmito in natura ao mercado gourmet. Provavelmente, deve ter sido levado da Amazônia para Costa Rica, na década de 1980, e para Havai, na década de 1990, por pessoas radicadas no país, para desenvolver teses de pós-graduação.
- Na década de 1990, a venda de mudas de cupuaçu, sapota-do-solimões (*Matisia cordata* Humb. & Bompl.) e grumixama (*Eugenia brasiliensis* La M.), em viveiros de Miami, eram anunciados em publicações especializadas (WHITE; WHITE, 1996).
- Em 9 de janeiro de 2003, a organização não governamental Amazonlink descobre o registro de cupuaçu pelos japoneses, provocando uma grande discussão na mídia (Tabela 1).
- Em 1º de março de 2004, o Escritório de Marcas do Japão (JPO), em Tóquio, cancelou o registro como marca comercial do cupuaçu, solicitado pela multinacional japonesa Asahi Foods Co. Ltd. de Kyoto, Japão. Essa ação foi impetrada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Amazonlink, APA Flora e outros, protocolada em 20 de março de 2003. Em fevereiro de 2007, o Escritório de Marcas do Japão cancelou o registro como marca comercial do açaí que estava em poder de K. K. Eyala Corporation desde 2003.
- É bastante conhecido o interesse dos geneticistas em coletar variedades primitivas de milho, batata-inglesa e tomate ao longo da Cordilheira dos Andes; de abacate-mexicano (*Persea americana* Mill); na Amazônia, de seringueira, cacau, dendê, amendoim (*Arachis hypogaea* L.) e arroz-selvagem (*Oryza* spp), cujos genes seriam indispensáveis para programas de melhoramento genético para que possam aumentar a produtividade, resistência a pragas e doenças e outros atributos econômicos, constituindo nova faceta dessa transferência (ILTIS, 1997).

Tabela 1. Algumas patentes sobre produtos das plantas amazônicas requeridas em diversos países desenvolvidos.

Produto	Número de Patentes	Países
Castanha-do-pará	73	EUA
Andiroba	2	França, Japão, UE, EUA,

continua...

**Tabela 1.** Continuação.

Produto	Número de Patentes	Países
Ayahuasca	1	EUA (1999–2001)
Copaíba	3	França, EUA, WIPO
Cunaniol	2	UE, EUA
Cupuaçu	6	Japão, Inglaterra, UE
Curare	9	Inglaterra, EUA
Espinheira-santa	2	Japão, UE
Jaborandi	20	Inglaterra, EUA, Canadá, Irlanda, WIPO, Itália, Bulgária, Rússia, Coreia do Sul
Amapá-doce	3	Japão
Piquiá	1	Japão
Jambu	4	EUA, Inglaterra, Japão, UE
Sangue-de-drago	7	EUA, WIPO
Tipir	3	Inglaterra
Unha-de-gato	6	EUA, Polônia
Vacina-do-sapo	10	WIPO, EUA, UE, Japão

Fontes: Ciência... (2006), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2007), United States Patent Trademark Office (2007), World... (2007).

Transferência de recursos genéticos da Amazônia para outras áreas do País

Não obstante a preocupação com a saída de recursos genéticos da Amazônia para outros países, sensíveis prejuízos têm causado também a economia regional na movimentação de recursos genéticos para outras áreas do País. Nesse elenco, podem ser mencionados o cacau, em 1746; o guaraná, em 1933, com o plantio de 30 mudas na Estação Experimental de Água Preta, atual Escola Média de Agricultura da região cacauzeira, em Uruçuca, em que a Bahia concentra 75% da produção nacional, vindo a seguir o Estado do Amazonas, local de origem dessa planta, com 17%; o cupuaçu e o açaizeiro no Sudeste; a pupunha, que está se expandindo no Sul e Sudeste do País; a seringueira em São Paulo, Bahia e Mato Grosso, sem falar nas culturas exóticas que tiveram seu ponto de entrada na Amazônia, como cafeeiro, pimenta-do-reino, mamão-hawai, melão, bubalinos, peixes amazônicos, etc.



Essa movimentação ocorre também no sentido inverso, uma vez que a característica cultural dos migrantes é a de trazer recursos genéticos de seus locais de origem. É muito comum verificar, por exemplo, em vários municípios da Amazônia, árvores de gmelina, indicando que alguém naquela localidade esteve trabalhando no Projeto Jari e de plantas medicinais do Nordeste, etc. O interesse pelas plantas medicinais da Amazônia fez com que diversas instituições de pesquisa e agricultores se dedicassem ao plantio em outras áreas do País. Isso indica que a biopirataria de recursos genéticos da Amazônia pode ocorrer fora da região.

Em época mais recente, a transferência do jambu em 2002 para Pratânia, São Paulo, para atender ao mercado da Natura na fabricação do cosmético Chronos, ilustra a constante drenagem de recursos genéticos com prejuízos para a região amazônica.

A fragilidade da economia extrativa como convite para a biopirataria

A análise do processo histórico da humanidade evidencia que a economia extrativa apresenta grandes limitações. Desde quando Adão e Eva provaram a primeira maçã (*Malus* sp.) extrativa no Paraíso, o Homem verificou que não poderia depender exclusivamente da caça, da pesca e da coleta de produtos vegetais da floresta. Dessa forma, há 10 mil anos, quando se iniciou a agricultura, o Homem domesticou cerca de 3 mil plantas e centenas de animais, que constituem a base da agricultura mundial. Esse mesmo fenômeno ocorreu e está ocorrendo na Amazônia. Vejam as domesticações de cacau, seringueira, cupuaçu, guaraná, pupunha, jambu, andiroba, timbó, jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Staff.), coca (*Erythroxylum coca* Lam.), entre outros, na Amazônia (HOMMA, 2003a; 2003d, 2004b). Atualmente, toda a oferta de laranja (*Citrus sinensis* Osb.), banana, feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), tomate, carne bovina e frango são provenientes de plantios ou criações racionais. Naturalmente, existem dezenas de produtos, como a pesca, a madeira, o palmito e o fruto do açaí, a castanha-do-pará, entre outros, cuja oferta ainda é totalmente extrativa por



causa do estoque disponível. Mesmo para alguns animais considerados de difícil domesticação, já se fazem criações de peixes, javalis (*Sus scrofa scrofa*), rã-touro (*Rana catesbeiana*), tartarugas (*Podocnemis expansa*), camarão-de-água-salgada (*Penaeus* sp), camarões-de-água-doce (*Macrobrachium rosenbergii*), escargot (*Helix* sp), jacaré-do-pantanal (*Caiman crocodilus yacare*), ostras (*Pinctada* sp.) para produção de pérolas, sanguessugas (*Hirudo medicinalis*), avestruzes (*Struthio camelus*), emas (*Rhea americana*), codornas (*Coturnix coturnix*), etc.

Quando o mercado está em crescimento e o setor extrativo não consegue atender a domesticação, torna-se inevitável, desde que seja viável tecnologicamente. Enquanto o mercado for pequeno, o setor extrativo tem condições de sobreviver, caracterizando-se em muitos casos, na atualidade, para atender a nichos de mercado ou de produtos verdes (*green products*). Mas mesmo para os produtos verdes, com o processo de democratização desses produtos, é improvável a sua manutenção pela impossibilidade de atender ao crescimento da demanda.

Outro aspecto é a fragilidade da economia extrativa na qual se baseia a coleta da maioria das plantas medicinais, aromáticas, frutas, entre outros, na Amazônia. A economia extrativa se caracteriza por uma oferta rígida, determinada pela natureza, que, depois de atingir certa quantidade, não consegue atender ao crescimento da demanda. A escassez do produto e os altos preços constituem um estímulo e um convite para desenvolver plantios racionais desses recursos, que têm o início da sua domesticação nos quintais interioranos ou tendem a ser desenvolvidos fora da área de ocorrência do extrativismo.

Os progressos na biotecnologia e na agronomia estão mudando o ciclo, que se iniciava com a descoberta do recurso natural, economia extrativa, plantio domesticado e, para alguns, a descoberta do substituto sintético. A domesticação recente da pimenta-longa (*Piper hispidinervium*), pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e pela Embrapa, passou diretamente de recurso natural para o plantio domesticado; no caso do pau-rosa, diretamente do extrativismo para o substituto sintético.



A solução para evitar a biopirataria envolve a quebra dessa economia extrativa, efetuando investimentos integrais, visando à sua domesticação e aumentando a produtividade da terra e da mão de obra. Embora se tente colocar as reservas extrativistas como solução ideal para a Amazônia, esse modelo não apresenta nenhuma possibilidade futura em termos de atender ao crescimento de mercado, servindo apenas para comprar ou ganhar tempo, enquanto não surgirem alternativas econômicas.

Para transformar a biodiversidade na geração de renda e emprego, é necessário que a sociedade brasileira procure investir pesadamente na identificação desses recursos genéticos e de seus componentes, efetuar a sua domesticação, estimular plantios racionais, extrair seus princípios ativos, e efetuar seu patenteamento, conforme as circunstâncias. A existência de um parque produtivo local tende a desestimular que outros países efetuem esses plantios. Chama-se a atenção que a domesticação não se faz simplesmente plantando-se as sementes e/ou mudas de espécies vegetais encontradas na natureza, mas envolve vários anos de pesquisa para efetuar seu plantio racional (BRASIL, 1997; HOMMA, 1999d, 2002a).

Diversos produtos oriundos da biodiversidade amazônica estão sendo patenteados nos Estados Unidos, Japão e países da União Europeia. Não escapa, também, o registro como marcas, os nomes de frutas amazônicas, como cupuaçu e açaí. Muitas dessas patentes estão registradas desde o início da década de 1990, como é caso da copaíba [*Copaiba langsdorfii* (Desf.) Kuntze], na França e nos Estados Unidos. Somente com a vacina-do-sapo-verde (*Phyllomedusa bicolor*), existem 10 patentes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Há dezenas de outros casos semelhantes.

Possíveis acordos com países tecnologicamente mais avançados no estudo da biodiversidade não podem ficar restritos ao curto prazo estabelecido para a coleta e identificação, mas também ao longo prazo, fora do âmbito do contrato. Muitos produtos da biodiversidade perdem a sua importância, mas podem reaparecer depois de várias décadas e o conhecimento sobre a biodiversidade



é cumulativo e multiplicativo, extrapolando a dimensão do presente. Mesmo nas cláusulas comerciais de exportação do produto deveriam constar as possibilidades de repartição de possíveis descobertas futuras, mesmo fora do prazo do âmbito contratual.

A Medida Provisória 2186/16, assinada em 23 de agosto de 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, atendendo às pressões de ambientalistas, com regras para o acesso aos recursos genéticos “excessivamente restritivas”, constituiu em uma das razões do atraso na pesquisa e no desenvolvimento de produtos da biodiversidade. O ambiente de restrições surgiu em função das ameaças da biopirataria, restringindo a promoção de negócios sustentáveis como estratégia de conservação dos recursos naturais.

No dia 20 de maio de 2015, a presidenta Dilma Rousseff assinou a Lei 13.123/2015, que substituiu depois de 14 anos a MP 2186/16, que provocou grande atraso na pesquisa científica e no desenvolvimento de produtos da biodiversidade amazônica. Vem a grande pergunta com relação à Nova Lei da Biodiversidade. Ocorreram grandes avanços com relação ao texto da nova lei, mas persistem ainda equívocos com relação à repartição de benefícios econômicos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Há incongruências com relação à dinâmica extrativa, produtos que não serão obtidos do conhecimento tradicional, incorporação de plantas não conhecidas, a busca de genes ao invés de plantas, como ocorria no passado, o risco de ameaças para os investimentos realizados, a solução como populações tradicionais, entre outros. Mesmo com a nova legislação, persistem as dúvidas com relação ao conhecimento tradicional, a repartição de benefícios imaginários, a separação de benefícios complexos e indiretos, entre outros.

A falta de uma política concreta para os produtos da biodiversidade amazônica constitui uma grande limitação visando ao seu aproveitamento. Em 2002, ocorreu a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, sediado em Manaus, que teria como objetivo transformar a biodiversidade em riqueza para a população regional. A transferência para o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia



(Inmetro), no dia 16 de julho de 2015, constitui um retrocesso. O sucesso dos parques tecnológicos implantados nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, China, Índia, Finlândia, Irlanda, Espanha e nos estados sulistas do País estimulou a sua implantação em Belém, Marabá, Santarém e Manaus, a partir de 2008. Em 2009, foi criado o Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável, sediado em Belém, cuja ênfase é encontrar alternativas para os recursos da biodiversidade amazônica. O objetivo seria reunir a capacidade científica e tecnológica das universidades com as indústrias e instituições do governo, viabilizando novas alternativas produtivas.

Mudanças no ciclo de vida de recursos da biodiversidade

Os produtos da biodiversidade podem passar por diversos ciclos de utilização ao longo do tempo (BHAT, 1996; NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, 1975; SMITH et al., 1992). Procura-se listar alguns exemplos, no qual a importância do passado versus presente e do futuro podem ser completamente diferentes.

Até a primeira metade do século passado, o óleo de andiroba (*Carapa guianensis* Aublet) extraído na Amazônia foi utilizado para iluminação das casas interioranas e das casas de Belém. Até o início da Segunda Guerra Mundial, havia grandes indústrias na cidade de Belém que se dedicavam à extração de óleo de andiroba, o qual era utilizado para fabricação de sabonetes, para movelaria e para indústria farmacêutica. Desde os primórdios, era amplamente utilizado na medicina popular da Amazônia (HOMMA, 2003d).

Na última década, reacendeu a importância do óleo de andiroba para a indústria de cosméticos, farmacêutica e como repelente de insetos, atraindo a cobiça de grandes indústrias farmacêuticas, como a Rocher Yves Biolog Vegetale, que registrou, em 28 de setembro de 1999, na França, Japão, União Europeia e Estados Unidos, a patente sobre a composição cosmética ou farmacêutica contendo extrato de andiroba.



O jaborandi, planta produtora de pilocarpina utilizada no tratamento de glaucoma, que sempre se constituiu no monopólio da Merck S.A. Indústrias Químicas, apoiou-se na coleta extrativa. À medida que os estoques dessa planta passaram a se esgotar, essa indústria implantou um plantio racional de 500 ha em Barra do Corda, no Maranhão, com colheita mecanizada e utilizando irrigação com pivô central, tornando-se autossuficiente em 2002 e desorganizando o setor extrativo (HOMMA, 2003a). O recente crescimento do uso de jaborandi para xampus tem pressionado ainda mais para a destruição dos estoques dessa planta na Amazônia. Em 2009, a Divisão de Produtos Naturais da Merck foi adquirida pela Quercegen Agronegócios 1 Ltda., braço da Quercegen Pharma, sediada em Massachusetts, Estados Unidos, que passou a enfatizar o plantio de fava-d'anta e uncária [*Uncaria tomentosa* (Willd. ex Roem. & Schult.) DC.], além do jaborandi. A fava-d'anta e a uncária são utilizadas para a produção de quercentina, um poderoso antioxidante, anti-inflamatório e com capacidade imunológica.

O extrativismo de muitas plantas medicinais, como a salsaparrilha-do-pará (*Smilax papiracea*), que era utilizada para o tratamento de sífilis, a cinchona para tratamento de malária, etc., foram substituídas com o progresso da indústria farmacêutica e da medicina. A descoberta do *Viagra* para a cura da impotência masculina tem reduzido a matança de animais e a utilização de plantas empregadas na medicina tradicional e popular na Ásia (VON HIPPEL; VON HIPPEL, 2002, 2004; VON HIPPEL et al., 2005).

O timbó, cuja comercialização foi incentivada nos estados do Amazonas e Pará, passou a ter interesse comercial pelo decênio de 1931 a 1940, a partir do interesse, em Manaus, manifestado pelo cientista, médico e botânico alemão N. Schmidt, de Wiesbaden, que examinou as raízes do vegetal para usá-lo como inseticida para as pragas da lavoura. O interesse local foi manifestado pela firma Booth & Cia Ltda. (BRAGA, 2007). O extrativismo da raiz de timbó [*Derris nicou* (Aubl.) Macbr. e *D. urucu* K. et Sm.] teve importância econômica até o advento da utilização do DDT, efetuado em 1939, pelo suíço Paul Hermann Müller¹ (1899–

¹ Prêmio Nobel de Fisiologia, em 1948.



1965), e de outros inseticidas sintéticos (HOMMA, 2004b). O seu declínio, além da competição com o aparecimento do DDT, estava relacionado, também, com a redução dos estoques mais acessíveis nos estados do Pará e Amazonas. No caso do timbó, ocorreu a perda de dezenas de variedades que foram selecionadas pelos americanos, ingleses, japoneses e peruanos. Uma variedade de timbó-asiático (*Derris elliptica*) foi introduzida pelos imigrantes japoneses em Parintins, para servir como inseticida e adubo verde (LIMA; COSTA, 1998).

O extrativismo do timbó mostra o ciclo que muitas plantas potenciais da biodiversidade amazônica poderão seguir no futuro. São transformados em recursos econômicos, expandem a sua extração ou são domesticados e, depois, podem desaparecer com a competição de novos produtos e deslocamento para novas áreas produtoras, desaparecem e podem reaparecer novamente com novos usos. A descoberta de substitutos sintéticos afetou o extrativismo do timbó e a disseminação dos seus plantios racionais.

É interessante mencionar que, nas décadas de 1930 a 1940, as pesquisas agrônômicas e químicas com timbó tiveram um grande avanço, em Belém, no Instituto Agrônômico do Norte, no Peru, em Porto Rico e nas possessões britânicas e holandesas na Ásia. Toda essa memória técnica com relação a essas variedades foram perdidas, indicando que não somente a biodiversidade por descobrir corre risco de desaparecimento, mas também a biodiversidade do passado e do presente. Muitas culturas alimentares, como o feijão, o milho e a mandioca, pela diversidade que existe, com a modificação do mercado, a substituição de culturas tradicionais por culturas de exportação, a expansão de novas atividades, o processo de urbanização, a perda da diversidade cultural com a extinção de espécies que fazem parte de hábitos religiosos ou do folclore, entre outros, correm sérios riscos de desaparecimento, cuja multiplicidade é muito maior do que a dos ancestrais que deram origem, com base mais estreita. A disseminação do consumo de mamão-hawai levou também ao desaparecimento de mamões grandes consumidos anteriormente à década de 1970 e que poderão ser importantes para o futuro.



A implementação do Novo Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) com a recuperação das Áreas de Reserva Legal (ARL) e de Preservação Permanente (APP) induzirá o plantio de espécies extrativas (castanheiras, cumaruzeiros, bacurizeiros, etc.) e depois incorporadas na vegetação secundária, criando uma modalidade de *extrativismo domesticado* (HOMMA, 2014).

A transformação de ervas daninhas, como ocorreu com a malva com a introdução da lavoura da juta e da vassourinha-do-campo (*Baccharis dracunculifolia*), que infesta as pastagens para a criação de abelhas para a produção de própolis-verde, constitui exemplo para o qual a Lei 13.123 (Nova Lei da Biodiversidade), de 20 de maio de 2015, regulamentada pelo Decreto 8.772 de 11 de maio de 2016, revela ser inócua (MATIAS, 2015).

Capítulo 5

Tomé-Açu, uma experiência de desenvolvimento agrícola nos trópicos





Introdução

O Município de Tomé-Açu, situado na mesorregião Nordeste Paraense, à margem esquerda do Rio Acará, ocupa área de 5.179,2 km². Nessa região, os pequenos produtores vêm instalando plantios de culturas perenes associados com culturas de ciclo curto ao longo do tempo, utilizando e adaptando tecnologias da colônia nipo-brasileira. A cultura da pimenta-do-reino se destaca como atividade central, a qual, atualmente, se encontra num processo de transformação com o crescimento da fruticultura.

A experiência da imigração japonesa em Tomé-Açu e seu modelo de desenvolvimento agrícola para as condições da região amazônica têm despertado grande interesse da área acadêmica (EDIÇÃO..., 1999; FLOHRSCHUTZ et al., 1983; HOMMA, 2004a, 2006; HOMMA et al., 1995; PARÁ, 1995; RELATOS..., 1967; TEIXEIRA, 1997; YAMADA, 1999). O amplo debate que se polarizou com relação às reservas extrativistas, a partir da década de 1980, resultou também na vertente que passou a enfatizar os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como modelo ideal para a Amazônia. Os SAFs têm sido considerados como uma solução para promover o desenvolvimento rural das áreas tropicais. Entre as vantagens dos SAFs incluem-se aquelas que promovem menores impactos ambientais.

Os SAFs, em teoria, assegurariam a sua sustentabilidade econômica e ambiental e com isso poderiam reduzir os desmatamentos e queimadas, assim como a migração de produtores na Amazônia. A queda na produtividade seria mais lenta, reduzindo, dessa forma, a frequência da migração para novas áreas.

Os SAFs implantados na colônia nipo-brasileira de Tomé-Açu decorreram da busca de alternativas com a disseminação do *Fusarium* nos pimentais, que surgiu timidamente em 1957, passando a devastar os plantios a partir da década de 1970, e da queda de preços decorrente da expansão desordenada dos plantios. A expansão dessa lavoura demonstrou a capacidade de resposta dos agricultores paraenses aos sinais de mercado e preços favoráveis. Nos anos 1980 a 1983, o Brasil liderou a produção mundial de pimenta-do-reino e nos anos de 1980 a 1982 e em 1984 alcançou a posição de maior exportador mundial de pimenta-do-reino,



graças à produção paraense. Em apenas 50 anos após a sua reintrodução, o Brasil ultrapassou milenares produtores dessa especiaria, como a Índia, a Indonésia e a Malásia (PRUTHI, 1979; PULSEGLOVE et al., 1981; RONSENGARTEN JÚNIOR, 1973). Em 1991, o Brasil alcançou a máxima produção nacional de pimenta-do-reino, com 50 mil toneladas, e, em 1981, exportou a quantidade máxima, com quase 47 mil toneladas.

A busca de alternativas econômicas fez com que sistemas consorciados, em rotação e sequencial, com cultivos perenes e anuais, fossem implantados, visando aproveitar áreas antes, durante e depois do plantio da pimenta-do-reino (HOMMA, 1998b, 2000). Essa profusão de culturas e combinações tornaram, com foco no mercado, a proliferação de dezenas de SAFs nos municípios ao redor de Tomé-Açu ativos, desativados e outros desapareceram. A dinâmica dos SAFs na colônia nipo-brasileira de Tomé-Açu teve como eixo principal a cultura da pimenta-do-reino, cuja permanência depende do mercado e de eventos como pragas e doenças, realçando a importância do contínuo desenvolvimento de novas alternativas econômicas. Há um processo de produção coletiva de conhecimento tecnológico baseado em observações e que são democratizados entre os membros da colônia (KANIYOTI, 2000). O capital social representado pela organização em torno da cooperativa e o nível educacional e a aglutinação para resolver os problemas coletivos constituíram razões para superar as dificuldades desde a implantação da colônia, em 1929 (PUTNAM, 2005).

A cultura da pimenta-do-reino mostrou a capacidade de resposta dos agricultores japoneses e brasileiros quando as condições de preços e mercados são favoráveis. Mostrou também o alto custo ambiental das atividades agrícolas na Amazônia, pela contínua incorporação de novas áreas, fugindo do espectro das doenças e do crescimento do mercado, da grande demanda de estacas para servirem de tutores e de práticas de uso de solos não recomendáveis.

A região amazônica não se cansa de procurar a sua vocação econômica, muitas têm sido as tentativas de fazer dessa região tropical um polo de desenvolvimento agrícola. A introdução da pimenta-do-reino na Amazônia foi uma experiência singular que os novos ventos do ambientalismo tendem a reavaliar, com vistas a reduzir o seu passivo ambiental. A plena compreensão das lições do passado é



importante para determinar os rumos para inserir a lavoura da pimenta-do-reino em bases mais sustentáveis.

Apesar de a introdução da pimenta-do-reino em escala comercial ser creditada aos imigrantes japoneses, em Tomé-Açu, em 1933, por Makinossuke Ussui (1896–1993), a sua presença no País remonta aos primórdios do Brasil Colônia. Em 1819, Jean Baptiste von Spix (1781–1826) e Karl Friedrich Philipp von Martius (1794–1868), na sua viagem pela Amazônia no período de 1818–1820, observaram a existência de pés de pimenta-do-reino nos quintais de Belém, trazidos pelos jesuítas de Timor e Macau e levados para a Bahia. Spix e Martius (1981) mencionam a grande transferência de recursos genéticos provenientes da Guiana Francesa para o Estado do Pará, decorrente da invasão punitiva das tropas francesas a Portugal em 1808. Mas foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com a destruição dos pimentais da Malásia e da Indonésia e com estímulo forçado para a produção de alimentos para atender às tropas de ocupação japonesa, que os preços da pimenta dispararam, levando a euforia sem precedentes para a colônia de Tomé-Açu, como o ciclo da pimenta-do-reino.

Os ciclos econômicos da pimenta-do-reino

Primeira fase

Apesar de ser uma cultura introduzida desde 1933 pelos imigrantes japoneses na colônia de Tomé-Açu, teve o seu crescimento acelerado a partir da década de 1950, favorecido pelo mercado de pós-guerra, decorrente da destruição dos pimentais do Sudeste Asiático pelas tropas de ocupação japonesa. Caracteriza-se pelo monocultivo, por ser plantio exclusivo de colonos japoneses e seus descendentes e pelos altos preços internacionais.

O cultivo da pimenta-do-reino inaugurou a agricultura de NPK e de mecanização agrícola na Amazônia, com plantios racionais, antes vislumbrados apenas nos plantios de seringueira da Ford Motor Company na região de Santarém, com a economia fortemente apoiada na coleta de produtos extrativos e de roça de derruba e queima.



Segunda fase

Na década de 1960, a economia da pimenta-do-reino teve forte impulso em razão da democratização da cultura com o crescimento de médios e grandes agricultores brasileiros e sua expansão no Nordeste Paraense, nas margens das estradas existentes, em especial na microrregião Bragantina. O aparecimento do *Fusarium*, em 1957, teve consequências no processo produtivo, causando a redução da vida útil dos pimentais e implicando na sua constante renovação, e na procura de novas áreas. As principais características da segunda fase foram a democratização do cultivo da pimenta-do-reino entre os produtores locais, a redução da vida útil das pimenteiras decorrentes da expansão do *Fusarium*, a mudança espacial das áreas de plantio à medida que a doença se expandia, mantendo-se pimentais em produção e pimentais em crescimento, visando à sua substituição e à convivência com a doença.

Terceira fase

No período que vai de 1970 a 1978, a expansão procurou se adaptar ao primeiro choque do petróleo, em 1973, com a integração de culturas e o abandono do monocultivo da pimenta-do-reino (NOGUEIRA, 1973; STANIFORD, 1973a, 1973b; TSUCHIDA, 1978; TSUKAMOTO, 1973). Houve um interesse muito grande pelos produtores no sentido da diversificação das atividades, havendo a introdução e a expansão de culturas como o mamão-hawai (*Carica papaya*) e o melão (*Cucumis melo*), bem como de plantios de cacaueteiro (*Theobroma cacao*), maracujá (*Passiflora edulis*), dendezeiro (*Elaeis guineensis*), entre as principais (HOMMA; MIRANDA FILHO, 1979; NASCIMENTO; HOMMA, 1984). A política agrícola em vigor favorecia com crédito rural e aquisição de insumos agrícolas a juros subsidiados. Mesmo a despeito da expansão do *Fusarium*, a produção de pimenta-do-reino apresentava grande crescimento.

Quarta-fase

A marca dominante deste período (1979–1982) é que o Brasil chega a ser o primeiro produtor mundial de pimenta-do-reino, bem como o maior exportador, refletindo, contudo, a perda de fôlego com o segundo choque do petróleo, em 1979 (FLOHRSCHUTZ, 1983; TAKETA, 1982). No setor produtivo, como



reflexo da conjuntura econômica nacional e mundial, os preços da pimenta-do-reino começam a decrescer, sobem os preços dos insumos agrícolas, e ocorre a redução do crédito rural. Outros reflexos no setor produtivo se fazem sentir com a adoção da pecuária, de culturas alimentares e, na microrregião Bragantina, da expansão do algodão (*Gossypium* spp.).

Quinta fase

No período que vai de 1983 a 1987, com os baixos preços no mercado internacional e as mesmas limitações do período anterior, são acrescentadas as altas taxas inflacionárias que levaram à estagnação do setor, sobretudo no segmento de médios e grandes produtores de pimenta-do-reino. Esse aspecto fez com que a produção de pimenta-do-reino apresentasse um decréscimo na produção e na exportação. O cacau e o mamão atingem o máximo de participação no valor da produção comercializada, em 1983, com 19,42% e 14,16%, respectivamente (Tabela 1). Como uma parte da produção é entregue para compradores avulsos e existem não cooperados, esses dados são subestimados, mas representam uma amostra da atividade agrícola comercial no Município de Tomé-Açu.

Sexta fase

Compreende o período de 1988 a 1991. Com a continuação do quadro recessivo nacional, a expansão dos pimentais envolveu o segmento de pequenos produtores que, dependendo de mão de obra familiar e da pouca utilização de insumos modernos, apresentava alguma competitividade (BARROS, 1990; SUBLER; UHL, 1990; TSUNODA, 1988; UNE, 1988). A cultura da pimenta-do-reino se transformou em uma espécie de agricultura de subsistência, com a expansão e o seu desaparecimento após a entrada do *Fusarium*, nas diversas áreas espaciais. Um fato importante a destacar é que, apesar da crise, idêntica àquela verificada em 1982, a produção e a exportação de pimenta-do-reino atingem novo recorde mundial em 1991.



Tabela 1. Porcentagem na participação do valor da produção comercializada entre os cooperados da Camta, 1974–1987.

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Pimenta-do-reino	99,17	96,17	89,58	78,98	77,21	76,84	73,04	70,41	49,90	46,71	66,59	75,84	79,14	78,42
Maracujá	0,03	2,22	4,56	11,03	16,78	11,63	6,66	6,06	14,16	13,80	7,50	5,28	7,73	7,25
Cacau	0,47	0,95	1,26	6,16	4,15	8,06	15,02	14,37	13,89	19,42	14,65	12,19	7,97	10,52
Melão	0,33	0,66	4,43	3,30	0,99	1,25	0,27	0,38	0,97	0,51	0,20	0,16	0,06	0,01
Mamão	-	-	0,17	0,53	0,69	0,86	2,99	4,78	11,97	14,16	6,80	2,48	0,93	0,55
Pimentão	-	-	-	-	0,18	0,54	0,34	0,82	1,15	0,79	0,17	0,37	0,15	0,05
Ovo	-	-	-	-	-	-	0,91	0,92	1,06	1,04	0,54	0,51	0,75	0,45
Feijão	-	-	-	-	-	-	-	0,68	0,82	-	-	-	-	-
Milho	-	-	-	-	-	-	-	-	2,71	0,13	-	-	-	-
Borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,80	0,67	1,12	0,96	0,59
Cupuaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12	0,26	0,31	0,45	0,96
Limão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06	0,63	0,61	0,46	0,31
Dendê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,36	0,38	0,27	0,25	-
Abóbora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,55	0,47	0,55	-
Graviola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,34	0,14	0,32	0,33
Abacate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12	0,03	0,04	-
Pepino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-
Outros	-	-	-	-	-	0,82	0,77	1,58	3,37	2,10	0,60	0,22	0,11	0,56
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Homma et al. (1995).



Sétima fase

Período que vai de 1992 a 1999 e se caracteriza pela crise no setor decorrente dos baixos preços internacionais. Os grandes produtores passam a negligenciar tratamentos culturais, levando ao abandono de pimentais e abrindo espaço para pequenos produtores, que apresentam maior capacidade de sobrevivência decorrente da baixa utilização de insumos modernos e do emprego de mão de obra familiar (MARGOLIS, 1992). Em 1993, o valor da produção comercializada de pimenta-do-reino atinge o menor valor de participação, com 12,17% (Tabela 2). As pressões ambientais começam a refletir na expansão das pimenteiras, afetando a incorporação de novas áreas de floresta densa, e a obtenção de moirões de madeiras duras que conduziram à sua extinção, levando a trazê-los de locais distantes. Um fato novo que passa a despontar é o avanço da fruticultura em face da visibilidade das frutas amazônicas no contexto nacional e internacional, proporcionada pela questão ambiental. A produção comercializada de maracujá, em 1993, atinge o seu apogeu com 49,94% e a de acerola, em 1994, atinge 26,10%.

Oitava fase

A partir de 2000, ocorre a alta de preços da pimenta-do-reino decorrente da desvalorização cambial de 14 de janeiro de 1999. Há um recrudescimento nos financiamentos de novas áreas de pimentais no Estado do Pará, com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), que passaram a ter reflexos nos anos subsequentes, refletindo na queda dos preços já a partir de 2002 (HOMMA, 2004a, 2006). Os altos preços da pimenta-do-reino trouxeram insegurança aos produtores em razão de roubos nas propriedades e durante o transporte da pimenta-do-reino, e até de assassinatos de produtores japoneses. Os pequenos produtores de pimenta-do-reino passam a incorporar cultivos de fruteiras perenes, como o cacauieiro, o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) e o açazeiro (*Euterpe oleracea*), bem como fruteiras anuais como o maracujazeiro, aproveitando as estacas das pimenteiras, antes ou após a morte delas. O destaque no valor da produção comercializada é para pimenta-do-reino (54,61%), polpa de cupuaçu (27,04%) e polpa de açaí (19,59%), em 2000; chegando a 48,73% (açaí), 11,30% (pimenta-do-reino) e 6,45% (cupuaçu), em 2006 (Tabela 3). A busca de novas alternativas futuras diz respeito à expansão de bacurizeiros (*Platonia insignis*) e uxizeiros (*Endopleura uxi*) enxertados, que deverão tornar-se novidades para as próximas décadas, com a substituição gradativa do extrativismo.



Tabela 2. Percentagem na participação do valor da produção comercializada entre os cooperados da Camta, 1988–1999.

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Pimenta-do-reino	82,07	80,75	59,36	50,53	21,63	12,17	37,20	47,97	34,87	34,67	44,77	46,92
Maracujá	7,20	7,27	23,13	35,70	32,72	49,94	23,80	7,98	20,06	13,43	8,34	7,71
Cupuacu	1,23	3,00	8,30	2,76	7,68	3,98	6,80	21,80	18,03	20,19	16,50	15,14
Acerola	-	-	1,73	2,08	21,22	23,09	26,10	16,47	19,95	16,51	10,10	7,15
Açaí										3,00	9,16	8,79
Abacaxi										2,50	2,26	1,83
Graviola	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-	3,22	1,00	3,24
Taperebá										2,01	2,98	3,46
Caju										1,50	1,56	2,30
Goiaba										1,67	1,93	2,33
Carambola												
Muruci												
Polpa de cacaú												
Bacuri												
Outras polpas							1,00	2,70	5,58	0,65	1,23	1,10
Cacaú	7,61	6,49	5,59	8,43	13,89	8,72	4,90	2,82	1,47		0,15	0,02
Mamão	0,29	0,38	0,30	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovo	0,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracha	0,66	0,23	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limão	-	0,68	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dendê	-	0,40	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-

continua...



Tabela 2. Continuação.

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Cardamono	-	-	-	-	0,02	-	-	-	-	-	-	-
Baunilha	-	-	-	-	0,39	0,18	-	-	-	-	-	-
Acerola verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caroço de cupuaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	0,58	0,80	0,96	0,49	2,45	1,82	0,20	0,26	0,03	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Homma et al. (1995) para o período 1988-1994.



Tabela 3. Percentagem na participação do valor da produção comercializada entre os cooperados da Camta, 2000–2013.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pimenta-do-reino	54,61	49,30	32,89	31,54	25,83	18,40	11,30	16,38	28,11	27,97	21,16	22,28	36,12	22,38
Maracujá	5,46	5,60	8,35	6,73	6,83	2,00	2,41	3,00	5,01	1,40	4,91	5,74	2,04	2,61
Cupuaçu	12,27	9,31	10,45	9,48	9,98	7,78	6,45	6,76	9,28	8,58	10,87	7,42	5,56	5,16
Acerola	4,43	4,69	5,70	6,26	6,96	8,10	6,01	5,38	5,79	6,53	7,43	6,17	5,15	4,60
Açaí	8,89	8,19	8,71	16,20	20,70	27,99	48,73	46,26	20,76	24,12	27,91	20,80	21,51	42,46
Abacaxi	1,72	1,37	0,74	1,71	2,46	2,68	2,46	2,30	2,79	3,93	4,11	3,40	2,86	2,80
Graviola	3,54	4,24	4,79	4,62	2,51	3,75	3,44	2,88	3,59	2,69	4,23	3,36	2,74	2,46
Taperebá	3,68	4,64	5,05	2,98	4,55	7,69	4,07	3,03	4,29	5,20	5,94	4,58	1,93	1,19
Caju	2,34	2,56	2,80	2,81	2,54	2,92	2,08	1,53	1,83	2,39	1,70	1,99	2,00	1,99
Goiaba	2,69	3,56	4,15	4,56	5,05	5,85	4,80	3,90	4,27	4,72	5,54	4,81	4,41	3,82
Carambola	0,12	0,30	0,30	0,26	0,27	0,29	0,31	0,21	0,22	0,23	0,25	0,13	0,10	0,07
Muruci	0,82	0,99	1,20	0,49	0,49	0,49	0,67	0,68	0,96	1,29	1,38	1,13	0,19	0,79
Polpa de cacau	-	0,31	-	-	-	0,49	-	0,04	-	-	0,39	0,34	-	0,18
Bacuri	-	-	0,20	0,54	0,53	0,57	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras polpas	0,36	-	-	-	-	0,04	-	-	-	-	-	0,36	-	0,44
Cacau	0,00	5,20	13,56	10,61	10,50	10,81	6,28	7,26	11,40	10,62	3,34	13,91	9,06	6,07
Geleias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06	0,03	0,05
Caroço de cupuaçu	0,36	0,90	0,90	0,45	0,35	0,11	0,58	0,07	0,31	0,40	0,00	-	-	-
Manteiga de cupuaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,98	1,72	0,30

continua...



Nona fase

Ocorre a expansão da pimenta-do-reino pelos pequenos produtores, em que os plantios com menos de 2 ha representam 72% dos estabelecimentos, 38% da área plantada e contribuem com 52% da produção estadual (Tabela 4). Os pequenos produtores conseguem suportar a queda de preço da pimenta por algum tempo, pelo tamanho da área plantada, uso de mão de obra familiar e reduzido uso de insumos modernos. As restrições de natureza ambiental têm refletido na escassez de estações para o plantio, com redução na oferta de maracujá. A utilização de tutor vivo de glicirídia (*Gliricidia sepium* L.) trazida da República Dominicana por Armando Kouzo Kato (1949–2000), em 1995, foi adaptada por Hideyuki Ishizuka e vem sendo adotada por produtores a partir de 2004. Está ocorrendo também forte expansão desse cultivo a partir de 2014, com a elevação de preços da pimenta no Estado do Espírito Santo.

Tabela 4. Estrato de área e produção de pimenta-do-reino no País segundo o Censo Agrícola 2005/2006.

Estrato	Estabelecimento	Área Pimenta	Produção Pimenta
< 1	7.364 (51%)	3.829 (19%)	10.410 (30%)
1 a 2	3.062 (21%)	3.846 (19%)	7.615 (22%)
2 a 5	1.536 (11%)	4.332 (21%)	7.068 (20%)
5 a 10	311	2.088	3.523
10 a 20	137	1.881	3.112
20 a 50	52	1.397	2.180
50 a 100	11	725	534
100 a 200	1	39	680
200 a 500	1	250	78
Total	14.417	20.566	35.120

Fonte: Fundação IBGE.

A dinâmica dos sistemas agroflorestais (SAFs)

O sucesso do desenvolvimento da colônia nipo-brasileira do Município de Tomé-Açu deve-se à elevada experiência dos agricultores, por sua mentalidade inovadora à visão holística de mercados futuros e ao espírito associativista que permitiu a criação da Cooperativa de Hortaliças, fundada em 1931, para vender hortaliças e assegurar a sua sobrevivência (HOMMA, 1998b, 2004a, 2006).



Em 1957, foi detectado o aparecimento do *Fusarium*, que passa a atacar severamente os plantios de pimenta-do-reino a partir da década de 1970. Dessa forma, buscou-se uma maneira de aproveitar as áreas antes do plantio de pimenta-do-reino com maracujá, melão, mamão, etc., durante o crescimento com cacau, andiroba (*Carapa guianensis*), seringueira (*Hevea brasiliensis*) e outros, ou depois da morte das pimenteiras, com o plantio de maracujá, cacau, dendê, limão (*Citrus limonia*), coco (*Cocos nucifera*), etc. O aprendizado dessas combinações e a perspectiva de mercados deram origem à formação de diversos sistemas agroflorestais (SAFs) ativos e inativos. Muitos SAFs implantados na década de 1970 revelaram ser equivocados, com plantas sombreadoras para o cacauzeiro sem nenhuma finalidade econômica.

No início da década de 1980, o plantio de espécies frutíferas, tais como cupuaçu, acerola (*Malpighia glabra*), mangostão (*Garcinia mangostana*), rambutã (*Nephelium lappaceum*), taperebá (*Spondias mombim*) e açaí ganhou relevância. A busca por produtos de alta qualidade, uma vez que a Camta é responsável por todos os serviços, desde a produção de mudas e assistência técnica até o beneficiamento da produção, constitui uma das razões de sucesso do desenvolvimento de SAFs, promovendo a melhor utilização da terra. Destacou-se o pioneirismo de Katsuyoshi Watanabe (1945) como sendo o primeiro agricultor a desenvolver plantios racionais de cupuaçuzeiros no início da década de 1980. No final da década de 1990, destacam-se os primeiros plantios de açaizeiro irrigado por aspersão no Município de Santo Antônio de Tauá, de Noboru Takakura (1941–2008), já falecido, e, em Tomé-Açu, por microaspersão, de Shigeru Hiramizu.

Na região de influência de Tomé-Açu é frequente encontrar agricultores nipo-brasileiros que se sobressaem aos demais produtores locais desenvolvendo tecnologias e processos, principalmente sistemas agroflorestais, conseguindo maior grau de proteção ambiental e rentabilidade. A esse conjunto de inovações criativas procurou-se denominar de “ilhas de eficiência”, podendo ser determinado conhecimento, tecnologia ou processo, forma de comercialização, uso de recursos naturais ou estratégias de organização, dentre outros, que são introduzidos na sua propriedade ou na sua comunidade e passíveis de serem reproduzidos para os demais pequenos produtores (ARCE; LONG, 2000).

Essas “ilhas de eficiência” podem sofrer adaptações ao longo do tempo com as mudanças no contexto socioeconômico e ambiental em que foram criadas. Elas



podem servir de referência para a replicação para outros produtores, promovendo o nivelamento com as tecnologias e processos adaptados pelos próprios produtores. A imitação dessas tecnologias e processos poderia ser facilitada pelo fato de a linguagem ser a mesma entre a fonte e o receptor. Os agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu têm sido um campo de testes de novas alternativas, numa produção coletiva de conhecimentos que têm sido imitados pelos agricultores locais, sobretudo envolvendo as culturas de maracujá, pimenta-do-reino, cacau, cupuaçu, açaí e reflorestamento.

Os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos agricultores nipo-brasileiros mostram a dinâmica dos SAFs segundo variações de preços dos produtos e insumos, aparecimento de pragas e doenças (*Fusarium*, amarelecimento fatal, vassoura-de-bruxa e mal das folhas), de novas alternativas como baunilha (*Planifolia mexicana*), bacuri, noni (*Morinda citrifolia*), taperebá, uxi, piquiá (*Caryocar villosum*) e puxuri (*Licaria puchury-major*), e, mais importante, do conhecimento e da experiência acumulada. É interessante verificar como a legislação trabalhista tem afetado os SAFs que demandam muita utilização de mão de obra (seringueira, acerola, pimenta-do-reino, etc.), levando ao abandono ou limitação da atividade, como urucum (*Bixa orellana*), acerola e açaí, ou mudança nas formas de atuação, como empreita ou pagamento pela coleta de produtos (FRAZÃO et al., 2005; HOMMA, 2004a, 2006; INICIATIVAS..., 2005; YAMADA, 1999). Muitos SAFs passam por hibernação ou desaparecem quando as condições de preço e mercado não são satisfatórias, quando a legislação trabalhista afeta as atividades intensivas em mão de obra ou quando ocorre o aparecimento de pragas e doenças.

É importante mencionar a riqueza da biodiversidade nativa e exótica estimada em quase 500 espécies de plantas e animais existentes nas propriedades dos agricultores nipo-brasileiros. Entres as plantas, destacam-se as espécies anuais, como hortaliças, grãos, frutas, ornamentais, medicinais, etc., e perenes, como frutas, culturas industriais, medicinais, aromáticas, madeiras, leguminosas, etc., além de animais como aves, suínos, caprinos, bovinos, etc. A falta de rações limita a criação de aves e suínos, bem como as razões culturais quanto ao pequeno interesse pela pecuária. Contudo, a sobrevivência econômica depende de algumas plantas frutíferas e industriais e para consumo na propriedade (frutas, aves, suínos, hortaliças, medicinais, ornamentais, etc.). A associação das plantas formando SAFs depende das características quanto à



competição por nutrientes, água, luz, taxa de crescimento, ocupação do espaço aéreo, queda na produtividade das plantas sombreadas, incompatibilidade entre as plantas e sintonia quanto à época de plantio das plantas componentes. A coincidência da época de colheita ou de tratos culturais das plantas consorciadas, principalmente entre aqueles que demandam muita mão de obra, faz com que os mais lucrativos sejam privilegiados. A riqueza da biodiversidade disponível combina também com a existência de dezenas de SAFs na propriedade, ao contrário das propriedades dos pequenos produtores com menor número de plantas.

Muitas das plantas introduzidas pelos agricultores nipo-brasileiros tratam-se de produtos de não mercados atuais, como lichia (*Litchi chinensis*), noni, puxuri, marang (*Artocarpus odoratissimus*), longan (*Euphoria longan*) e castanha-do-maranhão (*Bombacopsis glabra*), de longo prazo de maturação como castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e espécies madeireiras, que podem se tornar produtos de mercado no futuro, como tem acontecido para várias atividades atuais (açai, cupuaçu, taperebá, acerola, mangostão, etc.).

Os SAFs que incluem espécies madeireiras, como paricá (*Schizolobium amazonicum*), freijó (*Cordia goeldiana*), andiroba, teca (*Tectona grandis*) e castanha-do-pará, consorciadas com cacau, cupuaçu ou açai, constituem uma discussão em aberto sobre como viabilizar o corte dessas árvores, acreditando-se que a solução seria plantar em talhões. Os plantios com espécies madeireiras não visavam à exploração da madeira para auferir lucros, mas ao atavismo do plantio de árvores. Esse comportamento efetuado há quase meio século levava alguns moradores locais a afirmarem que os japoneses estavam plantando árvores para fazer o seu próprio caixão. Atualmente, o reflorestamento se apresenta como grande opção para a produção de carvão vegetal, de laminados e de madeira nobre, ante a tendência mundial nesse sentido (SMERALDI; VERISSIMO, 1999). Enquanto países desenvolvidos como Áustria, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Itália, Japão, Noruega e Polônia e países em desenvolvimento como Belarus, Chile, China, Índia, República Tcheca, Turquia e Ucrânia estão recuperando áreas florestais perdidas no passado, no Brasil, o saldo do desmatamento e reflorestamento é negativo. Segundo estudos da National Academy of Sciences (1975), a previsão é que o uso de madeira de floresta nativa para diversos fins decresça dos atuais 67% para 50%, em 2025 e para 25% em 2050 (KAUPPI et al., 2006). Dos plantios consorciados com espécies madeireiras, somente a teca, pela sua



agressividade, é passível de corte, pela destruição das plantas sombreadas. A proibição quanto ao corte de espécies em extinção como o mogno e a castanheira, mesmo quando plantadas, constituem paradoxos que somente serão liberados quando aumentar a pressão por maior contingente de produtores com a ampliação de plantios. A associação com uma planta econômica, na fase inicial ou na fase final, para a formação dos SAFs, é fundamental. Dessa forma, algumas plantas servem apenas para dar início aos SAFs (maracujá, pimenta, limão, etc.).

Novos sistemas estão sendo formados, envolvendo combinação com bacurizeiros, uxizeiros, piquizeiros, noni, puxuri e nim, que estão sendo plantados em diversas combinações e desenhos espaciais, antevendo mercados promissores para essas culturas. Alguns SAFs se caracterizam por grande eficiência ecológica (cacau + castanha-do-pará, cacau + seringueira, cacau + freijó, cacau + andiroba), que impressiona os visitantes, mas apresentam rentabilidade decrescente e com queda na produtividade das plantas sombreadas ao longo do tempo. Os produtores que efetuaram consórcios com cacau ou com cupuaçu com o mogno-africano afirmaram que, em face do vigoroso crescimento, aproveitando a adubação residual das pimenteiras, esses consórcios terminaram prejudicando os plantios sombreados, com redução da produção, inclusive aniquilando as plantas sombreadas.

Muitos SAFs recomendados para os pequenos produtores nem sempre se caracterizam pela lucratividade, razão de futuros fracassos. Entre os pequenos produtores verifica-se uma diferenciação entre os SAFs próximos das residências que formam os quintais e aqueles com objetivo comercial em locais mais afastados. Nas propriedades dos agricultores nipo-brasileiros, a predominância de cultivo para o mercado é sempre dominante.

Muitos SAFs recomendados limitam de antemão a renda a ser auferida nos anos futuros, pela impossibilidade de efetuar alterações quando se trata de cultivos perenes. A substituição das plantas decorre do aparecimento de pragas e doenças, como é o caso da cultura da pimenta-do-reino, ou da própria vida útil econômica das plantas componentes, como é o caso dos açaizeiros.

A organização dos produtores é flagrante quando se compara os agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu e de Acará, com os pequenos produtores da



redondeza. Para os colonos nipo-brasileiros de Acará, com a falta de uma agroindústria e o isolamento que foi imposto com o abandono do transporte fluvial, a abertura da Alça Viária, em 2002, veio facilitar a comercialização dos produtos via atravessadores. Os agricultores de Acará apresentam algumas características distintas, tais como a de vender polpa de cupuaçu cortada com tesoura, bastante procurada para fabricação de doces, ao contrário da despolpada mecanicamente pela agroindústria em Tomé-Açu, exigida pela legislação. Outra diferença é a orientação para os plantios de coco, limão e dendê, pela proximidade das usinas de beneficiamento de dendê, ao longo da Rodovia PA-150. O interesse pelo coqueiro para venda como coco verde foi influenciado pelo plantio da Sococo, localizado no Município de Moju, implantado em 1976, com mais de 5 mil hectares, considerado o maior plantio do País. O cultivo do dendê apresenta dificuldades de incorporação nos SAFs, necessitando ser efetuado em monocultivos, por causa da queda na produtividade. A entrada do amarelecimento fatal nos plantios de dendê em Acará aumentou esse risco, a não ser que passe a utilizar variedades resistentes, resultantes do cruzamento do dendezeiro-africano com o caiaué, que requerem polinização assistida.

No contexto de políticas públicas, é interessante enfatizar a expansão dos SAFs envolvendo as culturas de seringueira, cacau, dendê e açaí, pelas grandes possibilidades de mercado. Para suprimir as importações de quase 250 mil toneladas de borracha vegetal, é necessário que já estivesse em produção 250 mil hectares de seringueiras, sem contar com o crescimento do mercado. Para suprimir as importações de um terço do cacau consumido no País, há necessidade de dobrar a atual área plantada de cacauzeiros na Amazônia, em torno de 163 mil hectares, nos próximos 5 a 10 anos. No caso do dendezeiro, para atingir o autoconsumo, seria necessário duplicar a atual área plantada (162 mil hectares). Se considerar a meta da mistura de 7% ao óleo diesel, isso implicaria mais 500 mil hectares, bastante difícil de ser atingido, devendo priorizar o uso para fins nobres.

A pressão pela demanda de açaí tem feito com que os preços disparem, atingindo patamares superiores a R\$ 17,00 a R\$ 34,00/litro, provocando uma exclusão social e indicando a necessidade de efetuar plantios em terra firme e ampliar as áreas manejadas das várzeas. Em termos de impactos ambientais,



o plantio de açazeiros em áreas de terras firmes antropizadas constitui uma maneira de promover a recuperação dessas áreas e de reduzir os impactos nas áreas de várzeas.

Nesse sentido, seria apropriado que se incentivasse aqueles SAFs nos quais ocorra a inclusão de cacaueteiro + seringueira, cacaueteiro + açazeiro, seringueira + açazeiro, além de monocultivos de dendê que fossem configurados como SAFs no sentido macrorregional, como mosaicos de cultivos solteiros.

Plantios de espécies arbóreas para madeiras em áreas reduzidas e estanques, como são características de muitos projetos de ONGs ambientais para pequenos produtores, não apresentam nenhum sentido econômico. As espécies arbóreas precisam ser plantadas obedecendo ciclos de corte, para garantir contínuo fornecimento de madeira. O reflorestamento sem um objetivo econômico definido para pequenos produtores, como está sendo conduzido em alguns Projetos de Assentamentos, é candidato ao fracasso, pela característica estanque.

Considerações finais

O sucesso dos SAFs depende de uma cultura principal que assegure a rentabilidade do sistema. A riqueza da biodiversidade no conjunto dos lotes em que se pratica os SAFs constitui indicativo para a minimização dos riscos, a especialização dos produtores, a descoberta de novas culturas e a garantia de autossuficiência, evitando a aquisição desses produtos no comércio. Muitos SAFs existentes não apresentam sentido econômico, apesar de servirem como *marketing ecológico*. A existência de uma organização dos produtores para realizar a comercialização, o beneficiamento dos produtos, o desenvolvimento de novos SAFs e a pressão para a melhoria da infraestrutura produtiva são importantes para garantir o sucesso dos produtores. A contínua busca de novas plantas para compor os SAFs e a inclusão de espécies madeireiras podem aumentar a viabilidade econômica dessas combinações.

A despeito da apologia aos SAFs, os resultados apontam que a presença de uma atividade-eixo, com forte presença no mercado, constitui na razão da manutenção



do modelo, mais do que o objetivo da combinação de culturas perenes. Em comparação com as áreas de pequenos produtores que se dedicam a culturas anuais e à pecuária, constitui em caso exemplar para a Amazônia. Ressalta-se, contudo, que essa sustentabilidade não é endógena ao sistema, mas exógena, uma vez que o menor índice de destruição dos recursos naturais está sendo efetuado à custa de produtores de outras regiões para o fornecimento de produtos oriundos de áreas desmatadas (farinha de mandioca, carne bovina, madeira, etc.), além da entrada de outros insumos (energia, fertilizantes, defensivos, etc.).

No contexto econômico, os SAFs adotados pelos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu não devem ser analisados em um corte seccional. O atual estágio constitui uma fase do processo evolutivo, cujas origens remontam ao início das suas atividades em 1929. O desenvolvimento de determinadas culturas, o crescimento do mercado para produtos específicos, o aparecimento de pragas e doenças, a constante busca de novas alternativas, a atitude positiva quanto ao risco e, sobretudo, a organização dos produtores constituem possíveis relações de causa-efeito que culminaram no atual processo produtivo. O eixo indutor dessas mudanças está relacionado com o sucesso e os problemas decorrentes, posteriormente, com a cultura da pimenta-do-reino. O desenvolvimento dos SAFs não decorreu de uma política implícita, mas das perspectivas de mercados e da estratégia de utilização das terras. Muitos SAFs existentes não apresentam nenhuma importância econômica ou já foram importantes no passado ou são incompatíveis em termos de utilização de mão de obra.

Pode-se observar que as mudanças nos SAFs estão estritamente vinculadas aos preços da pimenta-do-reino, como uma das causas. Os baixos preços da pimenta-do-reino e a disseminação do *Fusarium* levaram os produtores a procurar novas alternativas econômicas. A crise nessas novas alternativas faz com que os produtores estejam sempre atentos a novas mudanças. Dessa forma, no futuro, outras atividades completamente distintas poderão ocupar o espaço das atuais culturas (castanha-do-pará, uxi, bacuri, pau-rosa, cumaru, etc.). As atividades dos colonos envolvem mais de 30 produtos em diversas combinações, em que os produtores se especializam para determinados processos produtivos.



Esses aspectos empíricos levam a indicar que os SAFs estão em constante transformação. Não existe um SAF, mas um conjunto de SAFs que, no decorrer do tempo, com as transformações do mercado, dos preços dos produtos, pragas e doenças, entre outros, fazem com que os produtores promovam constantes mutações ao longo do tempo. Os SAFs não podem ser considerados como opção permanente, mas devem se adequar para cada categoria de produtores. A sustentabilidade dos SAFs não pode ser considerada apenas endogenamente, mas também levando em conta as trocas exógenas efetuadas. O episódio envolvendo o registro da marca cupuaçu pela multinacional japonesa Asahi Foods, cujo cancelamento ocorreu em 1º de março de 2004, evidencia as precauções nas exportações de produtos amazônicos com cláusulas que estabeleçam direitos de propriedade em curto e longo prazo.

Apesar do modelo dos colonos nipo-brasileiros não ser passível de generalização para a Amazônia, essa replicação e adaptação pelos pequenos produtores denota a influência dos imigrantes japoneses nos SAFs adotados. Esse aprendizado ocorreu ao longo do tempo, por meio do trabalho em propriedades dos agricultores nipo-brasileiros, da observação das atividades orientadas pelo mercado e do seu dinamismo, da criação da infraestrutura local em termos de mercado de insumos e produtos e da concretização e construção do imaginário, como o plantio de castanheiras, andiroba, cumaru, uxi, pau-rosa, entre outras. Mostra, contudo, que é possível permanecer no mesmo espaço, a despeito da sustentabilidade ser exógena, com as importações de nutrientes, insumos energéticos, alimentos, máquinas e implementos, ao contrário dos projetos de assentamento, como no Sudeste Paraense, cuja permanência está na dependência dos estoques de recursos naturais.

As atividades desenvolvidas pelos colonos nipo-brasileiros apresentam-se em constante resposta às modificações do mercado, para contornar o surgimento de pragas e doenças, adequar-se às limitações legais e os erros e acertos das suas iniciativas. Essas experiências se constituem em resultados de pesquisa que precisam ser democratizados de forma mais eficiente para o universo de pequenos produtores locais.



Deve ser mencionado que a organização da produção e da comercialização não foi realizada artificialmente, mas decorreu de um longo aprendizado, favorecido pelas características culturais dos agricultores nipo-brasileiros. É interessante mencionar que o espírito cooperativo está presente em pequenos agricultores, ribeirinhos, extrativistas, posseiros, entre outros, pela prática do mutirão e troca de dias, que tende a se desagregar quando assume caráter formal.

A alegada importância de se colocar os produtos não madeireiros, a organização de sua extração e comercialização como maneira de promover o desenvolvimento de maneira ampla para a Amazônia apresenta grandes limitações. O limite da oferta extrativa para atender ao crescimento do mercado, o custo de produção mais elevado do que os plantios e a extração econômica nem sempre garantem a sustentabilidade biológica e vice-versa. Essa mesma assertiva seria válida para os produtos orgânicos, que devem ser vistos como nichos de mercados. Essas agendas ditas positivas não podem ser efetuadas em detrimento do conjunto maior de produtores e de uma sustentabilidade egoísta, efetuada de forma exógena em vez de endógena. A precariedade das estradas municipais, estaduais e federais, disponibilidade de energia elétrica, assistência técnica, oferta de tecnologia, insegurança jurídica, patrimonial e pessoal, constituem barreiras para o desenvolvimento de agroindústrias e conseqüente organização da produção e comercialização de produtos. A dimensão dos mercados desses produtos constitui também limites para a expansão dos SAFs em grande escala na Amazônia, como a de promover a recuperação de áreas alteradas, para recomposição de Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente.

Referências





ABREU, B. de C. F. Apresentação. **Cadernos do CHDD**, ano 11, n. 20, p. 9-21, 2012.

A CULTURA japonesa plantada no Pará. **Amazônia Hoje**, v. 1, n. 11, p. 28-31, nov. 1989.

A EXPLORAÇÃO da Amazônia. 2008. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/brasil/pt>>. Acesso em: 1 maio 2009.

ÁLBUM comemorativo do 25o aniversário de fundação da Colônia de Tomé-Açu, Estado do Pará, 1929-1954. Tomé-Açu: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, 1955. Não paginado.

ALCÂNTARA, E. **Colégio Agrícola**: um retrato do descaso. Repórter Parintins, 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.reporterparintins.com.br/lendo/276-colegio-agricola-um-retrato-do-descaso>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

AMARAL, A. A. **Sementes do sol**. Belém, PA: Ponto Press, 2012. 291 p.

AMAZON KOUTAKUKAI. **Amazon Koutakukai Official Website**. Disponível em: <<http://br.geocities.com/amazonkoutakukai/historia.html>>. Acesso em: 24 mar. 2007.

ANUARIO estatístico do Brazil (1908-1912). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral de Estatística: Typografia de Estatística, 1916. v. 1.

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56.

ARAÚJO, C. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 1995. 37 p.

ARAUJO, K. S. **Avaliação de políticas setoriais para a cadeia produtiva de Juta e Malva no Estado do Amazonas**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, Manaus.

ARAÚJO, P. S. R.; MINAMI, K. **Acerola**. Campinas: Fundação Cargill, 1994. 81 p.

ARCE, A.; LONG, N. (Ed.). **Anthropology, development and modernities**: exploring discourses, counter-tendencies and violence. London: Routledge, 2000. 232 p.

BARBOSA, R. **As cessões de clientela e a interdição de concorrência nas alienações de estabelecimentos comerciais e industriais**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1948. 412 p. (Obras completas de Rui Barbosa, v. 40, t. 1, 1913).

BARRETTO, U. P. **Cultura prática da Urena lobata**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do estado de São Paulo, 1944. 82 p.



BARROS, S. M. **Sustainability and social adaptation in the Brazilian Amazon**: the Japanese of Tomé-Açu, 1929-89. 1990. 93 f. Tese (Mestrado) - University of California, Berkeley.

BATES, H. W. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 300 p. (Reconquista do Brasil, 53).

BENCHIMOL, S. **Amazônia - um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. 841 p. (Coleção Amazoniana, 1).

BESSA FILHO, D. R. **A identidade cultural dos imigrantes japoneses, e seus descendentes no Maranhão**. São Luís, Universidade Estadual do Maranhão, 2000. 121 p.

BHAT, M. G. Trade-related intellectual property rights to biological resources: socioeconomic implications for developing countries. **Ecological Economics**, v. 19, n. 3, p. 205-217, Dec. 1996.

BOLETIM KOUTAKU-KAI, São Paulo, Associação Koutaku-kai, n. 275-287, 1999/2000.

BONFIM, R. F. S. **As fibras sintéticas e o futuro da economia da juta**. Rio de Janeiro: SUDAM, 1968. 80 p.

BORBA, M. A. Juta: a vida e o sonho no meio do rio. **Opinião**, Rio de Janeiro, p. 5, 5 dez. 1975.

BOSCOV, I. Esperança, ainda que pequena. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 40, p. 185, 7 out. 2009.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1987. 141 p.

BRAGA, O. S. **Cultura e beneficiamento da juta**. Rio de Janeiro: SIA, 1952. 45 p.

BRAGA, R. **Os alemães e o Amazonas**. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/00105_alemaes.php>. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Relatório final da comissão externa criada para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia**. Brasília, DF, 1997. 69 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. **Regras para análise de sementes**. Brasília, DF, 1992. 365 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados estatísticos**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2007a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007**. Brasília, DF, 2007b. 18 p.



- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **ALICE web**. Disponível em <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2007c.
- BRUM, H. A. O centenário do Tratado Brasil-Japão. **Carta Mensal**, v. 42, n. 493, p. 45-75, abr. 1996.
- BUCHALLA, A. P. A era dos super-remédios. **Veja**, p. 94-101, 26 jun. 2002.
- BUNKER, S. G. Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação no Médio Amazonas do Pará. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 2, n. 1, p. 231-260, abr. 1982.
- BURKILL, I. H. **A dictionary of the economic products of the Malay Peninsula**. London: Governments of the Straits Settlements/Federated Malay States, 1935. v. 1, 1220 p.
- CAMARGO, F. A Amazônia tem 10 anos para se organizar e conquistar posição saliente como centro mundial produtor de juta. **A Província do Pará**, 20 jun. 1948.
- CAMARGO, R. **Cultura da juta em São Paulo**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1924. 19 p.
- CARDOSO, W. A colonização nipônica no Pará e sua influência na agricultura paraense. **Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura**, p. 42-46, 1970.
- CARONE, E. **A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Editora Senac, 2001. 198 p.
- CARVALHO, J. C. M. **O desenvolvimento da agropecuária brasileira**: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1992. 171 p.
- CASTRO, F. M. **Cinqüenta anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém, PA: Falângola, 1979. 122 p.
- CAUFIELD, C. **A destruição das florestas**: uma ameaça para o mundo. Lisboa: Europa-América, 1984. 275 p.
- CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém, PA: Cejup, 1991. 279 p. (Coleção Adolfo Ducke).
- CHAVES, R. de S. Validação de resultados de pesquisas em áreas de várzeas do Baixo Amazonas para culturas de juta, grãos alimentares e hortaliças, Oriximiná, PA. In: CHAVES, R. de S. **Potencial das várzeas da Amazônia**: em especial as do Estado do Pará. Belém, PA: FAEPA, 2012. p. 105-135.



CIÊNCIA e saber na Amazônia. 2006. Disponível em: <<http://www.amazonlink.org/valordoconhecimento>>. Acesso em: 3 ago. 2007.

COLÔNIA Japonesa Efigênio Sales: AMAZONO 1958-2008. Manaus, 2012. 351 p. (japonês e português).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS. **A cultura da juta e sua mecanização**. Manaus, 1966a. 13 p. (Estudos Específicos, v. 2, n. 10).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Diagnóstico sócio-econômico preliminar da juta na Amazônia**. Manaus, 1966b. 18 p. (Estudos Específicos, v. 2, n. 14).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Medidas propostas para a solução dos problemas da juta no Amazonas**. Manaus, 1970. 45 p. (Estudos Específicos, v. 5, n. 40).

COMO o Japão chegou à Amazônia. **Amazônia**, v. 3, n. 25, p. 5-7, mar. 1977.

COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE. **Instruções para a cultura da juta**. Manaus, 1941. 22 p.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará**: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 320 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUTA E FIBRAS SIMILARES, 3., 1952, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Associação Comercial do Pará, 1952. 136 p.

CONVENÇÃO Nacional de Economia da Juta e demais fibras congenere industrializáveis. São Paulo: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, 1947. 192 p.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU. **Relatório da Diretoria 1975-2006**. Tomé-Açu, 2006. Não paginado.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU. **Roteiro ilustrado da Colônia de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1957. 52 p.

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA EFIGÊNIO DE SALLES. **Cooperativa Agrícola Mista Efigênio de Salles Ltda. (CAMES)**. Disponível em:<http://www.geocities.com/cames_am/intro_p.htm>. Acesso em: 26 out. 2008.

COSTA, F. A. **Grande capital e agricultura na Amazônia**: a experiência Ford no Tapajós. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1993. 180 p.



COSTA, J. M. M. Efeitos de retrocesso e propulsão: o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPEC, 1984. v. 2, p. 1121-1155.

COSTA, S. V.; LOBO, N. J. F. Cinema no Amazonas. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 295-298, jan./abr. 2005.

CRISPINO, L. C. B.; BASTOS, V. B.; TOLEDO, P. M. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi**: aspectos históricos e iconográficos. Belém, PA: Paka-Tatu, 2006. 414 p.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319 p.

CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém, PA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958. 178 p.

CRUZ, R.; ROSA, D.; KEISI, M. Isidoro Yamanaka. In: ALMANAQUE do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Escala, 2008. p. 84-91.

D' ABBEVILLE, C. **História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975. 297 p. (Reconquista do Brasil, v. 19).

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1, 450 p.

DANTON, G. Migração japonesa na Amazônia. In: CRUZ, R.; ROSA, D.; KEISI, M. **Almanaque do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora Escala, 2008. p. 68-71.

DAVIS, W. The rubber industry's biological nightmare. **Fortune**, p. 86-93, 4 Aug. 1997.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. 286 p.

DEMOOR, D. A. **Japanese colonization and immigration in the Amazon Basin, Brazil**. 1964. 200 f. Tese (Mestrado) - University of California, Los Angeles.

DIÉGUES JÚNIOR, M. 70 anos de imigração japonesa. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 288, p. 23-34, mar. 1979.

EDIÇÃO comemorativa de 70 anos da Imigração Japonesa em Tomé-Açu. [S.l.: s.n.], 1999. 14 p.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia (1870-1950)**: pioneirismo econômico e identidade. Belém, PA: NAEA, 2008. 291 p.



FAGUNDES, M. H. **Sementes de juta e malva**: algumas observações. [Brasília, DF: Conab], 2002. 10 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/sementes_juta_malva_internet.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2006.

FARIAS, E. **Comercialização da juta na Amazônia**. Belém, PA: SUDAM, 1968a. 13 p.

FARIAS, E. **Produção da juta na Amazônia**. Belém, PA: SUDAM, 1968b. 21 p.

FARIAS, E.; MIWA, J. H. **Manacapuru, um provável celeiro de juta**. Manaus: CODEAMA, 1965. 8 p. (Estudos específicos, v. 1, n. 10).

FARNSWORTH, N. R. Testando plantas para novos remédios. In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 107-125.

FASSIO, L. H.; CASTRO, L. L. F. (Org.). **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**: um documento histórico sobre o meio rural capixaba. Vitória, ES: Incaper, 2006. 120 p.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ. **FAEPA**: 53 anos valorizando o homem e a produção rurais. Belém, PA: L&M Editora, 2004. 246 p.

FERREIRA, A. S. **A vida dos trabalhadores da juta e da malva no Baixo Solimões**. 1. ed. Manaus: EDUA, 2014. 226 p.

FERREIRA, A. S.; LEÃO, A. O. **Tecnologias sociais utilizadas na produção de sementes de malva no estado do Pará**. 2014. Trabalho premiado na versão Prêmio Samuel Benchimol 2014, entregue em Porto Velho, Rondônia.

FERREIRA, P. R.; QUADROS, M. **O homem que tentou domar o Amazonas**: biografia do cientista Felisberto Camargo, polêmico, ousado e futurista. Belém, PA: Embrapa Amazônia Orienta, 2006. 229 p.

FERREIRA FILHO, C. **A Amazônia em novas dimensões**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 271 p.

FERREIRA FILHO, C. **Porque perdemos a batalha da borracha**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965. 373 p. (Série Euclides da Cunha, v. 3).

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Efeitos do aumento da idade mínima legal de trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 307-329, abr./jun. 2005.

FLOHRSCHUTZ, G. H. H. **Análise dos estabelecimentos rurais do município de Tomé-Açu, Pará**: um estudo de caso. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1983. 44 p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 19).



- FLOHRSCHUTZ, G. H. H.; HOMMA, A. K. O.; KITAMURA, P. C.; SANTOS, A. I. M. **O processo de desenvolvimento e nível tecnológico de culturas perenes: o caso da pimenta-do-reino no nordeste paraense.** Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1983. 82 p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 23).
- FRANCO, A. A. M. **História do Banco do Brasil.** Brasília, DF: Banco do Brasil, 1988. 62 p.
- FRANZ, C. Domestication of wild growing medicinal plants. **Plant Research and Development**, v. 37, p. 101-111, 1993.
- FRAXE, T. de J. P.; FERREIRA, A. da S.; HARA, F. A. S. dos; MEDEIROS, C. M. Tecnologia social: o desenvolvimento do projeto novas formas de beneficiamento de juta e/ou de malva no Baixo Solimões. In: WITKOSKI, A. C.; FERREIRA, A. S.; HOMMA, A. K. O.; FRAXE, T. J. P. (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010. p. 295-314.
- FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000. 192 p.
- FRAZÃO, D. A. C.; HOMMA, A. K. O.; FIGUEIREDO, F. J. C.; ANDRADE, E. B. **Análise econômica de sistemas de produção de sementes de juta e milho no Município de Alenquer, Pará.** Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1980. 14 p. (EMBRAPA-CPATU. Boletim de pesquisa, 5).
- FRAZÃO, D. A. C.; HOMMA, A. K. O.; ISHIZUKA, Y.; MENEZES, A. J. E. A.; MATOS, G. B.; ROCHA, A. C. P. N. **Indicadores tecnológicos, econômicos e sociais em comunidades de pequenos agricultores de Tomé-Açu, Pará.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 57 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 229).
- GAMBIRASIO, A. 70 anos de imigração japonesa. **Visão**, v. 52, n. 13, p. 40-76, 26 jun. 1978.
- GAYA, E. Bruno, o aristocrata dos pés descalços. **O Liberal**, p. 5, 21 mar. 2015.
- GENTIL, J. M. L. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém - Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 118-199, dez. 1988.
- GOLDEN, A. **Memórias de uma gueixa.** Rio de Janeiro: Imago, 1998. 464 p.
- GRACIE, R. **Carlos Gracie: o criador de uma dinastia.** Rio de Janeiro: Record, 2008. 572 p.
- GRANATO, L. **A cultura da juta em São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923. 15 p.



GRAVE ameaça as fibras amazônicas. **A Província do Pará**, 01 jul. 1948.

GUSHIKEN, M. T. Juta/malva. In: COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO. **Preços mínimos**: estudos técnicos safra 1987/88. Brasília, DF, 1988. p. 165-168.

HANDA, T. **Cronologia da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1996. 370 p.

HARADA, K. (Coord.). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Campus, 2008. 630 p.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 291 p.

HISTÓRIA da Igreja Tenrikyo Amazônia. Disponível em: <<http://www.tenrikyoamazonia.com.br/sobre.html>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

HISTÓRIA da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em <http://www.centenario2008.org.br/portal/abre_artigo01.php?wcat=3&wsubcat=11>. Acesso em: 21 dez. 2007.

HISTÓRIA dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comissão Executiva da Comemoração no Estado do Rio de Janeiro do Centenário, 2008. 395 p.

HOMMA, A. A civilização das várzeas. **Gazeta Mercantil**, Belém, PA, 6 jan. 1999a. p. 2.

HOMMA, A. A presença japonesa e o desenvolvimento da Amazônia. **O Liberal**, Belém, PA, p. 2, 1 jun. 1997.

HOMMA, A. Japão na Amazônia: os setenta anos de imigração. **Gazeta Mercantil**, Belém, PA, 10 nov. 1999b. Caderno Especial. p. 2.

HOMMA, A. Japão na Amazônia: os setenta anos de imigração. **Gazeta Mercantil**, Manaus, AM, p. 2, 12 nov. 1999c.

HOMMA, A. Japoneses no Amazonas: passado e futuro. **Gazeta Mercantil Pará**, Belém, PA, p. 2, 19 out. 2001a.

HOMMA, A. Japoneses no Amazonas: passado e futuro. **Gazeta Mercantil Amazonas**, Belém, PA, p. 2, 18 out. 2001b.

HOMMA, A. Pimenta-do-reino: por uma expansão controlada. **Gazeta Mercantil**, Belém, PA, p. 2, 26 jan. 2000.



HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Extrativismo vegetal na Amazônia**: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 468 p.

HOMMA, A. K. O. A imigração japonesa na Amazônia, 1915-1945. In: HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Amazônia**: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1998c. p. 1-31.

HOMMA, A. K. O. A juta não está bastando. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 10, n. 170, p. 10, dez. 1970b.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: os avanços e os desafios da pesquisa agrícola. **Parcerias Estratégicas**, Brasília-DF, v. 18, n. 36, p. 33-54, jan./jun. 2013.

HOMMA, A. K. O. Ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento rural da região amazônica. In: CRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 485-509. (Série Estudos Rurais).

HOMMA, A. K. O. A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio. In: HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Amazônia**: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1998a. p. 33-60.

HOMMA, A. K. O. A civilização da pimenta-do-reino na Amazônia. In: HOMMA, A. K. O. (Ed.). **Amazônia**: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1998b. p. 61-91.

HOMMA, A. K. O. **A extração de recursos naturais renováveis**: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. 1989. 575f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

HOMMA, A. K. O. Além da pimenta-do-reino outras especiarias têm futuro no Brasil. **Agricultura & Pecuária**, Rio de Janeiro, n. 550, p. 6, 1970a.

HOMMA, A. K. O. **Análise fracional do mercado externo de pimenta-do-reino**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1981a. 23 p. (EMBRAPA-CPATU. Circular técnica, 21).

HOMMA, A. K. O. Biodiversidade na Amazônia: um novo Eldorado? **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 61-71, 2002a.

HOMMA, A. K. O. Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos? **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, PA, v. 1, n. 1, p. 47-60, jul./dez. 2005.

HOMMA, A. K. O. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da Colônia Agrícola de Tomé-Açu, Pará. **Revista do IESAM**, Belém, PA, v. 2, n. 1/2, p. 57-65, jan./dez. 2004a.

HOMMA, A. K. O. **Estrutura de produção de malva no nordeste paraense**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1980. 30 p. (EMBRAPA-CPATU. Circular técnica, 8).



HOMMA, A. K. O. **Fontes de crescimento da agricultura paraense 1970/80**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1981b. 29 p. (EMBRAPA-CPATU. Boletim de pesquisa, 27).

HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003c. 274 p.

HOMMA, A. K. O. Juta fora da Amazônia. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 9, n. 156, p. 6, out. 1969a.

HOMMA, A. K. O. Juta, hora certa de preço. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 11, p. 8, mar. 1971.

HOMMA, A. K. O. Malva é riqueza no Pará. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 9, n. 159, p. 6, jan. 1970c.

HOMMA, A. K. O. **O extrativismo de folhas de jaborandi no Município de Parauapebas, Estado do Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003a. 30 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 184).

HOMMA, A. K. O. **O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003b. 32 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 171).

HOMMA, A. K. O. **O histórico do sistema extrativo e a extração de óleo de andiroba cultivado no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003d. 26 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 185).

HOMMA, A. K. O. **O tumbó**: expansão, declínio e novas possibilidades para agricultura orgânica. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2004b. 48 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 195).

HOMMA, A. K. O. **Oferta e demanda de pimenta-do-reino a nível mundial**: perspectivas para o Brasil. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1981c. 29 p. (EMBRAPA-CPATU. Miscelânea, 8).

HOMMA, A. K. O. Organização da produção e comercialização de produtos agropecuários: o caso da colônia agrícola nipo-brasileira de Tomé-Açu, Pará. In: VILCAHUAMÁN, L. J. M.; RIBASKI, J.; MACHADO, A. M. B. **Sistemas agroflorestais e desenvolvimento com proteção ambiental**: perspectivas, análise e tendências. Colombo: Embrapa Florestas, 2006. p. 51-77.

HOMMA, A. K. O. Patrimônio genético da Amazônia, como proteger da biopirataria? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE BIODIVERSIDADE E TRANSGÊNICOS, 1999, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1999d. p. 95-109.

HOMMA, A. K. O. Pimenta doente assunto nacional. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 10, n. 162, p. 6, abr. 1970d.



HOMMA, A. K. O. Por que perder divisas com especiarias. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v. 9, n. 158, p. 6, dez. 1969b.

HOMMA, A. K. O. Sinergia de mercados para a Amazônia: produtos do setor primário. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia**, v. 18, n. 2, p. 229-262, dez. 2002b.

HOMMA, A. K. O.; FERREIRA, A. S.; FREITAS, M. C. S.; FRAXE, T. J. P. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. 450 p.

HOMMA, A. K. O.; MIRANDA FILHO, L. **Análise da estrutura produtiva da pimenta-do-reino no Estado do Pará, 1977/78**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1979. 68 p. (EMBRAPA-CPATU. Comunicado técnico, 20).

HOMMA, A. K. O.; REIS, A. S. **Análise do comportamento dos preços da fibra de juta no mercado internacional**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1978. 12 p. (EMBRAPA-CPATU. Comunicado técnico, 7).

HOMMA, A. K. O.; SANTOS, W. C.; MONTEIRO, L. F.; CORREA, M. P. F. **Bibliografia brasileira de juta**. Manaus: IPEAAOc, 1973. 28 p.

HOMMA, A. K. O.; WALKER, R. T.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C. A. P.; CONTO, A. J.; SANTOS, A. I. M. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1., 1994, Porto Velho. **Anais**. Colombo: Embrapa-CNPf, 1994. p. 51-63. (EMBRAPA-CNPf. Documentos, 27).

HOMMA, A. K. O.; WALKER, R. T.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C. A. P.; CONTO, A. J.; SANTOS, A. I. M.; SCATENA, F. N. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu, Pará. In: COSTA, J. M. M. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém, PA: UFPA, NUMA, 1995. p. 37-56.

HOMMA, T. **A juta está fazendo acusação**. São Luís, 1973. 5 p. Mimeografado.

ILTIS, H. H. Descobertas fortuitas na exploração da biodiversidade: quão bons são os tomates mirrados?. In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 126-136.

IMBIRIBA, J. E. Fibras e várzeas: boas alavancas. **O Liberal**, Belém, PA, p. 3, 6 jan. 1997.

IMBIRIBA, J. E. Fibras naturais: injusta procrastinação. **O Liberal**, Belém, PA, p. 11, 1 set. 1996.



INICIATIVAS PROMISSORAS E FATORES LIMITANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA AMAZÔNIA, 2006, Belém, PA. **Memórias, resultados e encaminhamentos**. Belém, PA: Word Agroforest Centre, 2006. 75 p. il. color.

INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS DA AMAZÔNIA. **Produção brasileira de juta e malva**. Belém, PA, 1994. 4 p.

INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS DA AMAZÔNIA. **Programa de tecnologia para as culturas de juta e malva 1975-79**. Belém, PA, 1975. 105 p.

INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS DA AMAZÔNIA. **Sistema juta/malva**. Belém, PA, 1977. 35 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (Manaus, AM). **Relatório de estudo de viabilidade técnico-econômica para produção de sementes de juta no Estado do Amazonas**. Manaus, 1973. 18 p.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Espacenet** – página inicial. Disponível em: <<http://pt.espacenet.com>>. Acesso em: 5 ago. 2007.

ISHIZUKA, Y.; CONCEIÇÃO, H. E. O.; DUARTE, M. R. L. **Cultivo da pimenteira-do-reino com tutor vivo de gliricídia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental: Jica, 2003. 27 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 182).

JAPÃO. Ministério de Asuntos Estranjeros. **El Japón en transición**. Tokio, 1968. 107 p.

JAPÃO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **O Japão de hoje**. Tóquio, 1972. 114 p.

JAPONESES no inferno verde: imigrantes pioneiros no Amazonas. Disponível em: <<http://www.rio.br.emb-japan.go.jp/noticias/julho/not2jul98.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

JUNQUEIRA, M. A. **Desarrollo y perspectivas de la estructura economica del yute en Amazonas**. 1972. 208 f. Tese (Mestrado) - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, Bogotá.

JUTA caiu mas deu festa. **Visão**, São Paulo, v. 28, n. 23, p. 37-38, jun. 1966.

JUTA substitui o plástico em sacolas. **O Liberal**, Belém, 10 nov. 2008. Atualidades, p. 9.

KANIYOTI, D. Modernization without the market? The case of the Soviet East. In: ARCE, A.; LONG, N. (Ed.). **Anthropology, development and modernities**. New York: Routledge, 2000. p. 52-63.



KAUPPI, P. E.; AUSUBEL, J. H.; FANG, J.; MATHER, A. S.; SEDJO, R. A.; WAGGONER, P. E. Returning forests analyzed with the forest identity. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 103, n. 46, p. 17574-17579, 14 Nov. 2006.

KAWADA, T. **Histórico da imigração japonesa no Estado do Amazonas**. Manaus: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, 1995. 34 p.

KITAMURA, P. C.; HOMMA, A. K. O.; FLOHRSCHUTZ, G. H. H.; SANTOS, A. I. M. **A pequena agricultura no nordeste paraense**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1983. 40 p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 22).

KOKUSHIKAN UNIVERSITY. **Kokushikan Univeristy**. Disponível em: <<http://www.kokushikan.ac.jp/english/information/index.html>>. Acesso em: 28 dez. 2008.

KRELLING, G. L. **Produção de sementes fiscalizadas de juta pela Embrapa em Alenquer (PA)**. Imperatriz: Embrapa Negócios para Transferência de Tecnologia, 2001. 2 p.

KUGA, K. Mamão paraense faz sucesso em São Paulo. **Dirigente Rural**, São Paulo, v. 16, n. 3/4, p. 30-41, mar./abr. 1977.

KUNIO, Y. **Japanese economic development: a short introduction**. Tokyo: Oxford University Press, 1982. 153 p.

KUREMATSU, S. **Pré-história da imigração japonesa em Pernambuco**. Recife: Associação Cultural Brasil-Japão, 1996. 48 p.

LAUDO da avaliação da Fiação e Tecelagem de Juta Amazônia S/A (FITEJUTA). Rio de Janeiro, abr. 2004. 16 p. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2004-01553/20040503_LAUDO_DE_AVALIACAO.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2007.

LEITÃO, E. Possibilidades econômicas do Norte. **O Campo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 42-47, dez. 1933.

LIBONATI, V. F. **A juta na Amazônia**. Belém, PA: IAN, 1958. 83 p. (IAN. Boletim técnico, 34).

LIBONATI, V. F. Observações preliminares sobre as possibilidades da cultura da juta no Estado do Maranhão. **Revista da Sociedade dos Agrônomos e Veterinários do Pará**, Belém, PA, n. 8, p. 9-33, dez. 1962.

LIBONATI, V. F. Pesquisas com plantas têxteis liberianas na Amazônia. **Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará**, Belém, PA, n. 7, p. 1-37, ago. 1975.



LIMA, R. R.; COSTA, J. P. C. da. **Coleta de plantas de cultura pré-colombiana na Amazônia brasileira**. Parte II. Belém, PA: Embrapa-CPATU, 1998. 102 p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 107).

LIMA, V. **A juta como riqueza econômica da Amazônia**. Manaus: Imprensa Pública, 1938. 85 p.

LOUREIRO, I. Os japoneses na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, PA, p. 6, 16 jul. 1978.

MANN, C. C. América, achada e perdida. **National Geographic Brasil**, São Paulo, v. 7, n. 86, p. 36-59, mai. 2007.

MARÃO, J. C. A história de um pequeno herói. **Realidade**, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 100-104, ago. 1967.

MARGOLIS, M. **The last new world: the conquest of the Amazon frontier**. New York: W. W. Norton, 1992. 367 p.

MATIAS, I. Própolis verde. **Globo Rural**, São Paulo, n. 357, p. 54-59, jul. 2015.

MATOS, M. I. S. **Trama & poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. 237 p.

MCDOWELL, E. Japoneses no Brasil: a história de um sucesso. **Seleções do Reader's Digest**, v. 15, n. 86, p. 9-13, jul. 1978.

MCGRATH, D. G.; CALABRIA, J.; AMARAL, B.; FUTEMA, C.; CASTRO, F. Varzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas. **Cadernos NAEA**, Belém, PA, n. 11, p. 93-125, nov. 1993.

MEIJI UNIVERSITY. **Meiji University**. Disponível em: <http://www.meiji.ac.jp/cip/english/general_info/campus.html>. Acesso em: 28 dez. 2008.

MEIO século do Japão no Pará. **O Liberal**, Belém, PA, 5 nov. 1989. Caderno Especial: 50o aniversário da imigração japonesa na Amazônia, p. 1-16.

MEIRA, O. Dionysio Bentes, o introdutor da imigração japonesa no Pará. **O Liberal**, Belém, PA, p. 3, 8 nov. 1979a.

MEIRA, O. Os 50 anos de imigração japonesa. **O Liberal**, Belém, PA, p. 15, 5 nov. 1979b.

MESQUITA, C. Na outra ponta. **A Tarde**, Manaus, n. 1698, 1942.



- MIRANDA, E. E. A invenção do Brasil. **National Geographic Brasil**, São Paulo, v. 7, n. 86, p. 60-71, maio 2007.
- MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958a.
- MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 530-563, out. 1958b.
- MONTEIRO, B. W. **Verde vagomundo**. Belém, PA: Cultural Cejup, 1991. 251 p.
- MONTEIRO, L. F.; HOMMA, A. K. O.; SOUZA, N. A. **Considerações sobre a produção de sementes de juta**: seu centro produtor na Amazônia. Manaus: IPEAAOc, 1973. 49 p. (IPEAAOc. Circular, 7).
- MONTEIRO, M. Y. **Antropogeografia do guaraná**. Manaus: INPA, 1965. 84 p. (INPA. Cadernos da Amazônia, 6).
- MONTEIRO, S. T. **Anotações para uma história rural do Médio Amazonas**. Manaus: EMATER-AM, 1981. 98 p.
- MORAIS, F. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 349 p.
- MOURA, A. C. B. Ervas amazônicas. **O Liberal**, Belém, PA, 31 ago. 2008.
- MOURÃO, L. **Memória da indústria paraense**. Belém, PA: Fiepa, 1989. 98 p.
- MUNIZ, J. N. **Geração de tecnologia**. Viçosa: UFV, 1989. 16 p. Mimeografado.
- MUSEU Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo, 2008. 98 p.
- NAGAI, A. **Um nikkei da terra dos tembés**. Belém, PA: Alves Gráfica e Editora, 2002. 145 p.
- NAKANO, Y. Errata e comentário sobre o livro “A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola”. São Paulo, 10 mai. 2008. 18 p. (digitado).
- NASCIMENTO, C.; HOMMA, A. **Amazônia**: meio ambiente e tecnologia agrícola. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1984. 282 p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 27).
- NASCIMENTO, M. A. C. Anotações sobre o trabalho de campo: um mergulho no conhecimento. **Revista do Centro Sócio-Econômico**, Belém, PA, v. 1, n. 2, p. 43-56, nov. 1994.



NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. **Underexploited tropical plants with promising economic values**. Washington, DC, 1975. 189 p.

NAVIOS Brasileiros afundados na Costa de Sergipe. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/navcostasergipe.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

NINOMIYA, M. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 245-250, dez./fev. 1995/1996.

NOGUEIRA, A. R. Considerações gerais sobre imigração japonesa para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 56-68.

O JAPÃO plantado no Brasil. **Globo Rural**, v. 1, n. 2, p. 3-90, mar. 1988. Edição Especial.

O PAI da juta. **Veja**, São Paulo, n. 194, p. 77-78, 24 maio 1972.

O SOL nascente na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, PA, 23 jun. 1978. Caderno Especial, p. 1-8.

OHARA, T. O apoio do governo do Japão à comunidade nikkei. In: HARADA, K. (Coord.). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Campus, 2008. p. 379-397.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; SCHUBART, H. O. R.; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.

OLIVEIRA, E. **Pará: o retorno do cacau à sua origem**. Itabuna: CEPLAC, 1981. 126 p. (Cadernos da Amazônia, 4).

OTI, S. **História da juta na Amazônia**. Santarém, 1947. 10 p. Mimeografado.

PAÇO, A. Tempo de guerra. **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 250, p. 4-5, mar. 1992.

PARÁ. Governo do Estado. **Arigatô**. Belém, PA: Secretaria de Estado de Cultura, 1995. 248 p.

PARÁ. Governo do Estado. **Tecnologias de produção e beneficiamento de fibras naturais: geração, validação, difusão e transferência**. Belém, PA: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 1993. 101 p.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Belém, PA: UFPA, 1967. 2 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).



PESTANA, P. R. **A pita como sucedâneo da juta**. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1916. 14 p.

PILLING, D. Na doença e na riqueza. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-3, nov. 1999.

PIMENTEL, G. M.; MARTINEZ, G. B. A “insustentabilidade” da produção de sementes de juta por agricultores familiares no Estado do Pará. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, 1., 2009, Viçosa, MG. **Agricultura, pecuária e cooperativismo: anais de resumos expandidos**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2009. p. 31-34.

PINTO, E. R. M. **Os trabalhadores da juta**: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas. 1982. 187 f. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PINTO, E. S. L. **Considerações agrônômicas objetivando o aproveitamento do potencial econômico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1963. 52 p.

PINTO, L. F. A colonização (2). **O Liberal**, Belém, PA, p. 9, 22 jun. 1978.

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**. Santarém: Editora O Estado do Tapajós, 2010. 420 p.

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**: a eleição de 1966 e a crise de 1967/68. Belém, PA, 2008b. 9 p. (Cedido pelo autor).

PINTO, L. F. **Memória de Santarém**: a última eleição para prefeito antes da intervenção federal. Belém, PA, 2008a. 8 p. (Cedido pelo autor).

PINTO, J. M. **Aspectos econômicos da juta na Amazônia**. Manaus: INPA, 1966. 71 p. (INPA. Cadernos da Amazônia, 7).

PINTO JÚNIOR, E. Sessenta anos de presença japonesa na Amazônia. **Amazônia Hoje**, v. 1, n. 11, p. 22-27, nov. 1989.

POETZCHER, J. **A juta no Brasil e no mercado mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. 143 p.

POLICARPO JÚNIOR. A caça às bruxas. **Veja**, São Paulo, 5 jul. 2006a.

POLICARPO JÚNIOR. Terrorismo biológico. **Veja**, São Paulo, 21 jun. 2006b.

PRODUÇÃO. **Bureau de Inteligência Competitiva do Café**, v.4, n.11, p.4-5, 25 jan. 2016.



PROJETO ressuscita os campos de juta. **O Liberal**, Belém, PA, p. 5, 14 fev. 1996.

PROTZMAN, C. M. The new jute-production industry of Brazil. **Foreign Agriculture**, Washington, D.C., v. 9, n. 4, p. 55-64, Apr. 1945.

PRUTHI, J. S. **Spices and condiments**. New Delhi: National Book Trust, 1979. 269 p.

PULSEGLOVE, J. W.; BROWN, E. G.; GREEN, C. L.; ROBBINS, S. R. J. **Spices**. New York: Longman, 1981. v. 1, 439 p.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 260 p.

QUAN, H. L. T. Race, nation and diplomacy: Japanese immigrants and the reconfiguration of Brazil's 'desirables'. **Social Identities**, v. 10, n. 3, p. 339-367, May 2004.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 213 p.

RELATÓRIO Anual da Comissão de Financiamento da Produção. Brasília, DF, 1979. 543 p.

RELATOS históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Belém, PA, 1967.

REPORT of the meeting on present jute/kenaf seed situation. Disponível em: <http://www.jute.org/report_seed%20situation_%20sep16_2004.doc>. Acesso em: 8 mar. 2007.

RIBEIRO, O. C. **Cultura da juta**. Manaus: ACAR-AM, 1970a. 30 p.

RIBEIRO, O. C. **Levantamento de dados sobre a exploração da juta nas regiões de Manacapuru, Itacoatiara e Parintins**. Manaus: ACAR-AM, 1970b. 27 p.

RICCI, F. **Vilas operárias de Taubaté: contribuição ao estudo da urbanização**. 2002. Disponível em: < <http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/vilasoperarias-N2-2002.pdf> >. Acesso em: 14 jan. 2007.

RICUPERO, R. Os cafezais de Hamburgo. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, v. 102, n. 631, p. 30, dez. 2000.

RONSENGARTEN JÚNIOR, F. **The book of spices**. New York: Pyramid Books, 1973. 475 p.

ROOSEVELT, T. **Nas selvas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976. 226 p. (Reconquista do Brasil, v. 35).



ROQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém, PA: Amazônia Editora, 1968. 6 v.

ROSENN, K. S. The “jeito” Brazil’s institucional bypass of the formal legal system and its developmental implications. **American Journal Comparative Law**, v. 19, p. 514-49, 1971.

ROSSMANN, H. Mercado da borracha natural. In: WORKSHOP DA SERINGUEIRA EM BEBEDOURO, 2014, Bebedouro. [Palestras]. São José do Rio Preto: APABOR, 2014. Disponível em: <<http://www.apabor.org.br/workshop/2014/06/index.php>>. Acesso em: 4 out. 2014.

RUBBER RESEARCH INSTITUTE OF MALAYSIA. **Annual Report 1997**. Kuala Lumpur, 1998. 96 p.

SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. 558 p.

SAKAE Oti, figura destacada na história da imigração. **O Liberal**, Belém, PA, 5 nov. 1979. Japoneses na Amazônia. p. 5.

SAKURAI, C. A imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1950-1980). In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 189-239.

SANDER, R. **O Brasil na mira de Hitler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 261 p.

SANTOS, J. A Juta/malva. In: BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento. **Safra de verão 1996/97: Preços mínimos**. Brasília, DF, 1997. p. 47-53. (Coleção Documentos de Política Agrícola, 5).

SASAKI, E. A imigração para o Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.

SASAKI, R. K. **Os problemas que envolvem os trabalhadores brasileiros**. Disponível em: <<http://www.abdnet.org.br/conteudo.asp?Cod=38>>. Acesso em: 31 mar. 2007.

SAUNIER, T. **Parintins: memória dos acontecimentos**. Manaus: Editora Valer: Governo do Estado do Amazonas, 2003. 246 p.

SAWYER, D. R. **Peasants and capitalism on an Amazon frontier**. 1979. 274 f. Tese (Doutorado) - Harvard University, Cambridge.

SEMINÁRIO TÉCNICO BRASIL-JAPÃO: PROJETO “DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA ORIENTAL”, 2003, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 62 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 180).



SETENTA anos: o sol nascente na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, PA, p. 1-8, 23 jun. 1978.

SILVA, A. C. da. **Vila Amazônia: os koutakusseis**. Salto, SP: Schoba, 2012. 342 p.

SILVA, F. A. **História do Brasil: colônia**. São Paulo: Moderna, 1990. 120 p.

SILVA, J. F.; TUCCI, C. A. F.; OLIVEIRA, W. S.; CRUZ, F. G. G.; MENDONÇA, M. S. Graduate course in agroforestry at the University of Amazonas, Brazil. **Agroforestry Systems**, v. 28, p. 93-96, 1994.

SILVA, J. S. **Science and the changing nature of the struggle over plant genetic resource: from plant hunters to plant crafters**. 1989. 375 f. Tese (Doutorado) - University of Kentucky, Lexington.

SILVA NETO, F. R. **A entrada de imigrantes japoneses no Estado do Pará a partir das imigrações oficiais no início de 30**. Disponível em: <<http://www.clicklivro.com.br/content/view/5443/69/>>. Acesso em: 02 out. 2008.

SIOLI, H. 50 anos de pesquisa em limnologia na Amazônia. **Acta amazônica**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 287-298, 2006.

SIQUEIRA JÚNIOR, E. A. de. **Imigração japonesa no Maranhão: uma jornada de 55 anos**. São Luís, MA: Clube dos Autores, 2015. 89 p.

SIQUEIRA JÚNIOR, E. A. **O processo de reterritorialização: imigração japonesa no Maranhão**. 2014. 63 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SMERALDI, R.; VERÍSSIMO, A. **Acertando o alvo: consumo de madeira no mercado interno brasileiro e promoção da certificação florestal**. São Paulo: Amigos da Terra; Piracicaba: Imaflora; Belém, PA: Imazon, 1999. 41 p.

SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Best Seller, 1990. 399 p.

SMITH, N. J. H.; WILLIAMS, J. T.; PLUCKNETT, D. L.; TALBOT, J. P. **Tropical forests and their crops**. Ithaca: Comstock Publishing Associates, 1992. 568 p.

SOARES, L. P.; LIBONATI, V. F. **Problemas atuais da jiticultura amazônica**. Belém, PA: IPEAN, 1966. p. 1-6. (IPEAN. Boletim técnico, 1).

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994. 174 p.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. 326 p. (Reconquista do Brasil, v. 3).



SPRUCE, R. **Notes of a botanist on the Amazon & Andes**. London: MacMillan, 1908. 542 p.

SPVEA. **Primeiro plano quinquenal**. Rio de Janeiro, 1955. v. 1, 400 p.

STANIFORD, P. Competição e conflito entre os imigrantes japoneses em uma comunidade no Norte do Brasil. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973a. p. 346-357.

STANIFORD, P. Nihon ni itemo sho ga nai. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973b. p. 32-55.

SUBLER, S.; UHL, C. Japanese agroforestry in Amazonia: a case study in Tomé-Açu, Brazil. In: ANDERSON, A. B. (Ed.). **Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest**. New York: Columbia University Press, 1990. p. 152-166.

SUDAM. Departamento de Planejamento Econômico. **Relatório grupo de trabalho criado pelo Decreto 62.140, para estudar e propor medidas tendentes à racionalização da produção de fibra de juta na Amazônia**. Belém, PA, 1968. 51 p.

SUNKEL, O. **O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Beta, 1977. 51 p.

TAKETA, G. S. Experiências práticas de consórcio com plantas perenes no município de Tomé-Açu, Pará. In: SIMPÓSIO SOBRE SISTEMAS DE PRODUÇÃO EM CONSÓRCIO PARA EXPLORAÇÃO PERMANENTE DOS SOLOS DA AMAZÔNIA, 1980, Belém, PA. **Anais**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1982. p. 213-226. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 7).

TANAKA, K. Japanese immigrants in Amazonia, and their future. **Kobe University Economic Review**, Kobe, v. 3, p. 1-23, 1957.

TANAKA, N. **Diretrizes de administração das cooperativas agrícolas e a função dos diretores**. Guatapará: Instituto de Pesquisas Técnicas e Difusões Agropecuárias da JATAK, 2006. 36 p.

TEIXEIRA, P. E. G.; NOGUEIRA, F. R.; CHAVES, R. de S.; CHAVES, F. L. de S.; BATISTA, J. F.; CHAVES, R. A. Validação de resultados de pesquisa em áreas de várzea do Baixo Amazonas para culturas de fibras e grãos alimentares, em Santarém, Monte Alegre e Alenquer. In: CHAVES, R. de S. **Potencial das várzeas da Amazônia: em especial as do Estado do Pará**. Belém, PA: FAEPA, 2012. p. 85-104.

TEIXEIRA, P. L. **A longa caminhada: livro das famílias Parintinenses Lobato e Teixeira**. Manaus: Edição do Autor, 2007. 464 p.



- TEIXEIRA, R. do N. (Coord.). **O sol nascente na Amazônia**. Rio de Janeiro: Albras, 1997. 91 p.
- THURY, A. **A cultura da juta**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1964. 6 p. (Série Agropecuária, 20).
- THURY, A. **A juta brasileira**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Têxtil, 1948. 90 p.
- THURY, A. A. **A juta amazonense e seus problemas**. Manaus: Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola, 1946. 13 p.
- THURY, A. A. **Memorial**: apresentado ao Sr. Dr. Alberto de Aguiar Correa sobre a cultura da juta entre os japoneses de Parintins. Manaus: Clássica, 1938. 16 p.
- TSUCHIDA, N. **The Japanese in Brazil, 1908 - 1941**. 1978. 398 f. Tese (Doutorado) - University of California, Los Angeles.
- TSUJI, K. A juta transplantada da Índia. In: MARUOKA, Y. (Org.). **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2007. p. 20-25. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994.
- TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 13-31.
- TSUNODA, F. **Canção da Amazônia**: uma saga na selva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 185 p. (Coleção Romance).
- TSUTSUMI, G. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: MARUOKA, Y. (Org.). **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2007a. p. 124-126. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994.
- TSUTSUMI, G. O rei do judô que repousa na Amazônia. Conde Koma. In: MARUOKA, Y. (Org.). **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2007b. p. 126-128. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994.
- UNE, M. T. Pimenta-do-reino no Estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 75-98, abr./jun. 1988.



UNITED STATES PATENT TRADEMARK OFFICE. **United States Patent Trademark Office**. Disponível em: <<http://www.uspto.gov>>. Acesso em: 5 ago. 2007.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ. **Programa de implantação de culturas produtoras de fibras têxteis para a região do Vale do Paraíba-SP**. Taubaté, 1985. 39 p.

UYETSUKA, T. **Carta a Ryota Oyama datada de 11 de outubro de 1967**. São Paulo, 1967. Existente no arquivo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo.

UYETSUKA, T.; TUJI, K. **Fomento japonês de juta no Brasil**. Santarém: [s.n.], 1951. Mimeografado.

VALOIS, A. C. C.; HOMMA, A. K. O. **Análise econômica da descorticação mecânica na cultura da juta (Protótipo Iseki-Mitsui)**. Manaus: IPEAAOc, 1972. 41 p. (IPEAAOc. Boletim técnico, 2).

VALORIZAÇÃO econômica da Amazônia: subsídios para seu planejamento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954. 476 p.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350 p. (IBGE Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, 22).

VARGAS, G. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 v.

VIETMEYER, N. Uma dádiva dos incas. **Seleções do Reader's Digest**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 200, p. 7-42, jan. 1988.

VILLAÇA, P. **Terra e Poder no Sertão Paulista**: dominação de classe e conflito de terras no Pontal do Paranapanema (1890/1940). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892828_ARQUIVO_TerraPodernoSertaodoParanapanema.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

VON HIPPEL, W.; VON HIPPEL, F. A. Is Viagra a conservation tool? Response to Hoover. **Environmental Conservation**, v. 31, n. 1, p. 4-6, 2004.

VON HIPPEL, W.; VON HIPPEL, F. A. Sex, drugs, and animal parts: will Viagra save threatened species? **Environmental Conservation**, v. 9, n. 3, p. 277-81, 2002.

VON HIPPEL, W.; VON HIPPEL, F. A.; CHAN, N.; CHENG, C. Exploring the use of Viagra in place of animal and plant potency products in traditional Chinese medicine. **Environmental Conservation**, v. 32, n. 3, p. 235-238, 2005.



WHITE, T.; WHITE, L. Seed exchange. **Tropical Fruit News**, Miami, v. 30, n. 2, p. 16, Feb. 1996.

WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 137-152.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. **Entre as cheias**: solos e agricultura na planície de inundação do Baixo Amazonas, Brasil. 1999. 223 f. Tese (Doutorado) – University of Wisconsin, Madison.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. Jute cultivation in the Lower Amazon, 1940-1990: an ethnographic account from Santarém, Pará, Brazil. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 4, p. 818-838, Oct. 2006.

WITKOSKI, A. C.; FERREIRA, A. S.; HOMMA, A. K. O.; FRAXE, T. J. P. (Org.). **A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental**: sementes de uma nova racionalidade ambiental?. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010. v. 1, 466 p.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **WIPO**. Disponível em: <<http://www.wipo.int/portal/index.html.en>>. Acesso em: 05 ago. 2007.

YAMADA, M. **Japanese immigrant agroforestry in the Brazilian Amazon**: a case study of sustainable rural development in the tropics. 1999. 821 f. Tese (Doutorado) - University of Florida, Gainesville.

YAMADA, M. Uma breve história de desenvolvimento agroflorestal nikkei na Amazônia: o caso da colônia de Tomé-Açu, PA. In: PORRO, R. (Ed.). **Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 691-704.

YAMANAKA, I. **Início da imigração japonesa no Brasil**. Brasília, DF, 2007. 3 p. Disponível em: <<http://www.japaocentenario.mre.gov.br/textos-de-referencia/arquivos-em-pdf/Inicio%20da%20imigracao%20japonesa%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

Literatura Recomendada





ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil**: Amazonas: Xingu. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. 382 p. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros).

ASOCIACIÓN PERUANO JAPONESA. **Inmigración japonesa al Perú**. Disponível em: <<http://www.apj.org.pe/inmigracion-japonesa/historia>>. Acesso em: 01 maio 2009.

BANZAI Brasil: em nome da amizade: 90 anos de imigração japonesa no Brasil e 76 anos em São José dos Campos. São José dos Campos: Kanebo do Brasil, 1998. 132 p.

BONSAI amazônico. **National Geographic Brasil**, São Paulo, v. 7, n. 88, p. 24-32, jul. 2007.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Pará 1826-2001**. Brasília, DF, 2001. 136 p. (Série dados biográficos dos senadores por estado, v. 9).

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Abastecimento. **Normas e padrões de identidade, qualidade e embalagem para classificação e comercialização da fibra de malva**. Brasília, DF, 1980. 18 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro, 1926.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral do Brasil de 1872**. Rio de Janeiro, 1872.

CALDEIRA, J. **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 557 p.

CARNEIRO, C. Ryota Oyama, pioneiro da juta. **O Liberal**, Belém, PA, p. 9, 11 dez. 2000.

CULTIVO do rambutan: Chácara Paraíso do Uriboca. [S. l.: s.n., 2007]. Não paginado.

EATON, B. C.; EATON, D. E. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999. 606 p.

GARCIA, A. O segundo resgate. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. 11, 24/26 maio 2002.

HOKAMA, C. Resenã de la inmigración japonesa al Perú. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DOS EX-BOLSISTAS DO GAIMUSHO, 10., 2006, Belém, PA. **Anais**. Belém, PA: Associação Brasileira dos Ex-Bolsistas do Gaimusho, 2006. p. 96-101.



HOMMA, A. K. O.; SILVA, G. C. V.; REBELLO, A. P. P. **Análise da variação estacional do preço da pimenta-do-reino para exportação**. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1978. 13 p. (EMBRAPA-CPATU. Comunicado técnico, 9).

IBGE. **Censo Demográfico de 1940**. Rio de Janeiro, 1950.

IBGE. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1956.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 3 ago. 2007.

IMBIRIBA, J. E. Fibra—expansão e derrocada. **O Liberal**, Belém, PA, p. 3, 9 dez. 1993.

IMBIRIBA, J. E. Fibras e várzeas: boas alavancas. **O Liberal**, Belém, PA, p. 3, 6 jan. 1997.

IMBIRIBA, J. E. Juta—malva viabilidade econômica. **O Liberal**, Belém, PA, p. 6, 2 set. 1992a.

IMBIRIBA, J. E. Juta—malva: por que abandona-las? **O Liberal**, Belém, PA, p. 6, 22 ago. 1992b.

IMBIRIBA, J. E. O futuro, com fibra. **O Liberal**, Belém, PA, p. 2, 1 jul. 1999.

INAGAKI, B. U. **A Amazônia que vivi**: a saga da família Uchiyama. Belém, PA: Estúdio Forkus, 2004. 39 p.

JAPAN-BOLIVIA relation. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/bolivia/index.html>>. Acesso em: 07 jun. 2009.

KAWAMURA, L. K. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas: Unicamp, 1999. 236 p. (Coleção Pesquisas).

KOJIMA, T. Brasil e Japão ensaiam reaproximação. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-2, 15 maio 2000.

MALATO, J. A condenação da juta. **O Liberal**, Belém, PA, p. 6, 1 mai. 1984.

MARUOKA, Y. (Org.). **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2007. 283 p. Baseado no livro comemorativo aos 60 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994.



- MENDONÇA, O. Gratidão aos japoneses. **O Liberal**, Belém, PA, p. 2, 23 nov. 1999.
- MENDONÇA, O. Japoneses na Amazônia. **O Liberal**, Belém, PA, p. 2, 21 out. 2003.
- MORAES, W. Um japonez na terra da promessa. **Diário**, Ilhéus, [195-?].
- NAKANO, Y. **A terra dourada**: livro comemorativo do 20º aniversário da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Laranja Lima. Laranja Lima, 1999. 153 p.
- NAKANO, Y. **Dados históricos da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA)**. São Paulo: [s.n.], 2007. 14 p.
- OHASHI, P. T. **Cruzeiros do Sul cintila no céu com luz da verdade**. Belém, PA: Mercúrio Publicidade, 2003. 56 p.
- OLIVEIRA, A. C. Repensando a identidade dentro da emigração de kassegui. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1999. p. 275-307.
- OLIVEIRA, E. Considerações sobre o plantio de malva na região Bragantina. **Revista da Sociedade dos Agrônomos e Veterinários do Pará**, Belém, PA, n. 6, p. 33-36, jun. 1951.
- OYAMA, E. K. Ryota Oyama, o pai da juta. **Diário do Pará**, Belém, PA, p. 10, 10 dez. 2000.
- PINTO, L. F. **Memória do cotidiano**. Belém, PA: Edição do Autor, 2010. v. 3, 156 p.
- PRIMEIRO Centenário da Associação Comercial do Amazonas. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1971. 205 p.
- RODRIGUES, J. A. Oscar Reis. **O Liberal**, Belém, PA, p. 4, 12 mar. 2005.
- ROSSINI, R. E. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o Eldorado: o exemplo dos de kasseguis do Brasil em direção ao Japão. In: PATARRA, N. L. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: FNUAP, 1995. v. 1, p. 104-110.
- SASAKI, E. M. Movimento de kassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1999. p. 243-274.



SILVA, J. F. A juta não foi e nunca será abandonada. **O Liberal**, Belém, PA, p. 8, 18 set. 1992.

SOARES, R. C. Noventa anos de imigração japonesa. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-3, 30 jun. 1998.

TAKEUCHI, M. Y. **Japoneses: a saga do povo do sol nascente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007. 151 p. (Série Lazuli, Imigrantes no Brasil).

TOMÉ-Açu. Tomé-Açu: Camta, 1999. 14 p.

TSUTSUMI, G. **Caminhando com a comunidade nipo-brasileira da Amazônia**: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira - APANB: 55 anos de história. Belém, PA: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2015. 276 p.

UYEDA, M. **O futuro da comunidade nikkei**. 23 p. Disponível em: <<http://www.japaocentenario.mre.gov.br/textos-de-referencia/arquivos-em-pdf/O%20futuro%20da%20comunidade%20nikkey.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2007.

VALENTE, L. I. O pioneiro dos pioneiros. **O Liberal**, Belém, PA, p. 8, 27 nov. 2000.

VELOSO, Z. João Abujamra e JK. **O Liberal**, Belém, PA, p. 4, 11 fev. 2006.

VISÃO histórica sobre migração – Peru. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/wiki/index.php/Migration_Historical_Overview_Peru_PT>. Acesso em: 14 maio 2009.

WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. 317 p. (Reconquista do Brasil, v. 50).

WINKLERPRINS, A. M. G. A. Seasonal floodplain-upland migration along the lower Amazon river. **The Geographical Review**, v. 92, n. 3, p. 415-431, July 2002.

YOSHIOKA, R. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo. In: HARADA, K. (Coord.). **O nikkei no Brasil**. São Paulo: Campus, 2008. p. 1-33.

Anexos





Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, firmado em Paris, a 5 de novembro de 1895

Sua Majestade o Imperador do Japão e Sua Excelência o Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil, igualmente animados do desejo de estabelecer sobre bases sólidas e duradouras relações de amizade e de comércio entre os dois Estados e seus cidadãos e súditos respectivos, resolveram celebrar um tratado de amizade, de comércio e de navegação, e para esse fim nomearam seus plenipotenciários respectivos, a saber:

Sua Majestade o Imperador do Japão, o Senhor Soné Arasuke Jushü, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário também em Paris, e Sua Excelência o Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor Gabriel de Toledo Piza e Almeida, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Paris, os quais, depois de comunicarem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo I

Haverá paz perpétua e amizade constante entre os Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão, assim como entre seus cidadãos e súditos respectivos.

Artigo II

Sua Excelência o Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil poderá, se assim lhe aprover, acreditar um agente diplomático junto ao governo do Japão, e Sua Majestade o Imperador do Japão poderá igualmente, se o julgar conveniente, fazer residir um agente diplomático no Brasil; e cada uma das duas altas partes contratantes terá o direito de nomear cônsules-gerais, cônsules, vice-cônsules e agentes consulares, que poderão fixar suas residências em todos os portos e cidades dos territórios da outra parte contratante, onde a funcionários idênticos da nação mais favorecida for permitido residir. Todavia, para que possa exercer suas funções, necessitará o cônsul-geral, cônsul, vice-cônsul ou agente consular, segundo as formas usuais, que seja a sua nomeação aprovada pelo governo do país para onde for enviado, mediante um exequátur gratuito.



Os agentes diplomáticos e consulares de cada uma das duas altas partes contratantes gozarão, conforme as estipulações do presente tratado, nos territórios da outra Parte, dos direitos, privilégios e imunidades que são ou forem concedidos aos mesmos agentes da nação mais favorecida.

Artigo III

Existirá, entre os territórios e possessões das duas altas partes contratantes, liberdade recíproca de comércio e de navegação. Os cidadãos e súditos respectivos terão o direito de transitar livremente e com inteira segurança com seus navios e mercadorias em todos os portos, rios e lugares onde igual favor for permitido aos cidadãos ou súditos da nação mais favorecida, e aí poderão alugar ou ocupar casas e armazéns e entregar-se ao comércio por atacado ou a varejo de todos os produtos e mercadorias do comércio lícito. Quanto ao que diz respeito à aquisição, gozo e cessão de propriedades de toda a espécie, os cidadãos ou súditos de uma das duas altas partes contratantes serão colocados, nos territórios e possessões da outra parte, no mesmo pé de igualdade que os cidadãos e súditos da nação mais favorecida.

Artigo IV

As duas altas partes contratantes convêm que todo o privilégio, favor, ou imunidade em matéria de comércio, de navegação, de trânsito e de residência que uma das duas altas partes contratantes conceder atualmente ou vier a conceder aos cidadãos ou súditos de um outro Estado, se estenderão aos cidadãos ou súditos da outra parte contratante, gratuitamente, se a concessão feita em favor deste aludido Estado for gratuita, e com as mesmas condições equivalentes, se a concessão for condicional, sendo sua intenção recíproca de colocar, sob todos os pontos de vista, o comércio e a navegação de cada país no pé da nação mais favorecida.

Artigo V

Não serão lançados à importação no Japão de todos os artigos produzidos ou fabricados nos Estados Unidos do Brasil e, reciprocamente, não serão lançados à importação nos Estados Unidos do Brasil de todos os artigos produzidos ou fabricados no Japão, direitos diferentes ou mais elevados do que aqueles que são ou forem impostos aos mesmos artigos produzidos ou fabricados em todo e qualquer país estrangeiro e importados para o mesmo fm.



Não serão tampouco impostos, nos territórios ou possessões de uma das duas altas partes contratantes, à exportação de todos os artigos para os territórios ou possessões da outra, direitos e contribuições diferentes ou mais elevados do que aqueles que são ou forem pagos por artigos similares, com destino a outro qualquer país estrangeiro.

Nenhuma proibição será imposta à importação de artigos produzidos ou fabricados sobre os territórios ou possessões de uma das altas partes contratantes, nos territórios ou possessões da outra, a menos que esta proibição não seja igualmente aplicada à importação dos artigos similares produzidos ou fabricados em outro qualquer país. Outrossim, nenhuma proibição será imposta à exportação de artigos dos territórios ou possessões de uma das duas altas partes contratantes com destino aos territórios ou possessões da outra, sem que essa proibição se estenda igualmente às exportações de artigos similares com destino a outro qualquer país.

Artigo VI

Quanto ao que diz respeito ao direito de trânsito, armazenagem, prêmios, facilidades e drawbacks, os cidadãos ou súditos de cada uma das duas altas partes contratantes serão, nos territórios e possessões da outra, sob todos os pontos de vista, colocados no pé da nação mais favorecida.

Artigo VII

Não serão impostos nos portos do Japão, sobre os navios dos Estados Unidos do Brasil, e nos portos dos Estados Unidos do Brasil, sobre os navios do Japão, direitos ou tributos de tonelagem, faróis, portos, pilotagem, quarentena, salvamentos ou outros direitos ou contribuições similares ou análogas, de qualquer denominação que sejam, lançados ou não em proveito do governo, dos funcionários públicos, dos particulares, das corporações ou de qualquer estabelecimento, diferentes ou mais elevados do que aqueles que são atualmente ou forem para o futuro aplicados em iguais circunstâncias, nos mesmos portos, sobre os navios da nação mais favorecida.

Artigo VIII

A cabotagem das duas altas partes contratantes fica excetuada das disposições do presente tratado e será respectivamente regularizada pelas leis, decretos e regulamentos dos dois países.



Artigo IX

No presente tratado todos os navios que, pelas leis brasileiras, puderem ser considerados como navios brasileiros, e todos aqueles que, segundo as leis japonesas, puderem ser considerados como navios japoneses, serão respectivamente considerados como navios japoneses e brasileiros.

Artigo X

Os súditos e os navios do Império do Japão que forem ao Brasil ou às suas águas territoriais se submeterão, durante todo o tempo de sua estada, às leis e à jurisdição do Brasil, bem como se sujeitarão às leis e à jurisdição do Japão todos os cidadãos ou navios brasileiros que forem ao Japão ou às suas águas territoriais.

Artigo XI

Os cidadãos e súditos de cada uma das duas altas partes contratantes gozarão, respectivamente, nos territórios e possessões da outra parte, de inteira proteção para as suas pessoas e propriedades; terão livre e fácil acesso junto aos tribunais para a defesa de seus direitos; e, da mesma forma que os cidadãos ou súditos do país, terão o direito de empregar advogados, solicitadores, ou mandatários para se fazer representar junto aos ditos tribunais.

Gozarão igualmente de uma inteira liberdade de consciência e, conformando-se com as leis e regulamentos em vigor, terão o direito de exercer pública ou privadamente o seu culto; terão igualmente o direito de enterrar seus nacionais respectivos, segundo os seus ritos, nos lugares convenientes e apropriados, que para esse fim forem estabelecidos e mantidos.

Artigo XII

Quanto que diz respeito à obrigação de hospedar militares, ao serviço obrigatório nos exércitos de terra e mar, às requisições militares ou aos empréstimos forçados, os cidadãos ou súditos de cada uma das duas altas partes contratantes gozarão, nos territórios e possessões da outra, dos mesmos privilégios, imunidades e isenções que os cidadãos ou súditos da nação mais favorecida.



Artigo XIII

O presente tratado entrará em vigor imediatamente depois da troca das ratificações e se tornará obrigatório por um período de 12 anos a partir do dia em que for posto em execução.

Cada uma das altas partes contratantes, decorridos 11 anos depois de entrar em vigor o presente tratado, terá o direito, em um momento dado, de o denunciar à outra, expirando ele no fim do décimo segundo mês a contar dessa notificação.

Artigo XIV

O presente tratado será feito em duplicata nas línguas portuguesa, japonesa e francesa, e no caso de divergência nos textos japonês e português, se recorrerá ao texto francês, o qual será obrigatório para os dois governos.

Artigo XV

O presente tratado será ratificado pelas altas partes contratantes e a troca das ratificações terá lugar em Paris, logo que for possível.

Em testemunho do que os plenipotenciários respectivos o assinaram e lhe fizeram pôr o selo de suas armas. Feito em seis exemplares em Paris, aos cinco dias do undécimo mês do vigésimo ano de Meiji, correspondente aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco.

(L.S.) **Soné Arasuké**

(L.S.) **Gabriel de Toledo Piza e Almeida**

Fonte:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado de amizade, de commercio e de navegação, firmado em Paris a 5 de novembro de 1895**. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1895/b_89/>. Acesso em: 01 out. 2015.



Fotografias



Hachiro Fukuhara, responsável pela imigração japonesa no Estado do Pará, no Município de Tomé-Açu, que levou posteriormente ao sucesso da lavoura de pimenta-do-reino.

Fonte: Cooperativa (1955)



O presidente da Kanebo, Sanji Muto, foi o financista que viabilizou os estudos iniciais para a implantação da imigração japonesa em Tomé-Açu.

Fonte: Cooperativa (1955)



Busto de Hachiro Fukuhara, erguido em frente à sede da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, por ocasião das festividades de 25 anos da imigração japonesa no Estado do Pará, em 1954.

Fonte: Antônio José Elias Amorim de Menezes



Busto de Sanji Muto erguido em frente à Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu (Acta), durante as comemorações de 35º ano da imigração japonesa no Estado do Pará, em 1964.

Fonte: Grimoaldo Bandeira de Matos



Busto do Deputado Saburo Chiba, na Praça Japão, Município de Tomé-Açu, inaugurado por ocasião dos festejos do 50º ano da imigração japonesa, em 8 de novembro de 1979.

Fonte: Grimoaldo Bandeira de Matos



Makinossuke Ussui, responsável pela introdução de pimenta-do-reino procedente de Cingapura, no Município de Tomé-Açu.

Fonte: Cooperativa (1955)



Tsukasa Uyetsuka responsável pela imigração japonesa no Estado do Amazonas, que levou à introdução da lavoura da juta, no Município de Parintins.

Fonte: Tosui Akiyama



Kotaro Tuji, em foto de 1938, foi o responsável pela ação política e administrativa da imigração japonesa na Amazônia antes da Segunda Guerra Mundial. Com o final da Segunda Guerra Mundial, conseguiu junto ao presidente Getúlio Vargas priorizar nova corrente migratória para a Amazônia.

Fonte: Lima (1938)



Busto de Tsukasa Uyetsuka, na cidade de Parintins, em frente ao Bumbódromo, erguida durante as comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa, em 2001, hoje, completamente deteriorado.

Foto: José de Brito Lourenço Júnior



O aclimatador da juta-indiana na Amazônia, Ryota Oyama, em foto tirada em 1967.

Fonte: Jorge Butsuem, em Marão, em 1967.



Busto de Ryota Oyama que faz parte do complexo do Monumento da Juta, na Vila Amazônia, Parintins, inaugurado em 22 de setembro de 2009.

Foto: Jurandir Melado



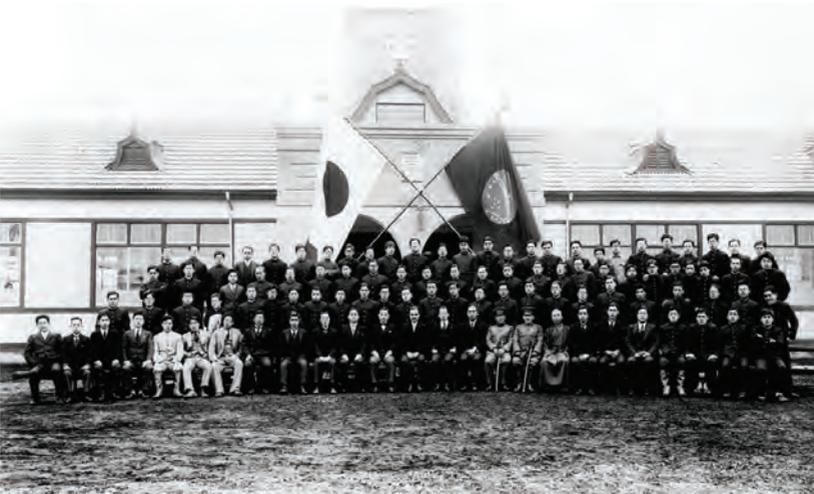
Hisae Sakiyama, de terno, idealizador da imigração japonesa em Maués, em 2 de maio de 1937, por ocasião da visita dos funcionários da Companhia Industrial Amazonense S.A. Com gravata borboleta, Kosaku Oishi, concessionário de 25 mil hectares do Estado do Amazonas para a implantação da colônia. O bebê do lado esquerdo é Kiyoshi Okawa, que, em 1963, seria secretário de Agricultura do Estado do Acre.

Foto: Gentileza de Yoshio Uyetsuka e informação de Yorio Nakano.



Escola Superior de Colonização fundada por Tsukasa Uyetsuka para treinar os estudantes para trabalhar na Amazônia.

Foto: Cortesia de Yoshio Uyetsuka



Terceira Turma de estudantes da Escola Superior de Colonização em Tóquio, na qual eram treinados antes de virem para a Amazônia.

Foto: Cortesia de Yoshio Uyetsuka



Retorno de Tsukasa Uyetsuka depois do término da Segunda Guerra Mundial para o encontro com os governadores Álvaro Maia (Amazonas) e com o general Alexandre Zacarias de Assunção (Pará) e que coincidiu com a visita de Getúlio Vargas a Belém, em 1951. No centro Uyetsuka, atrás dele Minoru Hatanaka e à esquerda o repórter Carlos Alberto Cavalheiro de Macêdo.

Foto: Gentileza de Wilson Hatanaka



Kotaro Tuji e Tsukasa Uyetsuka, em 27 de setembro de 1951, no encontro com o presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.



Folder de divulgação do Ipean incentivando a produção de sementes de juta em Alenquer, Estado do Pará.



Frutos, sementes e folhas de juta. A grande disponibilidade de sementes por pé é que garantiu o sucesso da aclimação da juta.

Fotos: Thais Homma



Caixa d'água do Instituto Amazônia, que faz parte do complexo do Monumento da Juta, onde os técnicos Emon Araki e Ken'ichi Kiuchi fizeram o primeiro plantio experimental de juta em 12 de setembro de 1931.

Foto: Alfredo Homma



Escola Estadual Ryota Oyama, inaugurada pelo prefeito de Parintins Gláucio Bentes Gonçalves (1969–1973), em 1972.

Foto: Alfredo Homma



Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka, na Comunidade Santa Maria, na Vila Amazônia, Parintins, erguida na década de 1990 e concluída em 2001, encontra-se bastante deteriorada.

Foto: Delman Gonçalves



Monumento da Juta, inaugurado no dia 22 de setembro de 2009, como parte das comemorações dos 80 anos da imigração japonesa na Amazônia, pelo prefeito de Parintins Frank Luiz da Cunha Garcia.

Foto: Jurandir Melado



Painel componente do Monumento da Juta, na Vila Amazônia.

Foto: Jurandir Melado

Alfredo Kingo Oyama Homma

Amazonense, natural de Parintins, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, sediado em Belém e bolsista de Produtividade em Pesquisa. Tem experiência em economia agrícola dos produtos da Amazônia, desenvolvimento agrícola, política ambiental, extrativismo vegetal e economia de recursos naturais. Agrônomo (1970), com mestrado (1976) e doutorado (1989) em Economia Rural, todos pela Universidade Federal de Viçosa. Recebeu o Prêmio Nacional de Ecologia (1989), Prêmio Prof. Edson Potsch Magalhães (1989), Prêmio Frederico Menezes da Veiga (1997), Prêmio Jabuti (1999), Prêmio Prof. Samuel Benchimol (2004 e 2010), Membro Legendário da Sober (2015) e Medalha do Mérito do Confea (2015).

Destaca-se entre os livros publicados: *Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola*, *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidades*, *Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola*, *Cronologia da Ocupação e Destruição dos Castanhais no Sudeste Paraense*, *História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*, *Imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*, *Imigração Japonesa na Amazônia: Contribuição na Agricultura e Vínculo com o Desenvolvimento Regional e Pan-Amazônia: Visão Histórica, Perspectivas de Integração e Crescimento*. É membro colaborador da Academia Amazonense de Letras.

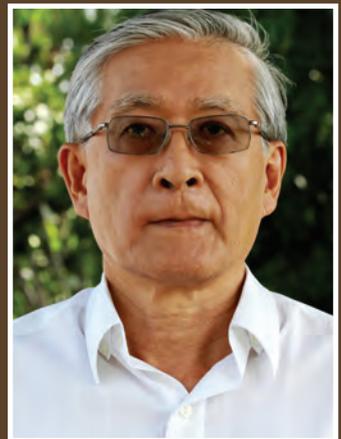


Foto: Ronaldo Rosa

No dia 5 de novembro de 1895, foi assinado em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão, dando início à vinda do primeiro contingente de imigrantes japoneses para São Paulo em 1908, para o Estado do Pará em 1929 e para o Estado do Amazonas em 1931. Daí o sentido emblemático das comemorações dos 120 anos da assinatura desse Tratado, estabelecendo a união de dois povos antípodas, que promoveram grandes contribuições para a agricultura nacional e regional. Trata-se de um modelo de desenvolvimento agrícola que não seria possível para os dias atuais, envolvendo grandes concessões de terras, introdução da biodiversidade exótica, inexistência de pressões ambientais, escassez de mão de obra, atividade dependente exclusivamente de trabalho braçal, entre outros. No caso específico da região amazônica, a introdução das lavouras de juta e pimenta-do-reino promoveu a formação de um ciclo agrícola peculiar na economia pós-crise da borracha e de ausência de alternativas tecnológicas.



Patrocínio



BANCO DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



ISBN 978-85-7035-575-1



9 788570 355751 >

CGPE 12876